

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO TECNOLÓGICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Isabela Fernandes Andrade

**DIRETRIZES PARA ACESSIBILIDADE EM EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS A PARTIR  
DO ESTUDO DA ARQUITETURA ECLÉTICA EM PELOTAS-RS**

FLORIANÓPOLIS  
2009

ISABELA FERNANDES ANDRADE

**DIRETRIZES PARA ACESSIBILIDADE EM EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS A PARTIR  
DO ESTUDO DA ARQUITETURA ECLÉTICA EM PELOTAS-RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Área de Concentração “Projeto e Tecnologia do Ambiente Construído”, da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Prof. Dr. Vera Helena Moro Bins Ely – PósARQ/UFSC – Orientador

FLORIANÓPOLIS  
2009

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da  
Universidade Federal de Santa Catarina

A553d Andrade, Isabela Fernandes  
Diretrizes para acessibilidade em edificações históricas  
a partir do estudo da arquitetura eclética em Pelotas-RS  
[dissertação] / Isabela Fernandes Andrade ; orientadora,  
Vera Helena Moro Bins. - Florianópolis, SC , 2009.  
212 f.: il., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-graduação  
em Arquitetura e Urbanismo.

Inclui bibliografia

1. Arquitetura. 2. Patrimonio historico - Pelotas  
(RS). 3. Acessibilidade. 4. Arquitetura e deficientes  
- Pelotas (RS). I. Ely, Vera Helena Moro Bins.  
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa  
de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDU 72

Ao meu irmão **Marcelo** (in memoriam),  
dono do melhor abraço, do maior sorriso, do beijo  
mais babado, do carinho mais puro, do amor mais nobre.  
Meu grande exemplo de força, luta e coragem.  
Para sempre, o meu herói!

À Deus, pela vida e por todos que fazem parte dela ao meu lado e no meu caminho.

Aos meus pais, Loiva e Ambrósio, por todo amor, apoio, incentivo e confiança depositados durante minha trajetória.

Ao meu irmão Márcio e sobrinhos Bruno e Théo, pelo carinho e brincadeiras nos momentos de folga.

Ao meu noivo Douglas, amigo e parceiro que me acompanhou e apoiou durante esta jornada.

À minha orientadora, Profa. Vera Helena Moro Bins Ely, que me ensinou e incentivou em todos os momentos e conseguiu conquistar um lugar especial em minha vida.

Aos Professores do PósARQ, em especial ao Nappi, à Sônia, ao João, ao Wilson e à Carolina.

À Profa. Rosalia Holzschuh Fresteiro, grande amiga que sempre esteve ao meu lado e me orientou para os estudos e para a vida.

Agradeço também aos membros da banca, que com paciência e disponibilidade me auxiliaram no andamento do trabalho.

Às colegas Eliane Maria Benvegnú e Fabíola Bristot Serpa, a partir de agora minhas madrinhas de casamento e amigas eternas, junto das quais formei o trio que o PósARQ jamais irá esquecer.

Aos demais colegas e amigos da turma 2007 do Mestrado, os quais estarão sempre guardados no peito.

À secretária do curso, Ivonete Seifert, pela disposição e bom humor para atender e participar das atividades do Curso.

Aos meus amigos pelotenses, que sempre me deram apoio nos momentos de folga do Curso, em especial Roberta Carvalho Nobre Palau, Mariana Fehrenbach Andretti, Antonella Souza Mattei e Karen Marroni Nietiedt.

À todas as pessoas que se disponibilizaram a participar desta pesquisa, em especial aos arquitetos e engenheiros da Secretaria de Cultura da cidade de Pelotas.

Enfim, agradeço a todos que torceram pelo sucesso do meu trabalho. A vocês, muito obrigada!

Posso ter defeitos, viver ansioso e ficar irritado algumas vezes, mas não esqueço que a minha vida é a maior empresa do mundo. E que posso evitar que ela vá à falência.

Ser feliz é reconhecer que vale a pena viver, apesar de todos os desafios, incompreensões e períodos de crise.

Ser feliz é deixar de ser vítima dos problemas e se tornar um autor da própria história. É atravessar desertos fora de si, mas ser capaz de encontrar um oásis no recôndito da sua alma. É agradecer a Deus a cada manhã pelo milagre da vida.

Ser feliz é não ter medo dos próprios sentimentos. É saber falar de si mesmo. É ter coragem para ouvir um "não". É ter segurança para receber uma crítica, mesmo que injusta.

**Pedras no caminho? Guardo todas, um dia vou construir um castelo.**

Fernando Pessoa

ANDRADE, Isabela Fernandes. **Diretrizes para Acessibilidade em Edificações Históricas a partir do estudo da Arquitetura Eclética em Pelotas-RS**. Florianópolis, 26 de junho de 2009. 212p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação, UFSC, 2009.

A aplicação da legislação de acessibilidade nos dias atuais tem se deparado com diversas dificuldades, como a intervenção em edificações históricas, construídas no passado e hoje protegidas por órgãos de preservação e que, com o passar dos anos, receberam novos usos. Tanto a preservação destes bens imóveis quanto sua adequação aos parâmetros técnicos de acessibilidade é de fundamental importância: muitas dessas edificações abrigam hoje serviços públicos e atividades culturais, como prefeituras, museus e teatros e deveriam permitir o acesso, em condições de igualdade, a todas as pessoas. O trabalho tem como objetivo traçar diretrizes de acessibilidade espacial que possam ser generalizadas às edificações históricas a partir de um estudo de caso. Para isso, buscou-se apoio na fundamentação teórica a respeito dos principais temas envolvidos e legislações vigentes. A partir dos diferentes métodos aplicados nesta pesquisa – como visita exploratória, entrevistas semi-estruturadas e passeios acompanhados – foi possível identificar as principais barreiras à acessibilidade existentes em edificações históricas. Adotou-se ainda, o método denominado entrevista focalizada para a discussão das possíveis soluções aos problemas identificados nos estudos de caso com os principais envolvidos nessa temática: de um lado, técnicos ligados a órgãos de preservação do patrimônio; de outro, pessoas com deficiências, quem buscam o direito a igualdade. A partir da discussão em torno das possíveis soluções são apresentadas diretrizes projetuais que visam à promoção da acessibilidade em edificações históricas. Espera-se, ainda, que o conhecimento obtido nesta pesquisa contribua para um aprimoramento da legislação de acessibilidade em bens tombados.

Palavras-chave: acessibilidade espacial, patrimônio histórico, pessoas com deficiências.





<b>Figura 01</b> – Diversidade humana .....	8
<b>Figura 02</b> – Criança com dificuldade ao tentar alcançar objeto .....	8
<b>Figura 03</b> – Pessoa em cadeira de rodas participando de atividades .....	9
<b>Figura 04</b> – Mãe com carrinho de bebê .....	9
<b>Figura 05</b> – Indivíduo com muletas .....	11
<b>Figura 06</b> – Indivíduo em triciclo.....	11
<b>Figura 07</b> – Pessoa com deficiência visual.....	11
<b>Figura 08</b> – Pessoa com deficiência auditiva.....	11
<b>Figura 09</b> – Níveis de proteção das edificações do Centro Histórico .....	31
<b>Figura 10</b> – Programa Monumenta em Pelotas .....	32
<b>Figura 11</b> – Mapa de usos das edificações localizadas no Centro Histórico.....	34
<b>Figura 12</b> – Fachada principal da Secretaria de Cultura.....	35
<b>Figura 13</b> – Detalhe do frontão da Secretaria de Cultura.....	35
<b>Figura 14</b> – Paredes em Escaiola .....	36
<b>Figura 15</b> – Afrescos em gesso, no teto do saguão.....	36
<b>Figura 16</b> – Piso em ladrilho hidráulico.....	36
<b>Figura 17</b> – Piso da escada em mármore.....	36
<b>Figura 18</b> – Rampa inserida no interior da edificação.....	37
<b>Figura 19</b> – Paredes do 2º pavimento em escaiola .....	37
<b>Figura 20</b> – Ladrilho hidráulico instalado nas calçadas .....	37
<b>Figura 21</b> – Acesso alternativo lateral para pessoas com deficiências .....	37
<b>Figura 22</b> – Fachada principal da Prefeitura Municipal .....	38
<b>Figura 23</b> – Detalhe do frontão da Prefeitura Municipal.....	38
<b>Figura 24</b> – Escada externa com revestimento em mármore .....	38
<b>Figura 25</b> – Escada principal interna com revestimento em mármore .....	38
<b>Figura 26</b> – Revestimento em escaiola na circulação principal.....	39
<b>Figura 27</b> – Afrescos em gesso na parte superior das portas e no teto .....	39
<b>Figura 28</b> – Placa de identificação inserida na fachada da Estação da Luz.....	102
<b>Figura 29</b> – Placa indicando o acesso ao Museu da Língua Portuguesa.....	102
<b>Figura 30</b> – Letreiro na fachada com novo uso de edificação.....	103
<b>Figura 31</b> – Detalhe do letreiro inserido na fachada da edificação .....	103
<b>Figura 32</b> – Maquete perceptível à vista e ao tato do sítio histórico de Lübeck (externa) .	103
<b>Figura 33</b> – Maquete perceptível à vista e ao tato do Plano Piloto de Brasília (interna).....	103
<b>Figura 34</b> – Totem em frente identifica o edifício sem interferir na fachada.....	103
<b>Figura 35</b> – Piso tátil emborrachado colado sobre o piso existente .....	103

<b>Figura 36</b>	– Inserção de piso tátil alerta no início e término da rampa.....	104
<b>Figura 37</b>	– Placas inseridas na fachada identificam o acesso à edificação.....	104
<b>Figura 38</b>	– Placa identificando a entrada acessível.....	104
<b>Figura 39</b>	– Placa inserida na fachada indicando o uso da edificação.....	104
<b>Figura 40</b>	– Totem inserido no acesso alternativo .....	104
<b>Figura 41</b>	– Piso tátil alerta e direcional no acesso à edificação.....	104
<b>Figura 42</b>	– Identificação do acesso alternativo.....	105
<b>Figura 43</b>	– Detalhe da sinalização de acesso alternativo .....	105
<b>Figura 44</b>	– Piso tátil alerta e direcional no acesso à edificação.....	105
<b>Figura 45</b>	– Piso tátil emborrachado colado sobre o piso existente .....	105
<b>Figura 46</b>	– Mapa visual e tátil não fixado ao piso nem a parede .....	105
<b>Figura 47</b>	– Uso de cores contrastantes no mapa visual e tátil.....	105
<b>Figura 48</b>	– Piso tátil alerta e direcional na exposição de arte.....	106
<b>Figura 49</b>	– Sinalização visual indicando o tipo de sanitário.....	106
<b>Figura 50</b>	– Guia tátil disponível para pessoas com deficiência visual .....	106
<b>Figura 51</b>	– Totem instalado no saguão de edifício histórico .....	106
<b>Figura 52</b>	– Quadro instalado na parede com informações visuais .....	106
<b>Figura 53</b>	– Totem sobre o piso com informações visuais.....	106
<b>Figura 54</b>	– Placas com informações visuais .....	107
<b>Figura 55</b>	– Piso tátil alerta e direcional emborrachado colado sobre o piso .....	107
<b>Figura 56</b>	– Sinalização indicando saída de emergência.....	107
<b>Figura 57</b>	– Placa com informação tátil inserida no corrimão da escada .....	107
<b>Figura 58</b>	– Treinamento de Língua Brasileira de Sinais .....	108
<b>Figura 59</b>	– Sistema de áudio-descrição da exposição .....	108
<b>Figura 60</b>	– Sistema de alarme sonoro e luminoso .....	109
<b>Figura 61</b>	– Informação tátil em Braille inserida ao longo de um corrimão.....	109
<b>Figura 62</b>	– Instalação de botão de pânico junto à bacia sanitária .....	109
<b>Figura 63</b>	– Informação a respeito da obra de arte exposta .....	109
<b>Figura 64</b>	– Galeria Tátil.....	109
<b>Figura 65</b>	– Equipamento de áudio-descrição .....	109
<b>Figura 66</b>	– Rampa inserida no acesso alternativo à edificação.....	110
<b>Figura 67</b>	– Rampa inserida no acesso alternativo à edificação.....	110
<b>Figura 68</b>	– Rampa inserida junto ao acesso principal .....	111
<b>Figura 69</b>	– Equipamento eletromecânico inserido na escada principal da edificação.....	111
<b>Figura 70</b>	– Plataforma elevatória inserida junto à escada de acesso principal.....	111

<b>Figura 71</b> – Rampa em madeira inserida junto à escada de acesso.....	111
<b>Figura 72</b> – Equipamento eletromecânico de circulação vertical .....	111
<b>Figura 73</b> – Equipamento eletromecânico inserido na escada interna.....	111
<b>Figura 74</b> – Plataforma elevatória inserida em escada .....	112
<b>Figura 75</b> – Cadeira elevatória inserida junto ao corrimão da escada principal .....	112
<b>Figura 76</b> – Inserção de plataforma elevatória ao lado da escada principal.....	112
<b>Figura 77</b> – Caixa do elevador em chapa metálica.....	112
<b>Figura 78</b> – Inserção de corrimão em duas alturas e com cantos curvados .....	113
<b>Figura 79</b> – Inserção de corrimão em duas alturas e com cantos curvados .....	113
<b>Figura 80</b> – Espaço para pessoas em cadeira de rodas junto ao mobiliário de espera .....	113
<b>Figura 81</b> – Balcão com diferentes alturas e espaço para aproximação .....	113
<b>Figura 82</b> – Equipamento disponível no saguão.....	114
<b>Figura 83</b> – Terminais telefônicos em diferentes alturas e terminal telefônico para surdos	114
<b>Figura 84</b> – Corrimão na parede adjacente da escada de forma contemporânea.....	114
<b>Figura 85</b> – Corrimão em duas alturas em material contemporâneo .....	114
<b>Figura 86</b> – Corrimão na parede adjacente da escada de forma contemporânea.....	114
<b>Figura 87</b> – Corrimão em duas alturas ao longo da rampa que liga os pavimentos .....	114
<b>Figura 88</b> – Barras de apoio e disposição dos equipamentos no sanitário .....	115
<b>Figura 89</b> – Barras de apoio e disposição dos equipamentos no sanitário .....	115
<b>Figura 90</b> – Entrevista Focalizada – Pessoas com deficiências.....	141
<b>Figura 91</b> – Entrevista Focalizada – Técnicos envolvidos em Órgãos de Preservação – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Catarinense de Cultura.....	141
<b>Figura 92</b> – Entrevista Focalizada – Técnicos que trabalham com projetos de revitalização do patrimônio histórico e no escritório técnico do Programa Monumenta.....	141
<b>Figura 93</b> – Entrevista Focalizada – Técnicos que trabalham com projetos de revitalização do patrimônio histórico e no escritório técnico do Programa Monumenta.....	141

<b>Quadro 01</b>	– Exemplo da planilha aplicada no método Visita Exploratória .....	42
<b>Quadro 02</b>	– Indivíduos que participaram do método Passeio Acompanhado.....	48
<b>Quadro 03</b>	– Ficha de identificação da edificação – Secretaria de Cultura.....	54
<b>Quadro 04</b>	– Ficha de identificação da edificação – Prefeitura Municipal.....	54
<b>Quadro 05</b>	– Laudo técnico das áreas de acesso ao edifício .....	55
<b>Quadro 06</b>	– Laudo técnico dos saguões, salas de recepção e espera.....	56
<b>Quadro 07</b>	– Laudo técnico das circulações horizontais.....	56
<b>Quadro 08</b>	– Laudo técnico das circulações verticais.....	57
<b>Quadro 09</b>	– Laudo técnico dos sanitários .....	58
<b>Quadro 10</b>	– Laudo técnico dos museus e galerias de arte.....	59
<b>Quadro 11</b>	– Resultados das entrevistas com funcionários dos edifícios estudados.....	60
<b>Quadro 12</b>	– Resultados das entrevistas com funcionários dos edifícios estudados – cont.	61
<b>Quadro 13</b>	– Identificação da pessoa que realizou o passeio acompanhado A.....	63
<b>Quadro 14</b>	– Identificação da pessoa que realizou o passeio acompanhado B.....	65
<b>Quadro 15</b>	– Identificação da pessoa que realizou o passeio acompanhado C.....	67
<b>Quadro 16</b>	– Identificação do indivíduo que realizou o passeio acompanhado D.....	69
<b>Quadro 17</b>	– Identificação da pessoa que realizou o passeio acompanhado E.....	72
<b>Quadro 18</b>	– Identificação do indivíduo que realizou o passeio acompanhado F .....	74
<b>Quadro 19</b>	– Identificação da pessoa que realizou o passeio acompanhado G.....	77
<b>Quadro 20</b>	– Identificação das crianças que realizaram o passeio acompanhado H.....	80
<b>Quadro 21</b>	– Resultados dos passeios acompanhados realizados na Secret. de Cultura ...	84
<b>Quadro 22</b>	– Resultados dos passeios acompanhados realizados na Pref. Municipal .....	85
<b>Quadro 23</b>	– Problemas de orientação espacial nas áreas de acesso à edificação .....	89
<b>Quadro 24</b>	– Problemas de comunicação nas áreas de acesso à edificação .....	89
<b>Quadro 25</b>	– Problemas de deslocamento nas áreas de acesso à edificação.....	90
<b>Quadro 26</b>	– Problemas de uso nas áreas de acesso à edificação .....	90
<b>Quadro 27</b>	– Problemas de orient. espacial nos saguões, salas de recepção e espera .....	91
<b>Quadro 28</b>	– Problemas de comunicação nos saguões, salas de recepção e espera.....	91
<b>Quadro 29</b>	– Problemas de deslocamento nos saguões, salas de recepção e espera.....	91
<b>Quadro 30</b>	– Problemas de uso nos saguões, salas de recepção e espera .....	92
<b>Quadro 31</b>	– Problemas de orientação espacial nas circulações horizontais .....	92
<b>Quadro 32</b>	– Problemas de comunicação nas circulações horizontais .....	92
<b>Quadro 33</b>	– Problemas de deslocamento nas circulações horizontais.....	93
<b>Quadro 34</b>	– Problemas de uso nas circulações horizontais .....	93
<b>Quadro 35</b>	– Problemas de orientação espacial nas circulações verticais.....	94

<b>Quadro 36</b> – Problemas de comunicação nas circulações verticais .....	94
<b>Quadro 37</b> – Problemas de deslocamento nas circulações verticais .....	95
<b>Quadro 38</b> – Problemas de uso nas circulações verticais .....	95
<b>Quadro 39</b> – Problemas de orientação espacial nos sanitários .....	96
<b>Quadro 40</b> – Problemas de comunicação nos sanitários.....	96
<b>Quadro 41</b> – Problemas de deslocamento nos sanitários.....	96
<b>Quadro 42</b> – Problemas de uso nos sanitários.....	97
<b>Quadro 43</b> – Problemas de orientação espacial nos museus e galerias de arte.....	98
<b>Quadro 44</b> – Problemas de comunicação nos museus e galerias de arte .....	98
<b>Quadro 45</b> – Problemas de deslocamento nos museus e galerias de arte .....	99
<b>Quadro 46</b> – Problemas de uso nos museus e galerias de arte .....	99
<b>Quadro 47</b> – Áreas de Acesso à Edificação – Orientação Espacial.....	116
<b>Quadro 48</b> – Áreas de Acesso à Edificação – Orientação e Comunicação.....	117
<b>Quadro 49</b> – Áreas de Acesso à Edificação – Deslocamento.....	118
<b>Quadro 50</b> – Áreas de Acesso à Edificação – Uso .....	119
<b>Quadro 51</b> – Saguões, Salas de Recepção e Espera – Orientação Espacial .....	120
<b>Quadro 52</b> – Saguões, Salas de Recepção e Espera – Orientação e Comunicação.....	121
<b>Quadro 53</b> – Saguões, Salas de Recepção e Espera – Deslocamento e Uso.....	122
<b>Quadro 54</b> – Saguões, Salas de Recepção e Espera – Uso .....	123
<b>Quadro 55</b> – Circulações Horizontais – Orientação Espacial.....	124
<b>Quadro 56</b> – Circulações Horizontais – Comunicação e Deslocamento .....	125
<b>Quadro 57</b> – Circulações Horizontais – Deslocamento e Uso .....	126
<b>Quadro 58</b> – Circulações Verticais – Orientação Espacial.....	127
<b>Quadro 59</b> – Circulações Verticais – Orientação Espacial.....	128
<b>Quadro 60</b> – Circulações Verticais – Comunicação e Deslocamento .....	129
<b>Quadro 61</b> – Circulações Verticais – Deslocamento e Uso .....	130
<b>Quadro 62</b> – Circulações Verticais – Uso .....	131
<b>Quadro 63</b> – Circulações Verticais – Uso .....	132
<b>Quadro 64</b> – Sanitários – Orientação Espacial e Comunicação .....	133
<b>Quadro 65</b> – Sanitários – Deslocamento .....	134
<b>Quadro 66</b> – Sanitários – Uso .....	135
<b>Quadro 67</b> – Museu e Galeria de Arte – Orientação Espacial .....	136
<b>Quadro 68</b> – Museu e Galeria de Arte – Orientação Espacial e Comunicação.....	137
<b>Quadro 69</b> – Museu e Galeria de Arte – Deslocamento .....	138
<b>Quadro 70</b> – Museu e Galeria de Arte – Uso.....	139

<b>CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>1.1 Justificativa</b> .....	<b>1</b>
<b>1.2 Relevância Científica</b> .....	<b>3</b>
<b>1.3 Pergunta de Pesquisa</b> .....	<b>4</b>
<b>1.4 Objetivos</b> .....	<b>5</b>
1.4.1 Objetivo Geral.....	5
1.4.2 Objetivos Específicos.....	5
<b>1.5 Estrutura da Dissertação</b> .....	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>7</b>
<b>2.1 Acessibilidade Espacial</b> .....	<b>7</b>
2.1.1 Diversidade Humana .....	7
2.1.2 Deficiências e Restrições.....	8
2.1.2.1 Classificação das Deficiências.....	10
2.1.2.2 Classificação das Restrições .....	13
2.1.3 Conceito de Acessibilidade .....	14
2.1.4 Componentes de Acessibilidade Espacial.....	15
2.1.5 Dispositivos Legais para a Promoção de Acessibilidade.....	16
2.1.5.1 Decreto Federal nº 5.296 – 2004 .....	17
2.1.5.2 ABNT NBR 9.050 – 2004 .....	18
<b>2.2 Patrimônio Histórico</b> .....	<b>19</b>
2.2.1 Instrumentos Utilizados na Preservação do Patrimônio .....	20
2.2.2 Leis de Preservação do Patrimônio Histórico Brasileiro .....	21
2.2.2.1 Instrução Normativa do IPHAN – 2003 .....	22
<b>CAPÍTULO 3 – ARQUITETURA ECLÉTICA EM PELOTAS</b> .....	<b>24</b>
<b>3.1 Centro Histórico de Pelotas</b> .....	<b>25</b>
3.1.1 Evolução Urbana .....	25
3.1.2 Ecletismo na Arquitetura .....	27
3.1.3 O entorno da Praça Coronel Pedro Osório.....	30
3.1.4 Programa Monumenta .....	31
3.1.5 Legislação do Patrimônio.....	33
<b>3.2 Edifícios Estudados</b> .....	<b>34</b>
3.2.1 Residência do Charqueador Viana (Casarão 2) .....	35
3.2.2 Prefeitura Municipal .....	37
<b>CAPÍTULO 4 – MÉTODOS APLICADOS AOS ESTUDOS DE CASO</b> .....	<b>40</b>
<b>4.1 Pesquisa Documental</b> .....	<b>41</b>
<b>4.2 Visita Exploratória</b> .....	<b>41</b>
4.2.1 Elaboração e descrição do experimento .....	42
<b>4.3 Entrevistas Semi-estruturadas</b> .....	<b>43</b>
4.3.1 Entrevista – Programa Monumenta.....	44
4.3.2 Entrevista – Patrimônio Histórico em Pelotas.....	44
4.3.3 Entrevista – Funcionários da Secretaria de Cultura e da Prefeitura Municipal ...	44
4.3.3.1 Elaboração e descrição do experimento aplicado no estudo piloto .....	45
<b>4.4 Passeio Acompanhado</b> .....	<b>45</b>

4.4.1 Caracterização da amostra .....	46
4.4.2 Elaboração do experimento .....	49
<b>4.5 Entrevista Focalizada .....</b>	<b>50</b>
4.4.1 Caracterização da amostra .....	51
4.4.2 Elaboração do experimento .....	52
<b>CAPÍTULO 5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS ESTUDOS DE CASO .....</b>	<b>53</b>
<b>5.1 Visitas Exploratórias.....</b>	<b>53</b>
<b>5.2 Entrevistas com Funcionários .....</b>	<b>60</b>
<b>5.3 Passeios Acompanhados.....</b>	<b>62</b>
5.3.1 Passeio Acompanhado A – indivíduo com muletas.....	63
5.3.2 Passeio Acompanhado B – mãe com carrinho de bebê .....	65
5.3.3 Passeio Acompanhado C - idosa .....	67
5.3.4 Passeio Acompanhado D - cego .....	69
5.3.5 Passeio Acompanhado E – pessoa sem conhecimento do local .....	72
5.3.6 Passeio Acompanhado F – surdo .....	74
5.3.7 Passeio Acompanhado G – pessoa em cadeira de rodas .....	77
5.3.8 Passeio Acompanhado H – crianças.....	80
5.3.9 Resumo dos resultados obtidos com a aplicação do método .....	83
<b>5.4 Discussão dos Resultados dos Estudos de Caso.....</b>	<b>88</b>
<b>CAPÍTULO 6 – POSSÍVEIS SOLUÇÕES E DIRETRIZES.....</b>	<b>101</b>
<b>6.1 Problemas de Acessibilidade e Exemplos de Soluções .....</b>	<b>101</b>
6.1.1 Soluções de Orientação Espacial.....	102
6.1.2 Soluções de Comunicação.....	107
6.1.3 Soluções de Deslocamento.....	110
6.1.4 Soluções de Uso.....	112
<b>6.2 Possíveis Soluções aos Problemas Identificados nos Estudos de Caso .....</b>	<b>115</b>
<b>6.3 Resultados das Entrevistas Focalizadas .....</b>	<b>140</b>
<b>6.4 Diretrizes para a Acessibilidade Espacial em Edificações Históricas .....</b>	<b>145</b>
6.4.1 Diretrizes para Orientação Espacial .....	145
6.4.2 Diretrizes para Comunicação .....	147
6.4.3 Diretrizes para Deslocamento .....	148
6.4.4 Diretrizes para Uso .....	149
6.4.5 Diretrizes Gerais .....	149
<b>CAPÍTULO 7 – CONCLUSÕES.....</b>	<b>150</b>
<b>7.1 Resposta ao Objetivo Principal.....</b>	<b>150</b>
<b>7.2 Considerações Finais .....</b>	<b>151</b>
<b>7.3 Recomendações para Futuras Pesquisas.....</b>	<b>153</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>154</b>
<b>APÊNDICE A – Planilhas adotadas no método da Visita Exploratória.....</b>	<b>158</b>
<b>APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista com responsáveis pelo Programa Monumenta</b>	<b>187</b>

**APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista sobre a Evolução Urbana de Pelotas ..... 188**

**APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista com os Funcionários dos estudos de caso..... 189**

**APÊNDICE E – Roteiros de Atividades adotados nos Passeios Acompanhados ..... 191**

**APÊNDICE F – Roteiro de entrevista aplicada nas Entrevistas Focalizadas..... 192**

**ANEXO A – Programa Monumenta**



## **CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO**

A acessibilidade e o patrimônio histórico são duas questões distintas, de difícil comparação, surgidas em diferentes épocas, mas que tem algo em comum: o homem. O homem construiu a história e deve ter condições de conhecê-la, valorizá-la e utilizá-la.

A aplicação da legislação de acessibilidade nos dias atuais tem se deparado com diversas dificuldades, como a intervenção em edificações históricas, construídas no passado e hoje protegidas por órgãos de preservação e que, com o passar dos anos, receberam novos usos. É fundamental aplicar a legislação de acessibilidade nos projetos de revitalização desses bens tombados para que, ao abrigarem novas funções, possam ser utilizados por um público diversificado, independente de suas capacidades ou limitações.

Este trabalho busca apresentar algumas considerações de como intervir visando à acessibilidade sem descaracterizar o patrimônio. Este capítulo aborda a justificativa para o estudo proposto, bem como a relevância científica, a pergunta de pesquisa, os objetivos e a estrutura da dissertação.

### **1.1 Justificativa**

As cidades brasileiras surgiram em uma época em que não havia a preocupação em incluir as pessoas com deficiências<sup>1</sup> na sociedade. Através dos projetos de revitalização de áreas históricas e da aplicação de legislação vigente nos dias atuais, é necessário que os edifícios inseridos nesse contexto possam ser frequentados por todas as pessoas, independente de suas capacidades ou limitações.

Por patrimônio histórico entende-se um bem que possua reconhecido valor à uma sociedade (IPHAN, 2008). Os edifícios que constituem o patrimônio histórico, hoje protegidos por leis de preservação e que, na maioria dos casos, são utilizados por órgãos públicos municipais, estaduais e federais, não estão adaptados para atender a todas as pessoas, muito embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos

---

<sup>1</sup> Pessoas com deficiências são aquelas que apresentam alguma disfunção em nível fisiológico ou na estrutura do corpo, tais como um desvio ou uma perda significativa. Conforme o Dicionário Aurélio (2009), “Insuficiência orgânica ou mental. Defeito que uma coisa tem ou perda que experimenta na sua quantidade, qualidade ou valor”. (Disponível em [www.dicionariodoaurelio.com](http://www.dicionariodoaurelio.com) – acesso em 06/07/2009)

estabeleça que todas as pessoas têm os mesmos direitos perante a lei, inclusive à cultura e ao lazer.

Muitas dessas edificações abrigam hoje serviços públicos e atividades culturais, como prefeituras, museus e teatros. O Decreto nº 5.296/2004 determinou que as edificações de uso público teriam prazo até junho de 2007 para garantir a acessibilidade, bem como edificações de uso coletivo (atividades culturais) teriam prazo até dezembro de 2008. A acessibilidade pode ser definida como condição de acesso e uso a todos os lugares, independente da condição fisiológica do indivíduo.

A realidade brasileira mostra que existem hoje 24,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, seja ela físico-motora<sup>2</sup>, sensorial<sup>3</sup>, cognitiva<sup>4</sup> ou múltipla<sup>5</sup>. Cabe lembrar também das pessoas com alguma limitação, temporária ou não, como mulheres grávidas ou com carrinhos de bebê. Além disso, observa-se um crescente aumento na população idosa que, ao longo dos anos, costuma apresentar diversas limitações na realização de atividades devido ao processo natural de envelhecimento.

Visto isso, a grande dificuldade que se enfrenta é tornar o patrimônio histórico acessível, preservando as características que fizeram destes bens parte da história e da memória de um grupo e, por isso, são protegidos, mas que, ao mesmo tempo, devem se adaptar à realidade atual. Cabe salientar que existe um conflito em relação a este problema e, para intervir, às vezes é necessária a adoção de tecnologias modernas, onde é necessário identificar diferenças entre o novo e o antigo, entre o que é histórico e o que é contemporâneo. É importante mencionar que existem diferentes correntes de preservação: de um lado, estudiosos que acreditam que o patrimônio é imexível e não pode ser alterado; de outro, pessoas que crêem que o patrimônio não deixa de ser

---

<sup>2</sup> Refere-se ao impedimento ou às dificuldades encontradas para a realização de atividades que necessitam de força física, coordenação motora e precisão, ou ainda aquelas relativas à mobilidade do indivíduo no espaço.

<sup>3</sup> Diz respeito às perdas significativas nas capacidades dos sistemas de percepção (classificação proposta por GIBSON, 2006) do indivíduo gerando dificuldades em perceber diferentes tipos de informações ambientais.

<sup>4</sup> Fazem referência às dificuldades para a compreensão e tratamento das informações recebidas (atividades mentais).

<sup>5</sup> São representadas pelos casos em que indivíduos apresentam mais de um tipo de deficiência associadas.

preservado ao receber algum elemento contemporâneo na revitalização e readequação para um novo uso.

Para o desenvolvimento deste trabalho, optou-se por realizar dois estudos de caso na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. Por quê Pelotas? Pelotas é uma das 26 cidades brasileiras que são atendidas com verbas do Programa Monumenta<sup>6</sup>, que contempla o centro histórico da cidade e áreas adjacentes. O município está passando por um processo de mobilização em relação à questão da recuperação do patrimônio histórico e, por isso, acredita-se que esse é o momento de voltar todos os esforços e expectativas visando atingir os objetivos.

O centro histórico de Pelotas foi edificado nos séculos XVIII e XIX e apresenta um patrimônio arquitetônico de grande valor para a região sul do Brasil, bem como para o país. Está localizado na zona urbana do município e hoje, por se tratar de um ponto turístico que abrange a maioria dos edifícios de uso público municipal, deve adaptar-se as necessidades atuais da população, com o intuito de oferecer maior conforto, segurança e eficácia. Através do estudo de caso em Pelotas, pretende-se apontar soluções técnicas de acessibilidade que possam ser generalizadas aos edifícios históricos de outras cidades brasileiras.

## **1.2 Relevância Científica**

Observando os edifícios históricos, percebe-se que, na época de suas construções, não havia a preocupação com a questão da acessibilidade espacial. Embora o tema esteja em constante discussão, incluindo aos poucos pessoas que sofrem algum tipo de limitação nas atividades cotidianas, o patrimônio histórico, tão presente em nossas vidas, sofre dificuldades ao se adaptar a esta realidade.

O estudo envolvendo acessibilidade espacial e patrimônio arquitetônico é importante para o avanço do conhecimento científico, pois a legislação<sup>7</sup> brasileira que envolve o tema é pouco específica, já que existe o choque entre as metas acessibilidade e patrimônio: como tornar acessível e, ao mesmo tempo, alterar menos possível o

---

<sup>6</sup> Iniciativa do Governo Federal que visa à recuperação e preservação do patrimônio histórico.

<sup>7</sup> A legislação refere-se à Normativa nº 1 do IPHAN de 2003, que é pouco específica para orientar projetos de restauro/revitalização.

patrimônio histórico? O estudo de dois temas tão distintos, acessibilidade e bens tombados, buscará contribuir para superar mais uma das barreiras que dificulta a inclusão social. Nas palavras de Melissa Gerente:

A dificuldade de se prover acessibilidade nos sítios históricos do Brasil encontra-se no fato de que estes não foram originalmente projetados para receber as pessoas com restrições, sendo hoje locais protegidos por leis de preservação, que restringem ou impedem a modificação de suas características históricas, acarretando na difícil aplicação das normas de acessibilidade já existentes. (2005, p.16)

A partir do levantamento da situação existente e da proposição de soluções de um estudo de caso, ampliando a visão através da fundamentação teórica, considera-se viável traçar diretrizes de acessibilidade aos edifícios históricos. Este trabalho destinar-se-á a auxiliar agentes de órgãos do poder público e privado, envolvidos com intervenções em edificações históricas preservadas, bem como a comunidade acadêmica e técnico-científica, como um suporte teórico sobre os temas aqui representados. Pretende-se que, a partir deste estudo, as intervenções visando à acessibilidade não comprometam o valor do bem em questão.

Por fim, espera-se que esse estudo possibilite contribuir para aumentar o número e a diversidade de indivíduos que possam frequentar edificações históricas de uso público e cultural, contribuindo assim tanto para uma questão social – via inclusão –, quanto educacional – através da cultura, representada por museus e galerias de arte –, bem como para a preservação patrimonial – a partir do momento que o objeto/bem é utilizado, tem seu valor reconhecido pela sociedade, e é menor sua probabilidade de deterioração.

### **1.3 Pergunta de pesquisa**

Sendo os edifícios em estudo protegidos por leis de preservação, quais os procedimentos que devem ser adotados para torná-los acessíveis, preservando suas características históricas?

## 1.4 Objetivos

### 1.4.1 Objetivo Geral

A partir de um estudo de caso, traçar diretrizes de acessibilidade espacial que possam ser generalizadas às edificações históricas de arquitetura eclética.

### 1.4.2 Objetivos Específicos

- a) Estudar leis e normas nacionais e internacionais referentes à acessibilidade e patrimônio.
- b) Verificar as características arquitetônicas e o uso dos edifícios do recorte do Centro Histórico de Pelotas.
- c) Avaliar os problemas de acessibilidade em uma amostra dos edifícios do Centro Histórico da cidade de Pelotas, em relação aos quatro componentes de acessibilidade.
- d) Levantar soluções técnicas de acessibilidade utilizadas na preservação de patrimônio nacional e internacional.
- e) Definir soluções para o estudo de caso e discutí-las com técnicos responsáveis por projetos de revitalização e pessoas com deficiências.

## 1.5 Estrutura da Dissertação

A presente dissertação está estruturada em sete capítulos. No **Capítulo 1, Introdução**, justifica-se a escolha do tema, bem como a relevância científica do estudo realizado, situa-se o problema e os objetivos utilizados, bem como a estrutura da dissertação.

O **Capítulo 2, Fundamentação Teórica**, se dedica às definições acerca de acessibilidade espacial e patrimônio histórico, bem como ao estudo de leis e normas específicas referentes a esses temas.

No **Capítulo 3, Arquitetura Eclética em Pelotas**, são desenvolvidos a caracterização do Centro Histórico de Pelotas, bem como o estudo da legislação vigente, em nível municipal, envolvendo o tema do estudo. Relata-se ainda, aspectos históricos dos edifícios que serão objetos de estudo dessa dissertação.

No **Capítulo 4**, relativo aos **Métodos Aplicados aos Estudos de Caso**, apresenta-se a metodologia utilizada. Primeiramente, foram abordadas as visitas exploratórias realizadas ao local de estudo, através de técnicas como a fotografia e planilhas

técnicas, com o intuito de catalogar dados importantes para o desenvolvimento do trabalho. Depois, a entrevista semi-estruturada, realizada com funcionários dos edifícios estudados. Posteriormente, foi aplicado o método do passeio acompanhado com pessoas com deficiências ou que pudessem sofrer alguma restrição do meio no desenvolvimento de atividades. Por fim, adotou-se a entrevista focalizada para a discussão dos resultados obtidos nos estudos de caso com pessoas com deficiências e técnicos envolvidos na preservação de edificações históricas.

O **Capítulo 5** dedica-se aos **Resultados e Discussão dos Estudos de Caso**, fazendo uma relação entre o conhecimento teórico e os casos estudados.

No **Capítulo 6** são apresentadas as possíveis soluções de intervenção em edificações históricas e os resultados das entrevistas focalizadas. Além disso, foram elaboradas **Diretrizes para Acessibilidade em Edificações Históricas**, atendendo ao objetivo geral do trabalho.

O **Capítulo 7** apresenta as **Conclusões** através de uma síntese dos resultados encontrados durante a pesquisa e a verificação do cumprimento dos objetivos propostos, bem como o avanço das possíveis soluções de projeto. Apresentam-se, ainda, sugestões para trabalhos futuros.

Por fim, seguem as **Referências Bibliográficas** utilizadas no desenvolvimento do trabalho e os **Apêndices** produzidos.

## **CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Este trabalho aborda a inserção dos parâmetros de acessibilidade em edifícios históricos, protegidos por órgãos de preservação. Para isso, é necessário que se apresente a revisão histórica e conceitual a respeito destes dois temas.

Lakatos (2008, p.185) afirma que “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

A revisão da literatura foi realizada a partir da seleção de obras, buscando contribuir para alcançar os objetivos estabelecidos nesta pesquisa e estão estruturadas em questões referentes à **acessibilidade espacial e patrimônio histórico**.

### **2.1 Acessibilidade Espacial**

A partir do estudo de diversos conceitos envolvendo o termo acessibilidade, pretende-se demonstrar como pessoas com algum tipo de limitação, seja temporária ou permanente, fazem uso do ‘*direito de ir e vir*<sup>8</sup>’ no mundo contemporâneo.

Inicialmente será abordada a questão da diversidade humana, será explicada a diferença existente entre deficiência e restrição, além de suas respectivas classificações para, depois, conceituar acessibilidade.

#### **2.1.1 Diversidade Humana**

Não existe “homem padrão”. As pessoas apresentam características diferentes entre si (figura 01), seja em relação ao sexo, a idade ou a cultura. Existem pessoas magras e altas, outras gordas e baixas. Elas podem apresentar diferentes capacidades e habilidades físicas. Para a concepção de ambientes e produtos que possam ser utilizados por todas as pessoas, é necessário conhecer essas diferenças e projetar espaços levando em consideração esses fatores.

---

<sup>8</sup> O direito de ir e vir é garantido na Constituição Federal do Brasil (1988) através do Art. 5º- Trata do direito de ir e vir, livre locomoção no território nacional em tempo de paz. Ainda no caput do referido artigo é destacado o Princípio da Isonomia ou Direito à Igualdade - “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”.



Figura 01 – Pessoas de uma mesma faixa etária podem apresentar diferentes características entre si. Fonte: . Acesso em 19/05/2009.



Figura 02 – Criança com dificuldades ao tentar pegar um livro em uma prateleira alta. Fonte: . Acesso em 19/05/2009.

As crianças, por exemplo, podem ter dificuldades ao pegar um livro em uma biblioteca se este estiver numa prateleira alta (figura 02), bem como um idoso pode não ter habilidade e força para girar uma maçaneta. Cabe lembrar que todas as pessoas estão sujeitas a sofrer um acidente que as deixe temporariamente ‘desabilitadas’ e que, com o avanço da idade, ocorre o processo natural de envelhecimento. Não se pode esquecer que é “[...] a diversidade que caracteriza o homem como espécie”. (CAMBIAGUI, 2007, p.38)

Com o intuito de criar ambientes acessíveis a todos é fundamental conhecer as diferentes dificuldades que o ser humano pode se deparar. A partir do diagnóstico dessas dificuldades, podem ser identificadas as principais barreiras<sup>9</sup> enfrentadas no dia-a-dia.

### 2.1.2 Deficiências e Restrições

O Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2000) indicou que, aproximadamente, 24,5 milhões de pessoas, ou 14,5% da população total, apresentaram algum tipo de incapacidade ou deficiência. Incluem-se nessa categoria as pessoas com ao menos alguma dificuldade de enxergar, de ouvir, locomover-se ou com alguma deficiência física ou mental.

<sup>9</sup> A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF (2008, p.244) define barreiras como “fatores ambientais que, por meio de sua ausência ou presença, limitam a funcionalidade e provocam a incapacidade. Esses incluem aspectos como um ambiente físico inacessível, falta de tecnologia de assistência apropriada, atitudes negativas das pessoas em relação à incapacidade, bem como serviços, sistemas e políticas inexistentes ou que dificultam o envolvimento de todas as pessoas com uma condição de saúde em todas as áreas da vida”.



Costuma-se utilizar o termo ‘deficiência’ para se referir não só ao problema de origem do indivíduo, mas também a noções de incapacidade. Cabe salientar que a presença de uma deficiência não implica em incapacidade (GERENTE, 2005, P.22). Para ilustrar, pode-se citar que pessoas com deficiência física conseguem participar de uma atividade se a mesa tiver espaço para sua aproximação – não há limitação da capacidade (figura 03). Ao mesmo tempo, qualquer pessoa pode sofrer alguma restrição do meio mesmo que não tenha deficiência, como uma mãe com carrinho de bebê ao subir uma calçada que não possua guias rebaixadas (figura 04).



Figura 03 – Apesar de ter uma deficiência, a pessoa em cadeira de rodas não é impossibilitada de participar das atividades.



Figura 04 – Mesmo sem ter deficiência, a mãe com carrinho de bebê tem dificuldades ao subir a calçada devido à ausência de guia rebaixada.

Dischinger, Bins Ely e Piardi utilizam o termo ‘deficiência’ para “[...] *designar o problema específico de uma disfunção no nível fisiológico do indivíduo* (por exemplo, cegueira, surdez, paralisia)” (2009)<sup>10</sup>. Eugênia Fávero (2004, p.24-25) define deficiência como “[...] uma limitação significativa física, sensorial ou mental e não se confunde com incapacidade. A incapacidade para alguma coisa (andar, subir escadas, ver, ouvir, etc) é uma conseqüência da deficiência, que deve ser vista de forma localizada [...]”. A Organização Mundial da Saúde, através da CIF (2008, p.63) considera que “**deficiências** são problemas na função ou estrutura do corpo, tais como um desvio ou uma perda significativa”.

As restrições são utilizadas para designar, segundo Marta Dischinger<sup>11</sup> (2008), a “dificuldade existente para a realização de atividades desejadas resultantes da relação

<sup>10</sup> Trabalho em andamento.

<sup>11</sup> Comunicação verbal: palestra proferida no I Seminário Estadual de Acessibilidade, realizado na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, nos dias 4 e 5 de novembro de 2008.

entre as condições dos indivíduos e as características ambientais”. As restrições de participação<sup>12</sup>, segundo a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (2008, p.243), “são problemas que um indivíduo pode enfrentar quando está envolvido em situações da vida real”. A Organização Mundial da Saúde complementa que “a presença da restrição de participação é determinada pela comparação entre a participação individual e aquela esperada de um indivíduo sem deficiência naquela cultura ou sociedade” (2008, p.243). A CIF define ainda que limitações de atividades<sup>13</sup> “são dificuldades que um indivíduo pode ter na execução de atividades. Uma limitação de atividade pode variar de um desvio leve a grave, em termos da quantidade ou da qualidade na execução da atividade, comparada a maneira ou extensão esperada em pessoas sem essa condição de saúde” (2008, p.21).

Para efeitos deste trabalho, entende-se deficiência como um problema específico de uma disfunção no nível fisiológico do indivíduo e restrição diz respeito à relação existente entre indivíduos e meio ambiente.

Não é fácil classificarmos deficiências ou restrições que atingem os indivíduos. Existem muitos fatores que podem influenciar nessa classificação, especialmente quanto à deficiência, entre eles fatores individuais, sócio-culturais e ambientais. Apesar disso, é importante a existência e a divulgação de classificações para que todos possam compreender como o ambiente pode se adequar a indivíduos com diferentes habilidades e necessidades.

### 2.1.2.1 Classificação das Deficiências

De acordo com Dischinger, Bins Ely e Piardi (2009), as deficiências são classificadas como físico-motoras, sensoriais, cognitivas e múltiplas. Esta classificação se refere às habilidades funcionais humanas.

As **deficiências físico-motoras** são aquelas que alteram a capacidade de motricidade geral do indivíduo acarretando dificuldades, ou impossibilidade, de realizar movimentos quaisquer que sejam estes (figuras 05 e 06). De forma geral as deficiências físico-

<sup>12</sup> “Restrição de participação” substitui o termo “limitação”, utilizado na versão de 1980 da Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Limitações – ICIDH, publicada inicialmente pela Organização Mundial da Saúde em caráter experimental.

<sup>13</sup> “Limitação de atividade” substitui o termo “incapacidade”, utilizado na versão de 1980 da ICIDH.

motoras afetam a realização de atividades que demandam força física, coordenação motora e precisão, ou ainda aquelas relativas à mobilidade do indivíduo no espaço.



Figura 05 – Deficiente físico-motor que utiliza muletas para locomoção.



Figura 06 – Deficiente físico-motor que utiliza triciclo para locomoção.

As **deficiências sensoriais** são aquelas em que há perdas significativas nas capacidades dos sistemas de percepção<sup>14</sup> do indivíduo gerando dificuldades em perceber diferentes tipos de informações ambientais. Os sistemas perceptivos são classificados em orientação, háptico, visual (figura 07), auditivo (figura 08) e paladar-olfato. Dischinger, Bins Ely e Piardi (2009) ampliaram a descrição das deficiências sensoriais com o intuito de melhorar a compreensão dos problemas e a qualidade das soluções de desenho de ambientes e objetos.



Figura 07 – Deficiente visual utiliza bengala para se orientar no espaço.



Figura 08 – Deficiente auditivo se comunicando com atendente através de texto escrito.

a) **Deficiências no sistema visual:** são aquelas que provocam limitações na capacidade de enxergar. Compreende problemas de cegueira (perda total) até os de visão parcial (baixa visão), sendo estes os mais comuns.

<sup>14</sup> Dischinger e Bins Ely utilizam a classificação proposta por GIBSON (1966).

b) *Deficiências no sistema auditivo*: conforme o Decreto nº 5.296/2004, constituem a perda bilateral, parcial ou total de quarenta e um decibéis ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. Quando ocorre a perda total da capacidade de perceber estímulos sonoros, o indivíduo não consegue ouvir a fala humana, e com isso não adquire, naturalmente, o código da linguagem oral. Na audição reduzida, o indivíduo possui dificuldades, porém não está impossibilitado de compreender a fala humana ou de expressar oralmente, com ou sem auxílio de aparelhos auditivos.

c) *Deficiências no sistema de orientação/equilíbrio*: são aquelas que provocam alterações ou perda da capacidade de equilíbrio do indivíduo, afetando a manutenção da postura ereta, a percepção do movimento próprio de aceleração (início e fim do movimento do indivíduo) e a identificação dos referenciais espaciais corpóreos e ambientais (eixos vertical / horizontal, direções direita / esquerda, etc.). O sistema de orientação responde às forças de gravidade e localiza-se no labirinto (estrutura interna do ouvido) atuando de forma coordenada com os outros sistemas sensoriais (visão, audição, háptico).

d) *Deficiências no sistema háptico*: são aquelas que alteram a obtenção de informação que permitem sentir a localização e movimento de qualquer parte do corpo, e distinguir vibrações, pressão, peso, temperatura, texturas, volumes, formas; sensações de dor e prazer, etc. Estas sensações são percebidas não apenas pelo tato, mas também através de sensores em vários órgãos e estruturas corpóreas (pele, músculos, posição de juntas, órgãos internos, etc).

e) *Deficiências no sistema paladar-olfato*: são aquelas que comprometem a capacidade do indivíduo em distinguir e compreender as composições químicas dos objetos ingeridos ou inalados através de células localizadas na boca e no nariz. O sistema palato-olfativo, assim como os sistemas hápticos e de orientação, pode contribuir para a obtenção de informações ambientais na presença de outras deficiências sensoriais.

As **deficiências cognitivas** são aquelas que se referem às dificuldades para a compreensão e tratamento das informações recebidas (atividades mentais), podendo

afetar os processos de aprendizado e aplicação de conhecimento, a comunicação lingüística e interpessoal.

As **deficiências múltiplas** são representadas pelos casos em que indivíduos apresentam mais de um tipo de deficiência associadas. As deficiências múltiplas são comuns aos idosos, já que perdem parcialmente a visão, têm doenças no sistema nervoso e doenças articulares.

### 2.1.2.2 Classificação das Restrições

Para facilitar a avaliação de ambientes e/ou equipamentos visando sua adequação para todas as pessoas, Dischinger, Bins Ely e Piardi (2009) classificam as restrições em quatro categorias a partir da relação entre indivíduos e meio ambiente.

As **restrições em atividades físico-motoras** referem-se ao impedimento ou às dificuldades para a realização de atividades que dependam de força física, coordenação motora, precisão ou mobilidade. Portanto, restrições deste tipo afetam principalmente as pessoas que já possuem uma deficiência físico-motora ou tem sua mobilidade reduzida, como os idosos.

As **restrições na percepção sensorial** referem-se às dificuldades para a percepção das informações do meio ambiente devido à presença de barreiras ou ausência de fontes informativas adequadas as quais impedem ou dificultam a obtenção de estímulos através dos distintos sistemas sensoriais (visual, auditivo, paladar/olfato, háptico e orientação). Estas restrições afetam principalmente as pessoas com deficiências visuais, auditivas e aos idosos.

As **restrições em atividades de comunicação** referem-se às dificuldades para comunicar-se socialmente através da fala ou da utilização de códigos devido a características do meio ambiente (existência de ruído, dispositivos de controle, etc) ou ausência de equipamentos de tecnologia assistiva. Estas restrições afetam a realização de atividades principalmente para pessoas com deficiência auditiva, ou pessoas com problemas na fala.

As **restrições em atividades cognitivas** referem-se às dificuldades encontradas no tratamento das informações existentes no meio ambiente (cartazes, sinais, letreiros), ou no desenvolvimento de relações interpessoais para realização de atividades que requerem compreensão, aprendizado e tomada de decisão. Estas restrições afetam principalmente pessoas iletradas com deficiência cognitiva.

As diferentes deficiências, as características ambientais e as restrições apresentam uma ligação direta. Conforme Dischinger, Bins Ely e Piardi (2009), “A presença de uma deficiência implica na existência de determinados níveis de limitação para a realização de atividades”.

### 2.1.3 Conceito de Acessibilidade

A acessibilidade, no âmbito da arquitetura, vai além de espaços que possam ser utilizados por todas as pessoas de forma equivalente. Dischinger, Bins Ely e Piardi (2009) definem que “**acessibilidade espacial** significa bem mais do que *poder atingir um lugar desejado*. É também necessário que o local permita ao usuário *compreender sua função, sua organização e relações espaciais*, assim como *participar das atividades que ali ocorrem*”. As autoras afirmam que essas ações devem ser executadas com segurança, conforto e independência.

FERNÁNDEZ et. al. (2005, p.50) afirmam que “com o ‘*desenho para todos*’ de objetos, espaços, instalações e serviços de um edifício público devem procurar o máximo de autonomia<sup>15</sup>, segurança de uso<sup>16</sup> e conforto<sup>17</sup>”.

É importante salientar que, com o uso de soluções de *acessibilidade universal*<sup>18</sup> que levem em consideração as necessidades de todos, pode-se alcançar condições de acessibilidade espacial sem comprometer a participação de algumas pessoas.

---

<sup>15</sup> Autonomia: cada pessoa, dentro de suas capacidades, possa desenvolver a quantidade maior possível de atividades de forma independente.

<sup>16</sup> Segurança de Uso: a atividade deve ser exercida de forma suficientemente segura, sem correr riscos desnecessários.

<sup>17</sup> Conforto: esta atividade deve ocorrer da forma mais cômoda possível.

<sup>18</sup> UBIERNA define que *Acessibilidade Universal* é semelhante a dizer Desenho sem Discriminação, é como dizer desenho para todas as pessoas. (2002, p.5)

A Norma Brasileira NBR 9050 (2004, p.3) define espaço acessível como “espaço que pode ser percebido e utilizado em sua totalidade por todas as pessoas, inclusive aquelas com mobilidade reduzida”. Para DISCHINGER et. al. (2004, p.28), “acessibilidade significa poder chegar a algum lugar com conforto e independência, entender a organização e as relações espaciais que este lugar estabelece e participar das atividades que ali ocorrem fazendo uso dos equipamentos disponíveis”.

O Guia PlanMob 1 (Secretaria Nacional do Transporte e da Mobilidade Urbana - SEMOB, 2007a, p.42) diz que acessibilidade significa “[...] a condição do indivíduo de se movimentar, locomover e atingir um destino desejado, ‘dentro de suas capacidades individuais’, isto é, realizar qualquer movimentação ou deslocamento por seus próprios meios, com total autonomia e em condições seguras, mesmo que para isso precise se utilizar de objetos e aparelhos específicos”.

DUARTE e COHEN (2006, p.3) afirmam que “a acessibilidade ao espaço construído não deve ser compreendida como um conjunto de medidas que favoreceriam apenas às pessoas com deficiência - o que poderia até aumentar a exclusão espacial e a segregação destes grupos, mas sim medidas técnico-sociais destinadas a acolher todos os usuários em potencial”.

A partir disso, pode-se dizer que falar em acessibilidade é projetar edifícios, cidades e produtos que possam ser utilizados com conforto, segurança e autonomia por todas as pessoas, independente de suas capacidades ou limitações, de forma igualitária.

Para um melhor entendimento do conceito de acessibilidade, é importante mencionar as condições de acesso à informação, das possibilidades de deslocamento e de uso do espaço, onde todos os indivíduos possam participar de atividades e assim, exercer seu direito de cidadão, conforme é previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988.

#### **2.1.4 Componentes de Acessibilidade Espacial**

Com o intuito de orientar as ações de avaliação e fiscalização dos edifícios públicos, Bins Ely, Dischinger e Piardi (2009) definiram os **Componentes de acessibilidade espacial** em quatro categorias: orientação espacial, comunicação, deslocamento e uso. Conforme as autoras, “cada componente é constituído por um conjunto de diretrizes

que definem características espaciais de forma a permitir a acessibilidade aos edifícios públicos e minimizar possíveis restrições”.

A **orientação espacial** está ligada à compreensão do espaço, permitindo, assim, que os usuários reconheçam a identidade de funções do espaço e definam suas estratégias de deslocamento e uso. As condições de orientação dependem das configurações arquitetônicas e dos suportes informativos adicionais existentes, bem como das condições do indivíduo de tomar decisões e agir.



A **comunicação** refere-se às possibilidades de troca de informações interpessoais, ou troca de informações por meio da utilização de equipamentos de tecnologia assistiva, que permitam o acesso, a compreensão e o uso das atividades existentes.



O **deslocamento** faz referência às condições de movimento ao longo de percursos horizontais e verticais de forma independente, segura e confortável, sem interrupções e livre de barreiras.



O **uso** é obtido através da possibilidade de participação de todo e qualquer indivíduo nas atividades, podendo utilizar todos os ambientes e equipamentos.



Para que se obtenha a acessibilidade espacial, é necessário que se atenda aos componentes em sua totalidade. Cabe salientar que a ausência de um destes componentes resulta no comprometimento dos demais.

### 2.1.5 Dispositivos Legais para a Promoção de Acessibilidade

Em 1948, foi estabelecido o marco inicial que garantia o direito à cidadania de todas as pessoas através da promulgação da ‘Declaração Universal dos Direitos Humanos’ pela Organização das Nações Unidas (ONU). A partir disso diferentes esforços foram iniciados mundialmente para garantir o direito igualitário a todas as pessoas.

No ano de 1975, a ONU criou a ‘Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes’ e, em 1982, o ‘Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência’. Este ano



acabou sendo referido como o 'Ano Internacional das Pessoas Deficientes'. Conforme a ONU (1983), o Programa busca orientar os países membros da organização a respeito da política adotada em relação à equiparação de oportunidades das pessoas com deficiências.

Em 1988 a Constituição Federal Brasileira decretou que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988, p.1). Porém, somente em 1989 foi ratificado através da Lei nº 7.853 o direito à possibilidade de integração das pessoas com limitações na cidade, a partir da eliminação de barreiras de acesso às ruas. Esta lei é regulamentada pelo decreto nº 3.298, de 1999, que visa **garantir e estimular o acesso das pessoas à cultura e ao turismo**<sup>19</sup>, entre outros.

Em 1989, foi criada a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, que em seu Art. 195 estabelece que os logradouros e **edifícios públicos deverão ser adaptados para permitir o livre acesso aos deficientes físicos**<sup>20</sup>.

A lei existe e deve ser cumprida. Porém, grande parte dos museus, teatros e órgãos públicos estão instalados em edifícios que fazem parte do acervo de patrimônio histórico das cidades, planejados em outra época, na qual não se pensava no acesso de cegos, idosos e pessoas em cadeiras de rodas, por exemplo, aos espaços.

#### **2.1.5.1 Decreto Federal nº 5.296 – 2004**

O Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, foi instituído para regulamentar as Leis números 10.048, de 8 de novembro de 2000, que “dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica”, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências” (BRASIL, 2004, p.1). A Lei nº 10.098 não traz nenhuma solução de acessibilidade em relação aos espaços urbanos de preservação histórica; o único aspecto positivo se trata do Art. 25, o qual fala nos bens históricos, relatando que “as disposições desta Lei

---

<sup>19</sup> Grifo próprio.

<sup>20</sup> idem.

aplicam-se aos edifícios ou imóveis declarados bens de interesse cultural ou de valor histórico-artístico, desde que as modificações necessárias observem as normas específicas reguladoras destes bens” (BRASIL, 2000, p.2).

O Decreto-Lei 5.296 estabelece no Art. 15, parágrafo 2º (2004, p.7), que “nos casos de adaptação de bens culturais imóveis [...] será admitida, em caráter excepcional, [...] que o acesso seja viabilizado de outra forma, garantida a melhor técnica possível”. Com isso, percebe-se que a legislação é flexível em se tratando do patrimônio histórico, já que nem sempre é possível intervir no acesso principal da edificação devido às suas características arquitetônicas.

Cabe lembrar que foram estabelecidos prazos para a adaptação de edificações de uso público, que seria de trinta e seis meses a contar da data de publicação deste decreto, em dezembro de 2004. Com isso, nota-se que o prazo já expirou (em dezembro/2007) e que, até agora, poucas ações foram feitas com o intuito de permitir o acesso igualitário aos edifícios de uso público, principalmente àqueles que estão instalados em bens históricos.

#### **2.1.5.2 ABNT NBR 9.050 – 2004**

A NBR 9050, de 2004, foi desenvolvida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas e “[...] estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade” (p.9). A primeira edição desta norma surgiu no ano de 1985. Ela já passou por duas atualizações, em 1994 e no ano de 2004. Ao contrário da 2ª edição, a norma de 2004 prevê um item referente aos bens tombados.

A norma determina que os projetos de adaptação para acessibilidade de bens tombados devem obedecer às condições descritas nela, porém “[...] atendendo aos critérios específicos a serem aprovados pelos órgãos do patrimônio histórico e cultural competentes” (2004, p.79). Salienta-se que inúmeros itens contemplados pela norma são impossíveis de serem executados em centros históricos, como a inserção de guias rebaixadas junto às suas calçadas estreitas.

É estabelecido, que “nos casos de áreas ou elementos onde não seja possível promover a adaptação do imóvel para torná-lo acessível ou visitável, deve-se garantir o acesso por meio de informação visual, auditiva ou tátil das áreas ou dos elementos cuja adaptação seja impraticável” (2004, p.79). Acredita-se que um meio eficiente de levar às pessoas a configuração desses espaços que não são acessíveis seja através de mapas e maquetes, de preferência que possam ser tocados (táteis).

Embora apresente algumas recomendações às intervenções em bens tombados, a norma ainda é pouco específica em relação a soluções de projeto que possam ser utilizadas para adaptar esse tipo de edificação.

## **2.2 Patrimônio Histórico**

O patrimônio é a nossa herança do passado, com que vivemos hoje, e que passamos às gerações vindouras. De acordo com CLIFFORT e POMIAN:

A categoria “colecionamento” traduz, de certo modo, o processo de formação de patrimônios. Sabemos que esses, em seu sentido moderno, podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis, apropriados e expostos por determinados grupos sociais. [...] O resultado dessa atividade é precisamente a constituição de um patrimônio. (CLIFFORT - 1985 e POMAIN - 1997 apud ABREU e CHAGAS, 2003, p.22)

A palavra patrimônio tem origem latina e, entre os antigos romanos, referia-se ao que pertencia ao pai ou pai de família. Françoise Choay define que a expressão patrimônio histórico se refere a:

[...] um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos (2006, p.11).

Por Patrimônio Histórico entende-se bem móvel, imóvel ou natural, que possua reconhecido valor para uma sociedade, podendo ser estético, artístico, documental, científico, social, espiritual ou ecológico. Os registros sobre este tema dão conta que a sistematização de atividades com vistas à preservação do patrimônio histórico iniciou-se no século XIX, no período pós-guerra e durante a revolução industrial, visando restaurar os monumentos destruídos ou danificados.

### 2.2.1 Instrumentos utilizados na preservação do patrimônio

A primeira conferência internacional sobre preservação de monumentos ocorreu em Atenas, em outubro de 1931, resultando na Carta de Atenas. Esta carta determina que “Em certos conjuntos, algumas perspectivas particularmente pitorescas devem ser preservadas”. Em novembro de 1933 ocorreu a segunda conferência internacional, também em Atenas, onde ficou definido que os valores arquitetônicos deveriam ser salvaguardados, fossem eles edifícios isolados ou conjuntos urbanos. Segundo esta Carta:

A morte, que não poupa nenhum ser vivo, atinge também as obras dos homens. É necessário saber reconhecer e discriminar nos testemunhos do passado aquelas que ainda estão bem vivas. ***Nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado***<sup>21</sup>. Se os interesses da cidade são lesados pela persistência de determinadas presenças insignes, majestosas, de uma era já encerrada, será procurada a solução capaz de conciliar dois pontos de vista opostos: nos casos em que se esteja diante de construções repetidas em numerosos exemplares, algumas serão conservadas a título de documentário, as outras demolidas; ***em outros casos poderá ser isolada a única parte que constitua uma lembrança ou um valor real; o resto será modificado de maneira útil***. (Carta de Atenas, 1933)

A Carta de Veneza, de maio de 1964, foi o primeiro instrumento internacional sobre “conservação e restauração de monumentos e sítios”. De acordo com a Carta, “a conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar à disposição ou a decoração dos edifícios”.

O Compromisso de Brasília, de abril de 1970, recomendou a “[...] utilização preferencial para casas de cultura ou repartições de atividades culturais, dos imóveis de valor histórico e artístico cuja proteção incumbe ao poder público”. Esses imóveis de uso público, que abrigam atividades culturais, precisam ser adaptados para proporcionar que todas as pessoas possam freqüentá-los.

---

<sup>21</sup> Grifos próprios.

A partir de reunião na Austrália, ocorrida em 1980, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – International Council on Monuments and Sites (ICOMOS)<sup>22</sup> divulgou a Carta de Burra, que estabelece que:

O termo conservação designará os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significação cultural. De acordo com as circunstâncias, a conservação implicará ou não a preservação ou a restauração, além da manutenção; ***ela poderá, igualmente, compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam às necessidades e exigências práticas.*** (Carta de Burra, 1980)

No caso das intervenções em bens históricos, o termo mais correto a ser utilizado seria a ***adaptação***, visando atender necessidades atuais através do “[...] agenciamento de um bem a uma nova destinação sem a destruição de sua significação cultural” (Carta de Burra, 1980).

Com relação às intervenções em cidades históricas, a carta Internacional para a salvaguarda das Cidades Históricas – ICOMOS, desenvolvida em Washington em 1986, diz que “As intervenções em um bairro ou em uma cidade histórica devem realizar-se com prudência, sensibilidade, método e rigor. Dever-se-ia evitar o dogmatismo, mas levar em consideração os problemas específicos de cada caso particular”. Esta Carta visava complementar a *Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e Sítios* (Carta de Veneza, 1964).

### 2.2.2 Leis de Preservação do Patrimônio Histórico Brasileiro

No Brasil, a criação e consolidação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, órgão do Ministério da Cultura responsável pela política de preservação do acervo patrimonial no país, é assim caracterizado:

A criação do organismo federal de proteção ao patrimônio, ao final dos anos 30, foi confiada a intelectuais e artistas brasileiros ligados ao movimento modernista. Era o início do despertar de uma vontade que datava do século XVII em proteger os monumentos históricos. A criação da Instituição obedece a um princípio normativo, atualmente contemplado pelo artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil, que define patrimônio cultural a partir de suas formas de expressão; de seus modos de criar, fazer e viver; das criações científicas, artísticas e tecnológicas; das obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e

---

<sup>22</sup> De acordo com o site oficial, “**ICOMOS** is an international non-governmental organization of professionals, dedicated to the conservation of the world's historic monuments and sites”. Disponível em: <<http://www.icomos.org/>>. Acesso em: 13/11/2008.

dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. A Constituição também estabelece que cabe ao poder público, com o apoio da comunidade, a proteção, preservação e gestão do patrimônio histórico e artístico do país (IPHAN, 2008a).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi criado em 1937 com o objetivo de preservar o patrimônio brasileiro. Em 30 de novembro de 1937, foi promulgado o Decreto-Lei nº 25, que organiza a “proteção do patrimônio histórico e artístico nacional” (IPHAN, 2008). Ele classifica patrimônio cultural em material e imaterial. Patrimônio Material diz respeito a bens culturais, bens móveis, bens imóveis como, por exemplo, belas artes, sítios arqueológicos e acervos museológicos. Patrimônio Imaterial considera expressões, conhecimentos, práticas, artefatos, lugares e grupos. Conforme Melissa Gerente (2005, p.78-79), “quanto à interferência física na ‘coisa tombada’, o Artigo 17º (deste decreto-lei) impede sua destruição, demolição, mutilação, reparação, restauração ou pintura sem a prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)”. O Artigo 21 atribui atentado contra o patrimônio nacional tais interferências nos bens tombados.

Em relação à acessibilidade em locais de preservação, o documento lançado pelo IPHAN mais recentemente para avançar na discussão desse desafio trata-se da Instrução Normativa nº1, de novembro de 2003.

### **2.2.2.1 Instrução Normativa do IPHAN – 2003**

A Instrução Normativa do IPHAN, de 25 de novembro de 2003, dispõe sobre “a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal” (p.1). Ela estabelece que:

Tendo como referências básicas a LF 10.098/2000 e a NBR9050 da ABNT e esta Instrução Normativa, as soluções adotadas para a eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade aos bens culturais imóveis devem compatibilizar-se com a sua preservação e, em cada caso específico, assegurar condições de acesso, de trânsito, de orientação e de comunicação, facilitando a utilização desses bens e a compreensão de seus acervos para todo o público [...] (2003, p.1).

A Instrução Normativa apresenta ainda algumas premissas (IPHAN, 2003, p.1), como:

1. As intervenções poderão ser promovidas através de modificações espaciais e estruturais; pela incorporação de dispositivos, sistemas e redes de informática;

bem como pela utilização de ajudas técnicas e sinalizações específicas, de forma a assegurar a acessibilidade plena sempre que possível, devendo ser legíveis como adições do tempo presente, em harmonia com o conjunto.

2. Cada intervenção deve ser considerada como um caso específico, avaliando-se as possibilidades de adoção de soluções em acessibilidade frente às limitações inerentes à preservação do bem cultural imóvel em questão.
3. O limite para a adoção de soluções em acessibilidade decorrerá da avaliação sobre a possibilidade de comprometimento do valor testemunhal e da integridade estrutural resultantes.

Embora represente o marco inicial da inserção da inclusão social nos bens culturais, a Normativa ainda não é clara nas sugestões de intervenções, já que trata cada caso como sendo único.

Este documento salienta que antes de ocorrer a intervenção, deve ser feito um estudo prévio – histórico, físico, iconográfico e documental – e que, em qualquer hipótese, “[...] os estudos devem resultar em abordagem global da edificação e prever intervenções ou adaptações que atendam às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, em suas diferentes necessidades [...]” (IPHAN, 2003, p.5).

### **CAPÍTULO 3 – ARQUITETURA ECLÉTICA EM PELOTAS**

A cidade de Pelotas situa-se no extremo sul brasileiro, margeada pela Lagoa dos Patos, a 250 km da capital, Porto Alegre. Trata-se de uma das principais cidades do Estado e ponto de referência no sul do Rio Grande do Sul.

Conforme dados do último censo, fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (2002)<sup>23</sup>, a cidade conta com uma população de cerca de 320 mil habitantes, distribuídos nas zonas urbana e rural do município. Seu posicionamento estratégico constitui em importante entroncamento rodoviário e pólo econômico e cultural da região.

Fundada às margens do Arroio Pelotas em 1812, Pelotas tornou-se rica e próspera e passou a fazer parte da rota obrigatória de atividades culturais, o que possibilitou que a cidade chegasse a rivalizar culturalmente com Porto Alegre, capital da província. Costa, Fonseca e Schmitt (2004, p.193) afirmam que “Pelotas foi a capital econômica e cultural do Rio Grande do Sul entre 1860 e 1890, quando a indústria da charqueada viveu o seu período de maior prosperidade”.

Esse município interiorano se diferenciava das demais cidades da região pela cultura européia de seus moradores, presente nos hábitos cotidianos, na maneira de vestir, de falar e na arquitetura. A herança dos portugueses, que impulsionaram a economia da região, ainda hoje, pode ser encontrada na arquitetura local, nas ruas, na culinária e na cultura.

Este capítulo trata do Centro Histórico de Pelotas, onde são apresentados dados como a evolução urbana da cidade, o Eclétismo na Arquitetura, o que é o Programa Monumenta e como ele interage na cidade, a legislação pelotense relativa ao Patrimônio e os edifícios adotados nos estudos de caso.

---

<sup>23</sup> Disponível no site < [http://www.pelotas.com.br/cidade\\_dados/pelotas\\_dados.htm](http://www.pelotas.com.br/cidade_dados/pelotas_dados.htm) >. Acesso em 15 de setembro de 2008.



### 3.1 Centro Histórico de Pelotas

Para caracterizar o Centro Histórico de Pelotas é necessário, primeiramente, que se descreva como se deu a evolução urbana da cidade e qual a arquitetura de valor que nela é preservada.

#### 3.1.1 Evolução Urbana

A descrição da evolução do Centro Urbano de Pelotas foi obtida através de entrevista realizada com o historiador Mario Osório Magalhães<sup>24</sup> em julho de 2008.

A fundação de Pelotas iniciou através das Charqueadas, marco de ocupação da cidade, localizadas em área rural às margens do Arroio Pelotas, principalmente. Isto se justificou por ser o arroio mais amplo da região, navegável e que na época permitia o escoamento da produção para os portos de São José do Norte ou de Rio Grande. Nesta época, Pelotas ainda pertencia ao município de Rio Grande.

Em determinado momento, os charqueadores sentiram a necessidade de se transferir para um local mais próximo das charqueadas. Magalhães (2000, p.9) afirma que “[...] embora o seu traçado ortogonal tenha se consolidado ao longo de pouco mais de meio século (entre 1815 e 1870), é como se fosse Pelotas uma cidade planejada, programada, elaborada de uma única vez e conforme a um único padrão determinante”. Pelotas não surgiu de acampamentos ou em torno de igrejas como normalmente ocorria com os povoados no Rio Grande do Sul, mas tem a característica de ter surgido em torno da ‘transformação da carne em charque’.

De acordo com Schlee (1993, p.205), Pelotas se desenvolveu junto com as Charqueadas e, assim, “a sua história, sua evolução econômica, cultural e arquitetônica, está diretamente ligada à história da indústria saladeiril, ao apogeu e à decadência desta indústria”. Esse desenvolvimento refletia-se também no centro urbano e nas construções, constituindo importante patrimônio histórico e arquitetônico. Schlee afirma ainda que:

---

24 Mario Osório Magalhães é autor de diversos livros que contam a história de Pelotas. Professor da Universidade Federal de Pelotas, graduou-se em Direito pela mesma Universidade (1974), especializou-se em Relações Internacionais pela Universidade de Belgrano (1978) e obteve o título de mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1991).

“Como a safra do charque durava de novembro a abril, sobrava tempo para que os industrialistas empregassem suas atividades, seus escravos, suas fortunas em outras obras e não apenas no empreendimento primordial. Ergueram belas residências no centro da cidade, dedicaram-se à caridade; tornaram-se benfeitores de inúmeras instituições pelotenses e, como é lógico, passaram a participar ativa e economicamente da vida política regional e nacional, recebendo, em troca, todos os proveitos, as honrarias e até os títulos heráldicos” (1993, p.206).

Os charqueadores, então, sugeriram a Dom João VI a criação de uma freguesia, uma vez que era política da Coroa na época permitir que se estabelecessem freguesias aos locais que tinham potencial para se transformarem em vila, ou seja, para tornarem-se municípios.

O surgimento da Freguesia assinala o primeiro sítio histórico de Pelotas. Foi escolhido o lugar da igreja, onde hoje é a Catedral São Francisco de Paula, e no entorno dela surgiu o 1º loteamento, tendo como centro a Praça José Bonifácio. Conforme Magalhães (2000, p.9-10):

O primeiro projeto é resultado da fundação da freguesia (1812): traçaram-se por volta de 1815 ao todo 19 ruas (12 longitudinais e 7 transversais) entre as atuais Barroso e Marcílio Dias, avenida Bento Gonçalves e General Neto. Em seguida a cidade se expandiu para o sul: num segundo projeto, de 1830, mais ou menos, as ruas longitudinais prolongaram-se na direção do São Gonçalo, acrescentando-se à planta 15 transversais<sup>25</sup>, da rua Sete de Setembro até à João Manuel (quando Pelotas foi elevada a cidade, em 1835, já teria mais uma e duas artérias, acrescentadas respectivamente ao primeiro e segundo projetos)<sup>26</sup>. Em 1858, numa terceira etapa, a cidade se expandiu na direção norte: abriram-se 5 artérias no Bairro da Luz. Por fim, data de 1870 o quarto projeto: nesse ano rasgaram-se, no Bairro da Várzea, 4 novas ruas, sendo a mais extrema, a leste, a João Pessoa.

A partir de 1830, com a transformação da Freguesia em Vila e a construção de edifícios como o Theatro Sete de Abril e a Intendência Municipal (atual Prefeitura Municipal), o centro da cidade passa a ser a Praça Coronel Pedro Osório. Magalhães (2000, p.10) afirma que “[...] em 1870 a cidade encontrava-se no pleno apogeu do seu desenvolvimento econômico, social e cultural; não é sem motivo que já havia consolidado, então, o desenvolvimento do seu centro urbano”. Além de centro urbano,

---

<sup>25</sup> Na realidade 13, mas com 15 denominações, se considerarmos a Princesa Isabel/Marechal Floriano (então São Francisco/São Jerônimo) e a atual Lobo da Costa, que se chamava São Paulo a leste e Hércules a oeste.

<sup>26</sup> A Santa Cruz, no quadro de 1815; a Barão de Butuí e a Barão de Mauá, no quadro de 1830.

hoje a Praça Coronel Pedro Osório e entorno são reconhecidos como o Centro Histórico da cidade.

A indústria do charque deixou valiosos complexos arquitetônicos ao longo do Arroio Pelotas, afluente do Canal São Gonçalo, que fazem parte do acervo patrimonial de Pelotas. Em julho de 2000, por meio da Lei Estadual nº 11.499 ocorreu o reconhecimento deste acervo e das edificações situadas no Centro Histórico da cidade através da declaração das áreas históricas<sup>27</sup> da cidade como Patrimônio Cultural do Estado.

Ao se falar em arquitetura pelotense costuma-se lembrar de quatro momentos marcantes de sua evolução: o primeiro, chamado ‘período colonial’ identificado com um passado heróico da cidade (primeiros anos da ocupação do solo); o segundo, chamado ‘neoclássico’ ou ‘neo-renascentista’, identificado com a riqueza e o progresso advindos das charqueadas: um terceiro, denominado ‘eclético’ que como não poderia deixar de ser – é identificado com a decadência econômica do município e, portanto, de sua própria arquitetura; e o último, reconhecido como ‘moderno’, e que tem início na década de 30 e se desenvolve até hoje (SCHLEE, 1993, p.205).

Santos afirma que (2002, p.31) “a cidade de Pelotas ainda hoje apresenta um conjunto arquitetônico representativo do final do século XIX e princípio do século XX, período em que se desenvolvia no Brasil uma arquitetura estruturada no estilo Neoclássico, ao qual se mesclavam elementos de estilos variados, característicos do Eclétismo ou Historicismo Eclético<sup>28</sup>”.

### **3.1.2 Eclétismo na Arquitetura**

A arquitetura eclética é definida pela presença de diferentes códigos estéticos, com os mais variados estilos arquitetônicos. Conforme Schlee (1993, p.12), a definição existente no Dicionário da Arquitetura Brasileira (CORONA e LEMOS, 1972, p. 177) é basicamente “reflexo de um juízo de valores: ‘movimento ou tendência resultante da falta de originalidade e de caráter na obra arquitetônica’ condenando, dessa maneira,

---

<sup>27</sup> As áreas históricas, referidas na Lei Estadual nº 11.499, dizem respeito ao 1º e 2º loteamentos da cidade, ou seja, entorno da Catedral São Francisco de Paula e entorno da Praça Coronel Pedro Osório.

<sup>28</sup> KOCH, Wilfried. Dicionário de Estilos Arquitetônicos. São Paulo: Martins Fontes, 1966. p.62.

todas as obras resultantes do método eclético”. Já Fabris (1987, p.7) afirma que “[...] em todo o Brasil, o Ecletismo foi sinônimo de modernidade e de modernização”.

Diante do desenvolvimento técnico científico advindo com a industrialização, arquitetos do século passado demonstraram um aguçado senso crítico, pois não pensavam que a arquitetura e as artes pudessem apresentar em sua época um progresso do mesmo nível. Há que considerar os problemas estruturais da época, a consolidação do poder burguês, assim interpretado por Patetta (1935):

O Ecletismo era a cultura arquitetônica própria de uma classe burguesa que dava primazia ao conforto, amava o progresso (especialmente quando melhorava suas condições de vida), amava as novidades, mas rebaixava a produção artística e arquitetônica ao nível da moda e do gosto (PATETTA, 1935, citado por FABRIS, 1987, p.13).

O autor dá continuidade ao seu raciocínio afirmando que:

De tal forma a crítica evidenciou as incertezas e a qualidade medíocre da produção arquitetônica de seus contemporâneos, que o balanço que se fez no início de nosso século não pôde deixar de ser totalmente negativo. Cabe, portanto, a nós, hoje, corrigir em parte tais julgamentos e ressaltar as indiscutíveis contribuições da cultura eclética que constituem, ainda, um patrimônio precioso (PATETTA, 1935, citado por FABRIS, 1987, p.8).

Na análise da arquitetura em Pelotas o estilo eclético recebe destaque tendo em vista que predomina em seu centro histórico e, para ser possível sugerir intervenções visando à acessibilidade é preciso, antes de qualquer coisa, entender e definir o que o caracteriza esse estilo e o que nele deve ser preservado. Assim na busca de elementos que configurem tal necessidade encontra-se apoio na literatura de Janson (1992, p.767) ao caracterizar a arquitetura eclética:

[...] a fachada de alvenaria, de um neo-classismo sóbrio, é rasgada a esquerda por uma janela em arco que lembra o Renascimento italiano, e à direita por um portal de alvenaria rústica de aparência claramente Maneirista. Este ecletismo é mais do que um simples verniz - é a razão de ser do êxito deste edifício. O conjunto arquitetônico que se ergue, à volta de um pátio circular, foi concebido na linha de complexos de templos Egípcios e Romanos, incluindo à entrada, uma escadaria monumental.

De acordo com Schlee (1993, p.108), as características predominantes da arquitetura eclética em Pelotas são, de maneira geral:

- a) **Arquitetura de tijolos de barro**, caracterizada pela utilização preponderante de sistemas estruturais simples em alvenaria portante;
- b) **Arquitetura artesanal**, identificada por um domínio da personalidade do projetista (ou do proprietário da obra);
- c) **Arquitetura inventiva**, que busca uma afirmação através da utilização de uma linguagem nova em contraposição à do período anterior, trabalhando com os mais diferentes materiais;
- d) **Arquitetura que busca um sentido simbólico nas construções**, identificado com a utilização de formas e elementos dos mais variados estilos do passado, com objetivo de caracterização dos prédios ou da identificação visual da função do edifício;
- e) **Arquitetura preocupada com a aparência externa das obras** e que tem necessidade de diferenciação por meio de realizações singulares (únicas) caracterizadas pela “liberdade no manejo dos estilos” e/ou pela identificação visual da função do edifício;
- f) **Arquitetura de volumes retangulares, recortados e contrapostos uns aos outros**, cuja plasticidade resulta de uma pesquisa formal e da capacidade criativa do construtor;
- g) **Arquitetura que rejeita a pureza** e nem sempre é facilmente compreensível à primeira vista;
- h) **Arquitetura que deixa evidente sua relação com o solo** com no qual se apóia;
- i) **Arquitetura que utiliza os mais diferentes elementos decorativos** das mais variadas procedências.

De acordo com Bruno Zevi (1973):

[...] estudos recentes sobre teoria e história da arquitetura estão a mostrar que o próprio ecletismo foi o caminho através do qual ocorreram, ou que permitiu que se processassem as transformações necessárias para a evolução da

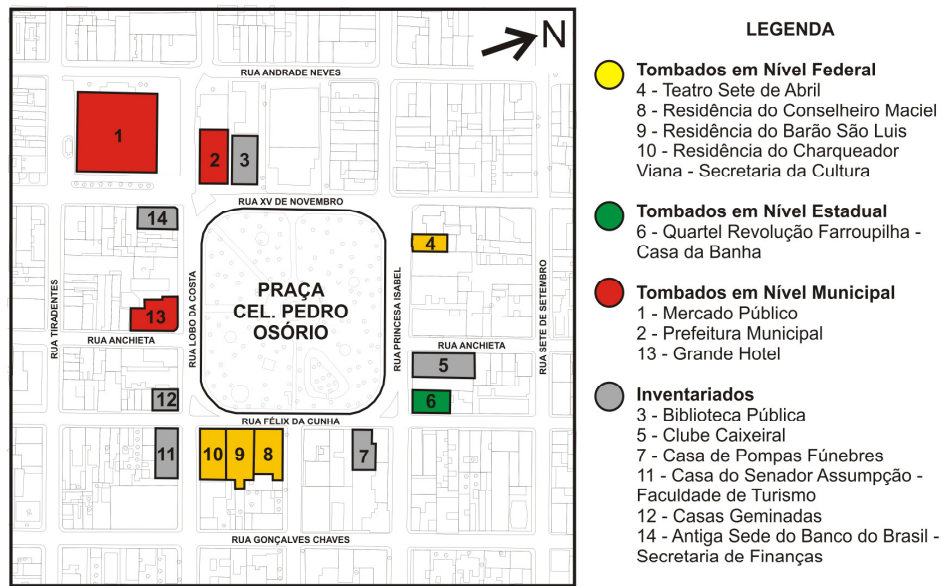
arquitetura do Movimento Moderno (ZEVI, 1973, citado por SCHLEE, 1993, p.45).

A cidade de Pelotas acompanhou a evolução social e econômica e com a implantação da arquitetura moderna não se observou um rompimento com os preceitos ecléticos e sim estes representaram contribuições importantes para viabilizar as mudanças necessárias ao modernismo.

A partir do estudo, constata-se que a arquitetura eclética pelotense é caracterizada, principalmente, por casas de porão alto, elementos da arquitetura clássica, uso de platibandas, frontões para marcar o acesso principal, aplicação de pilastras e esculturas sobre as paredes, emolduramento das aberturas, gradis de ferro com detalhes ornamentais, telhados em lâminas de aço ou telhas especiais, estuque e gesso decorado no teto interno, escadas que serviam para proteger a intimidade do interior da vista dos passantes com piso de mármore, calçadas revestidas de ladrilho hidráulico decorado e a relação com o lote (durante um período, as construções eram edificadas no limite dos lotes e na metade do século passado começaram a apresentar algum tipo de recuo).

### **3.1.3 O entorno da Praça Coronel Pedro Osório**

O Centro Histórico de Pelotas é constituído pela Praça Coronel Pedro Osório e seu entorno, dispondo de importante patrimônio histórico e cultural edificado. Nesse espaço localizam-se os principais exemplares do rico patrimônio arquitetônico encontrado na cidade. Cabe destacar, particularmente, os casarões 2, 6 e 8, edificados para servirem de residências de famílias abastadas da época, o Theatro Sete de Abril, o mais antigo em atividade no país, o Mercado Público, que já sobreviveu a um incêndio e o da atual Prefeitura (construído em 1881 para sediar a Câmara Municipal).



**Figura 09** – Edificações do Centro Histórico da Cidade de Pelotas com seus diferentes níveis de proteção

Biasoli (2004, p.10) define Centro Cultural como “[...] um lugar onde se localizam prédios, monumentos e espaços que tem valor histórico, artístico e cultural porque contam a história da nossa cidade”.

Os edifícios, construídos entre os séculos XVIII e XIX, são hoje protegidos por leis de preservação em diferentes níveis, de acordo com a figura 09, garantindo a unidade do conjunto. Esses prédios foram edificadas ao longo dos tempos e forneceram ao contexto urbano uma unidade e harmonia, gerada a partir do respeito entre as diversas arquiteturas do entorno (MOURA e SCHLEE, 2002, p.22-23). Uma importante conquista feita nos últimos anos foi sua inclusão como uma das vinte e seis cidades que participam do Programa Monumenta, devido a sua representatividade histórica e cultural em nível nacional. Conforme o IPHAN (2007, p.7-8), “a aristocracia do charque desapareceu, mas deixou herança significativa em termos de patrimônio arquitetônico e cultural, que Pelotas se esforça para conservar há alguns anos, com importante contribuição do Programa Monumenta”.

### 3.1.4 Programa Monumenta

Coordenado pelo Ministério da Cultura, o Programa Monumenta (anexo A) é uma iniciativa do Governo Federal que tem como objetivo preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano do país, incluindo espaços públicos e edificações, de forma a garantir sua conservação permanente e a intensificação de seu uso pela

população. Podem receber os incentivos, provenientes do Governo Federal, entidades privadas e particulares proprietários de imóveis, desde que estes estejam localizados dentro da zona de intervenção do programa. Por ainda estar no início de um processo de transformação, o Programa Monumenta ainda apresenta algumas deficiências.

O Programa propõe como fim a ser alcançado que os sítios históricos consigam manter suas características preservadas sem a necessidade de receber novos investimentos públicos para sua conservação e que a população esteja consciente da importância de se preservar o patrimônio existente, "[...] além de atividades de capacitação de mão-de-obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos". (MONUMENTA, 2008).

A seguir apresenta-se mapa síntese das intervenções que o Programa Monumenta já realizou na cidade de Pelotas (figura 10).



**Figura 10** – Edificações e Praça Cel. Pedro Osório, recuperadas pelo Programa Monumenta

A área de abrangência do Programa Monumenta na cidade de Pelotas concentra-se no entorno da Praça Coronel Pedro Osório. Segundo o IPHAN (2007, p.23), o projeto de restaurações em Pelotas envolveu o Teatro Sete de Abril e os três casarões da Praça, no centro da cidade, monumentos tombados pelo IPHAN, além de outras construções,



como o Grande Hotel, o Paço Municipal, o antigo prédio do Banco do Brasil, o Mercado Municipal, a Biblioteca Pública e a própria área central da Praça Coronel Pedro Osório.

### **3.1.5 Legislação do Patrimônio**

A Lei municipal nº 2565/1980 introduz os primeiros conceitos de preservação em nível municipal, através da instituição do II Plano Diretor de Pelotas. Ele estabelece a criação de Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural, através da recuperação e restauração desses elementos quando destruídos ou danificados, tendo como objetivo a promoção desses recursos como elementos de incentivo da qualidade de vida (p.3).

Além disso, institui que serão consideradas Zonas de Preservação Paisagística Cultural (ZPPC), aquelas destinadas a preservar a memória histórica e cultural ou arquitetônica do Município. Para isso, a prefeitura seria responsável pelo cadastro das zonas e prédios e pelo tombamento das edificações de reconhecido valor histórico, cultural ou arquitetônico. Conforme o II Plano Diretor de Pelotas – PDP, “os bens tombados e aqueles que, mesmo sem tombamento, constituírem elemento característico da Zona, deverão ser conservados, não podendo ser demolidos, destruídos, mutilados ou alterados em seus elementos característicos” (p.3).

Outro aspecto importante foi a proibição de execução de obra nas vizinhanças dos bens quando impedissem ou reduzissem sua visibilidade ou quando não se harmonizassem com as características dos mesmos. Cabe ressaltar que este item não tem sido respeitado até mesmo nos dias de hoje, onde podemos observar a construção de prédios em altura confrontantes a edificações que são protegidas.

Já a Lei Municipal nº 4.568, de 07 de julho de 2000, define as áreas da cidade como Zonas de Preservação do Patrimônio de Pelotas (ZPPCs) e lista seus bens integrantes, com mais de 1300 imóveis protegidos.

Esta lei estabelece que “A preservação do patrimônio cultural de Pelotas é um direito inalienável do cidadão, sendo sua realização responsabilidade de todos, especialmente do Poder Público, das instituições, das pessoas jurídicas e das pessoas físicas que, de qualquer modo e a qualquer tempo, fruem ou acessam esse patrimônio” (p.1).

### 3.2 Edifícios Estudados

Os edifícios foram selecionados de acordo com os seguintes critérios: fazem parte do Centro Histórico da cidade; são tombados; pertencem à área de abrangência do Programa Monumenta; estilo arquitetônico das fachadas é eclético; possuem uso misto, institucional e cultural (figura 11) tendo, em seu interior, museu e galeria de arte.

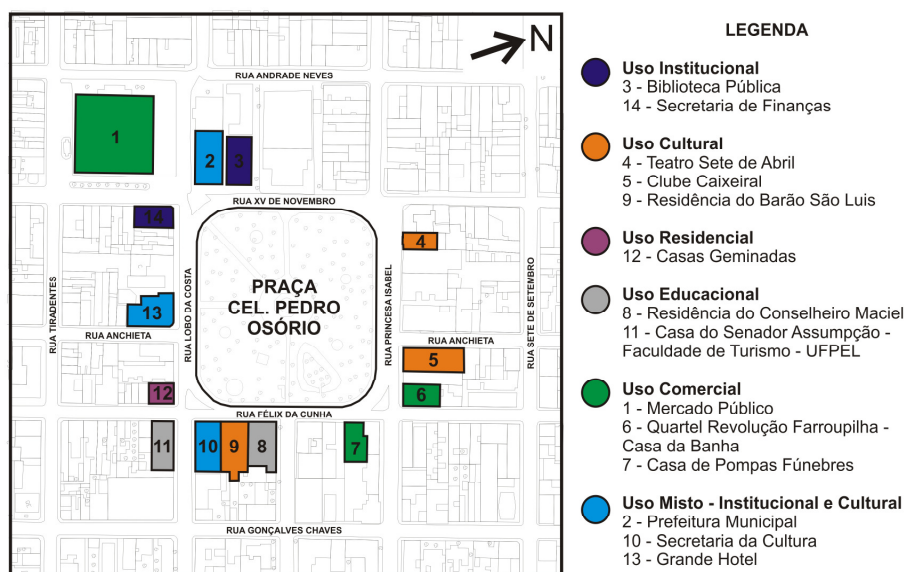


Figura 11 – Mapa de usos dos edifícios localizados no Centro Histórico de Pelotas

Outro aspecto importante foi a escolha de edificações que tivessem sofrido intervenções ou estivesse passando pela intervenção do Programa Monumenta. A partir disso, poderia ser discutida a forma com que o Programa intervém no edifício e quais os critérios adotados para implementar a acessibilidade. A partir do levantamento cadastral e com base nos critérios já descritos, os edifícios escolhidos foram:

a) Residência do Charqueador Viana (Casarão 2), pois é uma edificação que já passou pela intervenção total pelo Programa Monumenta (interna e externa) e hoje funciona com centro cultural e **Secretaria de Cultura** do município (inicialmente era de uso residencial unifamiliar);

b) **Prefeitura Municipal**, pois já recebeu intervenções do Monumenta em relação às fachadas e hoje abriga um espaço cultural, área museológica e a Prefeitura (inicialmente funcionava Câmara de Vereadores).

### 3.2.1 Residência do Charqueador Viana (Casarão 2)

O “Casarão 2” (figuras 12 e 13) foi erguido a pedido do Charqueador Viana, no início do século XIX. A edificação apresentava estilo colonial, de telhado com beiral. Sofreu uma grande modificação por volta de 1880, para que ela se identificasse com os casarões vizinhos. Para isso, o arquiteto José Izella Merotte construiu mais um pavimento, coroando-o com uma platibanda vazada. Do estilo colonial restaram algumas características, como a ausência de recuos, a falta de porão e a simplicidade de algumas aberturas no térreo.



Figura 12 – Fachada Principal



Figura 13 – Detalhe do Frontão

Devido a excelente localização do prédio, segundo o Histórico dos Edifícios Pelotenses desenvolvido pela Secretaria de Cultura – SECULT (p.4), “a APLUB<sup>29</sup> interessou-se pelo imóvel e o adquiriu desativando a área para construção de um grande edifício residencial”. A declaração pública da destruição do casarão movimentou a cidade no sentido de lutar pela sua preservação. A Câmara Municipal acabou assumindo a iniciativa de preservar o prédio em questão bem como os outros dois vizinhos (Casarões 6 e 8), mantendo o conjunto.

O edifício foi tombado pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1977. Em 1987 foram realizadas obras de restauração das esquadrias e pisos do pavimento superior com verbas do SPHAN. Em 1995, um incêndio destruiu paredes de estuque do segundo pavimento e prejudicou parte da estrutura do telhado.

<sup>29</sup> Grupo que atua forte na região sul e é uma das maiores do Brasil em previdência complementar.

No ano 2000, através do Programa Monumenta, ocorreram obras de restauração do prédio. As obras previram a recuperação interna, entre outros, de paredes em escaiola (figura 14), dos afrescos em gesso no teto (figura 15), do piso do saguão, em ladrilho hidráulico (figura 16), e do piso da escada principal, em mármore (figura 17), ambos conservados e preservados devido ao seu valor histórico.



Figura 14 – Paredes em Escaiola



Figura 15 – Afrescos em gesso, no teto do saguão

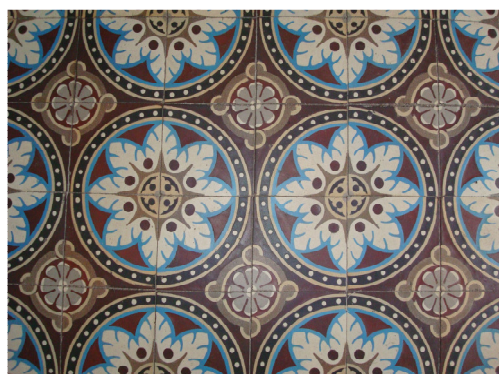


Figura 16 – Piso do saguão, original da edificação, em ladrilho hidráulico



Figura 17 – Piso da escada principal em mármore que, após diversos acidentes, recebeu a inserção contemporânea de faixa de cor e textura diferenciada

Ainda no interior, foi inserida uma rampa para acesso de pessoas com deficiências até o primeiro pavimento (figura 18) e foi restaurada a escaiola das paredes do 2º pavimento (figura 19).



Figura 18 – Rampa inserida no interior do edifício, no acesso para pessoas com deficiências



Figura 19 – Paredes do 2º pavimento, recuperadas, também tem revestimento em escaiola

Em relação ao exterior, as obras previram, entre outros, a substituição do ladrilho hidráulico da calçada por novo semelhante (figura 20) e a implantação de um acesso lateral para pessoas com deficiências (figura 21).



Figura 20 – Novo ladrilho hidráulico instalado nas calçadas, semelhante ao antigo



Figura 21 – Acesso lateral para pessoas com deficiências, implantado a partir da recuperação do prédio, porém sem identificação externa

A edificação é de propriedade da Prefeitura Municipal de Pelotas e está tombado em nível federal. Atualmente o imóvel abriga a Secretaria de Cultura e o Centro Cultural Adail Bento Costa.

### 3.2.2 Prefeitura Municipal

O edifício que hoje abriga a Prefeitura Municipal de Pelotas (figuras 22 e 23) foi construído entre 1878 e 1881 com o objetivo de sediar a Câmara Municipal de Pelotas.



Figura 22 – Fachada Principal



Figura 23 – Detalhe do Frontão

O prédio foi construído em um terreno de esquina e valorizado por sua relação com o entorno. Conforme MOURA e SCHLEE (2002, p.82), “recupera a tradicional tipologia dos prédios de ‘câmara e cadeia’, ou seja, sobrado de volume retangular caracterizado pelo pórtico, que protege a pequena escada e sustenta a grande sacada”.

A edificação apresenta alguns elementos importantes, como a escada externa em mármore, na fachada principal (figura 24), e a escada interna, responsável pela ligação entre o primeiro e o segundo pavimentos (figura 25), no mesmo material.



Figura 24 – Escada externa, na fachada principal, com revestimento em mármore



Figura 25 – Escada principal interna, também com revestimento em mármore

No interior da edificação é importante salientar suas paredes revestidas com escaiola (figura 26), e os afrescos em gesso acima das portas internas, bem como do teto do segundo pavimento (figura 27).



Figura 26 – Revestimento das paredes em escaiola na circulação vertical – escada principal



Figura 27 – Afrescos em gesso tanto na parte superior das portas internas quanto no teto do segundo pavimento

O edifício é de propriedade da Prefeitura Municipal de Pelotas e está tombado em nível municipal. Seu uso atual é de Gabinete do Prefeito Municipal.

## **CAPÍTULO 4 – MÉTODOS APLICADOS AOS ESTUDOS DE CASO**

Esta pesquisa foi desenvolvida na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, a partir da realização dos estudos da antiga Residência do Charqueador Viana – Casarão Dois, que abriga a sede da Secretaria da Cultura da cidade de Pelotas e do prédio da Prefeitura Municipal de Pelotas, construído para sediar a Câmara Municipal. Robert Yin define que:

O estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes. O estudo de caso conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta dos acontecimentos que estão sendo estudados e entrevistas das pessoas neles envolvidas. (2005, p.26)

Trata-se de uma pesquisa empírica, onde ocorre a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto determinado. Serve para apresentar a realidade do objeto de estudo. Robert Yin (2005, p.35) afirma ainda que “os estudos de caso podem ser conduzidos e escritos por muitos motivos diferentes, incluindo a simples apresentação de casos individuais ou o desejo de chegar a generalizações amplas baseadas em evidências de estudos de caso”. Neste caso, o objetivo de se trabalhar com este procedimento de pesquisa se refere às generalizações a respeito de acessibilidade espacial em edifícios históricos, mais precisamente com traços da arquitetura eclética.

Este trabalho, de caráter descritivo, se configura como uma pesquisa qualitativa. De acordo com Minayo:

A pesquisa qualitativa se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (1993, p.21-22)

Nesta forma de análise, deve-se tomar cuidado ao selecionar os fatos a serem analisados, bem como organizar a forma de recolhê-los, pois “[...] o campo social não é transparente e tanto o pesquisador como os atores, sujeitos-objetos da pesquisa, interferem dinamicamente no conhecimento da realidade” (MINAYO, 1993, p.107). Por



isso, é importante salientar que o pesquisador deve interferir o mínimo possível nas respostas e observações feitas.

Para a realização destes estudos foram utilizados cinco métodos distintos: pesquisa documental, visita exploratória, entrevistas semi-estruturadas, passeios acompanhados e, após obter os resultados dos métodos anteriores, aplicou-se o método da entrevista focalizada. Justifica-se a escolha de diferentes métodos já que cada um tem objetivos específicos quanto aos dados que se pretende obter e, além disso, desta forma pode-se sanar suas possíveis limitações, complementando-os.

#### **4.1 Pesquisa Documental**

Conforme Lakatos (2008, p.176), “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. As fontes de documentos são arquivos públicos, arquivos particulares e fontes estatísticas.

Este método foi aplicado com o objetivo de obter dados das edificações que seriam estudadas, como plantas arquitetônicas, legislações específicas de Pelotas sobre o Patrimônio Cultural e fotografias. Os resultados do método podem ser vistos ao longo do trabalho, principalmente nos capítulos 2 e 3 e serviram como suporte para os demais métodos dos estudos de caso.

#### **4.2 Visita Exploratória**

A visita exploratória consiste no registro do espaço construído quanto às condições de acessibilidade do local, sob a visão do técnico (arquiteto), a partir das técnicas de medições e registros fotográficos que auxiliaram o preenchimento de informações em planilhas. As planilhas adotadas foram desenvolvidas por Dischinger, Bins Ely e Piardi (2005) para serem utilizadas no Programa de Fiscalização do Ministério Público de Santa Catarina, em conformidade com a legislação de acessibilidade, como a ABNT NBR 9050/2004 e o Decreto nº 5296/2004.

Segundo Sheila Ornstein e Marcelo Romero (1992, p.23), as visitas exploratórias consistem na análise da funcionalidade do ambiente construído, propiciando a

indicação dos principais aspectos positivos e negativos do objeto de estudo, sugerindo recomendações neste último caso.

#### 4.2.1 Elaboração e descrição do experimento

As visitas exploratórias foram realizadas pelo pesquisador nas edificações compreendidas como objeto de estudo e ocorreram durante os meses de julho, agosto, setembro e outubro. Para isso foram utilizadas as plantas arquitetônicas, obtidas através da pesquisa documental, onde os ambientes foram identificados e delimitados aqueles que são utilizados pelo público em geral. Além disso, foram descritos o estilo arquitetônico, o uso e as principais intervenções que ocorreram no prédio desde sua construção. Aplicaram-se, também, as planilhas utilizadas pelo Programa de Acessibilidade do Ministério Público de Santa Catarina para avaliação da acessibilidade em edifícios públicos de forma a indicar os principais problemas de acessibilidade nas edificações.

As planilhas elaboradas pelo programa compreendem diferentes ambientes, tais como: áreas de acesso, saguões, sanitários e circulações verticais e horizontais. Além disso, aplicou-se a planilha desenvolvida por OLIVEIRA (2006) no museu e galeria de arte (Apêndice A).

Em relação à estrutura, elas contam com nove colunas e estão divididas em seis conjuntos: número identificador, legislação a que se refere, componente de acessibilidade, itens a conferir, resposta, NA/I e observações (quadro 01).

EDIFÍCIO LOCAL		AVALIADOR DATA						
PLANILHA 1		ÁREAS DE ACESSO AO EDIFÍCIO						
Nº	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		NA/I	OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SIM	NAO		
NA VIA PÚBLICA								
SEMAFORO								
1.1	-	-		Existe semáforo nos dois lados da via pública para facilitar a travessia do pedestre?				
1.2	9.050/04	9.9.2		Na existência de semáforo há sinalização sonora quando o mesmo estiver aberto?				
1.3	9.050/04	9.9.1		Existe foco de acionamento para travessia de pedestre com altura entre 80cm e 1,20m do piso?				

Quadro 01 – Exemplo da planilha aplicada no método Visita Exploratória

O conjunto chamado *número identificador* apresenta algarismos, onde o primeiro indica a numeração da planilha e o segundo o item a conferir (por exemplo, planilha número dois, item quatro - 2.4). Quanto à *legislação* são apresentadas duas colunas, onde a primeira se refere à *lei* ou *norma* e a segunda ao *artigo*. Nestas colunas, os espaços que estão vazios (com um hífen) fazem referência a questões importantes no contexto da avaliação e que não foram identificadas em leis e normas.

Os **componentes de acessibilidade** (orientação espacial, comunicação, deslocamento e uso) são apresentados na forma de ícones. Os **itens a conferir** estão divididos conforme o ambiente ou elementos que se pretende avaliar e estão dispostos na forma de perguntas. O quinto conjunto, dividido em três colunas, é reservado para a **resposta** da questão avaliada, que pode ser **sim**, **não** ou **não se aplica / inexistente**. A última coluna da planilha é destinada às **observações**, como medições e sugestões. O preenchimento deste espaço complementa a avaliação, bem como o registro fotográfico no decorrer da aplicação desta técnica.

### 4.3 Entrevistas Semi-estruturadas

Segundo Lakatos (2008, p.197), “a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. Appolinario (2006, p.31) define três tipos de entrevistas: estruturadas, semi-estruturadas e não estruturadas. As entrevistas semi-estruturadas, adotadas neste trabalho, seguem um roteiro e apresentam traços de espontaneidade. Optou-se por este tipo de entrevista para que houvesse liberdade de novos questionamentos a partir das colocações feitas durante a conversa.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com os responsáveis pelo Programa Monumenta na cidade de Pelotas, com um historiador, para maior conhecimento da formação urbana da cidade e com funcionários das edificações analisadas no estudo de caso – Casarão 2, hoje sede da Secretaria de Cultura e Prefeitura Municipal. As entrevistas foram gravadas para, posteriormente, serem transcritas. Elas tiveram roteiros diferentes, de acordo com o interesse do pesquisador.

### **4.3.1 Entrevista – Programa Monumenta**

As entrevistas realizadas com arquitetos e engenheiro responsáveis pelo Programa Monumenta ocorreram nos dias 24 de julho e 8 de agosto de 2008 e tiveram o intuito de conhecer melhor a aplicação do Programa na cidade de Pelotas, sua área de abrangência, as edificações que já haviam sido recuperadas e quais as estratégias utilizadas pelo Programa em relação à acessibilidade, principalmente em relação à cidade de Pelotas.

O roteiro adotado para a aplicação deste método (apêndice B) conta com cinco perguntas que envolvem: a participação do Programa Monumenta na cidade, a definição de sua área de abrangência, identificação das edificações que já foram recuperadas, como e onde foi aplicado algo com vistas a acessibilidade e a que normas atendem. Os resultados deste método são apresentados no decorrer do capítulo 3, referente a arquitetura eclética em Pelotas.

### **4.3.2 Entrevista – Patrimônio Histórico em Pelotas**

A entrevista realizada com o historiador pelotense Mário Osório Magalhães ocorreu no dia 25 de julho de 2008 e teve como objetivo ampliar o conhecimento acerca da formação urbana da cidade de Pelotas e como se caracteriza o seu Centro Histórico hoje.

O roteiro adotado para essa entrevista encontra-se no apêndice C conta com seis questões norteadoras. As principais informações coletadas estão referenciadas no capítulo 3, sobre a arquitetura eclética em Pelotas.

### **4.3.3 Entrevista – Funcionários da Secretaria de Cultura e da Prefeitura Municipal**

As entrevistas realizadas com os funcionários da antiga Residência do Charqueador Viana – Casarão 2, hoje sede da Secretaria de Cultura do município, ocorreram entre os dias 20 e 24 de outubro de 2008 e com os funcionários da Prefeitura Municipal de Pelotas aconteceram entre os dias 17 e 19 de fevereiro de 2009. Tiveram como objetivo conhecer o público que frequenta as edificações e os procedimentos adotados para tratar pessoas com deficiências. O roteiro utilizado no desenvolvimento das entrevistas encontra-se no apêndice D.

#### **4.3.3.1 Elaboração e descrição da aplicação do experimento**

Após conversas informais com funcionários do Casarão 2, descobriu-se que todos eles (em um total de vinte e cinco) tem contato com o público que frequenta a Secretaria de Cultura. Isso se deve à escala semanal adotada onde diferentes setores ficam responsáveis por realizar um percurso interno acompanhado com os visitantes, explicando as principais características arquitetônicas e históricas do edifício.

No decorrer das entrevistas percebeu-se que as pessoas que realmente tinham contato com o público eram os funcionários que trabalhavam na portaria (em número de três) e os funcionários que são auxiliares de escritório do secretário de cultura (em número de dois). Com isso, os resultados relatados são referentes a esses cinco funcionários.

A escolha dos funcionários que responderiam a entrevista na Prefeitura Municipal foi mais simples, já que a pesquisadora já havia trabalhado nesse local quando bolsista de Iniciação Científica. Sabia-se que os funcionários que tinham contato direto com o público eram os da guarda municipal, da recepção e do Fala Pelotas<sup>30</sup>. No total, entrevistaram-se seis funcionários: duas guardas municipais, dois funcionários da recepção e dois funcionários do 'Fala Pelotas'.

As entrevistas tiveram duração média de vinte minutos e ocorreram com agendamento prévio, já que precisava de autorização para conversar com os funcionários de ambos os prédios durante o horário de serviço. Era solicitado que cada um se ausentasse do seu posto de trabalho para que os questionamentos fossem feitos. As conversas foram gravadas e alguns dados anotados no próprio roteiro de entrevista.

#### **4.4 Passeio Acompanhado**

Com o objetivo de identificar informações sobre as principais facilidades e dificuldades encontradas na orientação espacial, na comunicação, no deslocamento e no uso de equipamentos/ mobiliários por pessoas com restrições nos edifícios históricos, optou-se pela realização do método denominado Passeio Acompanhado, desenvolvido por Dischinger (2000, p.50).

---

<sup>30</sup> O Fala Pelotas é um setor de contato do público em geral com a Prefeitura Municipal, onde são feitas sugestões e reclamações para a melhoria do governo e da cidade. Além de ter um espaço no saguão da Prefeitura, o projeto vai aos bairros através de unidade móvel.

O método consiste em visitas acompanhadas aos locais que se pretende avaliar, junto a pessoas que sofrem restrições no uso do espaço ou alguma característica considerada relevante para a pesquisa. Inicialmente, são estabelecidas as atividades que o entrevistado deverá cumprir e, ao longo do percurso por ele utilizado, é observado seu comportamento e são feitos questionamentos a respeito das tomadas de decisão. Conforme Dischinger (2000), o pesquisador não deve ajudar ou conduzir, podendo interferir somente em situações que apresentem riscos ao entrevistado. Toda a conversa deve ser gravada para posteriormente ser transcrita e, com o auxílio da técnica da fotografia, os principais fatos devem ser registrados.

#### 4.4.1 Caracterização da amostra

A fim de obter informações a respeito das condições de acessibilidade às edificações históricas em estudo, optou-se por realizar os passeios com indivíduos que tivessem diferentes deficiências, como indivíduo com muletas ou em cadeira de rodas, ou pessoas sem deficiências, mas que pudessem sofrer restrições espaciais, como mãe com carrinho de bebê e idoso. Procurou-se identificar aqueles que apresentassem problemas de orientação espacial, de comunicação, de deslocamento e de uso do espaço. A amostra é composta por oito pessoas:

- **Indivíduo com muletas (passeio acompanhado A):** selecionado por apresentar dificuldades de deslocamento e uso de equipamentos devido a limitações físico-motoras nos membros inferiores decorrente de poliomielite.
- **Mãe com carrinho de bebê (passeio acompanhado B):** selecionada por apresentar dificuldades temporárias de deslocamento e uso do espaço em função do carrinho de bebê.
- **Idosa (passeio acompanhado C):** selecionada por apresentar dificuldades no uso do espaço devido a dificuldades no movimento de um dos membros superiores, impostas pela velhice (artrite).



- **Cego (passeio acompanhado D):** selecionado por apresentar dificuldades principalmente de orientação espacial, mas também de deslocamento, uso e comunicação (receber informações escritas) em função da ausência de percepção visual, ocasionada por distrofia da córnea – cego de nascença.



- **Pessoa sem conhecimento do local (passeio acompanhado E):** selecionada por poder apresentar dificuldades de orientação no espaço, devido ao desconhecimento do ambiente.



- **Surdo (passeio acompanhado F):** selecionado por apresentar dificuldades na comunicação, devido à ausência de intérprete de libras ou pessoas com domínio da Língua Brasileira de Sinais na maioria das repartições públicas.



- **Pessoa em cadeira de rodas (passeio acompanhado G):** selecionado por apresentar dificuldades de deslocamento e uso em função das restrições físico-motoras nos membros inferiores decorrente de poliomielite e do uso de cadeira de rodas em seu percurso.







- **Crianças (passeio acompanhado H):** não tem deficiências, mas podem apresentar dificuldades e restrições no alcance, na visualização dos objetos e na compreensão de informações. Uma delas sabe ler e a outra, não.







O estudo piloto foi realizado na Secretaria de Cultura – Casarão 2 com os seguintes indivíduos: muletante, mãe com carrinho de bebê, idosa, cego e pessoa sem conhecimento do local. A partir dos resultados extraídos desta amostra, somados às sugestões oriundas da qualificação de dissertação, em novembro/2008, conclui-se que era importante a realização de passeios com pessoa surda, em cadeira de rodas e crianças. Isso porque haviam sido identificados problemas de comunicação e deslocamento nos outros métodos que não puderam ser comprovados pelos passeios já realizados e, também, pois estava sendo tratada a questão de educação patrimonial

e grupos escolares visitam com frequência esses locais para estudo. Ficou acertado que, como as edificações tinham uso semelhante e atendiam ao mesmo público, os três últimos passeios seriam desenvolvidos na Prefeitura Municipal.

Nos quadros abaixo apresentam-se as supostas dificuldades ligadas aos componentes de acessibilidade que cada indivíduo poderia apresentar devido às suas condições físicas e espaciais em cada edificação. São indicadas, ainda, as limitações por eles apresentadas.

INDIVÍDUO	LIMITAÇÕES					COMPONENTES DE ACESSIBILIDADE			
	MEMBROS INFERIORES	MEMBROS SUPERIORES	VISÃO	AUDIÇÃO	EQUILÍBRIO				
muletante									
mãe com carrinho de bebê									
idosa			USA ÓCULOS						
cego									
sem conhecimento do local									
surdo			USA ÓCULOS						
cadeirante									
crianças									

COMPONENTES DE ACESSIBILIDADE			
	Orientação Espacial		Comunicação
	Deslocamento		Uso

Quadro 02 – Indivíduos que participaram do método Passeio Acompanhado

No quadro acima são apresentadas as supostas dificuldades ligadas aos componentes de acessibilidade que cada indivíduo poderia apresentar devido às suas condições físicas e espaciais em cada edificação. São indicadas, ainda, as limitações por eles apresentadas.

Cabe ressaltar que os entrevistados não tinham conhecimento prévio dos espaços internos das edificações. No caso da Prefeitura Municipal, todos os indivíduos conheciam sua localização na cidade. Já a Secretaria de Cultura foi de difícil localização para a maioria dos entrevistados. Somente a idosa já havia visitado o interior deste prédio.



#### 4.4.2 Elaboração do experimento

Inicialmente foram definidos os roteiros de atividades que deveriam ser desenvolvidos nas edificações, em conformidade com as diferentes atividades nelas realizadas pelo público, tais como: visitar a mostra de arte, utilizar os banheiros, visitar o acervo museológico, pedir informações acerca de projetos culturais (no caso da Secretaria de Cultura) e pedir informações sobre os valores de ingressos para o carnaval (no caso da Prefeitura).

Para a aplicação do método no Casarão 2 (Secretaria de Cultura), foram elaborados três roteiros distintos devido às diferentes limitações fisiológicas que cada pessoa apresentava. O primeiro roteiro, mais genérico, foi utilizado pelo muletante, pela idosa e pela pessoa sem conhecimento prévio do local e indicava atividades como entrar no edifício, deslocar-se e utilizar ambientes como recepção, sala de exposição, banheiro localizado no primeiro pavimento, circulação vertical, setor de projetos ligados ao patrimônio, banheiro do segundo pavimento e sair da edificação (apêndice E). O segundo, utilizado pelo cego, só difere do primeiro devido à retirada de atividades como acender/apagar luzes. O terceiro roteiro foi utilizado pela mãe com carrinho de bebê, que só pode realizar as atividades que se localizam no primeiro pavimento devido à ausência de elevador e, no banheiro do primeiro pavimento, deveria trocar a fralda do filho.

Em relação à Prefeitura, também foram desenvolvidos três roteiros distintos. O primeiro abrangia todas as atividades, tanto no primeiro pavimento como no segundo, e foi adotado pelo surdo. O segundo roteiro, utilizado pelo cadeirante, não previa visita ao 2º pavimento devido à falta de equipamento eletromecânico em dimensões e condições adequadas. O terceiro, utilizado pelas crianças, com atividades nos dois pavimentos, mas sem pedir informações sobre a venda de ingressos para o carnaval.

No decorrer dos passeios, além das observações durante a realização das atividades foram também feitas perguntas em relação à percepção do ambiente e tomadas de decisão (comportamento e ação), complementando o método. Ao final do passeio foram feitos os seguintes questionamentos:

- Quais as facilidades encontradas durante o percurso?

- Quais as dificuldades encontradas durante o percurso?
- Você usa placas de sinalização para se orientar?
- O que você gostou / achou interessante nesse edifício?
- O que você não gostou / não achou interessante nesse edifício?

Para a realização dos passeios no Casarão 2, os entrevistados foram transportados em veículo particular de suas residências ou locais de trabalho até a Praça Coronel Pedro Osório (o recorte do Centro Histórico estudado abrange os edifícios localizados no entorno da Praça). Antes de chegar ao edifício foi explicado o objetivo do passeio e a forma como ocorreria, sendo solicitado ao indivíduo informar todas as dificuldades e facilidades identificadas no percurso.

No caso dos passeios ocorridos na Prefeitura, combinou-se o encontro com os indivíduos em frente à edificação, conhecida por todos. Explicou-se todo o procedimento anteriormente, numa conversa prévia.

Os passeios tiveram duração média de 50 minutos cada e ocorreram no turno matutino (horário de funcionamento da Secretaria de Cultura do Município – Casarão 2 – e da Prefeitura Municipal). A determinação dos dias e horários foi feita de acordo com a disponibilidade dos entrevistados.

#### **4.5 Entrevista Focalizada**

O método consiste na aplicação de entrevista a grupos de pessoas com alguma característica semelhante, permitindo uma abordagem direta do problema estudado. De acordo com Ana Cláudia Alves Pinto (2007, p.65), “este procedimento foi desenvolvido a partir da utilização combinada de dois instrumentos: Entrevista com Grupos Focais (FREITAS e OLIVEIRA, 1998) e Avaliação de Ambientes Através de Imagens (REHAL e BIRGERSSON, 2005)”.

Conforme Lakatos (2008, p.199), neste tipo de entrevista “há um roteiro de tópicos relativos ao problema que se vai estudar e o entrevistador tem liberdade de fazer as perguntas que quiser: sonda razões e motivos, dá esclarecimentos, não obedecendo, a rigor, a uma estrutura formal”.

Optou-se pela aplicação desse método com o objetivo de discutir, junto a pessoas com deficiências e de técnicos responsáveis por projetos de intervenção em edificações históricas, as possíveis alternativas para solucionar os problemas de acessibilidade espacial identificados nos estudos de caso.

#### **4.5.1 Caracterização da amostra**

Para a definição da amostra foram elaborados alguns critérios. Primeiramente definiu-se que se caracterizaria por dois grupos específicos: pessoas com deficiências e técnicos responsáveis por projetos de intervenção em edificações históricas.

Entre as pessoas com deficiências, buscou-se as que encontraram maiores dificuldades de acordo com os resultados dos diferentes métodos aplicados nos estudos de caso. O grupo de pessoas com deficiências caracterizou-se por duas pessoas com deficiências físico-motoras (indivíduo com muletas e indivíduo em cadeira de rodas) e duas pessoas com deficiência visual.

Os técnicos foram divididos em dois grupos: o primeiro contou com a participação de funcionários que trabalham com projetos de revitalização de áreas históricas em locais como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e na Fundação Catarinense de Cultura (FCC), do Estado de Santa Catarina; o segundo, contou com os arquitetos e engenheiros responsáveis por projetos de revitalização junto a Secretaria de Cultura da cidade de Pelotas.

Dessa forma, pretende-se confrontar as diferentes opiniões: de um lado, as pessoas com deficiências ou restrições, que esperam do poder público uma alternativa para que possam usufruir de seu direito de igualdade; de outro, os profissionais responsáveis pela preservação do patrimônio histórico brasileiro, preocupados com a não-descaracterização da arquitetura de valor singular.

Portanto, os grupos são divididos da seguinte forma:

- **Grupo 1: Pessoas com deficiências** – indivíduo com muletas, usuário de cadeira de rodas e dois cegos – 04 pessoas.

- **Grupo 2: Técnicos que trabalham com projetos de restauração em Florianópolis/SC** – 03 pessoas.
- **Grupo 3: Técnicos que trabalham com projetos de revitalização do patrimônio histórico na cidade de Pelotas** – 07 pessoas.

#### 4.5.2 Elaboração do experimento

Num primeiro momento, a pesquisa é apresentada aos participantes, definindo os objetivos e qual a participação de cada envolvido no trabalho. Nesta etapa é garantido o anonimato e o sigilo de autoria das respostas. Antes de dar início à entrevista todos os participantes do grupo se apresentam. É importante, ainda, que o pesquisador estimule a discussão, enfatizando que não há respostas certas e erradas e observe o andamento e ritmo da conversa (MINAYO, 1993).

Após essa conversa inicial, adotou-se a técnica denominada Jogo de Imagens para facilitar a abordagem e criar uma atmosfera descontraída durante a entrevista. Para cada problema identificado a partir dos estudos de caso, caracterizado como gerador de conflito entre a implementação de acessibilidade e o patrimônio histórico edificado, foram apresentadas possíveis soluções. Dentre elas o grupo deveria discutir as formas de intervenção e sugerir novas propostas que preservassem características importantes da arquitetura eclética e, ao mesmo tempo, possibilitassem acesso de todas as pessoas aos diferentes espaços das edificações. Adotaram-se somente imagens que ilustravam situações positivas, do uso correto de equipamentos em prol à acessibilidade plena. A importância da técnica escolhida justifica-se já que, em algumas situações, as pessoas não conseguem explicar o que desejam mas, ao ver uma imagem, conseguem expressar sua opinião.

Os participantes estavam dispostos ao redor de uma mesa e questões com suas possíveis soluções, através de imagens (apêndice F), foram projetadas em meio digital por computador e *datashow* e, quando na ausência desses equipamentos, as imagens eram apresentadas no formato impresso. As entrevistas tiveram duração média de 120 minutos cada e foram registradas por meio de gravações, anotações e fotografias. A determinação dos dias e horários foi feita de acordo com a disponibilidade dos entrevistados.

## **CAPÍTULO 5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS ESTUDOS DE CASO**

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos com a aplicação dos três métodos adotados nos estudos de caso – visita exploratória, entrevista semi-estruturada e passeio acompanhado.


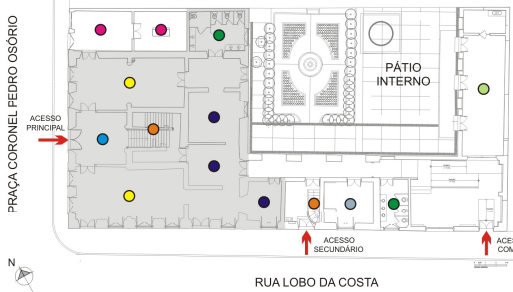




Em relação a cada método é apresentada a descrição dos resultados obtidos e análise crítica. Apresenta-se, ainda, uma discussão conjunta dos resultados dos três métodos (item 5.4), dividida por componente de acessibilidade e por ambiente da edificação, visando identificar os problemas encontrados e relacioná-los às diferentes pessoas.

Por fim, apresenta-se o resultado do método entrevista focalizada, realizada para discussão das possíveis soluções para os principais problemas identificados nos estudos de caso. A partir desses resultados foram geradas as diretrizes de acessibilidade para edificações históricas, explicadas no capítulo 6.

### **5.1 Visitas Exploratórias**

Com base na aplicação das planilhas foram elaborados quadros com os resultados obtidos. Dividem-se em fichas de identificação das edificações e laudos técnicos.

A ficha de identificação (quadros 03 e 04) é composta pelo nome da edificação, endereço, uso original, uso atual, função que desempenha, proprietário, ano/período de construção, tipo de proteção do imóvel, número de pavimentos, tipo de arquitetura e observações, onde são descritas as principais modificações que o edifício passou durante os anos. São apresentadas, ainda, um mapa de localização da edificação no entorno da praça Coronel Pedro Osório, as plantas baixas de todos os pavimentos, identificando todos os ambientes e algumas imagens ilustrativas (fachada, na parte superior esquerda; e internas, na parte inferior).




















FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO			
 <p><b>Dados Gerais</b></p> <p><b>NOME DA EDIFICAÇÃO:</b> Residência Charqueador Viana - Casarão 2</p> <p><b>ENDEREÇO:</b> Praça Coronel Pedro Osório, 02</p> <p><b>USO ORIGINAL:</b> Residencial</p> <p><b>USO ATUAL:</b> Institucional Público e Cultural</p> <p><b>FUNÇÃO:</b> Secretaria de Cultura do Município</p> <p><b>PROPRIETÁRIO:</b> Prefeitura Municipal de Pelotas</p> <p><b>CONSTRUÇÃO:</b> Anterior a 1830</p> <p><b>PROTEÇÃO:</b> Tombado em Nível Federal em 1977</p> <p><b>NÚMERO DE PAVIMENTOS:</b> Dois</p> <p><b>ARQUITETURA:</b> Eclética</p> <p><b>OBSERVAÇÕES:</b> Inicialmente, apresentava estilo colonial. Sofreu modificações por volta de 1880, para que se identificasse com os casarões vizinhos. Em 1987 foram realizadas obras de restauração de esquadrias e pisos do 2º pavimento. Em 1995, um incêndio destruiu paredes de estuque do 2º pavimento e prejudicou parte da estrutura do telhado. Em janeiro de 2004, através dos recursos do Programa Monumenta, iniciou a obra de restauração integral do edifício, finalizada em outubro de 2005.</p>	<p><b>Planta Baixa do 1º Pavimento</b></p> 	<p><b>Mapa de Localização</b></p>  <p>Localização do Casarão 2 no entorno da Praça Coronel Pedro Osório</p>	
	<p><b>Planta Baixa do 2º Pavimento</b></p> 	<p><b>Imagens</b></p>  <p>Rampa no acesso para pessoas com deficiências</p>  <p>Hall de Entrada</p>	<p><b>Legenda</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Hall de entrada</li> <li>● Sanitários</li> <li>● Circulações verticais</li> <li>● Salas de exposições</li> <li>● Apoio - exposições</li> <li>● Acervo Museológico Adail Bento Costa</li> <li>● Administração - Secretaria de Cultura</li> <li>● Espaço destinado para uma Doçaria</li> <li>● Setor de projetos de imóveis tombados e inventariados</li> <li>■ Zona de Acesso Público</li> </ul>

Quadro 03 – Ficha de identificação da edificação – Residência Charqueador Viana - Casarão 2

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO		
 <p><b>Dados Gerais</b></p> <p><b>NOME DA EDIFICAÇÃO:</b> Prefeitura Municipal de Pelotas</p> <p><b>ENDEREÇO:</b> Praça Coronel Pedro Osório, 101</p> <p><b>USO ORIGINAL:</b> Institucional Público</p> <p><b>USO ATUAL:</b> Institucional Público e Cultural</p> <p><b>FUNÇÃO:</b> Prefeitura Municipal</p> <p><b>PROPRIETÁRIO:</b> Prefeitura Municipal de Pelotas</p> <p><b>CONSTRUÇÃO:</b> entre 1878 e 1881</p> <p><b>PROTEÇÃO:</b> Tombado em Nível Municipal</p> <p><b>NÚMERO DE PAVIMENTOS:</b> Dois</p> <p><b>ARQUITETURA:</b> Eclética</p> <p><b>OBSERVAÇÕES:</b> Foi construído com o objetivo de sediar a Câmara Municipal de Pelotas. Sofreu intervenções do Programa Monumenta, através de obras de restauração em relação às fachadas e a cobertura.</p>	<p><b>Plantas Baixas do 1º Pavimento, Mezanino e 2º Pavimento</b></p> 	<p><b>Mapa de Localização</b></p>  <p>Localização da Prefeitura no entorno da Praça Coronel Pedro Osório</p>
	<p><b>Imagens</b></p>  <p>Hall da Prefeitura</p>  <p>Atendimento do Projeto Fala Pelotas</p>  <p>Escadaria entre 1º e 2º pav.</p>	<p><b>Legenda</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Sanitários</li> <li>● Circulações verticais</li> <li>● Salas de exposições</li> <li>● Projeto Fala Pelotas</li> <li>● Acervo Museológico dos ex-Prefeitos</li> <li>● Administração - Prefeitura Municipal</li> <li>● Secretaria de Comunicação</li> <li>● Salão Nobre</li> <li>● Gabinete do Prefeito</li> <li>● Secretaria de Governo</li> <li>● Sala de Atos Oficiais</li> <li>■ Zona de Acesso Público</li> </ul>

Quadro 04 – Ficha de identificação da edificação – Prefeitura Municipal de Pelotas

O laudo técnico conta com a numeração, título da planilha e data de preenchimento. É composto por seis colunas: na primeira, é indicado o item conferido; na segunda, apresentam-se os componentes de acessibilidade que cada problema/ dificuldade faz referência; na terceira coluna, a descrição do problema observado conforme a visão do técnico (arquiteta); na quarta e quinta, mostra-se a incidência dos problemas nas duas edificações estudadas; na sexta e última coluna encontram-se ilustrações. A seguir apresenta-se os laudos técnicos obtidos em cada área/ambiente das edificações.

LAUDO TÉCNICO   ESTUDOS DE CASO							
PLANILHA 1   ÁREAS DE ACESSO AO EDIFÍCIO   MARÇO DE 2009							
ITEM CONFERIDO	COMP. ACES.	PARECER DO ARQUITETO	CASA-RÃO 2	PREFEITURA	ILUSTRAÇÕES		
SEMÁFORO		Não existe sinalização sonora para indicar que o semáforo está aberto			<b>CASARÃO 2</b> 		
		Não existe foco para acionamento para a travessia de pedestre					
PASSEIOS		Não são livres de obstáculos que impeçam o deslocamento			Falta identificação da função do edifício e do local de acesso; acesso principal feito por degraus, sem faixa antiderrapante e corrimão 		
		Os desníveis existentes não são inferiores a 15mm					
	Não há uma faixa livre de circulação de 1,20m e não existe rampa de acesso ao passeio próxima às vagas de estacionamento						
		Não há suporte informativo tátil no passeio que permita a identificação por pessoas com restrição visual do edifício e do percurso (linha-guia) e não é possível identificar o edifício (nome e função)					
ACESSO AO EDIFÍCIO		Não existe rampa ou equipamento eletro-mecânico para vencer os degraus no acesso principal			O acesso alternativo, não identificado a partir do exterior do edifício, possui rampa na parte interna que possibilita acesso ao 1º pavimento		
ESCADAS EXTERNAS		O acesso é feito através de degraus, que não possuem piso antiderrapante					
		O primeiro e o último degraus estão juntos à área de circulação					
		Não existem corrimãos instalados nos lados da escada			<b>PREFEITURA</b> 		
		Não existe sinalização visual localizada na borda do piso nem sinalização tátil alerta indicando o início e o término das escadas; não existe sistema de sinalização para abandono do local indicando as saídas de emergência					
ESTACIONAMENTO PARA DEFICIENTES		Não existem vagas de estacionamento para deficientes próximo ao acesso			Identificação da função do prédio é de difícil visualização 		
		Não existe símbolo internacional de acessibilidade a partir de sinalização no piso					
CONTROLE DE ACESSO AO PRÉDIO		Não existe campainha ou outro meio para solicitar abertura da porta no acesso alternativo					
PORTAS		A porta não apresenta maçaneta; a fechadura está em altura adequada			Acesso principal é feito por meio de degraus, sem faixa antiderrapante e corrimão		
		A maçaneta da porta não é do tipo alavanca					
COMPONENTES DE ACESSIBILIDADE							
	Orientação Espacial		Comunicação		Deslocamento		Uso

Quadro 05 – Laudo técnico das áreas de acesso ao edifício

LAUDO TÉCNICO   ESTUDO DE CASOS							
PLANILHA 2   SAGUÕES, SALAS DE RECEPÇÃO E ESPERA   MARÇO DE 2009							
ITEM CONFERIDO	COMP. ACES.	PARECER DO ARQUITETO FRENTE AO ESPAÇO	CASA-RÃO 2	PREFEITURA	ILUSTRAÇÕES		
ATENDIMENTO OU RECEPÇÃO		Não há suporte informativo tátil que permita a identificação do balcão por pessoas com restrição visual; não existe suporte informativo visual e tátil que possibilitem ao usuário localizar-se, identificar o local das diferentes atividades e definir rota para uso do edifício de forma independente			<b>CASARÃO 2</b>  Ausência de equipamento de tecnologia assistiva para comunicação entre surdo e/ou mudo com os funcionários		
		Não existe atendimento especializado com intérpretes para pessoas com deficiências sensoriais (cegos e surdos); não existe equipamento de tecnologia assistiva que permita a comunicação para o surdo e/ou mudo com os funcionários					
		Os balcões de atendimento não estão instalados em rota acessível			<b>PREFEITURA</b>  Balcões de atendimento não permitem aproximação frontal por cadeiras de rodas		
		Os balcões de atendimento não permitem aproximação frontal por cadeiras de rodas					
MOBILIÁRIO PARA ESPERA		Não existe espaço reservado aos cadeirantes junto ao mobiliário de espera					
COMPONENTES DE ACESSIBILIDADE							
	Orientação Espacial		Comunicação		Deslocamento		Uso

Quadro 06 – Laudo técnico dos saguões, salas de recepção e espera














LAUDO TÉCNICO   ESTUDO DE CASOS							
PLANILHA 3   CIRCULAÇÕES HORIZONTAIS   MARÇO DE 2009							
ITEM CONFERIDO	COMP. ACES.	PARECER DO ARQUITETO FRENTE AO ESPAÇO	CASA-RÃO 2	PREFEITURA	ILUSTRAÇÕES		
PORTAS INTERNAS		Nem todas as maçanetas das portas são do tipo alavanca			<b>CASARÃO 2</b>  Maçanetas das portas são de girar, de difícil manuseio		
		As maçanetas não são do tipo alavanca e algumas não estão em altura adequada					
CIRCULAÇÃO INTERNA		Não existe identificação visual nas portas que indique o nome do setor/ambiente			<b>PREFEITURA</b>  Não há suporte informativo tátil que permita a identificação de uma rota para uso do edifício		
		Os pisos dos corredores não são revestidos com material antiderrapante					
		Não há faixas de piso em cor e textura diferenciada guiando os usuários com restrição visual em circulações muito amplas					
		Não há rampas em desníveis maiores que 1,5 cm					
		Não há sistema de alarme de incêndio com sinalização sonora e luminosa					
		Não há indicação sonora e visual em saídas de emergência; não há placas no interior da edificação indicando rotas e entradas acessíveis; não existe sinalização visual em forma de pictograma					
COMPONENTES DE ACESSIBILIDADE							
	Orientação Espacial		Comunicação		Deslocamento		Uso

Quadro 07 – Laudo técnico das circulações horizontais


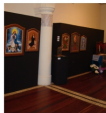















LAUDO TÉCNICO   ESTUDO DE CASOS							
PLANILHA 4   CIRCULAÇÕES VERTICAIS   MARÇO DE 2009							
ITEM CONFERIDO	COMP. ACES.	PARECER DO ARQUITETO FRENTE AO ESPAÇO	CASA-RÃO 2	PREFEITURA	ILUSTRAÇÕES		
ELEVADORES		Não há equipamento eletro-mecânico de circulação vertical (plataformas, elevadores) no edifício			<b>CASARÃO 2</b>  Escada principal e de serviço que fazem o acesso entre o 1º e o 2º pavimento  Rampa de acesso ao 1º pav.		
		O elevador não está situado em rota acessível; a porta do elevador não tem vão mínimo de 80 cm e não é automática					
		O elevador não pode ser identificado visualmente ou por informação adicional (placas indicativas) desde a porta de acesso ao edifício; não há sinalização tátil que permita a identificação do local do elevador para pessoa com restrição visual; não há marcação em Braille abaixo da identificação de cada pavimento; não soa anúncio verbal a cada parada do elevador					
		Os botões de chamada (exterior da cabina) não estão em altura entre 90 cm e 1,10 m; não há marcação em Braille correspondente ao lado esquerdo de cada botão de comando; os comandos de emergência não estão agrupados na parte inferior da botoeira da cabina; não há corrimão (barras) afixados nas laterais e no fundo da cabina; não há iluminação de emergência no elevador					
		Não existe um meio de comunicação de duas vias instalado dentro e fora do elevador; não existe equipamento de tecnologia assistiva para a comunicação do surdo ou do mudo no elevador			<b>PREFEITURA</b>  Elevador de acesso entre os dois pavimentos da edificação  Botões de chamada do exterior (esquerda) e interior (direita) da cabina  Escada principal e de serviço que fazem o acesso entre o 1º e o 2º pavimento		
ESCADAS		O primeiro e o último degraus do lance de escadas não estão a uma distância de 30 cm da área de circulação; as escadas não tem lance máximo de 19 degraus					
		Os corrimãos da escada principal estão instalados somente em uma altura, que é aceitável em relação à altura ideal, porém são inexistentes na escada de serviço					
		Os corrimãos da escada principal não possuem prolongamento mínimo de 30 cm antes do início e após o término da escada; o guarda-corpo não possui altura mínima de 1,05 m					
		Não existe sinalização indicando o número do pavimento na escada ou no patamar; não existe sinalização tátil alerta no início e término da escada; não existe sistema de iluminação de emergência instalado no corpo da escada, patamares e hall; não existe placas de sinalização para abandono do local					
RAMPAS		Não há rampa no edifício					
		Os corrimãos não possuem prolongamento no início e término da rampa; os corrimãos não são contínuos e não possuem extremidades recurvadas					
		Não existe sinalização tátil no início e no término da rampa; não existe sistema de sinalização para abandono de local					
<b>COMPONENTES DE ACESSIBILIDADE</b>							
	Orientação Espacial		Comunicação		Deslocamento		Uso

Quadro 08 – Laudo técnico das circulações verticais

LAUDO TÉCNICO   ESTUDO DE CASOS					
PLANILHA 5   SANITÁRIOS   MARÇO DE 2009					
ITEM CONFERIDO	COMP. ACES.	PARECER DO ARQUITETO FRENTE AO ESPAÇO	CASA-RÃO 2	PREFEITURA	ILUSTRAÇÕES
INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E SINALIZAÇÃO		Não existe um conjunto de sanitários feminino e masculino acessíveis as pessoas com restrições; a porta do boxe para bacia sanitária não tem puxador horizontal para facilitar seu fechamento; as torneiras dos lavatórios não são do tipo alavanca ou com sensor eletrônico			<b>CASARÃO 2</b>  Bacia sanitária e barra lateral no boxe acessível do sanitário
		Existe um sanitário, que pode ser usado por homens e mulheres, com um boxe acessível e 2 boxes comuns e 4 lavatórios, sendo que um deles é rebaixado; não há barra de apoio na parede do fundo da bacia sanitária; a barra de apoio fixada na lateral da bacia sanitária não atende ao comprimento mínimo estabelecido em norma; o boxe não tem maçaneta e o trinco é de girar, de difícil manuseio			 Lavatórios em duas alturas
		A distribuição de aparelhos e peças nos banheiros não permite a utilização por um usuário em cadeira de rodas; não há barras de apoio fixadas nas paredes laterais e de fundo da bacia sanitária; a descarga não está num alcance de 100 cm de altura do piso e não é do tipo alavanca ou mecanismos automáticos			
		Não há sinalização identificando a localização dos sanitários no edifício			
		Não há identificação do tipo de sanitário (feminino, masculino, familiar, unissex); não há símbolo internacional de acesso afixado em local visível ao público			<b>PREFEITURA</b>  Identificação do tipo de sanitário
		Há identificação do tipo de sanitário (feminino e masculino), porém não está de acordo com o símbolo internacional de acesso e não é acessível às pessoas com restrição visual (tátil e ao alcance das mãos)			 Maçaneta estragada no boxe
		Não há sinalização de emergência ao lado da bacia sanitária para acionamento em caso de queda			 Degrau no acesso ao sanitário
	O piso do banheiro não tem revestimento antiderrapante				
	O sanitário não está localizado em rota acessível, próximo à circulação principal; a porta do sanitário e do boxe para bacia sanitária não tem vão livre mínimo de 80 cm e não abre para fora; o desnível máximo nas soleiras das portas não é de 0,5 cm de altura - existe um degrau para entrar no sanitário; o piso do banheiro não tem revestimento e não é nivelado				
COMPONENTES DE ACESSIBILIDADE					
	Orientação Espacial		Comunicação		Deslocamento
					Uso

Quadro 09 – Laudo técnico dos sanitários

LAUDO TÉCNICO   ESTUDOS DE CASO							
PLANILHA 6   MUSEU E GALERIA DE ARTE   MARÇO DE 2009							
ITEM CONFERIDO	COMP. ACES.	PARECER DO ARQUITETO	CASA-RÃO 2	PREFEITURA	ILUSTRAÇÕES		
ACESSO		Não há suporte informativo visual e tátil para identificar as diferentes atividades; nos ambientes complexos, com mais de uma atividade, os diferentes setores não estão devidamente identificados; não existem <i>sites</i> na WEB acessíveis às pessoas com restrição auditiva e visual, com informações sobre a localização, as atividades e a programação do ambiente			<p><b>CASARÃO 2</b></p>  <p>Ambiente da galeria de arte é pouco iluminado e as obras não apresentam textos explicativos em letras legíveis (contraste figura/fundo) nem escrito em Braille</p>  <p>Não há identificação da localização dos objetos no museu nem textos explicativos</p> <p><b>PREFEITURA</b></p>  <p>A mostra de arte, localizada no próprio saguão da Prefeitura, torna-se um obstáculo físico e visual, já que não permite a fácil identificação da escada de acesso ao 2º pavimento</p>  <p>Alguns objetos expostos no museu estão fora do alcance visual de pessoas com baixa estatura ou em cadeira de rodas</p>		
		O acesso ao ambiente não é efetuado por uma rota acessível					
		Não existem <i>sites</i> na WEB acessíveis às pessoas com restrição auditiva e visual, com informações sobre a localização, as atividades e a programação do ambiente					
MUSEU		Não há faixas de piso de em cor e textura diferenciadas guiando os usuários em circulações muito amplas; não existe sistema de áudio descrição sobre as exposições, que permita a informação e orientação de pessoas com restrição visual; os títulos, os textos explicativos ou similares não são legíveis e não estão dentro do alcance visual de pessoas de pessoas com baixa estatura e de usuários de cadeira de rodas; não existem textos explicativos em Braille de cada objeto exposto, para a compreensão de pessoa com restrição visual; não existe sinalização tátil no piso indicando a localização das obras em exposição; não existe sinalização tátil e visual no piso indicando desníveis (degraus); não existe sistema de sinalização de emergência instalado no ambiente					
		Não existem títulos, textos explicativos ou similares em todas as obras expostas					
		Não existem dispositivos de tecnologia assistiva para atender as pessoas com restrição visual e auditiva; não existe serviço de atendimento para pessoas com restrição auditiva, prestado por pessoas capacitadas (intérprete de LIBRAS); não há sistema de alarme simultaneamente sonoro e luminoso instalado no ambiente					
		Não há uma largura mínima de 80cm para a transposição de uma cadeira de rodas por portas e obstáculos fixos; nem todos objetos expostos para visitação pública estão em locais acessíveis; as portas de acesso ao ambiente não possuem vão mínimo de 1,50m e não abrem no sentido da saída, proporcionando escoamento					
	O piso dos corredores e passagens não é revestido com material antiderrapante						
	Nem todos os objetos expostos não estão a uma altura que abranja o campo visual de uma pessoa com baixa estatura e pessoas com cadeira de rodas ; as portas de acesso ao ambiente não possuem vão mínimo de 1,50m e não abrem no sentido da saída, proporcionando escoamento						
<b>COMPONENTES DE ACESSIBILIDADE</b>							
	Orientação Espacial		Comunicação		Deslocamento		Uso

Quadro 10 – Laudo técnico dos museus e galerias de arte



Em relação às áreas de acesso ao edifício, **quadro 05**, foram identificados problemas referentes aos quatro componentes de acessibilidade, principalmente em relação à orientação e ao deslocamento. O **quadro 06** refere-se aos saguões, salas de recepção e espera. Nele também foram identificados problemas relativos aos quatro componentes de acessibilidade, sendo a maior incidência de dificuldades ligadas ao uso e à orientação espacial. O **quadro 07** diz respeito às circulações horizontais. Foram

detectados problemas relativos aos quatro componentes de acessibilidade, com predomínio do componente orientação espacial. As circulações verticais, analisadas no **quadro 08**, também apresentam problemas em relação aos quatro componentes. O componente mais comprometido é orientação espacial, seguido dos componentes deslocamento e uso. Os problemas referentes aos sanitários estão explicitados no **quadro 9**. Percebe-se que, embora o sanitário do Casarão 2 tenha sido adaptado para atender a todas as pessoas, ele apresenta algumas deficiências, sendo as principais ligadas ao componente uso seguido do componente orientação espacial. O espaço destinado ao museu e à galeria de arte, **quadro 10**, também apresentaram problemas em relação aos quatro componentes de acessibilidade. O componente mais comprometido é orientação espacial, seguido do componente deslocamento.



A aplicação deste método foi de fundamental importância para conhecer o local e realizar uma avaliação prévia das condições de acessibilidade. Esta avaliação serviu para elaborar as entrevistas e organizar e realização dos passeios acompanhados.

## 5.2 Entrevistas com Funcionários

A seguir, são apresentados os resultados extraídos a partir da aplicação da entrevista semi-estruturada nas duas edificações em estudo. Os resultados são apresentados em um quadro composto por três colunas: na primeira, é indicado o tema/pergunta de referência; na segunda, apresentam-se os resultados da Secretaria de Cultura, onde foram entrevistados cinco funcionários; na terceira e última coluna, as respostas obtidas ao entrevistar seis funcionários da Prefeitura Municipal (quadros 11 e 12). As linhas referem-se às perguntas-chave feitas a partir do roteiro pré-estabelecido.

RESULTADOS   ENTREVISTAS COM OS FUNCIONÁRIOS		
TEMA / PERGUNTA	SECRETARIA DE CULTURA 	PREFEITURA MUNICIPAL 
PERFIL DOS ENTREVISTADOS	Os funcionários entrevistados têm idade entre 19 e 52 anos e possuem o ensino médio completo. Atuam como auxiliares de escritório e recepcionistas. Dois trabalham há menos de seis meses na Secretaria de Cultura, um há um ano e outros dois há mais de dez anos.	A idade dos funcionários entrevistados na Prefeitura varia entre 28 e 67 anos e a maioria possui ensino médio completo. Atuam como guardas municipais, assessores técnicos e auxiliares de serviços gerais. Todos trabalham há mais de um ano no Prédio.

Quadro 11 – Resultados das entrevistas com funcionários dos edifícios estudados

RESULTADOS   ENTREVISTAS COM OS FUNCIONÁRIOS		
TEMA / PERGUNTA	SECRETARIA DE CULTURA 	PREFEITURA MUNICIPAL 
COMO OS ENTREVISTADOS ENTRAM NO EDIFÍCIO?	A maioria dos funcionários respondeu que entra pelo acesso principal. Somente um utiliza o acesso de serviço, já que é o responsável pela abertura do acesso principal da edificação.	Todos responderam que entram pelo acesso principal.
SABE ONDE FICAM AS SAÍDAS DE EMERGÊNCIA?	A maioria dos entrevistados respondeu que não tinha conhecimento de saídas de emergência na edificação. Dois funcionários lembraram das portas laterais (acesso secundário e acesso para pessoas com deficiências), mas ressaltaram que “não são identificadas”.	Somente um dos entrevistados respondeu desconhecer as saídas de emergência. Os outros cinco lembraram da porta lateral (para a biblioteca municipal), da porta dos fundos e da porta principal.
PÚBLICO QUE FREQUENTA A EDIFICAÇÃO	Público bem variado, na maioria adultos interessados em projetos culturais. Foi comentado que as escolas levam grupos de crianças para passeio, idosos frequentam mostras de arte e setores ligados aos projetos culturais e pessoas com diferentes tipos de deficiências (mental, físico-motora e sensoriais – cegos e surdos) também visitam o local.	Público bem variado, na maioria adultos e idosos. Foi comentado que as escolas levam grupos de crianças para passeio. Pessoas com diferentes tipos de deficiências (mental, físico-motora e sensoriais – cegos e surdos) também frequentam o local com o intuito de solicitar alguma intervenção do governo público municipal.
VOCÊ JÁ OUVIU RECLAMAÇÕES DE PESSOAS QUE TIVERAM DIFICULDADES?	Os principais motivos de reclamação são a falta de identificação do edifício (todas as pessoas), sobre o número de degraus do primeiro lance da escada principal (pessoas idosas reclamam), a ausência de elevador ou escada rolante, o medo de subir as escadas e que as escadas são escorregadias. Foi relatado que “para uns é impossível subir, como deficientes físicos e idosos”. Outro comentário feito é que “essa escada (principal) já derrubou nove pessoas, por isso que ela está com essa faixa antiderrapante”.	O principal motivo de reclamação é a ausência de rampa no acesso. Chamou a atenção quando um funcionário disse que “nunca ouvi reclamação, só agradecimento por ajudar”. A ajuda referida era, por exemplo, pegar uma pessoa usuária de cadeira de rodas no colo para poder subir, já que os acessos à edificação são feitos através de escadas.
COMO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ENTRAM NO EDIFÍCIO?	As pessoas com deficiências entram pelo acesso principal e que alguns tem dificuldades, como cadeirantes. Foi relatado que o acesso pela lateral, onde foram inseridas rampas para facilitar o deslocamento de pessoas com deficiências físicas, não é utilizado. Normalmente os cadeirantes entram pelo acesso principal, com ajuda de alguém.	As pessoas com deficiências recebem ajuda para entrar tanto pelo acesso principal como pelo lateral. Foi comentado que algumas aceitam ajuda dos funcionários e, outras, esperam ajuda de familiares.
NOTOU ALGUM CONSTRANGIMENTO OU DIFICULDADE?	As pessoas tem dificuldades para achar o edifício, entrar, subir as escadas, para se comunicar (no caso de surdos-mudos, que normalmente frequentam o edifício na presença de intérpretes) e os funcionários comentaram a respeito da ausência de placas informativas e de sinalização.	As pessoas tem dificuldades para entrar na edificação, subir as escadas, para se comunicar (no caso de surdos-mudos) e os funcionários comentaram a respeito da ausência de placas informativas e de sinalização.
TRATAMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS	Todos os funcionários responderam que não existe nenhum tipo de tratamento específico, incluindo intérprete de libras, informações em Braille, sinais luminosos e sinais sonoros.	Todos os funcionários responderam que não existe nenhum tipo de tratamento específico, incluindo intérprete de libras, informações em Braille, sinais luminosos e sinais sonoros.
SUGESTÕES DE MELHORIAS	Os funcionários entrevistados sugeriram a instalação de placas de sinalização indicando a localização da Secretaria de Cultura, que fosse inserido elevador ou rampa para acesso ao 2º pavimento, informações visuais ao longo dos percursos horizontais e instalação de rampa no acesso principal.	Os funcionários entrevistados sugeriram a instalação e rampa no acesso principal e que fossem feitos treinamentos de Língua Brasileira de Sinais com todos os funcionários de órgãos públicos.

Quadro 12 – Resultados das entrevistas com funcionários dos edifícios estudados – continuação

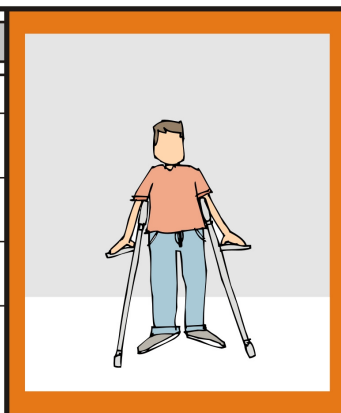
A partir dos resultados dispostos nos quadros acima, viu-se que o público que frequenta as edificações históricas é bem variado e que diversos problemas de acessibilidade, que compreendem os quatro componentes de acessibilidade, são identificados pelos funcionários no seu dia-a-dia de trabalho. As soluções por eles sugeridas são simples e de fácil aplicação.

### **5.3 Passeios Acompanhados**

Os passeios acompanhados ocorreram com oito indivíduos que tinham alguma deficiência ou podiam sofrer alguma restrição causada pelo ambiente ao participar das atividades. A descrição dos passeios encontra-se nas páginas a seguir.

### 5.3.1 Passeio acompanhado A – indivíduo com muletas

Passeio acompanhado A - indivíduo com muletas		
<b>NOME:</b> C.A.R.	<b>IDADE:</b> 49 anos	<b>PROFISSÃO:</b> Autônomo
<b>DEFICIÊNCIA/RESTRIÇÃO:</b> acometido por poliomielite aos 7 anos, tem a perna esquerda paralisada - utiliza muletas para se locomover		
<b>EXPERIÊNCIA COM O EDIFÍCIO:</b> não conhecia o edifício, somente as antigas instalações da SECULT (Secretaria de Cultura), que se localizava no prédio ao lado		
<b>DURAÇÃO DA ENTREVISTA:</b> realizada no dia 15 de outubro de 2008, no período compreendido entre 10h25min e 11h15min		
<b>ATIVIDADES:</b> o roteiro de atividades compreende encontrar o acesso ao edifício, entrar, deslocar-se e utilizar ambientes como a recepção, sala de exposição, banheiro do primeiro pavimento, circulação vertical, setor de projetos ligados ao patrimônio, banheiro do segundo pavimento e identificar a saída do edifício		



Quadro 13 – Identificação da pessoa que realizou o passeio acompanhado A

O entrevistado disse conhecer a Secretaria de Cultura e já ter estado lá. Quando chegou ao local, percebeu que estava em obras e havia mudado de lugar, embora não houvesse nenhuma placa indicativa ou de orientação das novas instalações. Acreditou que poderia estar funcionando no imóvel ao lado, restaurado há pouco tempo, embora não tivesse placa de identificação.



Foto 01

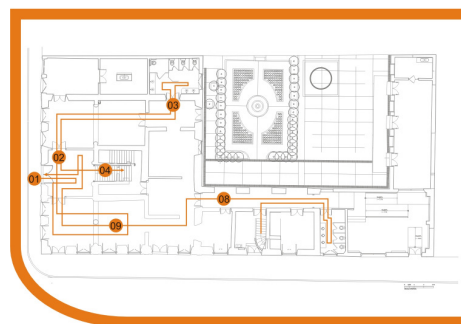


Foto 02



Foto 03

Comentou que a entrada ao acesso principal era dificultada pela presença de degraus, mas no seu caso, por ser usuário de muletas, conseguia subir. O entrevistado teve dificuldades de localizar a mostra de arte (foto 02) e o banheiro (foto 03): “não vi indicativos, não tem nada que indique onde é o banheiro” e, portanto, teve que pedir informações na recepção. Não teve dificuldades para deslocar-se pela mostra de arte e utilizar os equipamentos no interior do banheiro. Ao subir a escada comentou o fato do lance contínuo de 15 degraus ser cansativo (foto 04). Teve dificuldades para localizar o Setor de Projeto por não ter placas indicativas e necessitou de informações verbais



Percurso realizado pelo usuário com muletas no primeiro pavimento

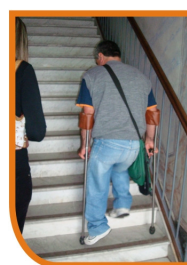


Foto 04



Foto 05

(foto 05). Não teve dificuldades para deslocar-se pela sala. O entrevistado se perdeu ao tentar localizar o banheiro do pavimento superior e reclamou a respeito da ausência de placas informativas. Ao localizar o banheiro acompanhado por um funcionário da Secretaria (foto 06),



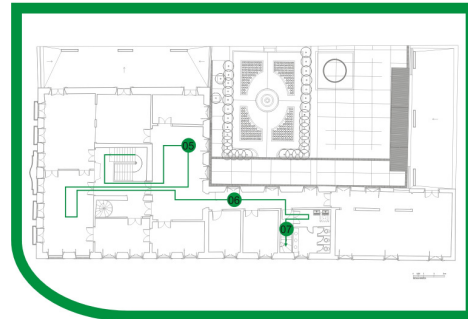
Foto 06



Foto 07

identificou que era de uso feminino e foi informado pelo funcionário que o de uso masculino se localizava no 1º pavimento. Desceu a escada ‘de serviço’, em formato caracol (foto 07), que era a circulação vertical mais próxima ao banheiro e afirmou: “pra ir ao banheiro masculino tive que descer uma escada caracol, com muita dificuldade”.

A partir disso, a pesquisadora questionou se havia guarda-corpo ou corrimão, algo que ele pudesse se apoiar: “Nada! Não tinha... é importante salientar que o lugar é bem escuro”. Além disso, o entrevistado comentou que a porta desse banheiro era estreita. Ao utilizar o corredor ao lado do pátio interno, comentou um aspecto positivo observado, que era a presença de



Percurso realizado pelo usuário com muletas no segundo pavimento

piso antiderrapante (foto 08). Para localizar a saída do prédio precisou, novamente, pedir informações verbais, devido a ausência de placas indicativas. No percurso até a saída, ao passar pela mostra de arte, fez um comentário: “como não sou conhecedor de arte não sei se o tipo de iluminação é apropriada para o ambiente, mas pra mim, particularmente, é fraca” (foto 09). Ao final, comentou que “faltam setas indicando o próprio banheiro, as escadarias, o local pra tu saíres, o acesso de entrada, de saída”.



Foto 08

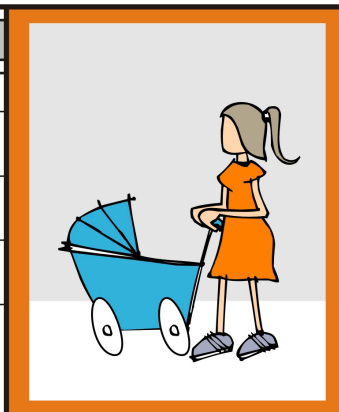


Foto 09



### 5.3.2 Passeio acompanhado B – mãe com carrinho de bebê

Passeio acompanhado B - mãe com carrinho de bebê		
<b>NOME:</b> G.N.M.	<b>IDADE:</b> 30 anos	<b>PROFISSÃO:</b> Comerciante
<b>DEFICIÊNCIA/RESTRIÇÃO:</b> não apresenta nenhum tipo de deficiência, mas é responsável pela locomoção do filho de 8 meses em carrinho de bebê		
<b>EXPERIÊNCIA COM O EDIFÍCIO:</b> nunca havia entrado mas sabia onde era a Secretaria de Cultura		
<b>DURAÇÃO DA ENTREVISTA:</b> realizada no dia 17 de outubro de 2008, no período compreendido entre 9h40min e 10h05min		
<b>ATIVIDADES:</b> o roteiro de atividades compreende encontrar o acesso ao edifício, entrar, deslocar-se e utilizar ambientes como a recepção, sala de exposição, banheiro do primeiro pavimento, circulações horizontais e tentar localizar e utilizar entrada/saída acessível.		



Quadro 14 – Identificação da pessoa que realizou o passeio acompanhado B

A primeira dificuldade relatada pela mãe com carrinho de bebê refere-se ao passeio público: “não consegui subir a calçada, não tem rampa de acesso e ainda tem um poste no meio do caminho, em cima da calçada”. A entrevistada teve que caminhar pelo leito carroçável durante parte do percurso até chegar num ponto que conseguiu subir a calçada mesmo sem a rampa, fazendo grande esforço (foto 01). Ela sabia onde era a Secretaria de Cultura e não teve dificuldades em localizá-la. Ao chegar, perguntou para a recepcionista: “Moça, tem rampa de acesso?”

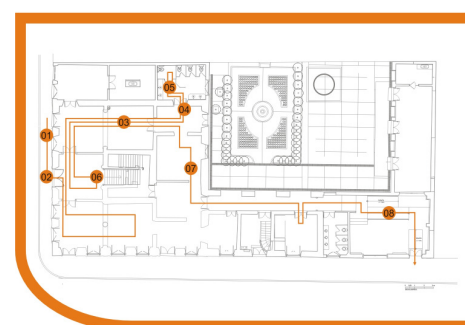


Foto 01



Foto 02

A resposta recebida foi “não, pode entrar por aqui mesmo (lance de degraus – foto 02)”, quando, na verdade, existe uma rampa instalada no acesso lateral. Quando questionada sobre dificuldades, a entrevistada disse “não tem acesso para entrar na Secretaria (de Cultura) e nas empresas a gente tem que colocar rampa”. Na exposição de arte, a usuária não identificou dificuldades de deslocamento, mas achou um pouco escuro o ambiente (foto 03). Para identificar o banheiro social, teve que pedir informações à recepcionista. Ao chegar ao banheiro, viu que o vão da porta era estreito e não conseguia entrar com o carrinho “não tem como



Percurso realizado pela usuária com carrinho de bebê no primeiro pavimento

eu entrar; terei que abrir a (folha da) porta” (foto 04). Na verdade, é uma porta em duas folhas, mas somente uma é utilizada. Ao entrar no banheiro, ela afirmou que “no Box da bacia sanitária eu consigo entrar com o bebê no carrinho”. No roteiro, era previsto que a entrevistada deveria lavar as mãos. Quando questionada sobre a altura e a facilidade de uso do equipamento ela relatou que pra ela estava tudo certo, mas que a filha, de 4 anos, “não conseguiria alcançar” (foto 05). Ao sair do banheiro, reclamou que a altura da fechadura era muito baixa. O próximo passo seria encontrar uma circulação vertical de acesso ao 2º pavimento. Retornou a recepção para saber onde se localizava o acesso e foi informada que era pela escada. Com isso, a entrevistada ficou restrita ao uso do primeiro pavimento da edificação: “não tenho como subir” (foto



Foto 03



Foto 04

06). A entrevistada perguntou à recepcionista como poderia sair do edifício e ela sugeriu o mesmo local de entrada. Questionou, em seguida, se tinha realmente que ser pelo lance de degraus, se não podia sair por outro lugar e fomos informadas que tinham “duas portas lá no fundo”. A mãe, então, informou-se de como chegar nessas ‘portas’. Achou fácil deslocar-se pelo interior da casa (foto 07), reclamando somente a questão do vão livre das portas ser estreito. Chegando na circulação horizontal indicada pela recepcionista, visualizou a rampa, porém a porta estava trancada. Pediu então, informação em um setor: “Tem alguma rampa que eu possa sair pra rua?”. O funcionário respondeu que “pra rua só a porta do fundo”. Quando questionada sobre a inclinação da rampa, a entrevistada disse que estava “boa” (foto 08).



Foto 05



Foto 06



Foto 07



Foto 08

### 5.3.3 Passeio acompanhado C – idosa

Passeio acompanhado C - pessoa idosa		
<b>NOME:</b> F.L.L.	<b>IDADE:</b> 76 anos	<b>PROFISSÃO:</b> Aposentada
<b>DEFICIÊNCIA/RESTRIÇÃO:</b> apresenta restrições físico-motoras nos membros superiores em decorrência da idade avançada - artrite		
<b>EXPERIÊNCIA COM O EDIFÍCIO:</b> conhecia o edifício antes da reforma e, após as modificações, freqüentou somente as salas de exposições		
<b>DURAÇÃO DA ENTREVISTA:</b> realizada no dia 15 de outubro de 2008, no período compreendido entre 12h45min e 13h30min		
<b>ATIVIDADES:</b> o roteiro de atividades compreende encontrar o acesso ao edifício, entrar, deslocar-se e utilizar ambientes como a recepção, sala de exposição, banheiro do primeiro pavimento, circulação vertical, setor de projetos ligados ao patrimônio, banheiro do segundo pavimento e identificar a saída do edifício		



Quadro 15 – Identificação da pessoa que realizou o passeio acompanhado C

No caminho até o edifício, a entrevistada fez um comentário sobre a calçada: “está boa, foi arrumada com a reforma”. Não teve dificuldades em localizar o acesso e entrar na edificação. Reclamou da falta de iluminação nas salas de exposições.



Foto 01



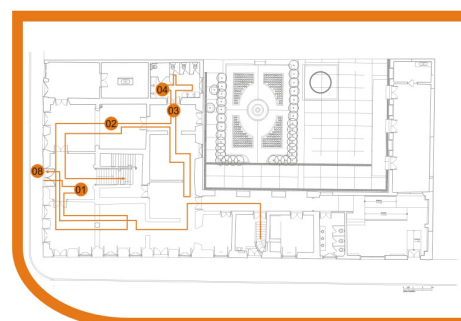
Foto 02



Foto 03

Para chegar ao banheiro, teve que retornar à recepção e pedir informação verbal (foto 01) e, ao passar novamente pela sala de exposições, comentou: “as janelas não estão abertas, só tem luz artificial. Tem que iluminar mais as salas” (foto 02). Ao chegar ao banheiro foi questionada sobre dificuldades para encontrar o banheiro: “se o moço não nos orientasse, já seria mais difícil porque não tem nenhuma indicação do banheiro” (foto 03).

Ao entrar no box da bacia sanitária relatou: “um gordo não passa nesta porta... até quem tem a barriga maior não consegue fechar a porta”. Não teve dificuldades ao utilizar os equipamentos nem acionar o interruptor da iluminação, considerando a altura adequada (foto 04). Ao tentar localizar a circulação vertical de acesso ao 2º pavimento, a idosa se perdeu e andou pela área museológica. Quando questionada sobre porque estava indo por esse trajeto,



Percurso realizado pela usuária idosa no primeiro pavimento

respondeu: “queria ver se não tinha alguma escada por aqui, vou ter voltar e subir a escada central então”. Comentei que havia outras formas de acesso ao 2º pavimento que não fosse a escada principal e ela complementou: “pois é, mas o que está faltando é uma orientação aqui de saída, de escada... se é um prédio histórico que tem exposição deveria ter indicações de como chegar a banheiro, de como chegar a escada. Não tem nada que diga como fazer, a gente tem que descobrir tudo. Está faltando orientação, não tem nenhuma aqui”. A entrevistada utilizou o corrimão para subir a escada (foto 05). Para localizar o setor de projetos precisou pedir informações aos funcionários de um setor do 2º pavimento. Não teve dificuldades para abrir a porta, entrar, utilizar os equipamentos e sair ambiente (foto 06).



Foto 04

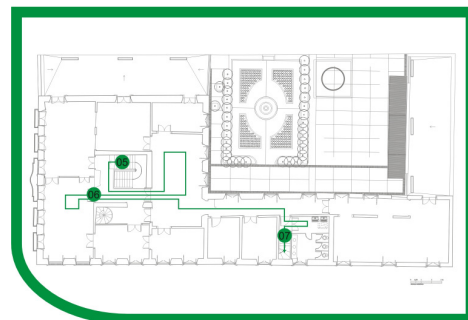


Foto 05



Foto 06

Antes de sair da sala, a idosa fez um comentário às funcionárias: “pois é, não tem nenhuma indicação dos banheiros, como faço?”. Conforme as indicações, ela conseguiu localizar o banheiro. Para retornar ao 1º pavimento, optou pela escada de ‘serviço’, e fez um comentário: “essa escada não tem ‘apoio’, é perigosa” (foto 07). Para sair do edifício, a idosa identificou a direção que deveria seguir para chegar à saída.



Percurso realizado pela usuária idosa no segundo pavimento

Ao passar pela sala de exposições novamente, fez um comentário: “falta orientação, sinalização para o público se orientar”. Para sair da edificação, embora tenha dito que não teve dificuldades, precisou se apoiar na parede para descer os degraus (foto 08).

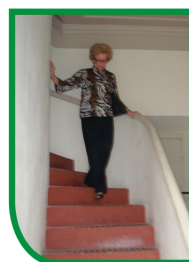


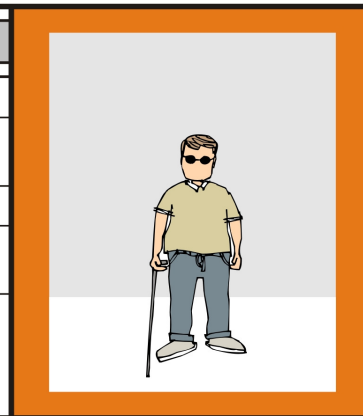
Foto 07



Foto 08

### 5.3.4 Passeio acompanhado D – cego

Passeio acompanhado D - pessoa cega		
<b>NOME:</b> I.V.	<b>IDADE:</b> 47 anos	<b>PROFISSÃO:</b> Professor
<b>DEFICIÊNCIA/RESTRIÇÃO:</b> cego total de nascença em função de Ceratocone - distrofia da córnea		
<b>EXPERIÊNCIA COM O EDIFÍCIO:</b> desconhecimento total do edifício		
<b>DURAÇÃO DA ENTREVISTA:</b> realizada no dia 16 de outubro de 2008, no período compreendido entre 10h05min e 10h50min		
<b>ATIVIDADES:</b> o roteiro de atividades compreende encontrar o acesso ao edifício, entrar, deslocar-se e utilizar ambientes como a recepção, sala de exposição, banheiro do primeiro pavimento, circulação vertical, setor de projetos ligados ao patrimônio, banheiro do segundo pavimento e identificar a saída do edifício		



Quadro 16 – Identificação do indivíduo que realizou o passeio acompanhado D

Antes do passeio, o entrevistado falou que não conhecia o local e que, normalmente, na primeira vez que visita algum edifício, não vai sozinho. Conforme solicitado, o passeio iniciou na calçada em frente ao edifício e não na Praça Coronel Pedro Osório, como os demais. O usuário teve dificuldades para localizar o acesso. Ao entrar, perguntou ao funcionário onde localizavam as exposições de arte e perguntou se teria alguém que pudesse acompanhá-lo (foto 01). O funcionário indicou que “aqui em frente tem uma e ao lado, a outra” (foto 02). O entrevistado fez um comentário: “na verdade as visitas estão abertas, mas deveria ter alguém pra mostrar as obras pros cegos e pros deficientes visuais, senão fica praticamente inacessível”. Ele disse que tem noção da dimensão da sala através do som: “ela é estreita e bem comprida”.

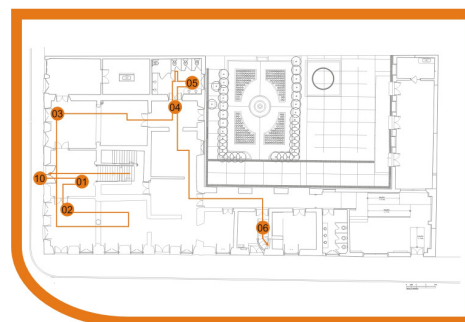


Foto 01



Foto 02

Em seguida chegou um funcionário da casa que se ofereceu para orientá-lo, explicando o que eram as obras que estavam ali expostas. O funcionário disse que tinha outra sala de exposições, ao lado. O entrevistado pediu para tentar chegar sozinho e acabou tendo dificuldades para localizar a sala. Após receber as explicações do que eram as obras,



Percurso realizado pelo usuário cego no primeiro pavimento

pediu para tocá-las e sentir a diferença de textura e o formato do quadro (foto 03) e fez um comentário: “pra gente identificar fica complicado”. Pediu informações ao funcionário sobre onde era o banheiro. Teve dificuldades para chegar até a porta do banheiro (foto 04) e para identificar os boxes no interior. Ao tentar utilizar um dos boxes, não conseguiu fechá-lo. Quando questionado sobre dificuldades para chegar no banheiro, o usuário cego respondeu: “o problema é que pra chegar aqui seria importante que tivesse piso que guiasse a gente. A partir do momento que eu conheço eu consigo andar no banheiro. Não entendi o porquê deste vidro no meio do banheiro (que separa o box adaptado para pessoas com deficiências dos demais). Ela atrapalha um pouco”. Teve dificuldades para acionar a torneira da pia. Em relação à altura dos equipamentos (foto 05), disse que estava boa. Quando questionado se mais algum problema identificado, ele respondeu: “sem problemas. Só era bom que tivesse, como em todos os lugares deveriam ter, o piso tátil pra guiar a gente”. O próximo passo seria localizar uma circulação vertical para acesso ao 2º pavimento. Pediu orientação ao funcionário, que aguardava do lado de fora do banheiro. Ele optou por subir pela escada de ‘serviço’. Com o auxílio da bengala, foi se deslocando pelo pátio interno e comentou: “esse espaço é bem amplo”. Ao subir a escada, teve dificuldades por não ter corrimão em parte da escada. Relatou que “os degraus aqui são perigosos. Pra descer deve ser pior que pra subir”. Quando questionado sobre as dificuldades encontradas pra subir, respondeu que já conhecia esse tipo de escada e que elas são complicadas pra subir. Disse que os degraus são um pouco altos, mais que o ideal, mas “a gente se adapta às coisas. Como eu já conheço esse tipo de degrau, subi tranquilamente” (foto 06). Perguntou sobre o banheiro do segundo pavimento e o funcionário disse que era à direita da escada. Ao localizá-lo, o usuário



Foto 03



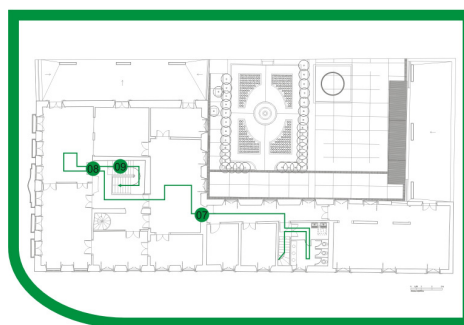
Foto 04



Foto 05



Foto 06



Percurso realizado pelo usuário cego no segundo pavimento

cego perguntou “mas não está escrito se é feminino ou masculino?” E o funcionário respondeu que estava escrito que era feminino e ele, mais do que rápido, afirmou “mas não é em Braille!”. O funcionário se colocou à disposição para melhorar todas as sugestões que fossem feitas pelo entrevistado. Novamente, teve que pedir informações sobre como chegar até a sala de projetos (foto 07). Teve algumas dificuldades no percurso. Ao entrar na sala dos funcionários do Programa Monumenta (foto 08) teve dificuldades em localizar mobiliário pra sentar. Pediu informações ao funcionário que estava acompanhando sobre onde era a escada “essas escadas tem os degraus estreitos. Mas são boas, porque tem corrimão. Pra mim não tem problema quando tem corrimão, eu tranqüilamente me localizo” (foto 09). Não teve dificuldades de localizar a porta de saída, já que desceu pela escadaria que chega ao hall do edifício. Com o auxílio da bengala, conseguiu identificar os degraus do acesso principal (foto 10), porem precisou se apoiar na parede devido à ausência de corrimão.



Foto 07



Foto 08



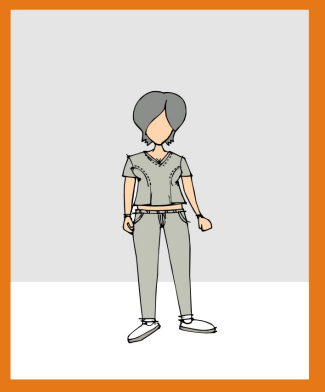
Foto 09



Foto 10

### 5.3.5 Passeio acompanhado E – pessoa sem conhecimento do local

Passeio acompanhado E - pessoa sem conhecimento do local		
<b>NOME:</b> T.G.R.G.	<b>IDADE:</b> 49 anos	<b>PROFISSÃO:</b> Empregada Doméstica
<b>DEFICIÊNCIA/RESTRIÇÃO:</b> não apresenta nenhum tipo de deficiência ou restrição, porém desconhece a edificação		
<b>EXPERIÊNCIA COM O EDIFÍCIO:</b> desconhecimento total do edifício		
<b>DURAÇÃO DA ENTREVISTA:</b> realizada no dia 16 de outubro de 2008, no período compreendido entre 11h45min e 12h20min		
<b>ATIVIDADES:</b> o roteiro de atividades compreende encontrar o acesso ao edifício, entrar, deslocar-se e utilizar ambientes como a recepção, sala de exposição, banheiro do primeiro pavimento, circulação vertical, setor de projetos ligados ao patrimônio, banheiro do segundo pavimento e identificar a saída do edifício		



Quadro 17 – Identificação da pessoa que realizou o passeio acompanhado E

A entrevistada não sabia onde era o edifício. Na Praça Coronel Pedro Osório pediu informações a algumas pessoas para identificar onde era: “acho que sei onde é agora, mas a moça também não tem certeza. Não tem nenhuma placa indicando”. Ao chegar na frente do edifício, comentou: “acho que é aqui, mas não tem placa” (foto 01). Ao entrar, não precisou pedir informações para ver a exposição. Quando questionada, respondeu que identificou a sala “porque olhei para o lado e vi os quadros”.

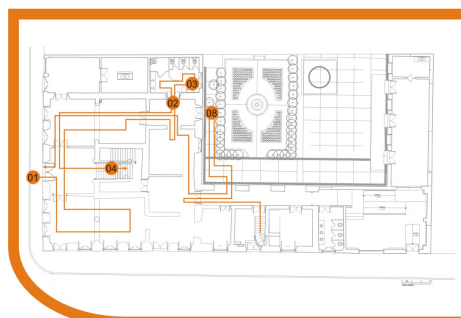


Foto 01



Foto 02

Comentou que foi difícil achar o edifício. Para localizar o banheiro, teve que pedir informação verbal pra funcionária da recepção. Quando se deparou com a porta de acesso, falou: “será que é masculino? Não diz” (foto 02). Ao entrar, disse que não tinha nada que identificasse se era masculino ou feminino. Não teve dificuldades para utilizar o box com a bacia sanitária. Salientou que o rolo de papel higiênico estava fora do suporte, em cima da divisória entre os boxes, em altura elevada. A usuária teve dificuldade em utilizar a torneira (foto 03). A respeito da maçaneta da porta, relatou que “está super baixinha”. Para ir ao segundo pavimento, optou por retornar à recepção e acessar a escada principal (foto 04). Ao subir, comentou:



Percurso realizado pela usuária sem conhecimento do local no primeiro pavimento



“aqui não precisa ter nada para as pessoas se segurarem? Eu sinto falta”. Precisou pedir informações para poder localizar o setor de projetos devido à ausência de placas informativas. Mesmo assim, ainda teve dúvida de qual das portas deveria ser utilizada (foto 05). Ao localizar o banheiro do 2º pavimento, disse que foi fácil de achar porque tinha uma placa que o identificava (foto 06). Para retornar ao primeiro pavimento, optou por utilizar a escada de ‘serviço’ (foto 07). No caminho, comentou que “esta escada não tem proteção e é escura”. Quando questionada se era fácil descer a escada, respondeu: “faltava algo pra me segurar”. No primeiro pavimento, a usuária começou a procurar a saída, comentando que ao término da escada não tinha



Foto 03



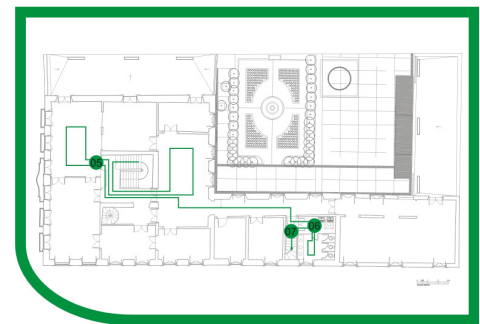
Foto 04



Foto 05

nenhuma placa que indicasse a direção da saída. Acabou se perdendo no pátio: “acho que dá pra sair por aqui, mas a porta está fechada. Vou ter que pedir pra alguém abrir. Estou vendo os quadro da sala de exposição e o banheiro” (foto 08). Perguntou a um funcionário onde era a saída. Ao ser indagada sobre a facilidade para achar a saída, a entrevistada

respondeu: “foi difícil, eu não conhecia nada, achei que ali (sala pela qual passou, onde fica o acervo museológico) era um quarto de verdade. Me senti perdida”. Ao chegar ao hall, não teve problemas para sair do edifício.



Percurso realizado pela usuária sem conhecimento do local no segundo pavimento



Foto 06



Foto 07



Foto 08

### 5.3.6 Passeio acompanhado F – surdo

Passeio acompanhado F - pessoa surda		
<b>NOME:</b> D.S.M.	<b>IDADE:</b> 28 anos	<b>PROFISSÃO:</b> Estudante Universitário, Prof. de Libras e Assessor de Imprensa da Feneis
<b>DEFICIÊNCIA/RESTRIÇÃO:</b> Surdez		
<b>EXPERIÊNCIA COM O EDIFÍCIO:</b> conhecia o edifício, mas não os banheiros		
<b>DURAÇÃO DA ENTREVISTA:</b> realizada no dia 19 de fevereiro de 2009, no período compreendido entre 10h10min e 11h05min		
<b>ATIVIDADES:</b> o roteiro de atividades compreende encontrar o acesso ao edifício, entrar, deslocar-se e utilizar ambientes como a recepção, mostra de arte, banheiro do primeiro pavimento, circulação vertical, encontrar o museu dos prefeitos, ler o material do museu, banheiro do segundo pavimento, retornar ao primeiro pavimento, localizar o guichê de venda de ingressos para o Carnaval, perguntar informações a respeito de valores e identificar a saída do edifício		



Quadro 18 – Identificação do indivíduo que realizou o passeio acompanhado F

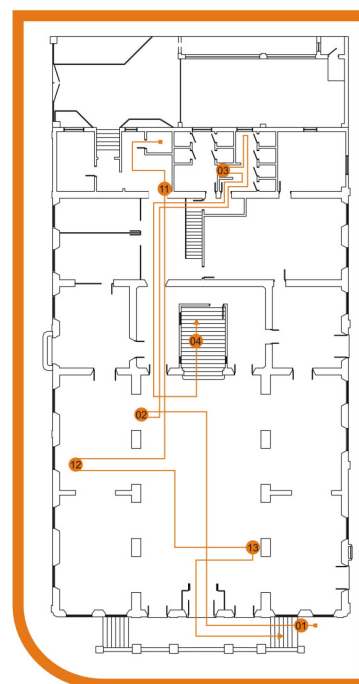
Antes de realizar o passeio com o indivíduo surdo, ocorreu uma conversa via ‘Messenger’<sup>31</sup>, onde a pesquisadora explicou como seria realizado o passeio acompanhado. Foi mencionado ao entrevistado que qualquer impasse observado deveria ser relatado. Ficou combinado que a conversa iria ocorrer de forma escrita, já que ele é surdo/mudo e a entrevistadora não domina Libras. Combinamos o encontro em frente à Prefeitura Municipal. Inicialmente foi apresentado ao entrevistado o roteiro de atividades que deveria ser atingido durante a visita ao prédio. Subimos a escada do acesso principal da Prefeitura (foto 01) e, ao localizar a recepção, ele fez sinal, pedindo um papel. Escreveu algo neste para pedir informação à atendente (foto 02). Notou-se que nenhum dos funcionários sabia como se comunicar: muitos falavam em tom alto, tentando fazer com que entendesse. Quando questionou onde ficava o banheiro, a funcionária respondeu, de forma escrita, “Lá”. Em seguida ela percebeu que a informação não havia sido compreendida



Foto 01



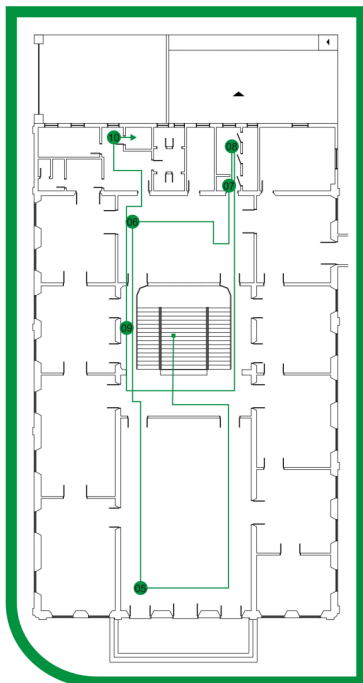
Foto 02



Percurso realizado pelo indivíduo surdo no primeiro pavimento

<sup>31</sup> Canal de comunicação virtual, utilizando linguagem escrita.

e fez sinal para que ele a seguisse e o levou até o banheiro (foto 03). Fiz o primeiro questionamento: “quais as dificuldades até aqui?” e ele respondeu que “a recepcionista tinha dificuldades em passar informações”. Saindo do banheiro, não teve problemas em localizar a escada de acesso ao 2º pavimento (foto 04). Lá ele deveria ir até o Museu dos Prefeitos. Devido a falta de sinalização visual, acabou se perdendo e entrou no Salão Nobre da Prefeitura. Neste instante fiz uma intervenção, dizendo que não estávamos na sala correta. Ele sugeriu a necessidade de um educador e comentou que o mural (existente no Salão Nobre) estava muito bagunçado (foto 05), razão pela qual os receptores ficavam confusos. Quando saiu da sala dirigiu-se diretamente ao



Percurso realizado pelo indivíduo surdo no segundo pavimento

Museu dos Prefeitos.

Chegando lá, escreveu “o acesso daqui ficou implícito” (foto 06). O próximo passo seria chegar ao banheiro e usá-lo. Ao visualizá-lo, apontou para a

placa de sinalização visual na porta do banheiro masculino, identificando um aspecto positivo (foto 07). Questionado sobre a relação entre o banheiro do primeiro pavimento e o do segundo. Respondeu que “a maior dificuldade é que o banheiro do 1º pavimento está ‘escondido’” (foto 08), salientando a ausência de

sinalização visual. A seguir deveríamos retornar ao primeiro pavimento. Sugerir a ele que tentasse localizar outro meio de descer que não a escada principal. Ele solicitou ajuda à guarda municipal (foto 09). Ela levou-o até o elevador (foto 10). Ao descer, comentou que “o acesso ao elevador ficou complicado por ocultá-lo” já que, por se localizar nos fundos da edificação, acaba sendo de uso restrito aos funcionários. Ao chegar ao



Foto 03



Foto 04

banheiro do primeiro pavimento e o do segundo. Respondeu que “a maior dificuldade é que o banheiro do 1º pavimento está ‘escondido’” (foto 08), salientando a ausência de



Foto 05



Foto 06

sinalização visual. A seguir deveríamos retornar ao primeiro pavimento. Sugerir a ele que tentasse localizar outro meio de descer que não a escada principal. Ele solicitou ajuda à guarda municipal (foto 09). Ela levou-o até o elevador (foto 10). Ao descer, comentou que “o acesso ao elevador ficou complicado por ocultá-lo” já que, por se localizar nos fundos da edificação, acaba sendo de uso restrito aos funcionários. Ao chegar ao



Foto 07



Foto 08

primeiro pavimento, informei que ele deveria pedir informações sobre valores de ingressos para o carnaval. O entrevistado teve dificuldades para se localizar, já que não havia informação visual na saída do elevador (foto 11). Ele questionou um funcionário, de forma escrita, sobre os valores dos ingressos. O atendente respondeu de forma verbal e, apontando para cada ingresso, mostrou seus valores. Em seguida, o entrevistado questionou o porquê dos ingressos terem valores diferenciados. Novamente, o atendente respondeu verbalmente e entregou uma ficha ao nosso entrevistado (anexo) contendo diferentes valores em relação a cada dia de folia. Ao final, foi possível a compreensão por parte do entrevistado de todos seus questionamentos (foto 12). No término do passeio, ao sentar em um dos bancos do hall da Prefeitura e foram feitas algumas perguntas (foto 13). A primeira foi sobre as maiores dificuldades por ele enfrentadas. Ele respondeu: “falta de placas tipo orienta – informação visual”. “Acho necessário a adoção de intérprete de libras para diminuir as dificuldades em acessar as salas.



Foto 09



Foto 10

Questionei, a seguir, quais as facilidades por ele observadas. “A única facilidade é que as pessoas daqui procuram atender de forma leal”. A seguir perguntei se ele teria sugestões de melhoria ao prédio. “Sim, acho que devem melhorar, por exemplo, o banheiro no 1º pavimento; aquele elevador que fica escondido, restringindo a condução do público; encontrei dificuldades em acessar a sala do museu por falta de placa”.



Foto 11



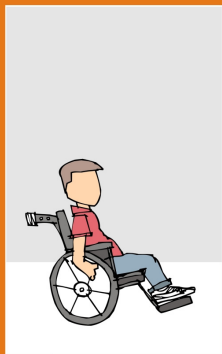
Foto 12



Foto 13

### 5.3.7 Passeio acompanhado G – pessoa em cadeira de rodas

Passeio acompanhado F - pessoa em cadeira de rodas		
<b>NOME:</b> L.F.M.B.	<b>IDADE:</b> 54 anos	<b>PROFISSÃO:</b> Servidor Público Estadual
<b>DEFICIÊNCIA/RESTRIÇÃO:</b> por sequelas de poliomielite, têm as duas pernas paralisadas e depende de cadeira de rodas para locomoção		
<b>EXPERIÊNCIA COM O EDIFÍCIO:</b> já havia visitado o hall da Prefeitura Municipal		
<b>DURAÇÃO DA ENTREVISTA:</b> realizada no dia 18 de fevereiro de 2009, no período compreendido entre 10h10min e 10h55min		
<b>ATIVIDADES:</b> o roteiro de atividades compreende encontrar o acesso ao edifício, entrar, deslocar-se e utilizar ambientes como a recepção, mostra de arte, banheiro do primeiro pavimento, identificar a circulação vertical e tentar utilizá-la, localizar o guichê de venda de ingressos para o Carnaval, perguntar informações a respeito de valores e identificar a saída do edifício		



Quadro 19 – Identificação da pessoa que realizou o passeio acompanhado G

O encontro com a pessoa em cadeira de rodas foi marcado em frente ao prédio da Prefeitura Municipal. Ao chegar, questionou-se como faria para entrar já que o acesso principal era feito por escadas. O entrevistado respondeu que “tem escada na frente e eu não tenho acesso pela porta principal. Vou ter que contornar pra ver se acho pela garagem o acesso para o prédio principal da prefeitura. Tenho que falar com o guarda. Até para visualizar é difícil o atendimento aqui (tentando ver o guarda)”. A seguir avistou uma pessoa saindo da Prefeitura e pediu para que chamasse um guarda (foto 01). Direcionando-se a guarda, questionou: “oi, aqui ó (em baixa altura, não era enxergado pela guarda), tudo bom? Eu queria entrar aí dentro da prefeitura, qual é o acesso?”. A resposta obtida foi que a edificação não tinha rampa e, que o acesso que teria menos ‘degraus’ seria pelos fundos (garagem).



Foto 01

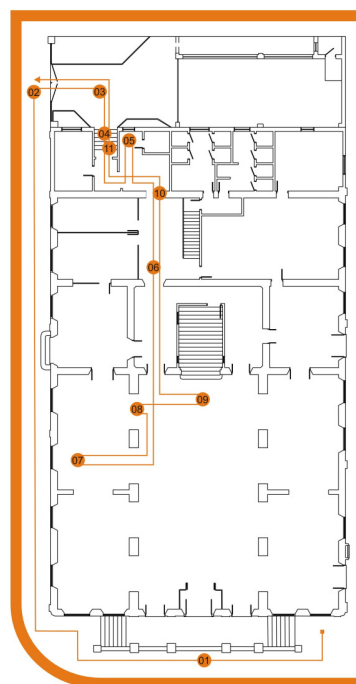


Foto 02

A guarda indicou que deveríamos contornar o prédio para chegarmos ao outro acesso e que ela iria abri-lo. No caminho, pela calçada, o entrevistado comentou que “todo prédio restaurado não tem as mesmas coisas (ausência de rampa, acesso)”. Ao abrir o portão (foto 02), a guarda fez um comentário: “é meio complicado, mas vamos ver. Não temos rampa, não temos nada. Aqui é uma obra do Monumenta e podiam ter providenciado uma rampa que ‘coloque e retire””. Neste momento chegou uma segunda guarda municipal para ajudar. O entrevistado, então, falou: “e aí? Estamos aqui e não vamos a

lugar nenhum, porque são duas moças e não vão poder me levar até lá em cima” (foto 03). A guarda, então, chamou homens que trabalham no setor de recepção da Prefeitura para ajudarem. Neste momento o entrevistado fez um comentário: “não tem muito que fazer então [...] outra pessoa não sai de casa. Eu tenho essa vivência toda, enfrento isso todo dia. Outra pessoa não sai, é convidada a desistir sempre, aonde se chega. Mesmo tendo uma cidade que seja plana, tem essas dificuldades todas. As calçadas não têm uma padronização, não tem nada. Cada um faz do seu modo, cada um fez a sua rampa do seu jeito. Enquanto a gente foi taxado de minoria a cidade foi projetada pra maioria”. Passados uns 10 minutos, chegaram dois homens que ajudaram a subir o entrevistado em sua cadeira de rodas pelos degraus (foto 04). No 1º pavimento, um dos funcionários sugeriu que fossemos direto ao 2º pavimento, já que nos encontrávamos próximo ao elevador, comentando: “vamos ver se a cadeira vai entrar aqui, porque isso aqui (elevador) é pra cadeira de rodas, e essa aqui já é mais que uma cadeira de rodas”. Não foi possível acessar o elevador (foto 05), já que não tinha espaço para manobra da cadeira e a abertura era pequena. Para visitar o hall, precisou pedir informações verbais e, no caminho, um funcionário teve que abrir a segunda folha de uma porta (foto 06), pois a cadeira não passaria pelo vão. Ao identificar o guichê da recepção, perguntou onde eram vendidos ingressos para o carnaval e como poderia fazer para visitar a galeria de arte. No dia do passeio não tinham mostras e, por isso, fomos ao local de venda de ingressos (foto 07). Não teve problema em conversar com a atendente, embora fosse uma mesa provisória e que não contava com espaço para aproximação de cadeira de rodas.

Questionei sobre como era o deslocamento dentro do edifício e quais as condições do piso. O entrevistado respondeu que “o lugar é espaçoso, o piso é plano, sem



Percurso realizado pelo indivíduo em cadeira de rodas no primeiro pavimento



Foto 03



Foto 04



Foto 05

problemas”. No guichê de atendimento da recepção, comentou que “a altura do balcão é irregular, completamente inacessível. Tinha que ter, pelo menos, uma parte do balcão que eu pudesse chegar com a cadeira de rodas, rebaixada”. Perguntei se isso impedia



Foto 06



Foto 07



Foto 08

o uso do balcão e ele respondeu que não, mas que precisava fazer esforço para enxergar a pessoa do outro lado do guichê (foto 08) e comentou que “se tivesse que assinar algo, e o grande problema é esse, é obvio que tem que ser projetado como se eu tivesse sentado. Às vezes, em outros lugares, eu tenho que colocar o papel aqui (na vertical, em frente ao balcão) para assiná-lo”. Sugeri que

fôssemos até o banheiro. O funcionário que nos acompanhava pediu um tempo para verificar como seria o percurso. Ficamos conversando em frente à escada principal de acesso entre o 1º e o 2º pavimentos (foto 09). Ao retornar o funcionário falou que, por a prefeitura



Foto 09



Foto 10

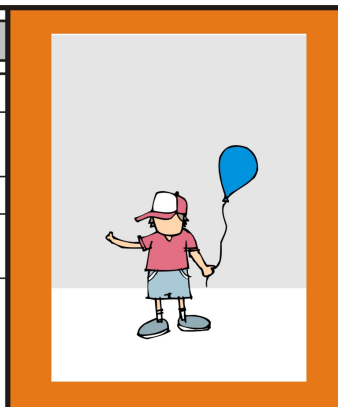


Foto 11

estar em obras, não teria como chegar ao banheiro. O entrevistado não teve problemas com o vão das portas no corredor (foto 10). Ao sair da edificação, precisou da ajuda de funcionários, novamente, para descer os degraus (foto 11).

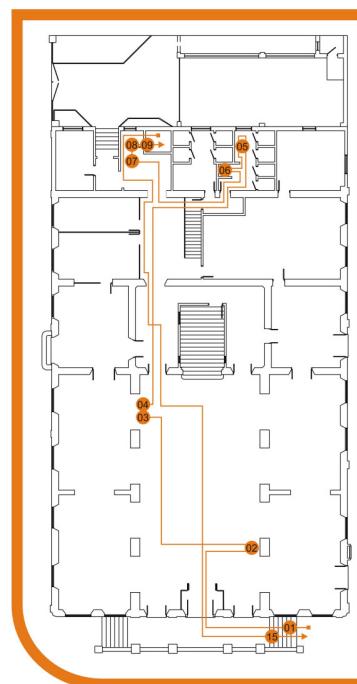
## 5.3.8 Passeio acompanhado H – crianças

Passeio acompanhado H - crianças		
<b>NOME:</b> T.M.A. e B.M.A.	<b>IDADE:</b> 4 e 7 anos	<b>PROFISSÃO:</b> Estudantes
<b>DEFICIÊNCIA/RESTRIÇÃO:</b> não tem nenhuma deficiência mas, pela baixa estatura, podem apresentar dificuldades de alcance e de visualização dos objetos		
<b>EXPERIÊNCIA COM O EDIFÍCIO:</b> desconhecimento total do edifício		
<b>DURAÇÃO DA ENTREVISTA:</b> realizada no dia 20 de fevereiro de 2009, no período compreendido entre 12h25min e 13h10min		
<b>ATIVIDADES:</b> o roteiro de atividades compreende encontrar o acesso ao edifício, entrar, deslocar-se e utilizar ambientes como a recepção, mostra de arte, banheiro do primeiro pavimento, circulação vertical, encontrar o museu dos prefeitos, ler o material do museu, banheiro do segundo pavimento, retornar ao primeiro pavimento e identificar a saída do edifício		



Quadro 20 – Identificação das crianças que realizaram o passeio acompanhado H

No passeio acompanhado com as crianças de 4 e 7 anos fez-se observações de seus comportamentos e posturas, com pouca intervenção de entrevista, já que a opinião não era concisa. As duas crianças não tinham conhecimento do local e, por não terem autonomia, contaram com o acompanhamento da avó durante a visita. Ao subirem a escada para entrarem na edificação não utilizaram o corrimão (foto 01). Quando chegaram ao hall do edifício, sentaram em um dos bancos, numa das laterais do ambiente (foto 02). Nota-se que a criança mais velha, com 1,34 m de altura, não teve problemas para encostar os dois pés no chão ao sentar. Já a criança mais nova, com 1,16 m, ficou com os pés no ar ao sentar-se no banco. No próximo passo eles deveriam



Percurso realizado pelas crianças no primeiro pavimento



Foto 01



Foto 02

ir até o guichê da recepção e conversar com o atendente. Como o funcionário já sabia do que se tratava a pesquisa, fez algumas perguntas para chamar a atenção das crianças. A criança mais velha alcançou o guichê e não teve problemas ao conversar com o funcionário (foto 03). Porém, se tivesse que assinar algum documento,



teria dificuldades. A criança menor, por outro lado, teve dificuldades em, até mesmo, alcançar o balcão para conversar com o funcionário, que precisou debruçar-se sobre a bancada para enxergar a criança (foto 04). O próximo passo era ir



Foto 03



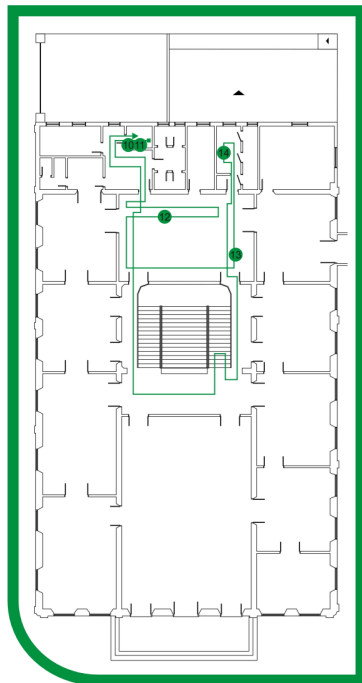
Foto 04



Foto 05

até o banheiro e simular o uso. A criança mais velha negou-se a entrar devido ao mau-cheiro. Já a criança menor participou de todas as atividades propostas. Utilizou o mictório para fazer xixi (foto 05), onde a altura estava inadequada para sua estatura, e a

pia para lavar as mãos (foto 06), onde não foram evidenciados maiores problemas. A seguir, deveríamos ir até o 2º pavimento. Para isso foi utilizado o elevador. As duas crianças conseguiram identificar e alcançar o botão para chamar o elevador (fotos 07 e 08). Ao entrar no elevador, a criança de 4 anos tropeçou (foto 09), já que o mesmo estava com um degrau de, aproximadamente, 5 cm acima do nível do 1º pavimento. No interior do elevador, a criança mais velha não teve problemas para identificar nem para alcançar o botão de acesso ao 2º pavimento (foto 10). Já a criança menor precisou ficar 'na ponta dos pés' e esticar os braços para alcançar o botão, embora não tenha tido dificuldade para identificá-lo (foto 11). Ao chegar ao 2º



Percurso realizado pelas crianças no segundo pavimento

pavimento, visitamos o Museu dos Prefeitos. A criança de 7 anos não teve dificuldades em visualizar e ler o material disponibilizado na área central da sala. Porém, não alcançou visualmente algumas prateleiras das estantes (foto 12). A criança de 4 anos teve dificuldades no alcance visual dos objetos expostos na área central da sala (foto 13) e nas estantes.



Foto 06



Foto 07



Foto 08



Foto 09

O próximo ambiente visitado foi o banheiro do 2º pavimento. A altura do mictório estava elevada para o uso de crianças (foto 14). Na hora de descer, as crianças tentaram utilizar a escadaria



Foto 10



Foto 11



Foto 12

principal, mas ficaram assustadas com sua amplitude e altura (já que não conseguiam alcançar o corrimão). Com isso, optou-se pelo uso do elevador novamente. Na saída da edificação, a criança menor tentou utilizar corrimão da



Foto 13



Foto 14












Foto 15

escada de acesso ao edifício e, como já constatado na visita técnica, não apresentava empunhadura e a altura não estava adequada (foto 15).








### 5.3.9 Resultados obtidos com a aplicação do método

Nos quadros a seguir são apresentados os principais problemas encontrados para cada indivíduo a partir dos passeios acompanhados em relação aos quatro componentes da acessibilidade espacial – orientação espacial, comunicação, deslocamento e uso – e de acordo com os principais ambientes visitados durante a aplicação desse método.

Os resultados são apresentados em **dois quadros**: o primeiro (quadro 21) ilustra os passeios realizados na **Secretaria de Cultura** com o muletante, a mãe com carrinho de bebê, a idosa, o cego e a pessoa sem conhecimento do local. O segundo (quadro 22) indica os resultados obtidos na aplicação do método na **Prefeitura Municipal** com o surdo, a pessoa em cadeira de rodas e as crianças.

QUADRO-RESUMO DO PASSEIO ACOMPANHADO   SECRETARIA DE CULTURA					
INDIVÍDUO	PRINCIPAIS ATIVIDADES	COMPONENTES DE ACESSIBILIDADE			
		 Orientação Espacial	 Comunicação	 Deslocamento	 Uso
 muletante	ACESSO AO EDIFÍCIO	- dificuldade de localizar o edifício pela ausência de placas indicativas		- entrada dificultada pela presença de degraus	- ausência de corrimão para subir os degraus do acesso principal
	AMBIENTES VISITADOS	- dificuldade para achar a mostra de arte, os banheiros e o setor de projetos		- pouca luz nas salas de exposições	- porta do banheiro estreita
	CIRCULAÇÕES	- dificuldade de identificar as circulações verticais pela falta de sinalização		- escada principal é cansativa - lance único; escada de serviço em caracol; espaço escuro	- ausência de corrimão na escada de serviço
	SAÍDA DO EDIFÍCIO	- ausência de placas informando onde era a saída exigiu informação verbal		- saída dificultada pela presença de degraus	- ausência de corrimão para descer os degraus do acesso principal
 mãe com carrinho de bebê	ACESSO AO EDIFÍCIO	- precisou subir degraus, já que foi informada pela recepcionista que era o único acesso		- ausência de rampa no acesso principal - teve que subir os degraus para entrar	
	AMBIENTES VISITADOS	- teve dificuldades para localizar os ambientes devido a falta de sinalização		- vão das portas estreito - uma folha estava fechada; ambientes escuros nas salas de exposições	- ausência de fraldário; dificuldade ao abrir as portas para entrar nos ambientes
	CIRCULAÇÕES	- dificuldade de identificar as circulações verticais pela falta de sinalização		- ausência de elevador / rampa para acesso ao 2º pavimento	
	SAÍDA DO EDIFÍCIO	- precisou pedir ajuda para que a porta lateral (com rampa) fosse aberta para seu uso		- utilizou rampa de boa inclinação para sair do edifício	- rampa não apresenta corrimão dos dois lados nem guarda-corpo
 idosa	ACESSO AO EDIFÍCIO				
	AMBIENTES VISITADOS	- ausência de placas indicando os ambientes, exigindo que pedisse informações verbais		- piso escorregadio em função da cera	- comentou que pessoa obesa ou com barriga não fecharia a porta do box da bacia sanitária
	CIRCULAÇÕES	- dificuldade para localizar a circulação vertical - se perdeu na área museológica		- dificuldade ao subir/descer pela falta de iluminação	- utilizou o corrimão para subir a escada principal; a de serviço não apresenta corrimão
	SAÍDA DO EDIFÍCIO	- reclamou que faltava indicação de saída, ainda mais sendo um prédio público		- embora tenha dito que não teve dificuldades, precisou se apoiar na parede	
 cego	ACESSO AO EDIFÍCIO	- dificuldade para localizar o acesso ao edifício	- não existe folheto com história do edifício em braille		
	AMBIENTES VISITADOS	- dificuldade para localizar os ambientes, pedindo informações ao longo do percurso	- ausência de explicação em braille ou falada na exposição de arte explicando as obras	- ausência de piso guia indicando portas; obstáculo (vidro) no meio do banheiro	- teve dificuldade para localizar boxes no banheiro e fechar a porta
	CIRCULAÇÕES	- ausência de piso tátil no início e término de escadas; ausência de informações em braille	- ausência de indicação em braille nas circulações e acessos	- degraus da escada de serviço altos e 'perigosos'. degraus da escada principal estreitos	
	SAÍDA DO EDIFÍCIO	- se orientou pelo barulho da rua para localizar a porta, mas reclamou da falta de piso guia		- precisou do auxílio da bengala para identificar os degraus	- precisou se apoiar na parede devido a ausência de corrimão
 sem conhecimento do local	ACESSO AO EDIFÍCIO	- dificuldade para identificar o edifício e localizar seu acesso			
	AMBIENTES VISITADOS	- ausência de placas indicativas no banheiro - masc. e fem.; ausência de placas com setores			- dificuldade no uso da torneira; maçaneta da porta em baixa altura
	CIRCULAÇÕES			- escada de serviço com pouca iluminação	- ausência de corrimão em um dos lados da escada principal
	SAÍDA DO EDIFÍCIO	- ausência de placas indicando a saída do edifício; sentiu-se perdida			

Quadro 21 – Resultados dos passeios acompanhados realizados na Secretaria de Cultura

QUADRO-RESUMO DO PASSEIO ACOMPANHADO   PREFEITURA MUNICIPAL					
INDIVÍDUO	PRINCIPAIS ATIVIDADES	COMPONENTES DE ACESSIBILIDADE			
		 Orientação Espacial	 Comunicação	 Deslocamento	 Uso
 surdo	ACESSO AO EDIFÍCIO		- ausência de intérprete de libras para se comunicar com o entrevistado		
	AMBIENTES VISITADOS	- ausência de placas indicativas no banheiro do 1º pavimento e em diferentes setores	- para identificar os ambientes, pediu informações por escrito; dificuldade na compreensão	- degrau na entrada do banheiro não sinalizado, ocasionando um tropeço	
	CIRCULAÇÕES	- dificuldade para localizar a circulação vertical; se perdeu ao tentar achar o museu	- precisou de informações por escrito para identificar a localização do elevador		
	SAÍDA DO EDIFÍCIO	- dificuldade para identificar a saída do edifício devido a ausência de placas indicativas			
 cadeirante	ACESSO AO EDIFÍCIO	- ausência de informação visual indicando a entrada para pessoas com deficiências		- ausência de rampa e/ou equipamento eletromecânico para subir	
	AMBIENTES VISITADOS	- ausência de placas indicando os banheiros e demais setores		- vão das portas internas pequeno; degrau de 12cm na entrada do banheiro	- guichê de atendimento muito alto e sem espaço para aproximação de cadeira
	CIRCULAÇÕES			- vão do elevador menor que 80cm não permitiu o ingresso da cadeira	- objetos espalhados não permitiram que o entrevistado chegasse ao banheiro
	SAÍDA DO EDIFÍCIO			- precisou da ajuda de funcionários, novamente, para descê-lo 'nos braços'	
 crianças	ACESSO AO EDIFÍCIO			- espelho dos degraus muito alto, dificultando o percurso das crianças	
	AMBIENTES VISITADOS	- ausência de placas indicando os banheiros e demais setores			- altura dos bancos é alta para crianças; altura do guichê de atendimento elevada;
	CIRCULAÇÕES	- ausência de informação visual na saída do elevador indicando o número do pavimento		- tropeço no degrau formado entre elevador e piso do 1º pavimento	- ausência de corrimão na escada, de grande porte, ocasionou insegurança; botões de chamada do elevador, mictórios e prateleiras do museu dos prefeitos em altura elevada
	SAÍDA DO EDIFÍCIO				- corrimão em altura inadequada não permitiu que as crianças se apoiassem

Quadro 22 – Resultados dos passeios acompanhados realizados na Prefeitura Municipal

O indivíduo com muletas salientou que teve dificuldades ao tentar identificar o prédio da Secretaria de Cultura: “Não há placas indicativas”. Quando questionado sobre os aspectos positivos do edifício, disse que as circulações tinham piso plano e antiderrapante, o que facilitou seu deslocamento. Comentou que pisos lisos resvalam muito, ainda mais para quem utiliza muletas: “Piso liso é sinônimo de tombo”. Em relação aos aspectos negativos, comentou que, além da dificuldade ao localizar o prédio no entorno, a presença de degraus no acesso principal dificultou sua entrada. Relatou que escadarias são obstáculos no acesso de um deficiente físico-motor e que teve dificuldade ao tentar localizar o banheiro, devido à falta de sinalização visual.

A mãe com carrinho de bebê teve dificuldades para entrar no edifício e usar o sanitário, além de não ter acesso ao 2º pavimento. Ela ressaltou que, embora tivesse uma rampa pela porta lateral, inserida através da intervenção do Programa Monumenta neste edifício, não foi indicado seu uso. Ao término do passeio, quando questionada sobre as principais dificuldades, ela comentou sobre a dificuldade de localizar a saída do edifício, o que é agravado nos momentos de pânico, como em caso de incêndio. Ela enfatizou a ausência de sinalização tanto externa, para identificar a edificação, quanto interna, para se localizar e identificar os diferentes ambientes.

A idosa teve bastante dificuldade de orientação. A respeito da identificação dos espaços nos quais ela deveria desenvolver as atividades, respondeu que não conseguiu localizar “Direto nada, a não ser a entrada, que não tem apoio para entrar e sair uma pessoa de mais idade com aqueles degraus”. Comentou que foi fácil identificar as salas de exposições (galerias de arte), já que se situam junto ao hall de entrada, mas para conseguir visitar os demais ambientes ou para subir até o 2º pavimento não tinha nenhuma orientação. Isso foi comprovado por sua dificuldade em localizar uma circulação vertical, necessitando de informação verbal. Ao chegar ao 2º pavimento, reclamou, mais uma vez, da falta de sinalização: “Não saberia entrar em um banheiro no segundo andar porque não tem indicação alguma”. Ao final do passeio, quando questionada sobre os aspectos positivos do edifício, a idosa disse que “Bom? (demora pra responder). Talvez pra idade dele, está bem conservado, mas pelo uso que tem hoje apresenta muita deficiência de orientação. É difícil de acessar, de subir, de tudo”.

O cego comentou que a presença de corrimãos nas escadas e de corredores bem marcados o auxiliou em seu percurso. Quanto às dificuldades, relatou que “Tem alguns lugares que a gente passou que as salas são muito amplas e ali a gente se perde [...] seria importante a colocação de piso tátil nesses espaços para a gente se orientar melhor”. Quando indagado sobre quais as informações eram importantes para a tomada de decisão e compreensão do espaço, ele respondeu que os diferentes sons do ambiente e externos a ele (rua) o ajudaram a avançar e identificar os diferentes espaços. Comentou ainda que seria interessante a instalação de sinalizações em Braille nas portas para que um cego pudesse identificar os diferentes ambientes.

Ao procurar o sanitário, a pessoa sem conhecimento do local afirmou que teve dificuldades devido à falta de sinalização. Quando indagada se havia utilizado o sanitário feminino, respondeu que “Não tinha banheiro masculino, só feminino” – acabou utilizando o masculino, já que não havia placas indicando o gênero nas portas. A respeito dos equipamentos utilizados no banheiro comentou que teve dificuldade no uso da torneira (automática, de apertar) por desconhecer o modo de funcionamento: “Eu não sabia usar a torneira, nunca tinha visto assim, e não dizia nada como a gente deveria fazer”.

Quando questionado sobre as maiores dificuldades enfrentadas no prédio da Prefeitura, o indivíduo surdo respondeu: “Falta de placas tipo orienta – informação visual”. Ele comentou que seria necessária a contratação de um intérprete de libras. A seguir foi indagado sobre as facilidades por ele observadas: “A única facilidade é que as pessoas daqui procuram ajudar, mesmo desconhecendo a Língua Brasileira de Sinais”. A seguir, quando questionado sobre possíveis soluções de melhoria ao prédio, comentou que o elevador estava escondido, sem nenhuma placa de sinalização que o identificasse desde a entrada do prédio, restringindo o uso do público em geral e que deveriam ser inseridas placas indicando os diferentes ambientes: “Encontrei dificuldades em acessar a sala do museu por falta de placa”.

O indivíduo em cadeira de rodas, ao ser indagado sobre como faria para entrar na edificação já que não tinha rampa nem plataforma elevatória no acesso principal disse que “Não tem muito que fazer então [...] outra pessoa não sai de casa. Eu tenho essa vivência toda, enfrento isso todo dia. Outra pessoa não sai, é convidada a desistir sempre, aonde se chega. Mesmo tendo uma cidade que seja plana, tem essas dificuldades todas. As calçadas não têm uma padronização, não tem nada. Cada um faz do seu modo, cada um fez a sua rampa do seu jeito. Enquanto a gente foi taxado de minoria a cidade foi projetada pra maioria”. Ao chegarmos ao guichê da recepção, no hall de entrada, comentou que o balcão de atendimento estava muito alto e que, além de não conseguir se comunicar com o atendente, não conseguiria assinar um documento: “Tinha que ter, pelo menos, uma parte do balcão rebaixado, que eu pudesse chegar com a cadeira de rodas”.

As crianças tiveram dificuldade devido à baixa estatura. Em relação ao guichê de atendimento, por exemplo, a criança mais velha o alcançou e não teve problemas ao conversar com o funcionário que estava dentro do setor. Porém, se tivesse que escrever algo sobre o balcão, teria dificuldades. A criança menor, por outro lado, teve dificuldades em, até mesmo, alcançar o balcão para conversar com o funcionário, que precisou debruçar-se sobre a bancada para enxergá-la. Outro problema encontrado foi no museu dos Prefeitos, localizado no 2º pavimento, já que algumas prateleiras das estantes, onde os objetos estão dispostos, são inacessíveis visualmente.

Os quadros com os resultados dos passeios acompanhados demonstram que todos os entrevistados tiveram dificuldades em relação aos componentes orientação espacial, deslocamento e uso. A maior incidência de dificuldades ocorreu no componente orientação espacial, seguida do componente deslocamento. O componente comunicação foi registrado somente com os indivíduos cego e surdo.

Um aspecto relevante identificado através da análise dos dados do quadro 21 indica que todos os usuários tiveram dificuldades para localizar a saída do edifício (orientação), exceto o cego, que conseguiu identificá-la através do barulho da rua. Porém, este reclamou da ausência de piso tátil.

#### **5.4 Discussão dos Resultados dos Estudos de Caso**

A discussão dos resultados obtidos a partir da aplicação dos diferentes métodos é organizada em 24 quadros, de acordo com os seis ambientes analisados nas edificações (área de acesso ao edifício; saguões, salas de recepção e espera; circulações horizontais; circulações verticais; sanitários; museu e galeria de arte) e está dividida em quadros pelos quatro componentes de acessibilidade (orientação espacial, comunicação, deslocamento e uso).

Os quadros contam com quinze colunas: a primeira faz referência à avaliação dos problemas observados; as colunas dois, três e quatro apresentam a ocorrência dos problemas em relação aos três métodos aplicados na Secretaria de Cultura; as colunas cinco, seis e sete demonstram a mesma ocorrência em relação à aplicação dos métodos na Prefeitura Municipal; nas colunas sete a quinze pode-se identificar quais



usuários teriam maior probabilidade de sofrer restrições na realização de atividades nos ambientes em relação aos diferentes componentes.

Apresentam-se a seguir os 24 quadros, sendo que cada um dos 6 ambientes analisados conta com 4 quadros de acordo com os componentes de acessibilidade.

RESULTADO   ÁREAS DE ACESSO ÀS EDIFICAÇÕES   ORIENTAÇÃO ESPACIAL									
AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS OBSERVADOS	OCORRÊNCIA NOS EDIFÍCIOS / MÉTODOS						PESSOAS AFETADAS		
	SECRETARIA DE CULTURA			PREFEITURA MUNICIPAL					
	VISITA	ENTREV.	PASSEIO	VISITA	ENTREV.	PASSEIO			
Não existe sinalização sonora para indicar que o semáforo está aberto									
Não há suporte informativo tátil no passeio que permita a identificação por pessoas com restrição visual do edifício e do percurso (linha-guia)									
Não é possível identificar o edifício (nome e função)									
Não existe sinalização visual localizada na borda do piso dos degraus									
Não existe sinalização tátil alerta no início e no término da escada									
Não existe sistema de sinalização de acesso alternativo para pessoas com deficiências ou dificuldade de locomoção									
Não existe símbolo internacional de acessibilidade a partir de sinalização de piso no estacionamento para deficientes									

Quadro 23 – Relação dos problemas observados em relação ao componente orientação espacial nas áreas de acesso à edificação com os métodos aplicados e as pessoas afetadas

RESULTADO   ÁREAS DE ACESSO ÀS EDIFICAÇÕES   COMUNICAÇÃO									
AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS OBSERVADOS	OCORRÊNCIA NOS EDIFÍCIOS / MÉTODOS						PESSOAS AFETADAS		
	SECRETARIA DE CULTURA			PREFEITURA MUNICIPAL					
	VISITA	ENTREV.	PASSEIO	VISITA	ENTREV.	PASSEIO			
Não existe campanha ou outro meio para solicitar abertura da porta no acesso alternativo									


Quadro 24 – Relação dos problemas observados em relação ao componente comunicação nas áreas de acesso à edificação com os métodos aplicados e as pessoas afetadas

RESULTADO   ÁREAS DE ACESSO ÀS EDIFICAÇÕES   DESLOCAMENTO																
AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS OBSERVADOS	OCORRÊNCIA NOS EDIFÍCIOS / MÉTODOS						PESSOAS AFETADAS									
	SECRETARIA DE CULTURA			PREFEITURA MUNICIPAL			Pessoa com deficiência física	Pessoa com deficiência visual	Pessoa com deficiência auditiva	Pessoa com deficiência intelectual	Pessoa com deficiência múltipla	Pessoa com deficiência física e visual	Pessoa com deficiência física e auditiva	Pessoa com deficiência física e intelectual	Pessoa com deficiência física e múltipla	
	VISITA	ENTREV.	PASSEIO	VISITA	ENTREV.	PASSEIO										
Os passeios não são livres de obstáculos que impeçam o deslocamento																
Não há uma faixa livre de circulação nos passeios de de 1,20m																
Os desníveis existentes nos passeios não são inferiores a 15mm																
Não existem rampa de acesso ao passeio próxima às vagas de estacionamento para deficientes																
Não existe rampa ou equipamento eletromecânico no acesso principal à edificação para vencer os degraus																
O acesso é feito através de degraus, que não possuem piso antiderrapante																
O primeiro e o último degraus estão junto à área de circulação																


Quadro 25 – Relação dos problemas observados em relação ao componente deslocamento nas áreas de acesso à edificação com os métodos aplicados e as pessoas afetadas

RESULTADO   ÁREAS DE ACESSO ÀS EDIFICAÇÕES   USO																
AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS OBSERVADOS	OCORRÊNCIA NOS EDIFÍCIOS / MÉTODOS						PESSOAS AFETADAS									
	SECRETARIA DE CULTURA			PREFEITURA MUNICIPAL			Pessoa com deficiência física	Pessoa com deficiência visual	Pessoa com deficiência auditiva	Pessoa com deficiência intelectual	Pessoa com deficiência múltipla	Pessoa com deficiência física e visual	Pessoa com deficiência física e auditiva	Pessoa com deficiência física e intelectual	Pessoa com deficiência física e múltipla	
	VISITA	ENTREV.	PASSEIO	VISITA	ENTREV.	PASSEIO										
Não existe foco para acionamento para a travessia de pedestre																
Não existem corrimãos instalados nos lados da escada																
Não existem vagas de estacionamento para deficientes próximo ao acesso																
A porta não apresenta maçaneta; a fechadura está em altura adequada																
As maçanetas das portas não são do tipo alavanca																


Quadro 26 – Relação dos problemas observados em relação ao componente uso nas áreas de acesso à edificação com os métodos aplicados e as pessoas afetadas

RESULTADO   SAGUÕES, SALAS DE RECEPÇÃO E ESPERA   ORIENTAÇÃO									
AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS OBSERVADOS	OCORRÊNCIA NOS EDIFÍCIOS / MÉTODOS						PESSOAS AFETADAS		
	SECRETARIA DE CULTURA			PREFEITURA MUNICIPAL					
	VISITA	ENTREV.	PASSEIO	VISITA	ENTREV.	PASSEIO			
Não há suporte informativo tátil que permita a identificação do balcão por pessoas com restrição visual									
Não existe suporte informativo visual e tátil que possibilitem ao usuário localizar-se, identificar o local das diferentes atividades e definir rota para uso do edifício de forma independente									










Quadro 27 – Relação dos problemas observados em relação ao componente orientação espacial nos saguões, salas de recepção e espera com os métodos aplicados e as pessoas afetadas

RESULTADO   SAGUÕES, SALAS DE RECEPÇÃO E ESPERA   COMUNICAÇÃO									
AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS OBSERVADOS	OCORRÊNCIA NOS EDIFÍCIOS / MÉTODOS						PESSOAS AFETADAS		
	SECRETARIA DE CULTURA			PREFEITURA MUNICIPAL					
	VISITA	ENTREV.	PASSEIO	VISITA	ENTREV.	PASSEIO			
Não existe atendimento especializado com intérpretes para pessoas com deficiências sensoriais (cegos e surdos)									
Não existe equipamento de tecnologia assistiva que permita a comunicação para o surdo e/ou mudo com os funcionários da recepção									
Ausência de explicação em Braille ou falada da exposição de arte									










Quadro 28 – Relação dos problemas observados em relação ao componente comunicação nos saguões, salas de recepção e espera com os métodos aplicados e as pessoas afetadas

RESULTADO   SAGUÕES, SALAS DE RECEPÇÃO E ESPERA   DESLOCAMENTO									
AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS OBSERVADOS	OCORRÊNCIA NOS EDIFÍCIOS / MÉTODOS						PESSOAS AFETADAS		
	SECRETARIA DE CULTURA			PREFEITURA MUNICIPAL					
	VISITA	ENTREV.	PASSEIO	VISITA	ENTREV.	PASSEIO			
Os balcões de atendimento não estão instalados em rota acessível									
Pouca iluminação nas salas de exposições									
Vão das portas estreito - uma das folhas estava fechada									

Quadro 29 – Relação dos problemas observados em relação ao componente deslocamento nos saguões, salas de recepção e espera com os métodos aplicados e as pessoas afetadas

RESULTADO   SAGUÕES, SALAS DE RECEPÇÃO E ESPERA   USO 																			
AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS OBSERVADOS	OCORRÊNCIA NOS EDIFÍCIOS / MÉTODOS						PESSOAS AFETADAS												
	SECRETARIA DE CULTURA			PREFEITURA MUNICIPAL															
	VISITA	ENTREV.	PASSEIO	VISITA	ENTREV.	PASSEIO													
Os balcões de atendimento não permitem aproximação frontal por cadeiras de rodas																			
Não existe espaço reservado aos cadeirantes junto ao mobiliário de espera																			
Bancos na área de espera em altura elevada para crianças de 4 anos																			

Quadro 30 – Relação dos problemas observados em relação ao componente uso nos saguões, salas de recepção e espera com os métodos aplicados e as pessoas afetadas

RESULTADO   CIRCULAÇÕES HORIZONTAIS   ORIENTAÇÃO ESPACIAL 																			
AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS OBSERVADOS	OCORRÊNCIA NOS EDIFÍCIOS / MÉTODOS						PESSOAS AFETADAS												
	SECRETARIA DE CULTURA			PREFEITURA MUNICIPAL															
	VISITA	ENTREV.	PASSEIO	VISITA	ENTREV.	PASSEIO													
Não existe identificação visual nas portas internas que indique o nome do setor/ambiente																			
Não há indicação sonora e visual em saídas de emergência																			
Não há placas no interior da edificação indicando rotas e entradas acessíveis																			
Não existe sinalização visual em forma de pictograma																			

Quadro 31 – Relação dos problemas observados em relação ao componente orientação espacial nas circulações horizontais com os métodos aplicados e as pessoas afetadas

RESULTADO   CIRCULAÇÕES HORIZONTAIS   COMUNICAÇÃO 																			
AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS OBSERVADOS	OCORRÊNCIA NOS EDIFÍCIOS / MÉTODOS						PESSOAS AFETADAS												
	SECRETARIA DE CULTURA			PREFEITURA MUNICIPAL															
	VISITA	ENTREV.	PASSEIO	VISITA	ENTREV.	PASSEIO													
Não há sistema de alarme de incêndio com sinalização sonora e luminosa																			
Ausência de indicação em Braille nas circulações e acessos																			

Quadro 32 – Relação dos problemas observados em relação ao componente comunicação nas circulações horizontais com os métodos aplicados e as pessoas afetadas

RESULTADO   CIRCULAÇÕES HORIZONTAIS   DESLOCAMENTO										
AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS OBSERVADOS	OCORRÊNCIA NOS EDIFÍCIOS / MÉTODOS						PESSOAS AFETADAS			
	SECRETARIA DE CULTURA			PREFEITURA MUNICIPAL						
	VISITA	ENTREV.	PASSEIO	VISITA	ENTREV.	PASSEIO				
Os pisos dos corredores não são revestidos com material antiderrapante										
Não há faixas de piso em cor e textura diferenciada guiando os usuários com restrição visual em circulações muito amplas										
Não há rampas em desníveis maiores que 1,5 cm nas circulações internas										
Obstáculos temporários na circulação não permitiram que os indivíduos chegassem ao banheiro										

Quadro 33 – Relação dos problemas observados em relação ao componente deslocamento nas circulações horizontais com os métodos aplicados e as pessoas afetadas

RESULTADO   CIRCULAÇÕES HORIZONTAIS   USO										
AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS OBSERVADOS	OCORRÊNCIA NOS EDIFÍCIOS / MÉTODOS						PESSOAS AFETADAS			
	SECRETARIA DE CULTURA			PREFEITURA MUNICIPAL						
	VISITA	ENTREV.	PASSEIO	VISITA	ENTREV.	PASSEIO				
Nem todas as maçanetas das portas são do tipo alavanca										
As maçanetas não são do tipo alavanca e algumas não estão em altura adequada										

Quadro 34 – Relação dos problemas observados em relação ao componente uso nas circulações horizontais com os métodos aplicados e as pessoas afetadas

RESULTADO   CIRCULAÇÕES VERTICAIS   ORIENTAÇÃO ESPACIAL															
AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS OBSERVADOS	OCORRÊNCIA NOS EDIFÍCIOS / MÉTODOS						PESSOAS AFETADAS								
	SECRETARIA DE CULTURA			PREFEITURA MUNICIPAL			Pessoa com deficiência física	Pessoa com deficiência visual	Pessoa com deficiência auditiva	Pessoa com deficiência intelectual	Pessoa com deficiência múltipla	Pessoa com deficiência mental	Pessoa com deficiência psicológica	Pessoa com deficiência social	
	VISITA	ENTREV.	PASSEIO	VISITA	ENTREV.	PASSEIO									
O elevador não pode ser identificado visualmente ou por informação adicional (placas indicativas) desde a porta de acesso ao edifício															
Não há sinalização tátil que permita a identificação do local do elevador para pessoa com restrição visual															
Não há marcação em Braille abaixo da identificação de cada pavimento no elevador															
Não soa anuncio verbal a cada parada do elevador															
Não existe sinalização indicando o número do pavimento na escada ou no patamar															
Não existe sinalização tátil alerta no início e término da escada															
Não existe sistema de iluminação de emergência instalado no corpo da escada, patamares e hall															
Não existe placas de sinalização para abandono do local nas escadas															
Não existe sinalização tátil no início e no término da rampa															
Não existe sistema de sinalização para abandono de local na rampa															

Quadro 35 – Relação dos problemas observados em relação ao componente orientação espacial nas circulações verticais com os métodos aplicados e as pessoas afetadas

RESULTADO   CIRCULAÇÕES VERTICAIS   COMUNICAÇÃO															
AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS OBSERVADOS	OCORRÊNCIA NOS EDIFÍCIOS / MÉTODOS						PESSOAS AFETADAS								
	SECRETARIA DE CULTURA			PREFEITURA MUNICIPAL			Pessoa com deficiência física	Pessoa com deficiência visual	Pessoa com deficiência auditiva	Pessoa com deficiência intelectual	Pessoa com deficiência múltipla	Pessoa com deficiência mental	Pessoa com deficiência psicológica	Pessoa com deficiência social	
	VISITA	ENTREV.	PASSEIO	VISITA	ENTREV.	PASSEIO									
Não existe um meio de comunicação de duas vias instalado dentro e fora do elevador															
Não existe equipamento de tecnologia assistiva para a comunicação do surdo ou do mudo no elevador															

Quadro 36 – Relação dos problemas observados em relação ao componente comunicação nas circulações verticais com os métodos aplicados e as pessoas afetadas

RESULTADO   CIRCULAÇÕES VERTICAIS   DESLOCAMENTO													
AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS OBSERVADOS	OCORRÊNCIA NOS EDIFÍCIOS / MÉTODOS						PESSOAS AFETADAS						
	SECRETARIA DE CULTURA			PREFEITURA MUNICIPAL									
	VISITA	ENTREV.	PASSEIO	VISITA	ENTREV.	PASSEIO							
Não há equipamento eletro-mecânico de circulação vertical (plataformas, elevadores) no edifício													
O elevador não está situado em rota acessível													
A porta do elevador não tem vão mínimo de 80 cm e não é automática													
O primeiro e o último degraus do lance de escadas não estão a uma distância de 30 cm da área de circulação													
As escadas não tem lance máximo de 19 degraus													
Dificuldade de subir/descer as escadas pela falta de iluminação													
Degraus da escada de serviço altos e "perigosos"													
Degraus da escada principal estreitos													

Quadro 37 – Relação dos problemas observados em relação ao componente deslocamento nas circulações verticais com os métodos aplicados e as pessoas afetadas

RESULTADO   CIRCULAÇÕES VERTICAIS   USO													
AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS OBSERVADOS	OCORRÊNCIA NOS EDIFÍCIOS / MÉTODOS						PESSOAS AFETADAS						
	SECRETARIA DE CULTURA			PREFEITURA MUNICIPAL									
	VISITA	ENTREV.	PASSEIO	VISITA	ENTREV.	PASSEIO							
Os botões de chamada (exterior da cabina do elevador) não estão em altura entre 90 cm e 1,10 m													
Não há marcação em Braille correspondente ao lado esquerdo de cada botão de comando no elevador													
Os comandos de emergência não estão agrupados na parte inferior da botoeira da cabina do elevador													
Não há corrimão (barras) afixados nas laterais e no fundo da cabina do elevador													
Não há iluminação de emergência no elevador													
Os corrimãos da escada principal estão instalados somente em uma altura, que é aceitável em relação à altura ideal, porém são inexistentes na escada de serviço													
Os corrimãos da escada principal não possuem prolongamento mínimo de 30 cm antes do início e após o término da escada													
O guarda-corpo da escada não possui altura mínima de 1,05 m													
Os corrimãos não possuem prolongamento no início e término da rampa													
Os corrimãos da rampa não são contínuos e não possuem extremidades recurvadas													

Quadro 38 – Relação dos problemas observados em relação ao componente uso nas circulações verticais com os métodos aplicados e as pessoas afetadas

RESULTADO   SANITÁRIOS   ORIENTAÇÃO ESPACIAL													
AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS OBSERVADOS	OCORRÊNCIA NOS EDIFÍCIOS / MÉTODOS						PESSOAS AFETADAS						
	SECRETARIA DE CULTURA			PREFEITURA MUNICIPAL									
	VISITA	ENTREV.	PASSEIO	VISITA	ENTREV.	PASSEIO							
Não há sinalização identificando a localização dos sanitários no edifício													
Não há identificação do tipo de sanitário (feminino, masculino, familiar, unissex)													
Não há símbolo internacional de acesso afixado em local visível ao público													
Há identificação do tipo de sanitário (feminino e masculino), porém não está de acordo com o símbolo internacional de acesso e não é acessível às pessoas com restrição visual (tátil e ao alcance das mãos)													

Quadro 39 – Relação dos problemas observados em relação ao componente orientação espacial nos sanitários com os métodos aplicados e as pessoas afetadas

RESULTADO   SANITÁRIOS   COMUNICAÇÃO													
AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS OBSERVADOS	OCORRÊNCIA NOS EDIFÍCIOS / MÉTODOS						PESSOAS AFETADAS						
	SECRETARIA DE CULTURA			PREFEITURA MUNICIPAL									
	VISITA	ENTREV.	PASSEIO	VISITA	ENTREV.	PASSEIO							
Não há sinalização de emergência ao lado da bacia sanitária para acionamento em caso de queda													

Quadro 40 – Relação dos problemas observados em relação ao componente comunicação nos sanitários com os métodos aplicados e as pessoas afetadas

RESULTADO   SANITÁRIOS   DESLOCAMENTO													
AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS OBSERVADOS	OCORRÊNCIA NOS EDIFÍCIOS / MÉTODOS						PESSOAS AFETADAS						
	SECRETARIA DE CULTURA			PREFEITURA MUNICIPAL									
	VISITA	ENTREV.	PASSEIO	VISITA	ENTREV.	PASSEIO							
O piso do banheiro não tem revestimento antiderrapante													
O sanitário não está localizado em rota acessível, próximo à circulação principal													
A porta do sanitário e do box para bacia sanitária não tem vão livre mínimo de 80 cm e não abre para fora													
O desnível máximo nas soleiras das portas não é de 0,5 cm de altura - existe um degrau para entrar no sanitário													
O piso do banheiro não tem revestimento e não é nivelado													
Obstáculo (divisória em vidro) no meio do banheiro atrapalha o deslocamento													

Quadro 41 – Relação dos problemas observados em relação ao componente deslocamento nos sanitários com os métodos aplicados e as pessoas afetadas



RESULTADO   SANITÁRIOS   USO														
AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS OBSERVADOS	OCORRÊNCIA NOS EDIFÍCIOS / MÉTODOS						PESSOAS AFETADAS							
	SECRETARIA DE CULTURA			PREFEITURA MUNICIPAL										
	VISITA	ENTREV.	PASSEIO	VISITA	ENTREV.	PASSEIO								
Não existe um conjunto de sanitários feminino e masculino acessíveis às pessoas com restrições														
A porta do boxe para bacia sanitária não tem puxador horizontal para facilitar seu fechamento														
As torneiras dos lavatórios não são do tipo alavanca ou com sensor eletrônico														
Não há barra de apoio na parede do fundo da bacia sanitária														
A barra de apoio fixada na lateral da bacia sanitária não atende ao comprimento mínimo estabelecido em norma														
O boxe não tem maçaneta e o trinco é de girar, de difícil manuseio														
A distribuição de aparelhos e peças nos banheiros não permite a utilização por um usuário em cadeira de rodas														
Não há barras de apoio fixadas nas paredes laterais e de fundo da bacia sanitária														
A descarga não está em um alcance de 100 cm de altura do piso e não é do tipo alavanca ou com mecanismos automáticos														

Quadro 42 – Relação dos problemas observados em relação ao componente uso nos sanitários com os métodos aplicados e as pessoas afetadas

RESULTADO   MUSEU E GALERIA DE ARTE   ORIENTAÇÃO ESPACIAL																
AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS OBSERVADOS	OCORRÊNCIA NOS EDIFÍCIOS / MÉTODOS						PESSOAS AFETADAS									
	SECRETARIA DE CULTURA			PREFEITURA MUNICIPAL												
	VISITA	ENTREV.	PASSEIO	VISITA	ENTREV.	PASSEIO										
Não há suporte informativo visual e tátil para identificar as diferentes atividades																
Nos ambientes complexos, com mais de uma atividade, os diferentes setores não estão devidamente identificados																
Não existem sites na WEB acessíveis às pessoas com restrição auditiva e visual, com informações sobre a localização, as atividades e a programação do ambiente																
Não há faixas de piso de em cor e textura diferenciadas guiando os usuários em circulações muito amplas																
Não existe sistema de áudio descrição sobre as exposições, que permita a informação e orientação de pessoas com restrição visual																
Não existem títulos, textos explicativos ou similares em todas as obras expostas																
Os títulos, os textos explicativos ou similares não são legíveis e não estão dentro do alcance visual de pessoas de pessoas com baixa estatura e de usuários de cadeira de rodas																
Não existem textos explicativos em Braille de cada objeto exposto, para a compreensão de pessoa com restrição visual																
Não existe sinalização tátil no piso indicando a localização das obras em exposição																
Não existe sinalização tátil e visual no piso indicando desníveis (degraus)																
Não existe sistema de sinalização de emergência instalado no ambiente																

Quadro 43 – Relação dos problemas observados em relação ao componente orientação espacial nos museus e galerias de arte com os métodos aplicados e as pessoas afetadas

RESULTADO   MUSEU E GALERIA DE ARTE   COMUNICAÇÃO																
AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS OBSERVADOS	OCORRÊNCIA NOS EDIFÍCIOS / MÉTODOS						PESSOAS AFETADAS									
	SECRETARIA DE CULTURA			PREFEITURA MUNICIPAL												
	VISITA	ENTREV.	PASSEIO	VISITA	ENTREV.	PASSEIO										
Não existem dispositivos de tecnologia assistiva para atender as pessoas com restrição visual e auditiva																
Não existe serviço de atendimento para pessoas com restrição auditiva, prestado por pessoas capacitadas (intérprete de LIBRAS)																
Não há sistema de alarme simultaneamente sonoro e luminoso instalado no ambiente																

Quadro 44 – Relação dos problemas observados em relação ao componente comunicação no museu e galeria de arte com os métodos aplicados e as pessoas afetadas

RESULTADO   MUSEU E GALERIA DE ARTE   DESLOCAMENTO															
AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS OBSERVADOS	OCORRÊNCIA NOS EDIFÍCIOS / MÉTODOS						PESSOAS AFETADAS								
	SECRETARIA DE CULTURA			PREFEITURA MUNICIPAL			Pessoa com deficiência física	Pessoa com deficiência visual	Pessoa com deficiência auditiva	Pessoa com deficiência intelectual	Pessoa com deficiência múltipla	Pessoa com deficiência de aprendizagem	Pessoa com deficiência de desenvolvimento	Pessoa com deficiência de saúde	
	VISITA	ENTREV.	PASSEIO	VISITA	ENTREV.	PASSEIO									
O acesso ao ambiente não é efetuado por uma rota acessível															
Não há uma largura mínima de 80cm para a transposição de uma cadeira de rodas por portas e obstáculos fixos															
O piso dos corredores e passagens não é revestido com material antiderrapante															
Nem todos objetos expostos para visita pública estão em locais acessíveis															
As portas de acesso ao ambiente não possuem vão mínimo de 1,50m e não abrem no sentido da saída, proporcionando escoamento															

Quadro 45 – Relação dos problemas observados em relação ao componente deslocamento nos museus e galerias de arte com os métodos aplicados e as pessoas afetadas

RESULTADO   MUSEU E GALERIA DE ARTE   USO															
AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS OBSERVADOS	OCORRÊNCIA NOS EDIFÍCIOS / MÉTODOS						PESSOAS AFETADAS								
	SECRETARIA DE CULTURA			PREFEITURA MUNICIPAL			Pessoa com deficiência física	Pessoa com deficiência visual	Pessoa com deficiência auditiva	Pessoa com deficiência intelectual	Pessoa com deficiência múltipla	Pessoa com deficiência de aprendizagem	Pessoa com deficiência de desenvolvimento	Pessoa com deficiência de saúde	
	VISITA	ENTREV.	PASSEIO	VISITA	ENTREV.	PASSEIO									
Não existem sites na WEB acessíveis às pessoas com restrição auditiva e visual, com informações sobre a localização, as atividades e a programação do ambiente															
Nem todos os objetos expostos não estão a uma altura que abranja o campo visual de uma pessoa com baixa estatura e pessoas com cadeira de rodas															

Quadro 46 – Relação dos problemas observados em relação ao componente uso nos museus e galerias de arte com os métodos aplicados e as pessoas afetadas

A partir da leitura dos 24 quadros pode-se concluir que a realização de métodos distintos possibilitou a identificação das dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiências quando algum dos componentes de acessibilidade não é considerado nas soluções espaciais adotadas.

Nos passeios acompanhados realizados verificou-se que, por aliar observações de comportamento e entrevistas sobre os atributos do espaço, este método é eficaz na avaliação da acessibilidade espacial. A aplicação do método da visita exploratória foi

fundamental para conhecer o local e realizar a identificação dos problemas, bem como para a organização dos demais métodos realizados.

Foram identificados problemas em relação aos quatro componentes de acessibilidade, sendo os mais incidentes ligados à orientação espacial, seguidos dos componentes deslocamento e uso.

Os problemas ligados ao componente **orientação espacial** afetam não somente pessoas com deficiências, mas também pessoas que desconhecem o local. Exemplo disso foi a dificuldade que a maioria dos entrevistados teve para identificar tanto as edificações quanto os diferentes ambientes internos. Isto se deve a ausência de suportes informativos visuais e táteis.

Já os problemas ligados ao componente **deslocamento** foram enfrentados, principalmente, por indivíduos com alguma dificuldade de locomoção, como cadeirante e muletante, mas também por pessoas sem deficiência. A mãe com carrinho de bebê sofreu uma restrição do ambiente em relação ao deslocamento ao não conseguir acessar o 2º pavimento de uma das edificações estudadas.

Todas as pessoas, independente de suas capacidades e limitações, apresentaram dificuldades em relação ao componente **uso**. Os indivíduos mais afetados são cadeirantes, muletantes e crianças.

O componente **comunicação** não é muito evidenciado nos resultados gerais porque afeta, principalmente, pessoas surdas e cegas. Exemplo disso é a dificuldade que o indivíduo cego teve para entender o que representavam as obras nas galerias de arte, já que não havia informações em Braille nem texto-falado.

Pode-se perceber que o indivíduo mais afetado quando os quatro componentes não são considerados nos diferentes espaços é o cego, seguido do indivíduo em cadeira de rodas e do indivíduo com muletas.

## **CAPÍTULO 6 – POSSÍVEIS SOLUÇÕES E DIRETRIZES**

Neste capítulo é apresentado, inicialmente, um aporte teórico a respeito das soluções que foram implementadas no Brasil e no exterior para resolver problemas ligados a acessibilidade. Em um segundo momento são apontadas possíveis soluções para os problemas identificados a partir dos estudos de caso em relação aos quatro componentes de acessibilidade e o que rege a legislação brasileira a respeito de cada problema, além da indicação do conflito gerado entre o binômio acessibilidade e patrimônio. As possíveis soluções apontadas são apresentadas às pessoas com deficiências e aos técnicos envolvidos na revitalização do patrimônio histórico a partir de entrevistas focalizadas e, a discussão gerada, é apresentada no capítulo 6.3. Após a realização dessa discussão com os principais interessados no tema, são indicadas diretrizes de acessibilidade, atingindo-se o principal objetivo deste trabalho.

### **6.1 Problemas de acessibilidade e exemplos de soluções**

No capítulo 2 foram levantadas as questões teóricas relativas à acessibilidade e ao patrimônio histórico. Os problemas relativos à acessibilidade nas edificações adotadas como estudos de caso foram identificados no capítulo 5.

Nesta etapa do trabalho, pretende-se identificar algumas soluções técnicas que poderiam resolver os problemas identificados nos estudos de casos e que vem sendo implementadas em nível nacional e internacional, principalmente em edifícios históricos e que possuem atividades culturais, como museus, apontando aspectos positivos e negativos das intervenções.

As ações de intervenção no patrimônio com vista à acessibilidade, de acordo com CAMBIAGHI (2007, P.194), devem assegurar “[...] que os profissionais tenham consciência de que as intervenções para adequação não poderão afetar os elementos responsáveis pelo valor histórico do bem, podendo em todos casos ser reversíveis”.

As soluções, apresentadas a seguir, foram buscadas na literatura nacional e internacional, além de visitas técnicas em edificações históricas que já passaram por reabilitação visando à acessibilidade. Os dados catalogados foram organizados de acordo com os quatro componentes de acessibilidade espacial.

### 6.1.1 Soluções de Orientação Espacial

Os problemas ligados ao componente orientação espacial podem atingir todas as pessoas. As mais afetadas são as pessoas com deficiência visual e as que não tem conhecimento do local.

O cego, por exemplo, não consegue identificar a função atual do edifício histórico no espaço urbano nem sua localização devido à ausência de visão. Para isso, ele precisa detectar as informações por outro sentido: no caso, seria pelo háptico, através dos pés e das mãos. As soluções para resolver esse problema seriam sinalizar com pisos (direcional e alerta) e mapas táteis, que devem ter informações em Braille, alto relevo e cores contrastantes (para atender, ainda, pessoas com baixa visão).

Uma pessoa sem deficiências, ao chegar a um local desconhecido, precisa de uma informação visual que indique a localização das diferentes edificações, seus usos e funções, como chegar até elas e como se deslocar dentro delas, seja através de mapas ou placas informativas.

Os exemplos a seguir evidenciam alternativas de soluções para os problemas mencionados.



Figura 28 – Placa de identificação inserida na fachada da Estação da Luz. Estação da Luz, São Paulo – SP.

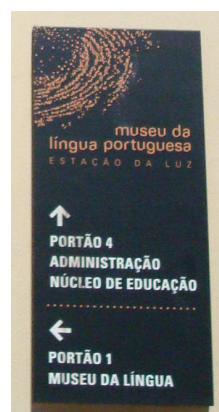


Figura 29 – Placa indicando o acesso ao Museu da Língua Portuguesa. Estação da Luz, São Paulo-SP.



Figura 30 – O prédio, construído para sediar o Liceu de Artes e Ofícios, recebeu letreiro na fachada com seu novo uso. Pinacoteca do Estado, São Paulo – SP.



Figura 31 – Detalhe do letreiro inserido na fachada da edificação, indicando seu novo uso. Pinacoteca do Estado, São Paulo-SP.



Figura 32 – Maquete perceptível à vista e ao tato do sítio histórico de Lübeck (externa). Centro Histórico de Lübeck, Alemanha. Foto: J. A. Junca Ubierna



Figura 33 – Maquete perceptível à vista e ao tato do Plano Piloto de Brasília (interna). Espaço Lúcio Costa, Brasília – DF.



Figura 34 – Totem em frente ao Auditório Ibirapuera identifica o edifício sem interferir na fachada. Parque do Ibirapuera, São Paulo – SP.

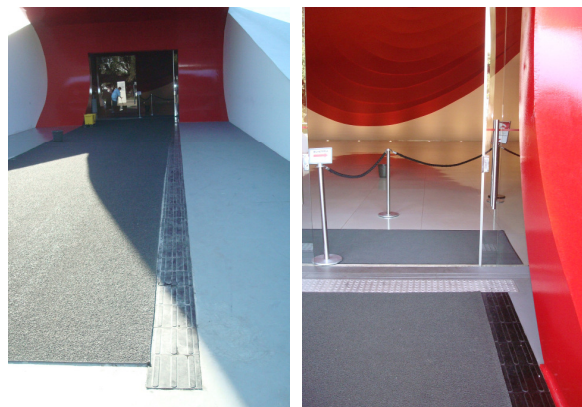


Figura 35 – Piso tátil emborrachado, colado sobre o piso existente, conduzem indivíduo cego até o acesso à edificação. Parque do Ibirapuera, São Paulo – SP.



Figura 36 – Inserção de piso tátil alerta no início e término da rampa. Estação da Luz, São Paulo – SP.



Figura 37 – Placas inseridas na fachada (à direita) identificam o acesso à Sala São Paulo. Sala São Paulo, São Paulo-SP.



Figura 38 – Placa identificando a entrada acessível. Sala São Paulo, São Paulo-SP.



Figura 39 – Placa inserida na fachada indicando o uso da edificação. Sala São Paulo, São Paulo-SP.



Figura 40 – Totem inserido no acesso alternativo criado para uso de pessoas com deficiências. Santander Cultural, Porto Alegre – RS.

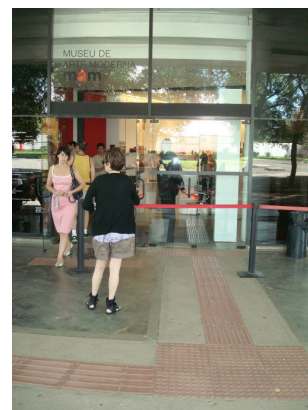


Figura 41 – Piso tátil alerta e direcional conduzem a pessoa com restrição visual ao acesso. Museu de Arte Moderna, São Paulo – SP.





Figura 42 – Identificação do acesso alternativo Pinacoteca do Estado, São Paulo-SP.



Figura 43 – Detalhe da sinalização de acesso alternativo. Pinacoteca do Estado, São Paulo-SP.

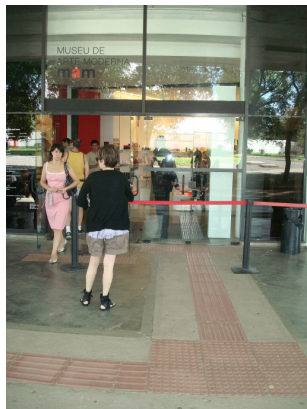


Figura 44 – Piso tátil alerta e direcional conduzem a pessoa com restrição visual ao acesso. Museu de Arte Moderna, São Paulo – SP.



Figura 45 – Piso tátil emborrachado, colado sobre o piso existente, conduzem indivíduo cego até um totem com mapa visual e tátil. Pinacoteca do Estado, São Paulo-SP.



Figura 46 – Mapa visual e tátil não fixado ao piso nem a parede. Pinacoteca do Estado, São Paulo-SP.



Figura 47 – Uso de cores contrastantes no mapa visual e tátil. Pinacoteca do Estado, São Paulo-SP.



Figura 48 – Piso tátil alerta e direcional identificam o percurso para a pessoa com restrição visual na exposição de arte. Pinacoteca do Estado, São Paulo – SP.



Figura 49 – Sinalização visual indicando o tipo de sanitário, ao lado da maçaneta da porta, em cor contrastante, alto relevo e com texto em Braille. Terminal Rodoviário, São Paulo – SP.

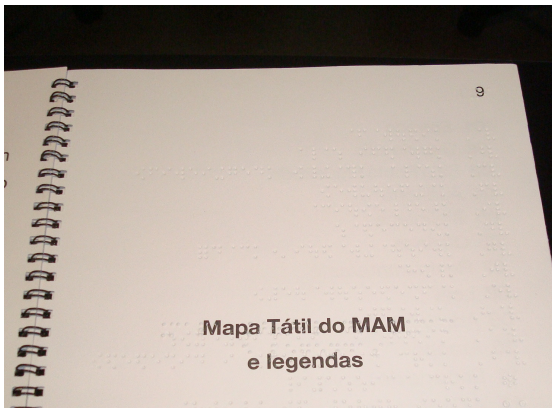


Figura 50 – Guia tátil disponível para pessoas com deficiência visual conhecerem o museu – parte histórica e mapa. Museu de Arte Moderna, São Paulo – SP.



Figura 51 – Totem instalado no saguão de edifício histórico, orientando sobre a disposição dos ambientes por pavimento. Sala São Paulo, São Paulo-SP.

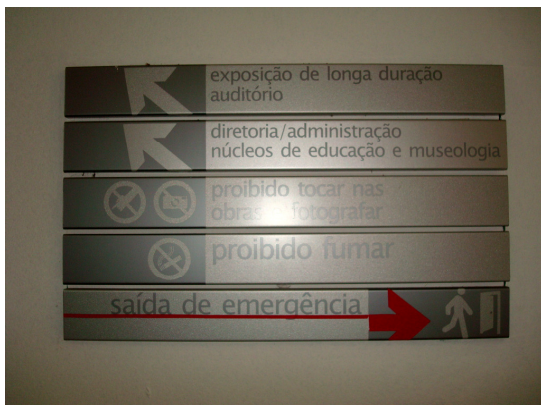


Figura 52 – Quadro instalado na parede com informações visuais. Museu Afro Brasil, São Paulo – SP.

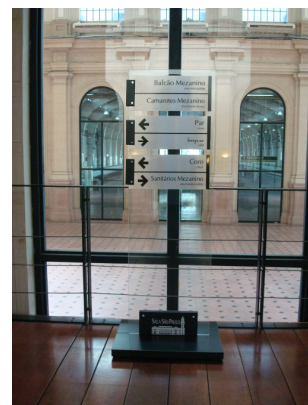


Figura 53 – Totem sobre o piso com informações visuais. Sala São Paulo, São Paulo – SP.



Figura 54 – Placas com informações visuais inseridas em duas paredes que formam um vão. Sala São Paulo, São Paulo – SP.



Figura 55 – Piso tátil alerta e direcional emborrachado, colado sobre o piso, aplicado em circulações horizontais. Pinacoteca do Estado, São Paulo-SP.



Figura 56 – Sinalização indicando saída de emergência fixada em parede sem valor histórico. Sala São Paulo, São Paulo – SP.



Figura 57 – Placa com informação tátil inserida no corrimão da escada. Disponível em: <http://www.seton.com.br/aanew/produtos/imgg/A455.jpg>. Acesso: 08/06/2009.

### 6.1.2 Soluções de Comunicação

Os problemas ligados ao componente comunicação atingem principalmente as pessoas com deficiência visual e auditiva.

As pessoas com deficiência visual, por exemplo, não enxergam se um alarme de incêndio é acionado somente de forma visual (iluminação) indicando a saída, devido à ausência de visão. Além disso, não conseguem compreender uma exposição de arte quando os quadros expostos só podem ser vistos e não tocados. Para isso, elas precisam detectar as informações através de outros sentidos, como o auditivo ou háptico, através das mãos. As soluções, para resolver esse problema, seriam instalar alarmes sonoros, inserir informações a respeito de saídas de emergência em corrimãos

ao longo de circulações horizontais e verticais e instalar, junto às mostras de arte, sistema de áudio-descrição.

Já uma pessoa surda-muda não escuta o som do alarme de incêndio. Ela ainda tem dificuldades para trocar informação, já que não escuta e nem fala. Desta forma, precisa receber informações visuais, como visualizar o alarme de incêndio quando algum tipo de iluminação for adotada e se comunicar com outras pessoas através da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Na aplicação dos métodos no estudo de caso, notou-se que a pessoa em cadeira de rodas e a mãe com carrinho de bebê também podem sofrer restrições em relação à comunicação quando, por exemplo, não está instalado equipamento para solicitar abertura de acesso alternativo e o acesso principal é feito através de escada.

Os exemplos a seguir evidenciam alternativas de soluções para os problemas acima citados.



Figura 58 – Funcionários dos edifícios públicos podem fazer treinamento de LIBRAS. Disponível em:

. Acesso: 08/06/2009.



Figura 59 – Sistema de áudio-descrição da exposição, onde existe uma marcação no piso onde a pessoa deve se posicionar, um botão de acionamento sobre o balcão e um microfone na parte superior. Museu da Língua Portuguesa, São Paulo-SP.



Figura 60 – Sistema de alarme sonoro e luminoso fixado no teto em gesso recém construído não afeta o patrimônio. Museu de Arte Moderna, São Paulo-SP.

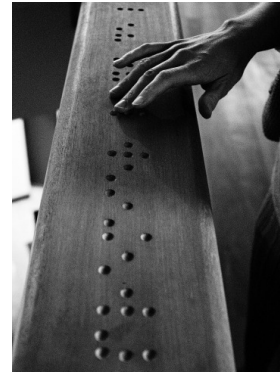


Figura 61 – Informação tátil em Braille inserida ao longo de um corrimão. Disponível em: <http://media.photobucket.com/image/braille%20corrimao/sealace/Braille.jpg>. Acesso: 08/06/2009.



Figura 62 – Instalação de botão de pânico junto à bacia sanitária para acionamento em caso de queda. Museu Iberê Camargo, Porto Alegre – RS.



Figura 63 – Informação a respeito da obra exposta em letra comum, com contraste figura/fundo e texto em Braille. Pinacoteca do Estado, São Paulo-SP.



Figura 64 – Galeria tátil na Pinacoteca do Estado, em São Paulo, onde as obras podem ser tocadas por pessoas cegas. Disponível em: <http://www.arcomodular.com.br/portugues/uploads/imagens/Imagem015a.jpg>. Acesso: 08/06/2009.



Figura 65 – Equipamento de áudio-descrição pode ser adotado na visita a galeria de arte. Disponível em: . Acesso: 08/06/2009.

### 6.1.3 Soluções de Deslocamento

Os problemas ligados ao componente deslocamento podem atingir todas as pessoas. As mais afetadas são as pessoas com deficiências físico-motoras.

As mães com carrinho de bebê e as pessoas em cadeiras de rodas, por exemplo, não conseguem entrar no edifício e acessar seu 2º pavimento, pois as circulações verticais são feitas através de escadas. Para isso, eles precisam utilizar outro meio de locomoção, como um elevador, uma plataforma elevatória ou uma rampa, que pode ser fixa ou móvel.

Os indivíduos com muletas sofrem risco de queda quando o piso é muito liso, sem textura, já que a superfície das muletas em contato com o piso liso resvala. A solução para este tipo de problema seria a adoção de piso revestido com material antiderrapante, bem como a inserção de faixas antiderrapantes nos degraus de escadas.

Os exemplos a seguir indicam alternativas de soluções para os problemas identificados nos estudos de caso.



Figura 66 – Rampa inserida no acesso alternativo à edificação. Santander Cultural, Porto Alegre, – RS.



Figura 67 – Rampa inserida no acesso alternativo à Estação da Luz com piso antiderrapante (chapa metálica rugosa). Estação da Luz, São Paulo-SP.



Figura 68 – Rampa inserida junto ao acesso principal, proporcionando que todas as pessoas cheguem ao mesmo patamar. Teatro Álvaro de Carvalho, Florianópolis – SC.



Figura 69 – Equipamento eletromecânico inserido na escada principal de acesso à edificação. Disponível em: [EH\\_EasyAccess\\_2004.pdf](#). Acesso: 08/06/2009



Figura 70 – Plataforma elevatória inserida junto à escada de acesso principal. Disponível em: [EH\\_EasyAccess\\_2004.pdf](#) . Acesso: 08/06/2009



Figura 71 – Rampa em madeira inserida junto da escada de acesso principal à edificação. Salamanca, Espanha. Foto: J. A. Junca Ubierna



Figura 72 – Equipamento eletromecânico de circulação vertical instalado junto ao corrimão da escada e faixa antiderrapante e cromodiferenciada nos degraus. Disponível em: <http://www.cmdetran.com.br/arquivos/Acessibilidade.JPG>. Acesso: 08/06/2009.



Figura 73 – Equipamento eletromecânico inserido na escada interna que liga os pavimentos e faixa antiderrapante e cromodiferenciada instalada nos degraus. Disponível em: [http://www.english-heritage.org.uk/uploadpdf/EH\\_EasyAccess\\_2004.pdf](http://www.english-heritage.org.uk/uploadpdf/EH_EasyAccess_2004.pdf). Acesso: 08/06/2009



Figura 74 – Plataforma elevatória inserida em escada. Disponível em: [http://www.specialcare.pt/images/p020\\_1\\_00.jpg](http://www.specialcare.pt/images/p020_1_00.jpg). Acesso: 08/06/2009.



Figura 75 – Cadeira elevatória inserida junto ao corrimão da escada principal. Fonte não localizada.



Figura 76 – Inserção de plataforma elevatória ao lado da escada principal, possibilitando uso de todos os indivíduos. Museu de Arte Moderna, São Paulo – SP.



Figura 77 – Caixa do elevador, em chapa metálica, identificando a intervenção. Pinacoteca do Estado, São Paulo – SP.

#### 6.1.4 Soluções de Uso

Os problemas ligados ao componente uso podem atingir todas as pessoas. As mais afetadas são as crianças, os idosos, as pessoas em cadeira de rodas, os cegos e os indivíduos com muletas.

As crianças e pessoas com baixa estatura, por exemplo, apesar de não terem deficiência podem ser restringidas de algumas atividades se um objeto estiver fora de seu alcance visual e das mãos.

O cego tem dificuldades ao subir as escadas. Devido à ausência de visão, ele utiliza outros sentidos para se orientar, como o auditivo e háptico. Neste caso a presença de corrimãos nas escadas resolveria o problema, bem como para uma pessoa idosa e um



indivíduo com muletas, que tem dificuldades de deslocamento e o corrimão seria um apoio seguro. Uma pessoa com baixa estatura também poderia usar o corrimão. Para isso, seria recomendado que ele tivesse diferentes alturas para atender todas as pessoas.

Já as pessoas em cadeiras de rodas sofrem problemas ao se aproximar de um balcão de atendimento ao público quando este é muito alto e não permite aproximação de cadeira de rodas. Outra grande dificuldade se dá ao usar o sanitário, que muitas vezes não apresenta as barras de apoio em seu interior para que o indivíduo faça sua transposição, de forma independente, da cadeira para a bacia.

Os exemplos a seguir evidenciam alternativas de soluções aos problemas citados.



Figura 78 – Inserção de corrimão em duas alturas e com cantos curvados no acesso alternativo à edificação. Santander Cultural, Porto Alegre – RS.



Figura 79 – Inserção de corrimão em duas alturas e com cantos curvados no acesso alternativo à Estação da Luz. Estação da Luz, São Paulo-SP.



Figura 80 – Espaço reservado para pessoas em cadeira de rodas junto ao mobiliário de espera. Terminal Rodoviário, São Paulo – SP.



Figura 81 – Balcão com diferentes alturas e espaço para aproximação de pessoas em cadeira de rodas e crianças. Terminal Rodoviário, São Paulo – SP.



Figura 82 – Equipamento disponível no saguão para uso de pessoas com dificuldade de locomoção. Estação Pinacoteca, São Paulo – SP.



Figura 83 – Instalação de terminais telefônicos em diferentes alturas e terminal telefônico para surdos. Pinacoteca do Estado, São Paulo-SP.



Figura 84 – Instalação de corrimão na parede adjacente da escada de forma contemporânea, identificando a intervenção. Pinacoteca do Estado, São Paulo – SP.



Figura 85 – Instalação de corrimão em duas alturas em material contemporâneo, destacado do contexto, nas paredes. Sala São Paulo, São Paulo – SP.



Figura 86 – Instalação de corrimão na parede adjacente da escada de forma contemporânea, identificando a intervenção. Sala São Paulo, São Paulo – SP.

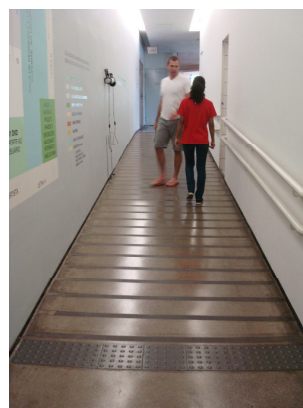


Figura 87 – Inserção de corrimão em duas alturas ao longo da rampa que liga os pavimentos. Museu de Arte Moderna, São Paulo – SP.



Figura 88 – Barras de apoio e disposição dos equipamentos permitem o uso do sanitário por pessoas com deficiências. Sala São Paulo, São Paulo – SP.






Figura 89 – Barras de apoio e disposição dos equipamentos permitem uso do sanitário por pessoas com deficiências. Iberê Camargo, Porto Alegre – RS.




## 6.2 Possíveis soluções aos problemas identificados nos estudos de caso

A partir dos problemas identificados no capítulo 5 e dos exemplos de soluções exemplificadas nas imagens do capítulo 6.1, foram organizados 24 quadros contextualizando essas soluções aos estudos de caso. Na primeira coluna apresenta-se o problema identificado e as pessoas que, na ausência de solução, são afetadas. Na segunda é indicado se o problema é abordado por alguma norma ou lei (ABNT NBR 9050/2004, ABNT NBR 9077/2001, ABNT NBR 13994/2000 e Decreto-Lei Federal 5296/2004) ou não e, quando abordado, o que a norma/lei recomenda. Na terceira coluna é apontado se a solução para o problema gera conflito com o patrimônio e o motivo pelo qual ele ocorre. Na quarta e última coluna são apresentadas as possíveis soluções para resolvê-lo, evitando conflitos com o patrimônio.



Seguem os quadros de cada um dos ambientes da edificação, divididos de acordo com os quatro componentes de acessibilidade.

PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO À ORIENTAÇÃO ESPACIAL				
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO	
<p>Não é possível identificar o edifício (nome e função) desde o passeio por qualquer pessoa</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não há referência em normas / leis para solucionar este tipo de problema</li> </ul>	<p>Edificações possuem novos usos em relação aos seus usos originais e a inserção de placas informativas nas fachadas tombadas, por exemplo, podem interromper ou encobrir seus elementos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ Inserir totens ou placas de sinalização nas calçadas, que identifiquem as edificações históricas e seus novos usos</li> <li>☺ Para atender aos deficientes visuais, as informações devem ser táteis (letra em relevo ou em Braille) e apresentar contraste de cor</li> </ul>	
<p>Não há informação tátil na calçada que permita a identificação por pessoas com restrição visual da localização do edifício e do percurso até seu acesso (linha-guia)</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não há referência em normas / leis para solucionar este tipo de problema</li> </ul>	<p>Piso existente da época (ex.: ladrilho hidráulico) forma o contexto em que as edificações históricas estão inseridas, sendo inviável a sua substituição por piso tátil</p> <p>Muitas vezes as calçadas de áreas históricas são estreitas, não possibilitando a instalação de diferentes pisos táteis</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ Instalar adesivos táteis (guia e alerta) nos passeios, sinalizando a presença de edificação histórica e auxiliando o deslocamento seguro de pessoas com restrições visuais até seu acesso, sem prejuízo ao patrimônio</li> </ul> <p>No caso estudado (Pelotas), todo o piso das calçadas que formam seu centro histórico - contexto em que as edificações estudadas se encontram - foi substituído por peças semelhantes, mas novas. Isso possibilitaria que fossem adotados pisos com texturas e cores contrastantes, com o intuito de facilitar o percurso de um cego ou pessoa com baixa visão</p>	
<p>Não existe sinalização de acesso alternativo para pessoas com deficiências ou dificuldade de locomoção</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não há referência em normas / leis para solucionar este tipo de problema</li> </ul>	<p>O acesso principal não pode ser modificado devido às suas características históricas e, ao implantar um acesso alternativo, este não foi sinalizado para não prejudicar a visualização das fachadas, que são tombadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ No acesso principal deve haver informação visual instruindo sobre a existência de acesso alternativo e indicando a sua localização na edificação</li> <li>☺ No acesso alternativo deve haver informação visual para sua fácil identificação</li> <li>☺ O acesso alternativo deve ser mantido aberto para que possa ser utilizado sempre que necessário</li> </ul>	



Quadro 47 – Áreas de Acesso à Edificação – Orientação Espacial

PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO À ORIENTAÇÃO ESPACIAL			
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO
<p>Não existe sinalização tátil alerta no início e no término da escada</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 5.14.1.2c da ABNT NBR 9050/2004 (p.31) - "A sinalização tátil de alerta deve ser instalada perpendicularmente ao sentido de deslocamento no início e término de escadas fixas, escadas rolantes e rampas, em cor contrastante com a do piso, com largura entre 0,25m a 0,60m, afastada de 0,32m no máximo do ponto onde ocorre a mudança do plano"</li> <li>▪ Previsto no item 5.13 da ABNT NBR 9050/2004 (p.29) - "Todo degrau ou escada deve ter sinalização visual na borda do piso, em cor contrastante com a do acabamento, medindo entre 0,02m e 0,03m de largura. Essa sinalização pode estar restrita à projeção dos corrimãos laterais, com no mínimo 0,20m de extensão"</li> </ul>	<p>O início se dá junto ao passeio, com piso de importância histórica (ex.: ladrilho hidráulico) e não pode ser modificado</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ Instalar adesivo tátil (alerta) no início e término das escadas</li> <li>☺ No caso de Pelotas, aos instalar os novos pisos, poderia-se utilizar cor e textura diferenciadas para transmitir essa informação</li> </ul>
<p>Não existe sinalização visual e tátil localizada na borda do piso dos degraus</p> 	<p>Escadas externas com revestimento dos degraus em material de valor histórico (ex.: mármore) vencem o desnível relativo ao porão alto, característica da arquitetura eclética</p>	<p>Escadas externas com revestimento dos degraus em material de valor histórico (ex.: mármore) vencem o desnível relativo ao porão alto, característica da arquitetura eclética</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ Inserir faixa antiderrapante com cor contrastante já que a maioria das escadas externas são feitas em mármore, material liso e derrapante e a sua instalação não interferirá no patrimônio pois se trata de um material reversível</li> </ul>
PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO À COMUNICAÇÃO			
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO
<p>Não existe campainha ou outro meio para solicitar abertura da porta no acesso alternativo</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não há referência em normas / leis para solucionar este tipo de problema</li> </ul>	<p>As fachadas das edificações são tombadas e isso dificulta a intervenção visando a inserção de equipamento para solicitar a abertura de acesso alternativo</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ Inserir, junto ao acesso principal, equipamento para solicitar abertura de acesso alternativo já que pessoas com limitações acabam sofrendo constrangimentos por necessitarem da ajuda de terceiros em atividades comuns e simples</li> </ul>




Quadro 48 – Áreas de Acesso à Edificação – Orientação Espacial e Comunicação

PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO AO DESLOCAMENTO			
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO
<p>Não existe rampa ou equipamento eletromecânico no acesso principal à edificação para vencer os degraus</p> 	<p>▪ Não há referência em normas / leis para solucionar este tipo de problema</p>	<p>O acesso principal não pode ser modificado devido às suas características históricas e a implantação de uma rampa ou equipamento eletromecânico, descaracterizaria sua fachada e prejudicaria a visualização das fachadas, que são tombadas</p>	<p>⊕ Inserir, junto ao acesso principal, uma rampa ou equipamento eletromecânico que atinja o mesmo patamar das escadas</p> <p>⊕ Inserir, junto ao corrimão das escadas, equipamento eletromecânico para possibilitar o acesso de pessoas com deficiências</p> <p>⊕ Quando não for possível intervir na fachada principal e houver a possibilidade de um acesso alternativo, priorizar que seja na lateral do edifício e não nos fundos, sendo de fácil identificação e uso de todos (para não segregar pessoas com deficiências)</p>
<p>O acesso principal é feito através de escadas, cujos degraus não possuem piso antiderrapante</p> 	<p>▪ Não há referência em normas / leis para solucionar este tipo de problema</p>	<p>Piso existente da época (ex.: mármore) reveste os degraus, sem inviável a sua substituição por piso antiderrapante - isso gera graves problemas já que, sendo o mármore liso, diversos casos de acidentes são relatados, especialmente com idosos e muletantes</p>	<p>⊕ Inserir faixas antiderrapantes nos degraus, que irão evitar acidentes e, sendo um material reversível, não afetará o patrimônio</p>

Quadro 49 – Áreas de Acesso à Edificação – Deslocamento




PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO AO USO			
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COMO A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO
<p>Não existem corrimãos instalados nos lados da escada</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 6.7.1.1 da ABNT NBR 9050/2004 (p.46) - "Os corrimãos devem ser instalados em ambos os lados dos degraus isolados, das escadas fixas e das rampas"</li> </ul>	<p>Piso e paredes que formam o contexto da escada de valor histórico (ex.: piso em mármore), sendo inviável a instalação de corrimão diretamente a eles</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ Instalar corrimãos presos na parede, sem comprometer o piso da escada, quando possível</li> <li>☺ Instalar corrimão no eixo central da escada, diretamente no piso, quando possível</li> <li>☺ O material de acabamento do corrimão deve ser diferenciado do contexto por meio da utilização de material de acabamento contemporâneo</li> </ul>
<p>As maçanetas das portas externas não são do tipo alavanca</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 6.9.2.3 da ABNT NBR 9050/2004 (p.51) - "As portas devem ter condições de serem abertas com um único movimento e suas maçanetas devem ser do tipo alavanca, instaladas a uma altura entre 0,90m e 1,10m"</li> </ul>	<p>As maçanetas são originais da edificação e estão preservadas, sendo inviável sua substituição por maçanetas do tipo alavanca</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ Manter as portas externas, que possuem maçanetas com características de valor histórico relevantes, sempre abertas durante o horário de atendimento/funcionamento público</li> <li>☺ No caso de Pelotas, as portas externas estão sempre abertas enquanto o setor/serviço está em funcionamento. Desta forma, evita estrangulamentos e não se faz necessária a substituição deste objeto</li> </ul>

Quadro 50 – Áreas de Acesso à Edificação – Uso




PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO À ORIENTAÇÃO ESPACIAL			
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO
<p>Não há piso tátil direcional que conduza o deficiente visual até o balcão de atendimento/ informação ou até um mapa (visual/tátil)</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não há referência em normas / leis para solucionar este tipo de problema</li> </ul>	<p>Piso dos ambientes é original e de preservação histórica, não pode ser substituído</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>⊕ Inserir piso tátil emborrachado, colado sobre o piso existente, de forma a não danificá-lo, fazendo uma adição que possa ser reversível</li> </ul>
<p>Não existe suporte informativo (mapas, quadros) visual e tátil que possibilite ao usuário localizar-se, identificar o local das diferentes atividades (compreendendo a disposição dos ambientes na edificação), das circulações verticais e das saídas de emergência, bem como definir rota para uso do edifício de forma independente</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto nos artigos 6 (p.2) e 26 (p.7) do Decreto 5296/2004, "o atendimento prioritário compreende tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas com deficiências" e "nas edificações de uso público ou de uso coletivo, é obrigatória a existência de sinalização visual e tátil para orientação de pessoas portadoras de deficiência auditiva e visual, em conformidade com as normas técnicas de acessibilidade da ABNT", respectivamente.</li> </ul>	<p>Os pisos e as paredes são preservados (ex.: em estuque ou com revestimento de escatola) e neles não podem ser afixados quadros</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>⊕ Inserir mapa visual e tátil no saguão do edifício e em pontos estratégicos dos demais pavimentos, com informações relevantes e de fácil compreensão, num suporte móvel (não fixado na parede/piso), em altura que permita a leitura tátil e a aproximação de cadeira de rodas, sem intervir no patrimônio</li> <li>⊕ Quando não for possível a instalação de mapas e quadros, é fundamental que um funcionário acompanhe a pessoa com algum tipo de deficiência durante sua visitação - neste caso, o indivíduo não tem independência</li> </ul>
<p>As circulações verticais (elevadores, escadas e rampas) não podem ser identificadas visualmente ou por informação adicional (placas indicativas) desde a porta de acesso ao edifício</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não há referência em normas / leis para solucionar este tipo de problema</li> </ul>	<p>O piso e as paredes são preservadas e neles não podem ser afixadas informações adicionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>⊕ Inserir informações visuais em paredes edificadas recentemente que sejam de fácil visualização ou suspensas pelo teto ou totens móveis sobre o piso</li> </ul>

Quadro 51 – Saguões, Salas de Recepção e Espera – Orientação Espacial





PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO À ORIENTAÇÃO ESPACIAL			
<p><b>PROBLEMAS IDENTIFICADOS</b></p> <p>Não há sinalização tátil no piso que permita a identificação do local de, pelo menos, uma circulação vertical para pessoa com restrição visual</p> 	<p><b>RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não há referência em normas / leis para solucionar este tipo de problema</li> </ul>	<p><b>ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO</b></p> <p>O piso e as paredes são originais e de preservação histórica e, por isso, não podem ser substituídos</p>	<p><b>SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>⊕ Inserir piso tátil emborrachado, colado sobre o piso existente, de forma a não danificá-lo, fazendo uma alteração que possa ser reversível</li> </ul>
PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO À COMUNICAÇÃO			
<p><b>PROBLEMAS IDENTIFICADOS</b></p> <p>Não existe atendimento especializado com intérpretes para pessoas com deficiências sensoriais (cegos e surdos)</p> 	<p><b>RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no artigo 6 (p.2) Decreto 5.296/2004 - "O tratamento diferenciado inclui serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comunicam em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento"</li> <li>▪ Não há referência em normas / leis para solucionar este tipo de problema</li> </ul>	<p><b>ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO</b></p>	<p><b>SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>⊕ Realizar treinamento dos funcionários para atenderem público diversificado</li> <li>⊕ Contratar guias-intérpretes capazes de atender pessoas surdocegas - desta forma, embora o indivíduo não possua independência, poderá conhecer e usar os serviços instalados nestas edificações históricas</li> <li>⊕ Instalar equipamento de tecnologia assistiva para que a comunicação de pessoa surda e/ou muda possa ocorrer sem constrangimentos</li> </ul>
<p>Não existe equipamento de tecnologia assistiva (terminal de computador) que permita a comunicação para o surdo e/ou mudo com os funcionários da recepção</p> 			

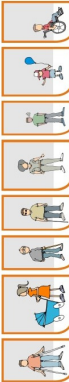
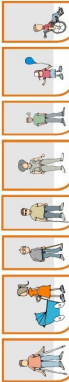

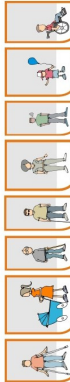
Quadro 52 – Saguões, Salas de Recepção e Espera – Orientação Espacial e Comunicação

PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO AO DESLOCAMENTO			
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO
<p>Os balcões de atendimento não estão instalados em rota acessível</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Previsto no item 9.5.1 da ABNT NBR 9050/2004 (p.93) - "Os balcões de vendas ou serviços devem ser acessíveis a P.C.R. (pessoa em cadeira de rodas), devendo estar localizados em rotas acessíveis".</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Deslocar os balcões para uma rota acessível, de fácil alcance e visualização</li> <li>Identificar sua localização através de piso tátil - para pessoas cegas</li> <li>Quando o acesso para pessoas com deficiências for feito por uma entrada secundária, instalar neste local um balcão de atendimento, em formato contemporâneo e que atenda qualquer pessoa, independente de suas capacidades e/ou limitações</li> </ul>
<p>Vão das portas menor que 0,80m (espaço mínimo livre de passagem)</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Previsto no item 6.9.2.1 da ABNT NBR 9050/2004 (p.51) - "As portas, inclusive de elevadores, devem ter um vão mínimo de 0,80m e altura mínima de 2,10m. Em portas de duas folhas, pelo menos uma delas deve ter vão livre de 0,80m".</li> </ul>	<p>Paredes que circundam o vão da porta de valor histórico; portas preservadas, em bom estado de conservação, que não devem ser alteradas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manter duas folhas das portas abertas, formando vão livre maior que 0,80m e evitando constrangimentos de pessoas obesas e/ou com alguma dificuldade de locomoção</li> </ul>
PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO AO USO			
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO
<p>Os balcões de atendimento não permitem aproximação frontal por cadeiras de rodas nem de pessoas de baixa estatura</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Previsto nos itens 9.5.2.1 e 9.5.2.2 da ABNT NBR 9050/2004 (p.93) - "Uma superfície do balcão, com extensão de no mínimo 0,90m, deve ter altura de no máximo 0,90m do piso. Deve ser garantido um M.R. (módulo de referência) posicionado para a aproximação frontal ao balcão" e "Quando for prevista a aproximação frontal, o balcão deve possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30m. Deve ser garantido um M.R., posicionado para a aproximação frontal ao balcão, podendo avançar sob o balcão até no máximo 0,30m.</li> </ul>	<p>Balcões de valor histórico (ex.: em madeira talhada) e, como são móveis antigos e trabalhados, precisam ser valorizados</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Na implantação de um balcão contemporâneo, procurar atender as indicações da norma, possibilitando a aproximação de qualquer pessoa em todos os pontos</li> <li>No caso de Pelotas, onde o balcão tem valor histórico, a solução é instruir os funcionários para que contornem o balcão e atendam pessoas de baixa estatura ou em cadeira de rodas diretamente ou em uma mesa que permita aproximação</li> </ul>



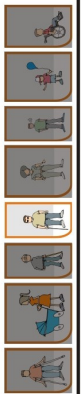
Quadro 53 – Saguões, Salas de Recepção e Espera – Deslocamento e Uso

PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO AO USO			
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO
<p>Não existe espaço reservado aos cadeirantes junto ao mobiliário de espera</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto nos itens 9.4.1 (p.93) e 8.2.1.3.1 (p.82) da ABNT NBR 9050/2004 - "Ao lado dos assentos fixos em rotas acessíveis deve ser garantido um M.R. (Módulo de referência), sem interferir na faixa livre de circulação" e "O espaço para P.C.R. (pessoa em cadeira de rodas) deve possuir as dimensões mínimas de 0,80m por 1,20m, acrescido de faixa de no mínimo 0,30m de largura, localizada na frente, atrás ou em ambas posições. Os espaços para P.C.R. devem estar deslocados 0,30m em relação à cadeira ao lado para que a pessoa em cadeira de rodas e seus acompanhantes fiquem na mesma direção. Quando os espaços para P.C.R. estiverem localizados em fileiras intermediárias, devem ser garantidas faixas de no mínimo 0,30m de largura atrás e na frente deles", respectivamente</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>© Atender as recomendações previstas na ABNT NBR 9050/2004</li> </ul>
<p>Bancos na área de espera em altura elevada para crianças de 4 anos</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não há referência em normas / leis para solucionar este tipo de problema</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>© Inserir bancos com diferentes alturas, já que muitas crianças, em idade escolar, visitam edificações históricas de uso público</li> </ul>




Quadro 54 – Saguões, Salas de Recepção e Espera – Uso

PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO À ORIENTAÇÃO ESPACIAL			
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO
<p>Não existe sinalização visual em forma de pictograma para indicar a localização dos sanitários, sanitários acessíveis e das circulações verticais (elevadores, escadas e rampas)</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto nos itens 5.4.4.1 e 5.4.4.2 da ABNT NBR 9050/2004 (p.20) - "Todos os sanitários devem ser sinalizados com o símbolo internacional de sanitário, de acordo com cada situação" e "Para os sanitários acessíveis, deve ser acrescentado, para cada situação, o símbolo internacional de acesso"</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>© Atender as recomendações previstas na ABNT NBR 9050/2004</li> </ul>
<p>Não existe identificação visual e tátil nas portas internas ou paredes adjacentes que indique o nome do setor/ambiente</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 5.10 da ABNT NBR 9050/2004 (p.28) - "Nas portas deve haver informação visual (número da sala, função, etc.) ocupando área entre 1,40m e 1,60m do piso, localizada no centro da porta ou na parede adjacente, ocupando área a uma distância do batente entre 15cm e 45cm. A sinalização tátil (em Braille ou em texto em relevo) deve ser instalada nos batentes ou vedo adjacente (parede, divisório ou painel), no lado onde estiver a maçaneta, a uma altura entre 0,90m e 1,10m"</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>© Atender as recomendações previstas na ABNT NBR 9050/2004</li> </ul>
<p>Não há indicação sonora e visual em saídas de emergência</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 5.15.1.3 da ABNT NBR 9050/2004 (p.38) - "Em saídas de emergência devem ser instalados alarmes sonoros e luminosos"</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>© Atender as recomendações previstas na ABNT NBR 9050/2004</li> </ul>
<p>Não existe suporte informativo (quadros) visual e tátil que possibilite ao usuário identificar a disposição dos ambientes, das circulações verticais e das saídas de emergência, bem como definir rota para uso do edifício de forma independente</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto nos artigos 6 (p.2) e 26 (p.7) do Decreto 5296/2004, "o atendimento prioritário compreende tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas com deficiências" e "nas edificações de uso público ou de uso coletivo, é obrigatória a existência de sinalização visual e tátil para orientação de pessoas portadoras de deficiência auditiva e visual, em conformidade com as normas técnicas de acessibilidade da ABNT", respectivamente.</li> </ul>	<p>Os pisos e as paredes são preservados (ex.: em estuque ou com revestimento de escaiola) e neles não podem ser afixados quadros</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>© Inserir quadros em paredes ou suspensos pelo teto ou móveis, sobre o piso com indicação da localização dos diferentes ambientes indicativos ao longo das circulações horizontais</li> </ul>



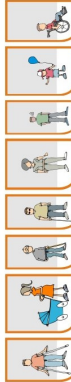
Quadro 55 – Circulações Horizontais – Orientação Espacial

PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO À COMUNICAÇÃO			
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO
<p>Não há sistema de alarme de incêndio simultaneamente sonoro e luminoso</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 5.2.3 da ABNT NBR 9050/2004 (p.17) - "Sinalização de Emergência: utilizada para indicar as rotas de fuga e saídas de emergência das edificações, dos espaços e do ambiente urbano, ou para alertar quanto a um perigo iminente"</li> </ul>	<p>Paredes preservadas devido a sua importância histórica (ex.: revestimento em escabola), impossibilitando a inserção de iluminação de emergência</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>⊗ Além de uma questão ligada à acessibilidade, a instalação de sinalização de emergência diz respeito à segurança de todos</li> <li>⊗ Instalar sistema sonoro e luminoso de emergência, simultaneamente, para atender pessoas com problemas de audição e visão, em paredes construídas recentemente e/ou sem valor histórico, ou pendente do teto, quando necessário</li> </ul>
PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO AO DESLOCAMENTO			
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO
<p>Os pisos dos corredores não são revestidos com material antiderrapante</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 6.1.1 da ABNT NBR 9050/2004 (p.39) - "Os pisos devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoque trepidação em dispositivos com rodas (cadeiras de rodas ou carrinhos de bebê)"</li> </ul>	<p>Os pisos são preservados (ex.: em ladrilho hidráulico) e não podem ser substituídos</p>	<p>Quando contemporâneo, atentar para a utilização de um material de revestimento que atenda a todos os requisitos sugeridos pela norma</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>⊗ No caso de Pelotas, a superfície dos pisos são firmes, estáveis e regulares, não atendendo somente ao quesito antiderrapante. Desta forma, acredita-se que evitar manter o piso úmido ou molhado já seria uma forma de controlar os acidentes, preservando seu valor histórico</li> </ul>
<p>Não há faixas de piso em cor e textura diferenciada guiando os usuários com restrição visual em circulações muito amplas</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 6.1.3 da ABNT NBR 9050/2004 (p.39) - "Piso tátil direcional - este piso deve ser utilizado quando da ausência ou descontinuidade de linha-guia identificável, como guia de caminhar em ambientes internos ou externos, ou quando houver caminhos preferenciais de circulação"</li> </ul>	<p>Piso dos ambientes é original e de preservação histórica, não pode ser substituído</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>⊗ Inserir piso tátil direcional emborrachado, colado sobre o piso existente, de forma a não danificá-lo, fazendo uma adição que possa ser reversível</li> </ul>



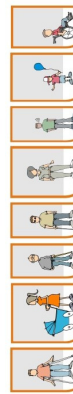
Quadro 56 – Circulações Horizontais – Comunicação e Deslocamento

PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO AO DESLOCAMENTO			
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO
<p>Não há rampas em desníveis maiores que 1,5 cm nas circulações internas</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 6.1.4 da ABNT NBR 9050/2004 (p.39) - "Desníveis de qualquer natureza devem ser evitados em rotas acessíveis. Eventuais desníveis no piso de até 5mm não demandam tratamento especial. Desníveis superiores a 5mm até 15mm devem ser tratados em forma de rampa, com inclinação máxima de 1:2 (50%). Desníveis superiores a 15mm devem ser considerados como degraus e ser sinalizados"</li> <li>▪ Previsto no item 6.2.1 da ABNT NBR 9050/2004 (p.40) - "Nas edificações e equipamentos urbanos todas as entradas devem ser acessíveis, bem como as rotas de interligação às principais funções do edifício"</li> </ul>	<p>Piso dos ambientes é original e de preservação histórica, não pode ser substituído</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>⊕ Inserir faixa cromodiferenciada na borda do degrau, identificando a diferença de níveis, fazendo uma adição que possa ser reversível</li> <li>⊕ Em rotas acessíveis, inserir uma rampa móvel, em material diferente do que forma o piso original (ex.: madeira), que possa ser inserida e retirada, conforme horário de funcionamento da repartição</li> </ul>
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO
<p>Obstáculos temporários na circulação não permitem que o usuário em cadeira de rodas chegue ao banheiro</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 6.2.1 da ABNT NBR 9050/2004 (p.40) - "Nas edificações e equipamentos urbanos todas as entradas devem ser acessíveis, bem como as rotas de interligação às principais funções do edifício"</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>⊕ Desobstruir ambientes que formam rotas de interligação às principais funções do edifício, como o banheiro</li> </ul>
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO
<p>As maçanetas das portas internas são de "girar", de difícil manuseio</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 6.9.2.3 (p.51) da ABNT NBR 9050/2004 - "As portas devem ter condições de serem abertas com um único movimento e suas maçanetas devem ser do tipo alavanca, instaladas a uma altura entre 0,90m e 1,10m"</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>⊕ Substituir as maçanetas existentes, sem valor histórico, pelas maçanetas sugeridas pela ABNT NBR 9050/2004</li> </ul>

Quadro 57 – Circulações Horizontais – Deslocamento e Uso

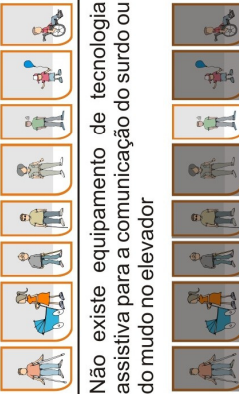


PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO À ORIENTAÇÃO ESPACIAL				
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO	
<p>Não existe sinalização tátil no piso no início e no término de escadas, elevadores e rampas</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Previsto nos itens 5.14.1.2c e 5.14.1.2d da ABNT NBR 9050/2004 (p.31) - "A sinalização tátil de alerta deve ser instalada perpendicularmente ao sentido de deslocamento no início e término de escadas fixas, escadas rolantes e rampas, em cor contrastante com a do piso, com largura entre 0,25m a 0,60m, afastada de 0,32m no máximo do ponto onde ocorre a mudança do plano" e "junto às portas dos elevadores, em cor contrastante com a do piso, com largura entre 0,25m a 0,60m, afastada de 0,32m no máximo da alvenaria"</li> </ul>	<p>O piso é original e de preservação histórica e, por isso, não podem ser substituídos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inserir piso tátil emborrachado, colado sobre o piso existente, de forma a não danificá-lo, fazendo uma alteração que possa ser reversível</li> <li>No caso de Pelotas, como a rampa faz parte de uma intervenção recente, através do Programa Monumenta, não afetaria ao patrimônio a utilização de piso tátil alerta em seu início e término</li> </ul>	
<p>Não há marcação em Braille abaixo da identificação de cada pavimento no interior do elevador</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Previsto nos itens 5.1.16.2 e 5.1.16.3 da ABNT NBR 13.994/2000 (p.8) - "A marcação braille de identificação do pavimento deve ser colocada imediatamente abaixo da designação do pavimento" e "Estas marcações podem ser em placas gravadas e permanentemente fixadas", respectivamente</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Atender as recomendações previstas na ABNT NBR 13.994/2000</li> </ul>	
<p>Não existe identificação do pavimento afixada na saída do elevador, no lado externo da cabine</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Previsto nos itens 5.1.16.1, 5.1.16.2 e 5.1.16.3 da ABNT NBR 13.994/2000 (p.8) - "A identificação do pavimento deve ser afixada em ambos os lados dos batentes das portas, na altura da botteira de pavimento, em todos os pavimentos, e ser visível a partir do interior da cabina e do acesso. As marcações devem formar um contraste com o fundo e ter dimensões mínimas de 50 mm em alto ou baixo relevo de 0,8 mm", "A marcação braille de identificação do pavimento deve ser colocada imediatamente abaixo da designação do pavimento" e "Estas marcações podem ser em placas gravadas e permanentemente fixadas"</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Atender as recomendações previstas na ABNT NBR 13.994/2000</li> </ul>	

Quadro 58 – Circulações Verticais – Orientação Espacial





PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO À ORIENTAÇÃO ESPACIAL			
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO
<p>Não soa anúncio verbal no interior da cabine a cada parada do elevador</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 5.1.9.3 da ABNT NBR 13.994/2000 (p.11) - "Para todos os pavimentos servidos, a cada parada da cabine deve soar automaticamente um anúncio verbal"</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Ⓞ Atender as recomendações previstas na ABNT NBR 13.994/2000</li> </ul>
<p>Não existe sistema de iluminação de emergência instalado no corpo da escada, patamares e hall</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 4.13.1 da ABNT NBR 9077/2001 (p.23) - "As rotas de saída devem ter iluminação natural/ou artificial em nível suficiente, de acordo com a NBR 5413. Mesmo nos casos de edificações destinadas a uso unicamente durante o dia, é indispensável a iluminação artificial noturna"</li> </ul>	<p>Paredes preservadas devido a sua importância histórica (ex.: revestimento em escafoia), impossibilitando a inserção de iluminação de emergência</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ⓞ Além de uma questão ligada à acessibilidade, a instalação de iluminação de emergência diz respeito à segurança de todos e das obras expostas em galerias de arte e museus</li> <li>Ⓞ Instalar sistema de iluminação de emergência em paredes construídas recentemente e/ou sem valor histórico, ou pendente do teto, quando necessário</li> </ul>
<p>Não existe sinalização para abandono do local (placas indicando saídas) nas escadas e rampas</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto nos itens 4.13.3.1a (p.24) e 4.6.2.8 (p.8) da ABNT NBR 9077/2001 (p.24) - "A sinalização de saída é obrigatória nos acessos e descargas das escadas de emergência em geral, em prédios não-residenciais" e "As exigências de sinalização, iluminação, ausência de obstáculos, e outros, dos acessos aplicam-se, com as devidas alterações, às rampas."</li> </ul>	<p>Paredes preservadas devido a sua importância histórica (ex.: revestimento em escafoia), impossibilitando a inserção de placas de sinalização para abandono do local</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ⓞ Além de uma questão ligada à acessibilidade, a instalação de placas de sinalização para abandono do local diz respeito à segurança de todos e das obras expostas em galerias de arte e museus</li> <li>Ⓞ Para os videntes, as placas podem ser afixadas em paredes sem valor histórico ou pendentes do teto</li> <li>Ⓞ Para os cegos, a indicação de abandono de local pode estar em braille no corrimão, sem alterar a visualização dos aspectos históricos da edificação</li> </ul>

Quadro 59 – Circulações Verticais – Orientação Espacial







PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO À COMUNICAÇÃO			
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO
<p>Não existe um meio de comunicação de duas vias instalado dentro e fora do elevador</p>  <p>Não existe equipamento de tecnologia assistiva para a comunicação do surdo ou do mudo no elevador</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não há referência em normas / leis para solucionar este tipo de problema</li> <li>▪ Não há referência em normas / leis para solucionar este tipo de problema</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>⊕ Como o elevador faz parte de intervenção recente, poderia ser instalado dentro e fora da cabina um meio de comunicação de duas vias</li> <li>⊕ Como o elevador faz parte de intervenção recente, poderia nele ser instalado equipamento de tecnologia assistiva</li> </ul>
PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO AO DESLOCAMENTO			
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO
<p>Não há equipamento eletromecânico de circulação vertical (plataformas, elevadores) no edifício</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não há referência em normas / leis para solucionar este tipo de problema</li> </ul>	<p>Os pisos, as paredes, as escadas são preservados devido ao seu valor histórico (ex.: em ladrilho hidráulico) e não podem ser substituídos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>⊕ Instalar equipamento eletromecânico de circulação vertical no edifício, sempre que possível, junto às demais circulações verticais (escadas)</li> <li>⊕ Quando existirem elementos históricos importantes no contexto que forma as circulações verticais (ex.: paredes em estuque), estudar o local para instalação de equipamento eletromecânico que não interfira nas características do prédio, identificando e sinalizando o percurso para que qualquer pessoa chegue até ele de forma independente</li> <li>⊕ Quando existir acesso alternativo para pessoas com deficiências pela lateral ou fundos da edificação, instalar equipamento eletromecânico próximo a este acesso, formando uma rota acessível da rua ao interior do prédio</li> </ul>





Quadro 60 – Circulações Verticais – Comunicação e Deslocamento

PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO AO DESLOCAMENTO			
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COMO APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO
<p>O elevador destinado às pessoas com deficiências não está situado em rota acessível</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 5.1.1.1 da ABNT NBR 13994/2000 (p.3) - "Os elevadores novos para o uso da pessoa portadora de deficiência devem situar-se em locais acessíveis a pessoa portadora de deficiência"</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ Inserir piso tátil direcional e alerta e placas indicativas orientando todas as pessoas da existência de um elevador e a sua localização</li> </ul>
<p>O primeiro e o último degraus do lance de escadas não estão a uma distância de 30 cm da área de circulação</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 6.6.4.4 da ABNT NBR 9050/2004 (p.45) - "O primeiro e o último degraus de um lance de escada devem distar no mínimo 0,30m da área de circulação adjacente e devem estar sinalizados"</li> </ul>	<p>Piso da circulação e escada originais, de valor histórico, que não podem ser substituídos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ Como se trata de uma edificação construída no passado, não há necessidade de mudanças em nível projetual</li> <li>☺ Inserir piso tátil alerta e cromodiferenciado para indicar o início e o término das escadas</li> </ul>
<p>O lance contínuo das escadas é de mais de 19 degraus, que são estreitos (sua largura é inferior ao sugerido pela norma de acessibilidade)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto nos itens 6.6.3 da ABNT NBR 9050/2004 (p.45) - "As dimensões dos pisos e espelhos devem ser constantes em toda a escada, sendo que os pisos devem ter entre 0,28m e 0,32m"</li> </ul>	<p>Escada original, com piso preservado (ex.: mármore), que não pode ser alterada</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ Inserir informação visual, no início do lance de degraus, informando que a escada é contínua, o que a torna cansativa</li> <li>☺ Indicar outra forma de acesso aos demais pavimentos para pessoas que necessitarem</li> </ul>
PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO AO USO			
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COMO APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO
<p>Os botões de chamada (exterior da cabina do elevador) não estão em altura entre 90 cm e 1,10 m</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 5.2.14.1 da ABNT NBR 13994/2000 (p.12) - "A altura da linha de centro horizontal dos botões deve estar entre 900 mm e 1 100 mm. O botão designativo da subida deve ficar em cima"</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ Atender as recomendações previstas na ABNT NBR 13994/2000</li> </ul>
<p>Não há marcação em Braille correspondente ao lado esquerdo de cada botão de comando no elevador</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 5.1.8.3 da ABNT NBR 13994/2000 (p.5) - "As identificações dos comandos devem estar preferivelmente localizadas ao lado esquerdo do botão correspondente e devem ter cor contrastando com o fundo. Os caracteres devem ter uma altura mínima de 16 mm e ser em alto ou baixo relevo de 0,8 mm no mínimo"</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ Atender as recomendações previstas na ABNT NBR 13994/2000</li> </ul>



Quadro 61 – Circulações Verticais – Deslocamento e Uso

PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO AO USO			
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO
<p>Os comandos de emergência não estão agrupados na parte inferior da botoeira da cabina do elevador</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 5.2.8.4 da ABNT NBR 13994/2000 (p.11) - "Os comandos de emergência devem estar agrupados na parte inferior da botoeira da cabina. No caso de botoeiras horizontais, devem estar à esquerda"</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ Atender as recomendações previstas na ABNT NBR 13994/2000</li> </ul>
<p>Não há corrimão (barras) afixados nas laterais e no fundo da cabina do elevador</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 5.2.12 da ABNT NBR 13994/2000 (p.12) - "Na cabina deve haver um corrimão de superfície lisa e não deslizante, fixado nos painéis laterais e no de fundo, de modo que a parte superior esteja a uma altura entre 890 mm e 900 mm do piso acabado, com espaço livre entre o painel da cabina e o corrimão de 40 mm, com tolerância de <math>\pm 2</math> mm"</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ Atender as recomendações previstas na ABNT NBR 13994/2000</li> </ul>
<p>Não há iluminação de emergência no interior da cabina do elevador</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não há referência em normas / leis para solucionar este tipo de problema</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ Inserir iluminação de emergência no interior da cabina do elevador</li> </ul>
<p>Os corrimãos da escada principal estão instalados somente em uma altura, que é aceitável em relação à altura ideal, porém são inexistentes na escada de serviço</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 6.7.1 da ABNT NBR 9050/2004 (p.46) - "Os corrimãos devem ser instalados em ambos os lados dos degraus isolados, das escadas fixas e das rampas"</li> </ul>	<p>Paredes que formam o contexto da escada de valor histórico (ex.: revestimento da parede em escatola), sendo inviável a instalação de corrimão diretamente a eles; corrimão também é original, preservado</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ Em escadas principais, onde os corrimãos são originais e de preservação histórica, mesmo que instalados em somente um dos lados, estes devem ser preservados</li> <li>☺ Inserir corrimãos em escadas principais que não apresentem, identificando a intervenção em relação ao contexto</li> <li>☺ Instalar corrimãos em escadas de serviço sem representatividade histórica, atendendo as recomendações da ABNT NBR 9050/2004</li> </ul>





Quadro 62 – Circulações Verticais – Uso

PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO AO USO			
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO
<p>Os corrimãos da escada principal não possuem prolongamento mínimo de 30 cm antes do início e após o término da escada</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 6.7.1.4 da ABNT NBR 9050/2004 (p.46) - "Os corrimãos laterais devem prolongar-se pelo menos 30cm antes do início após o término da rampa ou escada, sem interferir com áreas de circulação ou prejudicar a vazão. Em edificações existentes, onde for impraticável promover o prolongamento do corrimão no sentido do caminharmento, este pode ser feito ao longo da área de circulação ou fixado na parede adjacente"</li> </ul>	<p>Parades que formam o contexto da escada de valor histórico (ex.: revestimento da parede em escadota), sendo inviável a instalação de corrimão diretamente a eles; corrimão também é original, preservado</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ Quando existente e preservado como originalmente, manter o corrimão, sem alterá-lo</li> <li>☺ Ao inserir um corrimão novo em um contexto histórico, devido a sua inexistência, adotar as recomendações previstas em norma e evidenciar a intervenção</li> </ul>
<p>O guarda-corpo da escada não possui altura mínima de 1,05 m</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 6.7.2 da ABNT NBR 9050/2004 (p.48) - "As escadas e rampas que não forem isoladas das áreas adjacentes por paredes devem dispor de guarda-corpo associado ao corrimão e atender ao disposto na ABNT NBR 9070/2001"</li> </ul>	<p>Guarda-corpo de valor histórico, em harmonia com a escada, também preservada</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ Quando existente e preservado como originalmente, manter o guarda-corpo, sem alterá-lo</li> <li>☺ Ao inserir guarda-corpo novo em um contexto histórico, devido a sua inexistência, adotar as recomendações previstas em norma e evidenciar a intervenção</li> </ul>
<p>Os corrimãos não possuem prolongamento no início e término da rampa</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 6.7.1.4 da ABNT NBR 9050/2004 (p.46) - "Os corrimãos laterais devem prolongar-se pelo menos 30cm antes do início após o término da rampa ou escada, sem interferir com áreas de circulação ou prejudicar a vazão. Em edificações existentes, onde for impraticável promover o prolongamento do corrimão no sentido do caminharmento, este pode ser feito ao longo da área de circulação ou fixado na parede adjacente"</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ Atender as recomendações previstas na ABNT NBR 9050/2004</li> </ul>
<p>Os corrimãos da rampa não são contínuos e não possuem extremidades recurvadas</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 6.7.1.5 da ABNT NBR 9050/2004 (p.48) - "As extremidades dos corrimãos devem ter acabamento recurvado, ser fixadas ou justapostas à parede ou piso, ou ainda ter desenho contínuo, sem protuberâncias"</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ Atender as recomendações previstas na ABNT NBR 9050/2004</li> </ul>






Quadro 63 – Circulações Verticais – Uso

PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO À ORIENTAÇÃO ESPACIAL			
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO
<p>Não há identificação do tipo de sanitário (feminino, masculino, familiar, unissex) e nem identificação do sanitário adaptado com símbolo internacional de acesso afixado em local visível ao público</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto nos itens 5.4.4.1 (p.20), 5.4.4.2 (p.20), 5.4.1.2 (p.18) e 5.4.1.3 (p.18) da ABNT NBR 9050/2004 - "Todos os sanitários devem ser sinalizados com o símbolo internacional de sanitário, de acordo com cada situação" e "Para os sanitários acessíveis, deve ser acrescido, para cada situação, o símbolo internacional de acesso". "O símbolo internacional de acesso deve indicar a acessibilidade aos serviços e identificar espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos onde existem elementos acessíveis ou utilizáveis por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida" e "Esta sinalização deve ser afixada em local visível ao público", respectivamente</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>ⓐ Atender as recomendações previstas na ABNT NBR 9050/2004</li> <li>ⓑ Para abranger as pessoas cegas, inserir a sinalização tátil (em Braille ou texto em relevo) instalada nos batentes ou parede adjacente, no lado onde estiver a maçaneta, como previsto no item 5.10 da ABNT NBR 9050/2004 (p.28)</li> </ul>
PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO À COMUNICAÇÃO			
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO
<p>Não há sinalização de emergência ao lado da bacia sanitária para acionamento em caso de queda</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 7.2.1 da ABNT NBR 9050/2004 (p.64) - "Em sanitários acessíveis isolados é necessária a instalação de dispositivo de sinalização de emergência ao lado da bacia e do boxe do chuveiro, a uma altura de 400mm do piso acabado, para acionamento em caso de queda"</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>ⓐ Quando o sanitário acessível for isolado, instalar sistema de sinalização de emergência ao lado da bacia e, se for o caso, ao lado do boxe do chuveiro, para acionamento em caso de queda</li> <li>ⓑ No caso de Pelotas, em que o sanitário acessível encontra-se junto aos demais, não é necessária a instalação deste dispositivo</li> </ul>






Quadro 64 – Sanitários – Orientação Espacial e Comunicação

PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO AO DESLOCAMENTO			
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO
<p>O sanitário não está localizado em rota acessível, próximo à circulação principal</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 7.2.1 da ABNT NBR 9050/2004 (p.64) - "Os sanitários e vestiários devem localizar-se em rotas acessíveis, próximos à circulação principal, preferencialmente próximo ou integrados às demais instalações sanitárias, e ser devidamente sinalizados"</li> </ul>	<p>Tratam-se de edificações históricas, construídas para abrigarem, muitas vezes, usos diferentes dos que atendem nos dias atuais e como apresentam diversos elementos importantes, como paredes (estruque; escatola) e piso (ladrilho hidráulico; mármore), torna-se difícil instalar novos banheiros</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>⊕ Inserir placas de sinalização, indicando o percurso para que se chegue até o banheiro</li> <li>⊕ Inserir pisos táteis que orientem pessoas com deficiência visual até o banheiro</li> </ul>
<p>A porta do sanitário e do boxe para bacia sanitária não tem vão livre mínimo de 80cm e não abre para fora</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 6.9.2.1 da ABNT NBR 9050/2004 (p.51) - "As portas, inclusive de elevadores, devem ter um vão livre mínimo de 0,80m e altura mínima de 2,10m. Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter o vão livre de 0,80m"</li> </ul>	<p>Paredes que circundam o vão da porta de valor histórico; porta de acesso ao sanitário de duas folhas, onde somente uma fica aberta, em bom estado de conservação, que não deve ser alterada</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>⊕ Manter as duas folhas da porta externa do banheiro sempre abertas, formando um vão livre maior que 0,80m</li> <li>⊕ As portas internas, de material contemporâneo, devem ser substituídas para que não haja estrangulamentos no espaço, possibilitando um vão livre de 0,80m</li> </ul>
<p>O desnível máximo nas soleiras das portas não é de 0,5 cm de altura - existe um degrau para entrar no sanitário, que não está sinalizado</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 6.1.4 da ABNT NBR 9050/2004 (p.39) - "Desníveis de qualquer natureza devem ser evitados em rotas acessíveis. Eventuais desníveis no piso de até 5mm não demandam tratamento especial. Desníveis superiores a 5mm até 15mm devem ser tratados em forma de rampa, com inclinação máxima de 1:2 (50%). Desníveis superiores a 15mm devem ser considerados como degraus e ser sinalizados"</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>⊕ Nivelar piso do interior do sanitário, o qual não possui nenhum elemento de valor histórico, com o nível do pavimento, tornando-o acessível a todas as pessoas e evitando acidentes</li> </ul>
<p>O piso do banheiro não tem revestimento e não é nivelado</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 6.1.1 da ABNT NBR 9050/2004 (p.39) - "Os pisos devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoque trepidação em dispositivos com rodas (cadeiras de rodas ou carrinhos de bebê)"</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>⊕ Atender as recomendações previstas na ABNT NBR 9050/2004</li> </ul>

Quadro 65 – Sanitários – Deslocamento



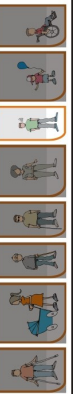

PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO AO USO				
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COMO APLICAÇÃO DE NORMA/LEI/ MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO	
<p>Não existe um conjunto de sanitários feminino e masculino acessíveis às pessoas com restrições</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 7.2.2 da ABNT NBR 9050/2004 (p.64) - "Os sanitários e vestiários de uso comum ou uso público devem ter no mínimo 5% do total de cada peça instalada acessível, respeitada no mínimo um de cada. Quando houver divisão por sexo, as peças devem ser consideradas separadamente para efeito de cálculo. Recomenda-se a instalação de uma bacia infantil para uso de crianças e de pessoas com baixa estatura"</li> </ul>	<p>Espaços originalmente destinados aos banheiros nos edifícios muitas vezes condicionam a inserção dos equipamentos e impossibilitam a inserção de mais de um sanitário acessível</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ⓞ Sempre que possível, implantar um conjunto de sanitários masculino e feminino acessíveis</li> <li>Ⓞ Quando isso não for possível, instalar pelo menos um sanitário acessível, isolado dos demais, no pavimento de maior fluxo, com indicação visual do gênero familiar ou unissex</li> <li>Ⓞ Seria interessante inserir uma bacia infantil para uso de crianças e de pessoas com baixa estatura em cada conjunto de sanitários</li> </ul>	
<p>A porta do boxe para bacia sanitária não tem puxador horizontal para facilitar seu fechamento</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 6.9.2.3 da ABNT NBR 9050/2004 (p.51) - "As portas de sanitários, vestiários e quartos acessíveis em locais de hospedagem e de saúde devem ter um puxador horizontal associado à maçaneta. Deve estar localizado a uma distância de 10cm da face onde se encontra a dobradiça e com comprimento igual à metade da largura da porta"</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Ⓞ Atender as recomendações previstas na ABNT NBR 9050/2004</li> </ul>	
<p>As torneiras dos lavatórios não são do tipo alavanca ou com sensor eletrônico</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 7.3.6.3 da ABNT NBR 9050/2004 (p.74) - "As torneiras de lavatórios devem ser acionadas por alavanca, sensor eletrônico ou dispositivos equivalentes. Quando forem utilizados misturadores, estes devem ser preferencialmente monocomando"</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Ⓞ Atender as recomendações previstas na ABNT NBR 9050/2004</li> </ul>	
<p>Não há barras de apoio fixadas nas paredes laterais e de fundo da bacia sanitária</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 7.3.1.2a da ABNT NBR 9050/2004 (p.67) - "Junto à bacia sanitária, na lateral e no fundo, devem ser colocadas barras horizontais para apoio, com comprimento mínimo de 0,80m, 0,75m de altura do piso acabado"</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Ⓞ Atender as recomendações previstas na ABNT NBR 9050/2004</li> </ul>	
<p>A distribuição de aparelhos e peças nos banheiros não permite a utilização por um usuário em cadeira de rodas</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto nos itens 7.3.1.1 (p.65) e 7.3.3.1 (p.70) da ABNT NBR 9050/2004 - "Para instalação de bacias sanitárias devem ser previstas áreas de transferência lateral, perpendicular e diagonal" e "Os boxes para bacia sanitária devem garantir as áreas para transferência diagonal, lateral e perpendicular, bem como área de manobra para rotação de 180°"</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Ⓞ Atender as recomendações previstas na ABNT NBR 9050/2004</li> </ul>	

Quadro 66 – Sanitários – Uso




PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO À ORIENTAÇÃO ESPACIAL				
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO	
<p>Não existem sites na WEB acessíveis às pessoas com restrição auditiva e visual, com informações sobre a localização, as atividades e a programação do ambiente</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não há referência em normas / leis para solucionar este tipo de problema</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ Criar sites na WEB acessíveis às pessoas com deficiências</li> <li>☺ Nos casos em que não é possível/viável a visita, esta seria uma alternativa para todos tivessem acesso ao museu e galeria de arte, sem interferir no patrimônio</li> </ul>	
<p>Não há faixas de piso de em cor e textura diferenciadas guiando os usuários em circulações muito amplas</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não há referência em normas / leis para solucionar este tipo de problema</li> </ul>	<p>Piso dos ambientes é original e de preservação histórica, não pode ser substituído</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ Inserir faixas com cor e textura diferenciadas, sobre o piso existente, com a opção de remoção, sem prejuízo ao patrimônio, quando necessário</li> </ul>	
<p>Não existe sistema de áudio descrição sobre as exposições, que permita a informação e orientação de pessoas com restrição visual</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 5.7.5 da ABNT NBR 9050/2004 (p.28) - "Nas salas de espetáculos, os equipamentos de informações sonoras e sistemas de tradução simultânea, quando houver, devem permitir o controle individual de volume e possuir recursos para evitar interferências"</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ Atender as recomendações previstas na ABNT NBR 9050/2004</li> </ul>	
<p>Não existem títulos, textos explicativos ou similares em todas as obras expostas</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não há referência em normas / leis para solucionar este tipo de problema</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ Inserir textos explicativos, em texto (cor e fundo contrastantes) e Braille, em todas as obras expostas</li> <li>☺ No caso de Pelotas, como são mostras temporárias e/ou recentes, não há nada que comprometa o patrimônio ao inserir textos explicativos</li> </ul>	
<p>Os títulos, os textos explicativos ou similares não são legíveis e não estão dentro do alcance visual de pessoas de pessoas com baixa estatura e de usuários de cadeira de rodas</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 8.2.2.1 da ABNT NBR 9050/2004 (p.84) - "Os elementos expositos, títulos e textos explicativos, documentos ou similares devem atender a 4.7 - parâmetros visuais"</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ Atender as recomendações previstas na ABNT NBR 9050/2004</li> </ul>	

Quadro 67 – Museu e Galeria de Arte – Orientação Espacial



PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO À ORIENTAÇÃO ESPACIAL			
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO
<p>Não existem textos explicativos em Braille de cada objeto exposto, para a compreensão de pessoa com restrição visual</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 8.2.2.2 da ABNT NBR 9050/2004 (p.84) - "Os títulos, textos explicativos ou similares devem também estar em Braille"</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ Atender as recomendações previstas na ABNT NBR 9050/2004</li> </ul>
<p>Não existe sinalização tátil no piso indicando a localização das obras em exposição</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não há referência em normas / leis para solucionar este tipo de problema</li> </ul>	<p>Piso dos ambientes é original e de preservação histórica, não pode ser substituído</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ Inserir piso tátil emborrachado, colado sobre o piso existente, de forma a não danificá-lo, identificando o percurso (piso guia) e a localização das obras expostas (piso alerta)</li> </ul>
PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO À COMUNICAÇÃO			
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO
<p>Não existem dispositivos de tecnologia assistiva para atender as pessoas com restrição visual e auditiva</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 8.2.1.6 da ABNT NBR 9050/2004 (p.83) - "Devem ser disponibilizados dispositivos de tecnologia assistiva para atender no palco as pessoas com deficiência visual e pessoas com deficiência auditiva"</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ Atender as recomendações da ABNT NBR 9050/2004</li> </ul>
<p>Não existe serviço de atendimento para pessoas com restrição auditiva, prestado por pessoas capacitadas (intérprete de LIBRAS)</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no artigo 6 (p.2) Decreto 5.296/2004 - "O tratamento diferenciado inclui serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comunicam em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento"</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>☺ Realizar treinamento dos funcionários para atenderem público diversificado</li> <li>☺ Contratar guias-intérpretes capazes de atender pessoas surdocegas - desta forma, embora o indivíduo não possua independência, poderá conhecer e usar os serviços instalados nestas edificações históricas</li> </ul>

Quadro 68 – Museu e Galeria de Arte – Orientação Espacial e Comunicação

PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO AO DESLOCAMENTO			
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO
<p>As portas de acesso ao ambiente não possuem vão mínimo de 1,50m e não abrem no sentido da saída, proporcionando escoamento</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não há referência em normas / leis para solucionar este tipo de problema</li> </ul>	<p>Paredes que circundam o vão da porta de valor histórico; portas preservadas, em bom estado de conservação, que não devem ser alteradas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>⊕ Em locais com grande concentração de pessoas é recomendável que o vão das portas seja amplo e que o sentido de abertura se direcione a saída</li> <li>⊕ Quando não for possível substituir e/ou ampliar o vão, indica-se sua abertura no sentido do escoamento do ambiente</li> </ul>
<p>Não há uma largura mínima de 80cm para a transposição de uma cadeira de rodas por portas e obstáculos fixos</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 6.9.2.1 da ABNT NBR 9050/2004 (p.51) - "As portas, inclusive de elevadores, devem ter um vão livre mínimo de 0,80m e altura mínima de 2,10m. Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter o vão livre de 0,80m"</li> </ul>	<p>Paredes que circundam o vão da porta de valor histórico; portas preservadas, em bom estado de conservação, que não devem ser alteradas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>⊕ Manter duas folhas das portas abertas, formando vão livre maior que 0,80m e evitando estrangulamentos de pessoas obesas e/ou com alguma dificuldade de locomoção</li> </ul>
<p>Nem todos os objetos expostos não estão a uma altura que abranja o campo visual de uma pessoa com baixa estatura e pessoas em cadeira de rodas</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Previsto no item 4.7 da ABNT NBR 9050/2004 (p.13-16) - "Parâmetros visuais - ângulos de alcance visual e aplicação dos ângulos de alcance visual" Não colocar objetos que apresentem legenda em altura elevada, por não possibilita que pessoas de baixa estatura obtenham as informações necessárias.</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>⊕ Evitar colocar objetos que apresentem legenda em altura fora do alcance visual - pessoas de baixa estatura ou em cadeiras de rodas - e manual - leitura tátil para cegos</li> <li>⊕ Atender as recomendações previstas na ABNT NBR 9050/2004</li> </ul>

Quadro 69 – Museu e Galeria de Arte – Deslocamento



As soluções definidas na última coluna dos quadros apresentados podem, muitas vezes, não propiciar condições de equidade na participação das pessoas nas atividades e, por outro lado, podem não ser ideais em termos de preservação do patrimônio.

Em função disso optou-se por realizar, a partir das possíveis soluções apontadas, uma discussão com pessoas com deficiências e com técnicos que trabalham em órgãos de preservação, através de entrevista focalizada, conforme explicado no capítulo 4.5. Com isso, espera-se gerar diretrizes que atendam aos princípios de acessibilidade e, ao mesmo tempo, não interfiram na preservação do patrimônio.

### **6.3. Resultados das Entrevistas Focalizadas**

A discussão das possíveis soluções aos problemas identificados com grupos focais de técnicos que atuam em programas de preservação e de pessoas com deficiências foi de grande importância, visto que a comunidade sentiu-se envolvida, estimulada e valorizada por participar da construção conjunta dos resultados, assumindo responsabilidade enquanto profissionais e cidadãos. Desta forma, pode-se confrontar diferentes opiniões: de um lado os técnicos, que visam a preservação; de outro, as pessoas com deficiências, quem buscam o direito à igualdade – participar das atividades de forma independente e com as mesmas condições ou semelhantes.

Conforme caracterizado no capítulo 4.5.1 (p. 72), a amostra foi composta por três grupos distintos: o **grupo 1** (figura 90) foi formado por quatro pessoas com deficiências, moradores da cidade de Pelotas/RS, entre eles um indivíduo com muletas, um usuário de cadeira de rodas e dois cegos; o **grupo 2** (figura 91) contou com a participação de três técnicos que trabalham com projetos de restauração em Florianópolis/SC em órgãos como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Catarinense de Cultura; o **grupo 3** (figuras 92 e 93) foi constituído por sete técnicos que trabalham com projetos de revitalização do patrimônio histórico e no escritório técnico do Programa Monumenta, ambos na cidade de Pelotas/RS.



Figura 90 – Entrevista Focalizada – Grupo de pessoas com diferentes deficiências (físico-motora e sensorial). Pelotas, maio/2009.



Figura 91 – Entrevista Focalizada – Técnicos envolvidos em Órgãos de Preservação. Florianópolis, maio/2009.



Figuras 92 e 93 – Entrevista Focalizada – Técnicos que trabalham com projetos de revitalização do patrimônio histórico e no escritório técnico do Programa Monumenta, ambos na cidade de Pelotas/RS. Pelotas, junho/2009.

Adotaram-se imagens para a realização das discussões acerca das possíveis soluções de acessibilidade frente aos problemas identificados nas edificações históricas (conforme capítulo 4.5, p. 72). As figuras selecionadas representam situações positivas, onde constata-se que são possíveis as adaptações às edificações preservadas sem causar danos/prejuízos aos elementos importantes, independente do tipo de arquitetura a qual a ilustração faz referência – optou-se, preferencialmente, por selecionar exemplares de arquitetura eclética. A técnica das imagens foi adotada com o intuito de desviar o foco em situações complexas ou de conflito.

Algumas questões importantes merecem ser destacadas. De acordo com os técnicos, a legislação federal obriga os prédios de uso público a se adaptarem. Quando essas instituições estão instaladas em edificações tombadas, o Ministério Público cobra do IPHAN uma atitude frente à implementação da acessibilidade. O impasse se dá porque

o tombamento não transmite ao IPHAN a administração ou gestão do bem – compete ao proprietário, na maioria dos casos, a própria Prefeitura Municipal.

As cidades abrangidas pelo Programa Monumenta possuem escritórios em suas unidades onde são elaborados os projetos de revitalização em bens tombados. Compete aos técnicos do IPHAN realizar a interface entre a acessibilidade e o patrimônio. À Prefeitura cabe fiscalizar as obras para ver se estão sendo executadas de forma correta.

Em relação aos problemas apresentados, tanto técnicos como pessoas com deficiências concordaram que é possível intervir e tornar acessível. Os técnicos responderam que, em muitos casos, não há conflito com o patrimônio e o que falta é a aplicação direta da norma de acessibilidade (ABNT NBR 9050/2004). Exemplo disso é que nada impede a colocação de placas com o nome e uso da edificação na fachada. De acordo com os entrevistados, o IPHAN estimula a instalação, delimitando apenas as dimensões da placa e que se deve ter cuidado na intervenção em relação ao tipo de arquitetura – a solução para uma edificação eclética, por exemplo, pode não se aplicar a um edifício de arquitetura Art-Déco: “A tipologia arquitetônica é uma questão fundamental”.

Já o grupo de deficientes lembrou que, além da inserção da placa, é importante a instalação de piso que direcione uma pessoa com deficiência visual até sua localização e que seja possível a leitura por uma pessoa com baixa estatura ou em cadeira de rodas. Em relação à inserção de piso tátil nas calçadas, o grupo de técnicos comentou que a diferença de textura e brilho em relação ao piso existente é possível de ser aplicada, porém o contraste de cor pode interferir na visualização do piso original.

Quanto à inclusão de mapas visuais e táteis em pontos estratégicos do Centro Histórico, informando uso e função dos edifícios, ambos os grupos concordam que é de grande importância e não influenciaria na preservação do patrimônio.

Ainda na área externa ao edifício, questionou-se sobre a implantação de equipamento eletromecânico ou rampa no acesso principal. O grupo de pessoas com deficiências levantou várias possibilidades de tornar o acesso principal acessível. Para eles, a

melhor opção seria que todas as pessoas pudessem chegar a um mesmo patamar. Ao final, alegaram que “O custo é bem mais acessível quando não se interfere na fachada principal. O acesso alternativo é bom não só pela questão histórica, mas também porque o custo é menor”. Indicaram que esta é uma forma de dar acesso a todas as pessoas, mas comentaram que é constrangedor quando o acesso por eles utilizado é o de serviço.

Já o grupo de técnicos salientou que a inserção de uma rampa ou equipamento deve ser tratada com caráter de mobiliário, dando importância a questão da reversibilidade. Eles salientaram que todas as pessoas devem ter direito a entrar pelo acesso principal. Eles confirmaram a colocação dos deficientes ao comentar que “No Brasil, normalmente, as soluções são por entradas secundárias”. A respeito disso, enfatizaram que o acesso alternativo deve estar sempre aberto e disponível para ser usado. Outra sugestão foi a de transferir o acesso principal para outro, pela lateral, de uso de todas as pessoas, desativando o utilizado anteriormente.

Em relação ao saguão do edifício, foi sugerida pelos dois grupos a instalação de piso tátil, colado sobre o piso original, que levasse indivíduos com deficiência visual até um balcão de atendimento/informação ou mapa visual e tátil. O grupo de técnicos considerou que a placa de piso poderia não ter fundo e que deve ser evitado o contraste de cor com o piso adjacente, visando minimizar o impacto causado sobre o desenho.

Quanto à instalação de um mapa visual e tátil no saguão do edifício, para informar a todos os usuários sobre a disposição dos diferentes ambientes na edificação e seus pavimentos, os dois grupos concordaram que a informação visual é muito importante e deve existir, ainda mais se tratando de um órgão público e que abrange atividade cultural. O grupo de deficientes lembrou que este mapa deveria ter alcance e espaço para aproximação de pessoas em cadeira de rodas e com baixa estatura. Já o grupo de técnicos sugeriu que as informações fossem mais gráficas e que tivessem pouca informação escrita, senão poderia acabar confundindo ainda mais os visitantes.

Ainda no saguão do edifício, um dos problemas detectados havia sido que o balcão de atendimento não permitia aproximação de pessoas com deficiências ou com baixa

estatura. A sugestão do grupo de pessoas com deficiências seria a colocação de mesa auxiliar onde o funcionário pudesse atender a essas pessoas. A justificativa para isso é que “Em alguns casos, é preciso assinar ou preencher algum documento”.

Em relação à instalação de placas ao longo das circulações, horizontais e verticais, todos concordaram a respeito de sua importância e salientaram que isso não interfere no patrimônio. As pessoas com deficiências comentaram que “Sinalização de saída de emergência é essencial. Nós demoramos ao sair do prédio devido à dificuldade de mobilidade. Muitas vezes, precisamos da ajuda de outras pessoas. Imagina tudo isso num momento de pânico, em que as pessoas que poderiam nos ajudar também não conseguem identificar a saída?”. Disseram, ainda que as informações devam ser visuais sonoras e táteis. Já os técnicos sugeriram que as placas e quadros com informações ao longo de circulações não devem poluir ou concorrer com o patrimônio, tanto em relação ao desenho, cor e dimensão.

Quanto à instalação de equipamento eletromecânico no interior do edifício, os dois grupos concordaram sobre sua importância. O grupo de pessoas com deficiências comentou que, além da instalação do equipamento, era importante adotar piso tátil alerta no início e término da escada, corrimão ao longo do percurso vertical e faixas antiderrapantes e cromo diferenciadas nos degraus. O grupo de técnicos comentou que é importante a busca pela melhor maneira de implantar o equipamento na edificação, visto que ele não poderá ser escondido e terá que se relacionar com o contexto: “A intervenção no patrimônio pode ocorrer no contexto ou no contraste: é difícil definir como fazer”.

A respeito dos banheiros as opiniões divergiram. Os técnicos alegaram que às vezes só é possível adaptar um sanitário, mas que deve ser previsto, pelo menos, a adaptação de um feminino e um masculino sempre que possível. Já o grupo de pessoas com deficiências considera uma ‘aberração’ a existência de banheiro feminino, masculino e de deficientes. Alegaram que o banheiro deveria ser adaptado e não adequado ao uso por todas as pessoas, comentando que “Deficiência não é gênero”.

Uma colocação importante feita pelos grupos foi que, como as pessoas com deficiências estiveram durante muitos anos à margem da participação nas atividades,



elas precisarão ser instruídas para a utilização dos recursos como pisos táteis e a leitura de placas e mapas em Braille. Um deficiente físico brincou que “Existe o piso guia que te leva para o buraco e existe o piso alerta que te orienta que ali existe um buraco”, enfatizando que a instalação dos pisos de forma equivocada pode ocasionar um acidente (caso 1) e, corretamente, alerta para o perigo (caso 2).

Ao término da entrevista, as pessoas com deficiências comentaram que toda vez que entram em debates sobre acessibilidade sempre são colocados os problemas para serem discutidos. Consideraram um avanço eles estarem discutindo as possíveis soluções aos problemas identificados: “Tem que discutir as soluções ouvindo a opinião de quem tem deficiência”. Ponderaram, ainda, que estavam fazendo parte da construção de uma cidade mais acessível.

#### **6.4 Diretrizes para a Acessibilidade Espacial em Edificações Históricas**

Tendo em vista a discussão gerada com os técnicos que trabalham em órgãos de preservação e pessoas com deficiências, serão definidas algumas diretrizes de projeto com o objetivo de contribuir com a futura elaboração de normas para a promoção de acessibilidade em edificações históricas. Essas diretrizes visam compatibilizar os diferentes interesses existentes entre os principais envolvidos no tema: de um lado, os usuários mais afetados quando a acessibilidade não é plena; de outro, os técnicos responsáveis pela execução e aprovação de projetos em edificações históricas. Elas serão apresentadas de acordo com a divisão dos quatro componentes de acessibilidade espacial definidos por Dischinger, Bins Ely e Piardi (2009).

Cabe salientar que as diretrizes aqui apresentadas foram geradas a partir do diagnóstico dos problemas observados com a aplicação de diferentes métodos nas edificações que compõe os estudos de estudo.

##### **6.4.1 Diretrizes para Orientação Espacial**

Em relação à orientação espacial é indicada a utilização de um conjunto de elementos que permita ao indivíduo saber onde está, onde pretende chegar e qual trajeto deve adotar para alcançar o objetivo, tanto nas áreas externas à edificação quanto no seu interior. Para isso, é importante atentar a algumas recomendações básicas, que servem não somente às edificações históricas, mas a todos os espaços, tais como:

- Inserir as informações visuais em locais de tomada de decisão – junto ao acesso principal e às circulações de maior fluxo.
- Tornar a informação clara e legível de diferentes formas, atendendo às diferentes pessoas, optando por adotar contraste entre fundo e figura (baixa visão), relevo e Braille (cegos de nascença e pessoas que perderam a visão recentemente mas são alfabetizadas) e pictórica (iletrados, deficientes cognitivos e estrangeiros).
- Prever que todos os mobiliários e espaços possibilitem o alcance e aproximação de pessoas com baixa estatura ou em cadeira de rodas.

Para tanto, propõe-se as seguintes diretrizes:

- Inserir um mapa visual e tátil próximo ao acesso de maior fluxo na edificação, para melhor compreensão do espaço e localização dos ambientes.
- Instalar adesivos táteis alerta e direcional sobre os pisos externos e internos de valor histórico, que conduzam o indivíduo até as placas ou totens informativos, evitando o contraste de cor com o piso original quando este tiver valor histórico.
- Instalar adesivo tátil alerta no início e término de escadas fixas e rampas.
- Instalar adesivos táteis sobre o piso existente nos espaços destinados a museus e galerias de arte, identificando o percurso e a localização das obras expostas. É importante que a informação sobre as obras esteja em texto contrastante com o fundo e também seja apresentada em Braille.
- Inserir placas de sinalização ao longo das circulações horizontais indicando a disposição dos ambientes, das circulações verticais e das saídas de emergência. Essas informações podem estar fixas às paredes, teto ou piso ou ainda em um equipamento móvel e devem respeitar o entorno, adotando desenhos, cores e dimensões compatíveis.
- Instalar equipamento de iluminação de emergência no corpo da escada patamares e hall, priorizando as paredes sem valor histórico ou pendente do teto.

- No caso de tratar-se de um conjunto tombado, deve-se inserir mapa visual (contraste de cor entre figura e fundo) e tátil, em ponto estratégico da área externa, ou seja, em local onde o usuário deverá tomar decisões. Esse mapa deverá identificar as diferentes atividades/funções das áreas externas e, eventualmente, das edificações do Centro Histórico da cidade, além de permitir a aproximação e alcance de pessoas em cadeiras de rodas e com baixa estatura.

#### **6.4.2 Diretrizes para Comunicação**

Em relação à comunicação recomendam-se alguns elementos que possibilitem a troca de informação entre pessoas e entre pessoas e equipamentos de tecnologia assistiva de forma rápida, fácil e sem constrangimentos. Para tanto, indica-se:

- Capacitar funcionários que trabalhem em edificações históricas que abriguem instituições públicas no atendimento às pessoas com deficiências. É importante que eles tenham domínio da Língua Brasileira de Sinais e saibam utilizar os equipamentos disponibilizados para atendimento das pessoas com deficiências, como, por exemplo, o acionamento de plataformas elevatórias.
- Estabelecer que todos os semáforos para travessia de pedestres tenham dispositivos sonoros para serem acionados durante a travessia, em ambos os lados da rua e com diferentes frequências, propiciando segurança principalmente de pessoas cegas e surdas.
- Inserir equipamento para solicitar abertura de acesso alternativo quando este não for efetuado junto ao acesso principal, evitando constrangimentos e possibilitando que o ingresso à edificação ocorra de forma independente.
- Instalar equipamento de tecnologia assistiva junto ao balcão de atendimento, na recepção da edificação, para facilitar a comunicação entre os funcionários e pessoas surdas e/ou mudas. Esta é uma alternativa em casos que as pessoas desconheçam ou não tenham domínio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

- Instalar sistema de alarme de incêndio sonoro e luminoso, simultaneamente, em paredes sem valor histórico ou no teto, tornando o ambiente seguro à todos os usuários.
- Adotar equipamento de áudio-descrição sobre as obras expostas para ser entregue às pessoas com restrições visuais no início da visita a espaços como galeria de arte e museus.

### 6.4.3 Diretrizes para Deslocamento

Em relação ao deslocamento são indicadas algumas sugestões que permitam a circulação de todas as pessoas pelos espaços externos e internos, livre de barreiras e com segurança, possibilitando aos usuários a visita dos diferentes ambientes da edificação. A respeito disso, propõe-se:

- Possibilitar que o acesso principal seja utilizado por todas as pessoas, independente de suas capacidades ou limitações. Para isso, deve ser estudada a melhor forma de implantação de plataforma elevatória, rampa fixa ou móvel ou outro equipamento apresentado no capítulo 6.1, dando condições de igualdade a todas as pessoas. Esse equipamento a ser implantado deve ser tratado com caráter de mobiliário e permitir a reversibilidade da ação. Quando não for possível alterar o acesso principal, criar um acesso secundário na fachada principal ou lateral à edificação, identificando-o. Este acesso alternativo deve permanecer constantemente aberto e não deve ser o mesmo utilizado para uso de serviço.
- Instalar equipamento eletromecânico no interior da edificação sempre que houver mais de um pavimento, de preferência junto às demais formas de circulação vertical. O equipamento a ser adotado deve impactar o mínimo possível em relação ao entorno e a intervenção deve ser facilmente identificada.
- Inserir faixa antiderrapante nos degraus das escadas externas e internas, evitando contraste de cor com o piso adjacente quando este apresentar estampa. Porém, quando o piso, apesar de ter valor histórico, apresentar somente uma cor (por exemplo: piso em mármore branco), é possível a adoção de faixa antiderrapante com cor contrastante.

#### **6.4.4 Diretrizes para Uso**

Em relação ao uso dos espaços e equipamentos recomendam-se alguns elementos que possibilitem receber pessoas com diferentes instruções e habilidades, facilitando o uso e acesso a todos os equipamentos, serviços, atividades e mobiliários que compõem os espaços de uso comum. Dessa forma, propõe-se:

- Instalar corrimão junto ao acesso principal das edificações quando este não estiver no mesmo nível da rua, servindo de apoio a todas as pessoas para vencer o desnível. Esse corrimão pode ser fixado à parede ou ao piso e deve ser confeccionado em material contemporâneo, diferenciando-o do estilo da obra.
- Adaptar o balcão de atendimento, junto à recepção do edifício, para que ele possibilite a aproximação e uso de todas as pessoas. Quando o balcão tiver valor histórico e não permitir o alcance e a aproximação de pessoas com baixa estatura ou em cadeiras de rodas, deve-se adotar uma mesa ou um novo balcão que permita o atendimento dessas pessoas, não necessitando estar posicionado junto ao balcão existente.
- Implantar um conjunto de sanitários masculino e feminino acessíveis em cada pavimento. Quando isso não for possível, deve ser adaptado, pelo menos, um sanitário no pavimento de maior movimento, localizado em rota acessível, que possa ser utilizado por todas as pessoas.

#### **6.4.5 Diretrizes Gerais**

Além das diretrizes indicadas anteriormente, apresenta-se ainda algumas recomendações gerais a serem seguidas:

- Tornar obrigatória a aprovação de projeto de acessibilidade para todas as edificações, incluindo as de valor histórico, com abrangência da área externa e interna e que haja comprometimento em atender aos quatro componentes de acessibilidade espacial.
- Fiscalizar a execução de obras públicas e privadas visando o cumprimento da legislação vigente com relação à acessibilidade.

## **CAPÍTULO 7 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

O presente trabalho tem como objetivo traçar diretrizes para acessibilidade em edificações históricas a partir do estudo da arquitetura eclética em Pelotas. Para isso, foi preciso conhecer os conflitos gerados entre esses dois temas, surgidos em épocas diferentes, de tamanha importância e difícil comparação: acessibilidade e patrimônio histórico. Para que isso fosse possível, buscou-se apoio na fundamentação teórica e na pesquisa de campo.

### **7.1 Resposta ao Objetivo Principal**

A fundamentação teórica, apresentada no capítulo 2, contribuiu para o conhecimento das leis e normas nacionais e internacionais e dos conceitos referentes à acessibilidade espacial e ao patrimônio histórico.

A Arquitetura Eclética em Pelotas, no capítulo 3, indicou as características arquitetônicas e o uso dos edifícios do recorte do Centro Histórico de Pelotas, dando ênfase às duas edificações adotadas no estudo de caso.

Os capítulos 4 e 5 apresentaram os métodos adotados e os resultados gerados a partir dos estudos de caso, possibilitando a avaliação dos problemas de acessibilidade das edificações estudadas em relação aos quatro componentes de acessibilidade (orientação espacial, comunicação, deslocamento e uso).

No capítulo 6 foram apresentadas as possíveis soluções técnicas adotadas em nível nacional e internacional para resolver problemas semelhantes encontrados nos casos estudados. A identificação das possíveis soluções aos problemas encontrados evidenciaram conflitos entre a aplicação da norma de acessibilidade e a preservação do patrimônio histórico, os quais foram discutidos com técnicos que trabalham em órgãos de preservação e pessoas com deficiências. Por fim, a partir das soluções técnicas desenvolvidas e das discussões geradas com os técnicos pode-se generalizar diretrizes de acessibilidade para edificações históricas, objetivo geral deste trabalho.

## 7.2 Considerações Finais

O estudo desenvolvido mostrou que, apesar dos grandes avanços que vêm ocorrendo em relação à consciência social, pessoas com deficiências e que sofrem restrições ainda são excluídas de atividades comuns, como ter acesso aos edifícios de uso público e cultural. E, mesmo os mecanismos legais que foram criados nos últimos anos, todos de grande importância, ainda não são aplicados como deveriam e com a abrangência necessária.

O grande impasse observado neste trabalho, sobre promover acessibilidade espacial em edificações históricas, está na origem desses projetos, que não foram elaborados para atender pessoas fora do “padrão”. Atualmente, esses locais, construídos no passado, de grande valor histórico e cultural para a população, são protegidos por leis de preservação, o que acaba não permitindo a aplicação direta dos parâmetros de acessibilidade da ABNT NBR 9050/2004.

A norma brasileira de acessibilidade, apesar de contemplar alguns itens referentes aos bens tombados, não exemplifica soluções de projeto que possibilitem adaptações em edificações históricas, tornando difícil sua aplicação. Acredita-se que, além disso, a dificuldade dos técnicos em entender o problema se deve a falta de estudo durante o curso de graduação a respeito do tema, pois ele é recente.

Para a aplicação da norma, é preciso que se tenha um profundo conhecimento das limitações advindas das diferentes deficiências que podem atingir as pessoas para, então, poder definir soluções que as auxiliem e, ao mesmo tempo, não alterem a arquitetura. É só através desse conhecimento que os técnicos poderão buscar soluções para revitalizar o patrimônio.

A ausência de diretrizes de projeto para a promoção de acessibilidade em edificações preservadas tem obrigado os profissionais a buscarem soluções isoladas em diferentes manuais e na própria ABNT NBR 9050/2004. Isso resulta em ações apenas parciais e pouco efetivas.

O estudo de caso mostrou que, dentre os problemas identificados, 42% poderiam ter sido solucionados com a aplicação de leis e normas existentes, já que a intervenção

visando à acessibilidade não gerava conflito com o patrimônio. Em 48% dos casos a implementação de acessibilidade e a preservação do patrimônio entravam em conflito. Os 10% restantes correspondem a problemas que, apesar de não gerarem conflitos com o patrimônio, não estão previstos em leis ou normas.

Apesar da revitalização de edificações realizada pelo Programa Monumenta na cidade de Pelotas ter considerado as normas técnicas, as ações ligadas à acessibilidade ocorreram de forma isolada – atendem a um único componente de acessibilidade, por exemplo, e por isso são pouco eficazes, dificultando ou, até mesmo, impossibilitando o acesso e a participação nas atividades por todas as pessoas, já que em muitos aspectos ainda é observado o descumprimento da legislação.

Em algumas situações, percebe-se que houve preocupação dos profissionais envolvidos no projeto em adaptar o espaço ao uso por todas as pessoas, mas a execução não está de acordo com o projeto original. Embora a adoção de diferentes pisos táteis seja eficiente e uma forma de solucionar o problema de orientação espacial para pessoas com deficiências visuais, foram dispostos de forma equivocada devido ao desconhecimento por parte das pessoas envolvidas na instalação.

Ao trabalhar os temas acessibilidade e patrimônio foi observada, ainda, a importância de ser incentivada a Educação Patrimonial, pois é através do conhecimento de sua história e de sua relação com o meio onde está inserido que o ser humano faz uma análise crítica da situação presente e tem possibilidades de preparar o futuro em condições mais adequadas, voltada para a utilização sustentável do patrimônio.

Considera-se importante ainda, no contexto educacional, a organização de treinamento visando capacitar mão de obra especializada para atuar no restauro e preservação do patrimônio e a formação de pessoas para que se tornem agentes de cultura, pois foi evidenciada, por exemplo, a necessidade de domínio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para comunicação com surdos/mudos por parte dos funcionários.

Acredita-se que as soluções apresentadas ao longo do trabalho, direcionadas a arquitetura eclética, possam também ser utilizadas em outras arquiteturas. Espera-se que a formulação de diretrizes de acessibilidade em edificações históricas auxiliem a tomada de decisões em situações específicas, como aquelas em que os parâmetros de



acessibilidade conflitam com os de preservação e contribuam para o aprimoramento da legislação de acessibilidade em bens tombados.

### **7.3 Recomendações para Futuras Pesquisas**

Apesar de todas as limitações impostas pelo tempo disponível, foi possível responder aos objetivos que haviam sido propostos nesta dissertação. Porém, sabe-se que ainda existem lacunas a serem pesquisadas em relação à acessibilidade em edificações históricas, principalmente em nosso país, já que poucos trabalhos sobre o tema foram publicados.

Durante o desenvolvimento do trabalho, identificaram-se alguns pontos interessantes a serem investigados, tais como:

- Estudar os problemas de acessibilidade em edificações históricas com outro tipo de arquitetura que não eclética;
- Avaliar se as soluções apontadas para resolver os problemas de acessibilidade em relação à arquitetura eclética poderiam ser aplicadas em outros tipos de arquitetura;
- Investigar as dificuldades encontradas por pessoas com deficiência cognitiva, não abordada neste trabalho, em espaços que apresentem uso público e cultural, simultaneamente;
- Averiguar a influência das barreiras lumínicas na realização de atividades e, quando existente, quais as pessoas são mais atingidas;
- Criar uma padronização nos tipos de pisos para serem aplicados em espaços preservados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNT NBR 9050. **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, ABNT, 2004. 97p.
- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos** / Regina Abreu, Mário Chagas (orgs.) Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 320p.
- APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da Ciência: Filosofia e Prática da Pesquisa**. São Paulo: Thompson, 2006. 220p.
- BIASOLI, Carmen Lúcia Abadie (org.). **Brincando com o Patrimônio**. Pelotas: Ed. Universitário – UFPEL, 2004. 27p.
- BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000 e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- CAMBIAGUI, Silvana. **Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. 269p.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio** / Françoise Choay; tradução de Luciano Vieira Machado. 3ª ed. – São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. 288p.
- CIF: **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde** / [Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde para a Família de Classificações Internacionais em Português, org.; coordenação da tradução Cássia Maria Buchalla]. – 1. ed., 1. reimpre. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 325p.
- COSTA, Elmar Bones da; FONSECA, Ricardo; SCHMITT, Ricardo (orgs). **História Ilustrada do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004. 339p.
- DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera Helena Moro; PIARDI, Sonia Maria Demeda Groisman. **Promovendo a Acessibilidade nos Edifícios Públicos**. Florianópolis: 2009. Trabalho em andamento.
- DISCHINGER, Marta. **Desenho Universal nas escolas: acessibilidade na rede municipal de ensino de Florianópolis** / Marta Dischinger, Vera Helena Moro Bins Ely, Rosângela Machado, Karine Daufenbach, Thiago Romano Mondini de Souza, Rejane Padaratz e Camile Antonini. – Florianópolis: PRELO, 2004. 190p.
- DISCHINGER, Marta. **Construindo conhecimento “Técnico para a Acessibilidade”**. Comunicação verbal: palestra proferida no I Seminário Estadual de Acessibilidade, realizado nos dias 4 e 5 de novembro de 2008 na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 2008.

- DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera H. M. **Planilhas Técnicas do Ministério Público Estadual**. Santa Catarina: Ministério Público do Estado, 2005.
- DISCHINGER, Marta. **Designing for all senses: Accessible spaces for visually impaired citizens**. Thesis for the degree of doctor of philosophy. Sweden, 2000. 260p.
- DORNELES, Vanessa Goulart. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. **Acessibilidade para idosos em áreas livres públicas de lazer**. Florianópolis, 2006. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. 170p.
- DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, R. **Proposta de Metodologia de Avaliação da Acessibilidade aos Espaços de Ensino Fundamental**. In: Anais NUTAU 2006: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade. São Paulo, USP: 2006. 12p.
- FABRIS, Annateresa (org). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel. Editora da Universidade de São Paulo: 1987. 296 p.
- FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: WVA – Ed., 2004. 344p.
- FERNÁNDEZ, Jesús de Benito; MILÁ, Javier Garcia; UBIERNA, José Antonio Juncà; TORRALBA, Carlos de Rojas; GUERRAS, Juan José Santos. **Manual para un Entorno Accesible**. Centro Español de Documentación sobre Discapacidad, del Real Patronato. Madrid: 2005. 331p.
- FREITAS, H.M.R.; OLIVEIRA, Mirian. **Focus Group – pesquisa qualitativa: resgatando a teoria, instrumentalizando o seu planejamento**. Revista de Administração, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 83-91, julho/ setembro 1998.
- GERENTE, Melissa Miroski. **Introduzindo diretrizes de projeto para a acessibilidade em sítios históricos a partir do estudo de São Francisco do Sul**. Florianópolis, 6 de abril de 2005, 203p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação, UFSC, 2006.
- GIBSON, James. **The senses considered as perceptual systems**. Boston: Houghtan Mifflin Company, 1966.
- IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/censo>>. Acesso em 12/04/2008.
- ICOMOS. **Definição do Termo ICOMOS**. Disponível em: <<http://www.icomos.org/>>. Acesso em 13/11/2008.
- IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 09/11/2008.
- IPHAN. **Histórico do IPHAN através do Portal**: Ministério da Cultura. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=11175&retorno=paginalpha n>>. Acesso em: 19/03/2008. 2008a.
- IPHAN. **Instrução Normativa nº 1**, de 25 de Novembro de 2003. Diário Oficial de 26/11/2003, Seção 1. 2003.









- IPHAN. **Patrimônio Vivo: Preservação e Desenvolvimento de Pelotas-RS**. Brasília, DF: IPHAN, Programa Monumenta, 2007. 116p.
- JANSON, H.W., 1913. **História da Arte**. Tradução de J.A. Ferreira de Almeida, Maria Manuela Rocheta Santos, colaboração de Jacinta Maria Matos. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 824p.
- LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 6. ed. – 6. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008. 315p.
- MAGALHÃES, Mario Osorio. **Os passeios da Cidade Antiga: Guia Histórico das Ruas de Pelotas**. Pelotas, 2ª edição, revista. Editora Armazém Literário, 2000. 102p.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993. 269p.
- MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de; SCHLEE, Andrey Rosenthal. **100 Imagens da Arquitetura Pelotense**. 2ª edição. Pelotas: Pallotti, 2002. 240p.
- MONUMENTA. **Histórico do Programa Monumenta**. Disponível em: <http://www.monumenta.gov.br/site/>. Acesso em 10.11.2008.
- OLIVEIRA, Aíla Seguin Dias Aguiar de. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. **Acessibilidade espacial em centro cultural: estudo de casos**. Florianópolis, 2006. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.
- ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. 1975.
- ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, assinada em 1948. Portal Eletrônico da Organização das Nações Unidas. Disponível em: < <http://www.onu-brasil.org.br>>. Acesso em: 09.11.2008.
- ONU – Organização das Nações Unidas. **Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes**. Nova Iorque: Nações Unidas, 1983.
- ORNSTEIN, Sheila Walbe. **Avaliação Pós-Ocupação(APO) do Ambiente Construído** / Sheila Ornstein, Marcelo Romero (colaborador). – São Paulo: Studio Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1992. 223p.
- PATETTA, Luciano. **Considerações sobre o ecletismo na Europa**. In: FABRIS, Annateresa. Ecletismo na arquitetura brasileira. São Paulo: Nobel. Editora da Universidade de São Paulo: 1987. 296 p.
- PINTO, Ana Claudia Alves. **Hotel Universal: diretrizes projetuais e de acessibilidade**. Florianópolis, 29 de junho de 2007, 211 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação, UFSC, 2007.
- PREFEITURA MUNICIPAL PELOTAS. **Censo Demográfico de Pelotas**. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Disponível em: <[http://www.pelotas.com.br/cidade\\_dados/pelotas\\_dados.htm](http://www.pelotas.com.br/cidade_dados/pelotas_dados.htm)>. Acesso em: 15.09.2008. 2008.










- PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Lei Municipal nº 4.568, de 07 de julho de 2000**. Disponível em: <www.gilbertocunha.com.br/informacoes/inve-patr/lei-4568.doc.> Acesso em: 10.11.2008
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **II Plano Diretor de Pelotas**. Disponível em: <www.pelotas.rs.gov.br/interesse\_legislacao/leis/2005/lei\_5116.pdf>. Acesso em: 10.11.2008
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Histórico de Edifícios Pelotenses**. Material cedido pela Secretaria Municipal de Cultura da cidade de Pelotas.
- REHAL, Saddeck; BIRGERSSON, Lisbeth. **What' happens when imagery is used to complement speech in dialogues involving changing the built environment?** In: INTERNATIONAL CONFERENCE FOR INTEGRATING URBAN KNOWLEDGE & PRATICE, 2005, Gothenburg, Sweden.
- SANTOS, Carlos Alberto Ávila. **Espelhos, máscaras e vitrines: estudo iconográfico de fachadas arquitetônicas: Pelotas, 1870-1930**. – Pelotas: EDUCAT, 2002. 143p.
- SCHLEE, Andrey Rosenthal. **O Eclétismo na arquitetura pelotense até as décadas de 30 e 40**. Dissertação de Mestrado desenvolvida sob orientação do Prof. Dr. Günter Weimar no Mestrado em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS, 1993. 215 p.
- SEMOB. **Guia PlanMob 1: Construindo a Cidade Sustentável**. Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana. Brasília: Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, 2007a. 180p.
- UBIERNA, José Antonio Junca. **Accesibilidad Universal: Diseño sin Discriminación**. Madrid: Ministério de Trabajo y Asuntos Sociales, Obra Social de Caja Madrid, 2002. 57p.
- WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. **International Classification of Impairments, Disabilities and Handicaps -ICIDH**. World Health Organization. Geneva: 1980.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; Trad. Daniel Grassi. – 3. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.
- ZEVI, Bruno. **História da Arquitetura Moderna**. Lisboa: Arcádia, 1973. v.2.

EDIFÍCIO  
LOCAL \_\_\_\_\_AVALIADOR  
DATA \_\_\_\_\_

## PLANILHA 1






## ÁREAS DE ACESSO AO EDIFÍCIO

Nº	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		NA/I	OBSERVAÇÕES
	LEI	ARTIGO			SIM	NÃO		
<b>NA VIA PÚBLICA</b>								
<b>SEMÁFORO</b>								
1.1	-	-		Existe semáforo nos dois lados da via pública para facilitar a travessia do pedestre?				
1.2	9.050/04	9.9.2		Na existência de semáforo há sinalização sonora quando o mesmo estiver aberto?				
1.3	9.050/04	9.9.1		Existe foco de acionamento para travessia de pedestre com altura entre 80cm e 1,20m do piso?				
1.4	9.050/04	6.10.11		Existe guia rebaixada em ambos os lados da via quando houver faixa de travessia?				
<b>PASSEIOS</b>								
1.5	9.050/04	6.1.1		Os passeios têm pisos antiderrapantes e regulares em qualquer condição climática?				
1.6	9.050/04	6.10.7 6.10.5		Os passeios são livres de interferências que impeçam o deslocamento ou que constituam perigo aos pedestres (postes de sinalização, vegetação, desníveis, rebaixamentos,...)?				
1.7	9.050/04	6.1.2		Na existência destas interferências, há sinalização tátil de alerta nos passeios?				
1.8	9.050/04	6.1.4		Todos os desníveis existentes são inferiores a 15mm?				


1.9	9.050/0 4	6.10.5		A altura livre dos passeios é de, no mínimo, 2,10 m? (verificar obstáculos verticais tais como placas, beirais, ramos de árvores,...)?				
1.10	9.050/0 4	6.10.4		Existe uma faixa livre de circulação contínua de pedestre com largura mínima de 1,20m?				
1.11	9.050/0 4	6.1.3		Na ausência de linha-guia identificável ou em locais muito amplos, existe piso tátil direcional?				
1.12	-	-		Do passeio é possível identificar o edifício (nome, nº, função) ao qual se faz necessário o acesso?				
1.13	-	-		Há suporte informativo tátil (nome, nº, função) no passeio que permita a identificação do edifício por pessoas com restrição visual?				
1.14	9.050/0 4	6.10.11.1		Existe faixa de travessia, com rebaixamento nos passeios em ambos os lados da via, quando houver foco de pedestres?				
1.15	9.050/0 4	6.10.11.2		O piso entre o término do rebaixamento do passeio e o leito carroçável é nivelado?				
1.16	9.050/0 4	6.12.1		Há rampa de acesso ao passeio próximo às vagas de estacionamento para deficientes?				
1.17	3.246/8 9	1		Há sinalização visual e sonora nas entradas/saídas de garagens e estacionamentos?				













**DO PASSEIO A ENTRADA DO EDÍFICIO**

**CIRCULAÇÃO**

1.18	9.050/0 4	6.2.1		Existe uma rota livre de obstáculos que permita o acesso do passeio público à entrada do edifício?				
1.19	-	-		A faixa livre de obstáculos possui piso antiderrapante e sem desníveis?				
1.20	9.050/0 4	6.10.4		Esta faixa livre de obstáculos possui largura mínima de 1,20m?				
1.21	9.050/0 4	6.2.2		A distância entre cada entrada acessível e as demais é de no máximo 50m?				
1.22	-	-		Existe uma faixa livre de obstáculos que permita a interligação às principais funções do edifício?				



**VEGETAÇÃO**

1.23	9.050/0 4	9.10.1 e 9.10.2		Na existência de vegetação, os seus elementos (galhos, raízes, muretas, grades,...) encontram-se fora da faixa de circulação que conduz ao edifício público?				
------	--------------	--------------------	---	--	--	--	--	--
















1.24	9.050/0 4	9.10.3		A vegetação existente nos canteiros representa conforto e segurança para os pedestres (não possui espinhos, substâncias tóxicas e não desprende muitas folhas, frutas, que tornem o piso escorregadio)?					
<b>ÁREAS EXTERNAS / PÁTIOS</b>									
1.25	-	-		Existem bancos para descanso no pátio na entrada do edifício?					
1.26	-	-		Os bancos que eventualmente existam possibilitam pleno acesso ao edifício público, não impedindo o deslocamento do pedestre?					
1.27	9.050/0 4	6.1.1		Os pisos dos pátios têm superfície regular, firme, antiderrapante sob qualquer condição climática?					
1.28	9.050/0 4	6.1.2		Existe piso tátil de alerta nos pátios, sinalizando situações que envolvam algum tipo de risco (desníveis, obstáculos)?					
<b>ACESSO AO EDIFÍCIO</b>									
1.29	-	-		Na existência de desnível entre a circulação externa e a porta de entrada do edifício, há rampa ou equipamento eletro-mecânico que permita pleno acesso?					
<b>ESCADAS EXTERNAS</b>									
1.30	9.050/0 4	6.6.4.3		A largura mínima das escadas fixas é de 1,20m?					
1.31	4.909/9 4	219		O piso da escada é antiderrapante?					
1.32	0060/0 0	134		Os degraus estão todos dispostos paralelos entre si (proibido degraus em leque)?					
1.33	9.050/0 4	6.6.1		Os espelhos dos degraus são fechados (não podem ser vazados)?					
1.34	9.050/0 4	6.6.3		Os degraus da escada possuem espelho entre 16cm e 18cm?					
1.35	9.050/0 4	6.6.3		A profundidade do degrau (piso) é maior que 28cm e menor que 32cm?					







1.36	9.050/0 4	6.6.5.1		Existe patamar sempre que houver mudança de direção na escada?				
1.37	9.050/0 4	6.6.5.2		Na existência, possui dimensões iguais a largura da escada?				
1.38	9.050/0 4	6.6.5.2		Os patamares possuem dimensão longitudinal mínima de 1,20m?				
1.39	4.909/9 4	209		Os patamares estão isentos de obstáculos que ocupem sua superfície útil (tal como abertura de portas)?				
1.40	9.050/0 4	6.6.4.4		O primeiro e o último degraus de um lance de escada estão a uma distância de no mínimo 30 cm da área de circulação?				
1.41	4.909/9 4	226		As escadas têm lance máximo de 19 degraus?				
1.42	9.050/0 4	6.7.1		Os corrimãos estão instalados em ambos os lados da escada?				
1.43	9.050/0 4	6.7.1.6		Os corrimãos estão instalados na altura de 92cm do piso medido de sua geratriz superior?				
1.44	9.050/0 4	6.7.1.6		Na existência de corrimãos laterais instalados em duas alturas, estas são 70cm e 92cm do piso, medidos da geratriz superior?				
1.45	9.050/0 4	6.7.1.2		Existe espaço livre entre a parede e o corrimão de no mínimo 4cm?				
1.46	9.050/0 4	6.7.1.2		Os corrimãos possuem largura (seção ou diâmetro) entre 3 à 4,5cm?				
1.47	9.050/0 4	6.7.1.4		Os corrimãos possuem prolongamento mínimo de 30cm antes do início e após o término da escada?				
1.48	9.050/0 4	6.7.1.5		As arestas dos corrimãos são seguras, sem oferecer riscos de acidentes (cuidar arestas vivas)?				
1.49	9.050/0 4	6.7.1.5		Os corrimãos são contínuos e com extremidades recurvadas fixadas ou justapostas à parede ou piso?				
1.50	9.050/0 4	6.7.2		O guarda corpo possui altura de 1,05m?				
1.51	4.909/9 4	227		O guarda corpo possui longarinas ou balaústres com afastamentos máximos de 15cm entre eles?				
1.52	9.050/0 4	5.13		Existe sinalização visual localizada na borda do piso, em cor contrastante com a do acabamento, medindo entre 2cm e 3cm de largura?				












1.53	9.050/0 4	5.14.1.2c		Existe, no início e término da escada, sinalização tátil de alerta em cor contrastante com a do piso, afastada no máximo 32cm do degrau?				
1.54	4.909/9 4	397		Existe sistema de sinalização para abandono do local (placas indicando saídas autônomas) instalado no corpo da escada, patamares e saguões?				

**RAMPAS EXTERNAS**












1.55	9.050.0 4	6.5.1.6		A largura mínima da rampa é de 1,20m?				
1.56	9.050.0 4	6.1.6		O piso da rampa e dos patamares é revestido com material antiderrapante, firme, regular e estável?				
1.57	9.050/0 4	6.5.2.1		No início e no término da rampa existem patamares com dimensão mínima longitudinal de 1,20m além da área de circulação adjacente?				
1.58	9.050/0 4	6.6.5.1		Existe patamar sempre que houver mudança de direção na rampa?				
1.59	9.050/0 4	6.6.5.2		Na existência, possui dimensões iguais a largura da rampa?				
1.60	9.077/0 1	4.6.2.5		Os patamares estão isentos de obstáculos que ocupem sua superfície útil (tal como abertura de portas)?				
1.61	9.077/0 1	4.6.27		Os corrimãos estão instalados em ambos os lados da rampa?				
1.62	9.050/0 4	6.7.1.6		Os corrimãos laterais estão instalados a duas alturas: 92cm e 70cm do piso, medido da geratriz superior?				
1.63	9.050/0 4	6.7.1.2		Existe espaço livre entre a parede e o corrimão de no mínimo 4cm?				
1.64	9.050/0 4	6.7.1.2		Os corrimãos possuem largura entre 3 à 4,5cm?				
1.65	9.050/0 4	6.7.1.4		Os corrimãos possuem prolongamento mínimo de 30cm antes do início e após o término da escada?				
1.66	9.077/0 1	4.6.27		As arestas dos corrimãos são seguras, sem oferecer riscos de acidentes (cuidar arestas vivas)?				
1.67	9.050/0 4	6.7.1.5		Os corrimãos são contínuos e com extremidades recurvadas fixadas ou justapostas à parede ou piso?				
1.68	9.050/0 4	6.7.2		O guarda corpo possui altura de 1,05m?				
1.69	9.077/0 1	4.6.27		O guarda corpo possui longarinas ou balaústres com afastamento mínimo de 15cm entre eles?				

1.70	9.050/0 4	6.5.1.2 6.5.1.3		A inclinação da rampa está conforme a tabela 5 e/ou 6 da NBR 9050/04? Tabelas em anexo.				
1.71	9.050/0 4	6.5.1.9		Em rampas curvas a inclinação máxima é de 8,33% e o raio mínimo é de 3,0 m?				
1.72	9.077/0 1	4.6.2.8		Existe sistema de iluminação de emergência instalado?				
1.73	9.050/0 4	5.14.1.2c		Existe sinalização tátil de alerta no início e término da rampa?				

**VAGAS DE ESTACIONAMENTO PARA DEFICIENTES**

1.74	Dec. 5.296/0 4	Art. 25		Existe vaga de estacionamento externo ou de garagem interna destinadas a pessoas portadoras de deficiência física ou visual?				
1.75	9.050/0 4	6.12.1		As vagas destinadas às pessoas portadoras de deficiência são indicadas com o símbolo internacional de acessibilidade a partir de sinalização vertical e no piso?				
1.76	-	-		As vagas de estacionamento reservadas para veículos utilizados por pessoas com mobilidade reduzida são identificáveis desde a entrada na garagem?				
1.77	9.050/0 4	6.12.3		O número de vagas atende a proporção de 01 vaga para o total de 11 a 100 vagas existentes ou 1% para um total superior a 100 vagas existentes?				
1.78	9.050/0 4	6.12.1	 	As vagas para estacionamento de veículos que conduzam ou sejam conduzidos por pessoas com deficiência, contam com um espaço adicional de circulação com largura mínima de 1,20m?				
1.79	Dec. 5.296/0 4	Art. 25		As vagas de estacionamento externo reservadas para pessoas portadoras de deficiência estão próximas ao acesso do edifício?				
1.80	9.050/0 4	6.12.1		As vagas estão vinculadas a uma rota acessível que permite deslocamento com segurança até a entrada do mesmo?				
1.81	9.050/0 4	6.12.1		As vagas estão localizadas de forma a evitar a circulação entre veículos?				
1.82	-	-		Na existência de vaga em garagem interna, há elevador ou rampa que permita acesso a entrada principal do edifício?				
1.83	9.050/0 4	6.1.1		Estas vagas para veículos têm piso nivelado, firme e estável?				

**ENTRADA**

1.84	9.050/04	5.4.1.1		Na entrada de edifício público totalmente acessível de acordo com a NBR 9050/04, está fixado o símbolo internacional de acessibilidade?				
<b>MECANISMOS DE CONTROLE DE ACESSO AO EDIFÍCIO</b>								
1.85	-	-		Quando o acesso ao edifício é feito através de videofones e/ou interfones a botoeira é acessível aos cadeirantes e às pessoas com baixa estatura?				
1.86	-	-		Quando o acesso ao edifício é feito através de videofones e/ou interfones, existe algum tipo de tecnologia assistiva para comunicação do surdo e/ou mudo para acesso ao edifício?				
1.87	9.050/04	6.2.4 6.2.5		Na existência de catracas ou portas giratórias de controle aos ambientes, há acesso alternativo a cadeirantes, obesos ou pessoas com mobilidade reduzida?				
1.88	-	-		Na existência de acesso alternativo, há campainha ou outro meio (visor) para solicitar abertura da porta?				
<b>PORTAS</b>								
1.89	9.050/04	6.9.2.1		Todos os vãos (espaço livre de passagem pela abertura) das portas têm no mínimo 80cm?				
1.90	9.050/04	6.9.2.3		As maçanetas das portas estão entre 90cm a 1,10 m de altura em relação ao piso?				
1.91	9.050/04	6.9.2.3		As maçanetas das portas são do tipo alavanca?				
1.92	9.050/04	6.1.4		O desnível máximo nas soleiras das portas é de 0,5cm de altura?				
1.93	9.050/04	6.1.7.2		Os capachos, quando existentes, estão firmemente fixados?				
1.94	9.050/04	6.1.7.1		Os capachos estão nivelados de maneira que se houver saliência esta não exceda 0,5cm?				
1.95	9.050/04	6.9.2.5		Na existência de porta tipo vaivém, há visor com largura mínima de 20cm estando sua face inferior situada entre 40cm e 90cm do piso, e a face superior no mínimo a 1,50m do piso?				

**LEGISLAÇÃO**

ABNT NBR 9.050/2004: Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

ABNT NBR 9.077/01: Norma Brasileira de Saídas de Emergência em Edifícios.

Decreto Federal nº. 5.296/04: Acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.








**COMPONENTES DE ACESSIBILIDADE:**








-  Orientação Espacial
-  Comunicação
-  Deslocamento
-  Uso

EDIFÍCIO  
LOCAL \_\_\_\_\_AVALIADOR  
DATA \_\_\_\_\_

## PLANILHA 2

## SAGUÕES, SALAS DE RECEPÇÃO E ESPERA

Nº	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		NA/I	OBSERVAÇÕES
	LEI/NBR	ARTIGO			SIM	NÃO		
<b>MECANISMOS DE CONTROLE DE ACESSO INTERNO</b>								
2.1	-	-		Quando o acesso à recepção é feito através de videofones e/ou interfones a botoeira é acessível aos cadeirantes e às pessoas com baixa estatura?				
2.2	-	-		Quando o acesso à recepção é feito através de videofones e/ou interfones, existe algum tipo de tecnologia assistiva para comunicação do surdo e/ou mudo para acesso ao edifício?				
2.3	9.050/04	6.2.4 6.2.5		Na existência de catracas ou portas giratórias de controle aos ambientes, há acesso alternativo a cadeirantes, obesos ou pessoas com mobilidade reduzida?				
2.4	-	-		Na existência de acesso alternativo, há campanha ou outro meio (visor) para solicitar abertura da porta?				
<b>ATENDIMENTO OU RECEPÇÃO</b>								
2.5	-	-		O balcão de atendimento / recepção pode ser identificado visualmente ou por informação adicional (placa) desde a porta de acesso ao edifício?				
2.6	-	-		Há suporte informativo tátil que permita a identificação do local do balcão para pessoas com restrição visual?				
2.7	Dec. 5.296/04	Art. 6 e 26		Existe suporte informativo (diagramas, mapas, quadros) visual e tátil, que possibilitem ao usuário localizar-se, identificar o local das diferentes atividades e definir rotas para o uso do edifício de forma independente?				

2.8	Dec. 5.296/04	Art. 6	 Existe um serviço de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, ou surdo/cegas, prestado por pessoas capacitadas (intérpretes)?				
2.9	-	-	 Existe algum tipo de equipamento de tecnologia assistiva (terminal de computador) que permita a comunicação para o surdo e/ou mudo com os funcionários?				
2.10	9.050/04	9.5.1	 Os balcões de atendimento estão localizados em rotas acessíveis?				
2.11	9.050/04	9.5.2.1 9.5.2.2	 Os balcões de atendimento, inclusive automáticos, permitem aproximação frontal por cadeira de rodas, tendo em uma parte altura máxima de 90 cm em relação ao piso, com altura livre de 73cm sob o balcão e profundidade livre inferior de 30cm?				
2.12	9.050/04	9.5.5.1	 Na existência de guichê (bilheterias) para atendimento, a altura máxima é de 1,05m a partir do piso?				
2.13	9.050/04	9.6.2.1	 Na existência de equipamentos de auto atendimento há área de aproximação adequada para garantir acessibilidade em frente (80cm x 1,20m)?				
2.14	9.050/04	9.6.3	 Na existência de equipamentos de auto atendimento, as teclas numéricas têm a mesma seqüência numérica dos telefones convencionais?				
2.15	9.050/04	9.6.4	 Na existência de equipamentos de auto atendimento Pelo menos um possui instruções e informações visuais e auditivas ou táteis?				
<b>MOBILIÁRIO PARA ESPERA</b>							
2.16	-	-	 O mobiliário está localizado fora da faixa livre de circulação?				
2.17	-	-	 Caso o mobiliário de espera constitua obstáculo à circulação, existe sinalização tátil no piso, indicando sua localização, para pessoas com restrição visual?				
2.18	9.050/04	9.4 8.2.1.3.1	 Existe pelo menos um espaço reservado aos cadeirantes junto ao mobiliário de espera com dimensões mínimas de 80cm por 1,20m?				
2.19	9.050/04	9.4	 Na existência deste espaço destinado às pessoas com cadeira de rodas, o mesmo está fora da área de circulação?				
2.20	9.050/04	8.2.1.3.3	 Existe pelo menos um assento destinado aos obesos (com largura equivalente a de dois assentos adotados no local e espaço livre frontal de no mínimo 60cm, suportando carga de até 250Kg)?				
2.21	9.050/04	9.4	 Na existência deste assento para obesos, o mesmo está fora da área de circulação?				








2.22	9.050/04	8.2.1.3.2		Existe pelo menos um assento destinado a pessoa com mobilidade reduzida (com espaço livre frontal de no mínimo 60cm e braço removível)?				
2.23	9.050/04	8.2.1		Existe pelo menos um assento destinado aos acompanhantes das pessoas com cadeira de rodas, mobilidade reduzida e obesos ao lado dos espaços reservados?				
2.24	9.050/04	8.2.1.2.5		Os assentos preferenciais aos obesos e pessoas com mobilidade reduzida estão situados próximos aos corredores?				
2.25	9.050/04	8.2.1.3.2		Os espaços e assentos preferenciais aos cadeirantes, obesos e pessoas com mobilidade reduzida estão devidamente sinalizados?				
2.26	9.050/04	8.2.1a		Os espaços e assentos preferenciais aos cadeirantes, obesos e pessoas com mobilidade reduzida estão situados em uma rota acessível vinculada a uma rota de fuga?				
2.27	9.050/04	8.2.1e		Os espaços e assentos preferenciais aos cadeirantes, obesos e pessoas com mobilidade reduzida estão situados em local de piso plano horizontal?				
2.28	9.050/04	8.2.1d		Os espaços e assentos preferenciais aos cadeirantes, obesos e pessoas com mobilidade reduzida garantem conforto, segurança, boa visibilidade e acústica?				
2.29	9.050/04	8.2.1b		Os espaços e assentos preferenciais aos cadeirantes, obesos e pessoas com mobilidade reduzida possuem as mesmas condições de atendimento aos serviços dos demais assentos?				
<b>PORTAS</b>								
2.30	9.050.04	6.9.2.1		Todos os vãos (espaço livre de passagem pela abertura) das portas têm no mínimo 80cm?				
2.31	9.050.04	6.9.2.3		As maçanetas das portas estão entre 90cm a 1,10m de altura em relação ao piso?				
2.32	9.050.04	6.9.2.3		As maçanetas das portas são do tipo alavanca?				
2.33	9.050/04	6.1.4		O desnível máximo nas soleiras das portas é de 0,5cm de altura?				
2.34	9.050/04	6.1.7.2		Os capachos, quando existentes, estão firmemente fixados?				
2.35	9.050/04	6.1.7.1		Os capachos estão nivelados de maneira que se houver saliência esta não exceda 0,5 cm?				
2.36	9.050/04	6.9.2.5		Na existência de porta tipo vaivém, há visor com largura mínima de 20cm estando sua face inferior situada entre 40cm e 90cm do piso, e a face superior no mínimo a 1,50m do piso?				



## CIRCULAÇÃO INTERNA

2.37	9.050/04	6.9.1.1	 Os corredores e passagens têm largura mínima de 90cm quando sua extensão for de até 4m, largura de 1,20m quando sua extensão for de até 10m e largura de 1,50m quando sua extensão for superior a 10,00m ou quando seu uso for público?				
2.38	-	-	 Os corredores e passagens possuem uma faixa livre de obstáculos (caixas de coleta, lixeira, telefones públicos, extintores de incêndio e outros) de no mínimo 90cm?				
2.39	9.050.04	6.1.1	 O piso dos corredores e passagens é revestido com material antiderrapante, firme, regular e estável?				
2.40	9.050.04	6.1.1	 O piso dos corredores e passagens é nivelado (sem degraus)?				
2.41	9.050.04	6.1.3	 Há, em circulações muito amplas ou na ausência de linha-guia identificável, faixas de piso em cor e textura diferenciadas guiando os usuários com restrição visual?				
2.42	9.050.04	6.1.4	 Na existência de desníveis maiores que 1,5cm há rampas?				
2.43	9.050/04	6.7	 Os guarda-corpos são construídos em materiais rígidos, firmemente fixados às paredes ou barras de suporte?				
2.44	9.050/04	6.10.5	 Placas de sinalização e outros elementos suspensos que tenham sua projeção sobre a faixa de circulação estão a uma altura mínima de 2,10m em relação ao piso?				
2.45	9.050/04	5.2.3	 Há sistema de alarme de incêndio simultaneamente sonoro e luminoso?				
2.46	9.050/04	5.15.1.3	 Há indicação sonora e visual em saídas de emergência?				
2.47	9.050/04	6.2.6	 Há placas indicativas no interior da edificação para sinalização de rotas e entradas acessíveis?				
2.48	9.050/04	5.5.2	 A sinalização visual é em cores contrastantes (texto ou figura e fundo) com a superfície sobre a qual está afixada?				
2.49	9.050/04	5.4	 Existe sinalização visual em forma de pictogramas?				
2.50	9.050/04	5.4	 Na existência de pictogramas estes estão de acordo com a norma?				

**TELEFONES PÚBLICOS E BEBEDOUROS**

2.51	9.050/04	9.2.1.2 9.2.5.1 9.2.5.2		Há pelo menos um telefone acessível a cadeirantes por pavimento (altura máxima de 1,20m e altura inferior livre mínima de 73cm)?				
2.52	9.050/04	9.2.2.1		Há pelo menos um telefone com amplificador de sinal?				
2.53	9.050.04	9.2.3		Há telefone TDD (Telefone que Transmite mensagem de Texto) no edifício?				
2.54	9.050/04	5.4.4.4		Os telefones públicos acessíveis às pessoas com restrições possuem sinalização?				
2.55	9.050/04	9.1.2.1		A bica do bebedouro possui altura de 90cm do piso?				
2.56	9.050/04	9.1.3.1		O bebedouro possui altura livre inferior de no mínimo 73cm do piso?				
2.57	9.050/04	9.1.3.1		Existe uma área de aproximação frontal de 80cm x 1,20m, avançando sob o bebedouro no máximo 50cm?				

**LEGISLAÇÃO**

ABNT NBR 9.050/2004: Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

ABNT NBR 9.077/01: Norma Brasileira de Saídas de Emergência em Edifícios.

Decreto Federal nº. 5.296/04: Acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

**COMPONENTES DE ACESSIBILIDADE:**



Orientação Espacial



Comunicação



Deslocamento























Uso

EDIFÍCIO  
LOCALAVALIADOR  
DATA








## PLANILHA 3

## CIRCULAÇÕES HORIZONTAIS

Nº	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		NA/I	OBSERVAÇÕES
	LEI/NBR	ARTIGO			SIM	NÃO		
<b>MECANISMOS DE CONTROLE DE ACESSO (se houver)</b>								
3.1	-	-		Quando o acesso às circulações horizontais é feito através de videofones e/ou interfones a botoeira é acessível aos cadeirantes e às pessoas com baixa estatura?				
3.2	-	-		Quando o acesso às circulações horizontais é feito através de videofones e/ou interfones, existe algum tipo de tecnologia assistiva para comunicação do surdo e/ou mudo para acesso ao edifício?				
3.3	9.050/04	6.2.4 6.2.5		Na existência de catracas ou portas giratórias, há acesso alternativo a cadeirantes, obesos ou pessoas com mobilidade reduzida? Na ausência de catracas e portas giratórias, não responder a questão.				
3.4	-	-		Na existência de acesso alternativo, há campainha ou outro meio (visor) para solicitar abertura da porta?				
<b>PORTAS INTERNAS</b>								
3.5	9.050.04	6.9.2.1		Todos os vãos (espaço livre de passagem pela abertura) das portas têm no mínimo 80cm?				
3.6	9.050.04	6.9.2.3		As maçanetas das portas estão entre 90cm a 1,10 m de altura em relação ao piso?				
3.7	9.050.04	6.9.2.3		As maçanetas das portas são do tipo alavanca?				
3.8	9.050/04	6.1.4		O desnível máximo nas soleiras das portas é de 0,5cm de altura?				
3.9	9.050/04	6.1.7.1		Os capachos estão nivelados de maneira que se houver saliência esta não exceda 0,5cm?				

3.10	9.050/04	6.1.7.2		Os capachos, quando existentes, estão firmemente fixados?					
3.11	9.050/04	6.9.2.5		Na existência de porta tipo vaivém, há visor com largura mínima de 20cm estando sua face inferior situada entre 40cm e 90cm do piso, e a face superior no mínimo a 1,50m do piso?					
<b>CIRCULAÇÃO INTERNA</b>									
3.12	9.050/04	6.9.1.1		Os corredores e passagens têm largura mínima de 90cm quando sua extensão for de até 4m, largura de 1,20m quando sua extensão for de até 10m e largura de 1,50m quando sua extensão for superior a 10m ou quando seu uso for público?					
3.13	-	-		Os corredores e passagens possuem uma faixa livre de obstáculos (caixas de coleta, lixeira, telefones públicos, extintores de incêndio e outros) de no mínimo 90cm?					
3.14	9.050.04	6.1.1		O piso dos corredores e passagens é revestido com material antiderrapante, firme, regular e estável?					
3.15	9.050.04	6.1.1		O piso dos corredores e passagens é nivelado (sem degraus)?					
3.16	9.050.04	6.1.3		Há, em circulações muito amplas ou na ausência de linha-guia identificável, faixas de piso em cor e textura diferenciadas guiando os usuários com restrição visual?					
3.17	9.050.04	6.1.4		Na existência de desníveis maiores que 1,5cm há rampas?					
3.18	9.050/04	6.7		Os guarda-corpos são construídos em materiais rígidos, firmemente fixados às paredes ou barras de suporte?					
3.19	9.050/04	6.10.5		Placas de sinalização e outros elementos suspensos que tenham sua projeção sobre a faixa de circulação estão a uma altura mínima de 2,10m em relação ao piso?					
3.20	9.050/04	5.2.3		Há sistema de alarme de incêndio simultaneamente sonoro e luminoso?					
3.21	9.050/04	5.15.1.3		Há indicação sonora e visual em saídas de emergência?					
3.22	9.050/04	6.2.6		Há placas indicativas no interior da edificação para sinalização de rotas e entradas acessíveis?					
3.23	9.050/04	5.5.2		A sinalização visual é em cores contrastantes (texto ou figura e fundo) com a superfície sobre o qual está afixada?					

**TELEFONES PÚBLICOS E BEBEDOUROS**

3.24	9.050/04	9.2.1.2 9.2.5.1 9.2.5.2		Há pelo menos um telefone acessível a cadeirantes por pavimento (altura máxima de 1,20m e altura inferior livre mínima de 73cm)?				
3.25	9.050/04	9.2.2.1		Há pelo menos um telefone com amplificador de sinal?				
3.26	9.050.04	9.2.3		Há telefone TDD (Telefone que Transmite mensagem de Texto) no edifício?				
3.27	9.050/04	5.4.4.4		Os telefones públicos acessíveis às pessoas com restrições possuem sinalização?				
3.28	9.050/04	9.1.2.1		A bica do bebedouro possui altura de 90cm do piso?				
3.29	9.050/04	9.1.3.1		O bebedouro possui altura livre inferior de no mínimo 73cm do piso?				
3.30	9.050/04	9.1.3.1		Existe uma área de aproximação frontal de 80cm x 1,20m, avançando sob o bebedouro no máximo 50cm?				

**LEGISLAÇÃO**

ABNT NBR 9.050/2004: Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

ABNT NBR 9.077/01: Norma Brasileira de Saídas de Emergência em Edifícios.

Decreto Federal nº. 5.296/04: Acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

**COMPONENTES DE ACESSIBILIDADE:**



Orientação Espacial



Comunicação



Deslocamento













Uso












EDIFÍCIO  
LOCAL \_\_\_\_\_AVALIADOR  
DATA \_\_\_\_\_

## PLANILHA 4







## CIRCULAÇÕES VERTICAIS

Nº	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		NA/I	OBSERVAÇÕES
	LEI/NBR	ARTIGO			SIM	NÃO		
<b>ELEVADORES</b>								
4.1	0060/00	243		Se há pelo menos um tipo de equipamento eletromecânico de circulação vertical (plataformas, elevadores, etc.) no edifício, todos os pavimentos, inclusive os de garagem, são servidos por ele?				
4.2	13.994/00	5.1.1.1		Os elevadores destinados à pessoas portadoras de deficiência físicas estão situados em rotas acessíveis a estas pessoas?				
4.3	-	-		Os elevadores podem ser identificados visualmente ou por informação adicional (placas indicativas) desde a porta de acesso ao edifício?				
4.4	-	-		Há algum tipo de sinalização tátil (mapa tátil, piso guia) que permita a identificação do local dos elevadores para pessoas com restrição visual?				
4.5	13.994/00	5.1.4.2		O hall em frente aos elevadores está livre de obstáculos?				
4.6	0060/00	250		A circulação de acesso ao elevador tem no mínimo 1,50m de largura, medida perpendicularmente ao plano da porta?				
4.7	13.994/00	5.1.17 5.2.17		A folga entre a borda da soleira da plataforma do carro e a borda de qualquer soleira do pavimento é de no máximo 3,5cm?				
4.8	13.994/00	5.2.5		A porta do elevador tem vão mínimo de 80cm?				
4.9	13.994/00	5.2.4.1		A porta do elevador é automática?				
4.10	13.994/00	5.2.6.2		O tempo mínimo de permanência da porta aberta é 5s?				

4.11	13.994/00	5.2.14.1		Os botões de chamada (exterior da cabina) estão a uma altura entre 90cm e 1,10m?				
4.12	13.994/00	5.2.14.2		Os botões de chamada são providos de indicação visual e sonora para cada chamada registrada?				
4.13	13.994/00	5.2.15.1		Junto a porta de entrada, no pavimento, existe dispositivo que emita sinais acústico e visual indicando o sentido em que a cabina se movimenta?				
4.14	13.994/00	5.2.16.1		A identificação (externa) do pavimento está afixada em ambos os lados dos batentes sendo visível a partir do interior da cabina e do seu acesso?				
4.15	13.994/00	5.2.16.1		Esta identificação está a uma altura entre 90cm e 1,10m em relação ao piso?				
4.16	13.994/00	5.1.16.2		Imediatamente abaixo da identificação do pavimento há marcação em Braille?				
4.17	13.994/00	5.2.7.1		A dimensão mínima da cabina do elevador é de 1,00m entre os painéis laterais e de 1,25m entre os painéis frontal e o de fundo?				
4.19	13.994/00	5.2.8.2		A botoeira do interior da cabina está localizada no painel direito de quem está de frente para o elevador?				
4.20	13.994/00	5.1.8.3 e 5.2.8.3		A identificação dos comandos tem cor contrastante com o fundo?				
4.21	13.994/00	5.1.8.3 e 5.2.8.3		Os caracteres dos comandos têm altura máxima de 1,60cm?				
4.22	13.994/00	5.1.8.3 e 5.2.8.3		Ao lado esquerdo de cada botão de comando, há marcação em Braille correspondente?				
4.23	13.994/00	5.1.8.1		O botão de comando mais baixo do painel está a uma altura de 89cm em relação ao piso?				
4.24	13.994/00	5.1.8.1		O botão de comando mais alto do painel está a uma altura de 1,35m em relação ao piso?				
4.25	13.994/00	5.2.8.4		Os comandos de emergência estão agrupados na parte inferior da botoeira da cabina?				
4.26	13.994/00	5.2.9		O indicador (interno) de posição da cabina está localizado na botoeira ou sobre a abertura da porta?				
4.27	13.994/00	5.2.9		Este indicador possui caracteres com altura mínima de 1,6cm?				
4.28	13.994/00	5.2.9.3		A cada parada do elevador soa automaticamente um anúncio verbal?				
4.29	13.994/00	5.2.10.1		Existe um meio de comunicação de duas vias instalado dentro e fora do elevador?				

4.30	13.994/00	5.2.10.2	 Na existência, está localizado a uma altura entre 89cm e 1,35m em relação ao piso?				
4.31	-	-	 Existe algum tipo de tecnologia assistiva para a comunicação do surdo ou do mudo no elevador?				
4.32	13.994/00	5.2.12	 Há corrimãos (barras) afixados nas laterais e no fundo da cabina?				
4.33	13.994/00	5.2.12	 Na existência, sua parte superior está a uma altura entre 89cm e 90cm em relação ao piso?				
4.34	13.994/00	5.2.12	 Os corrimãos (barras) fixos têm seção de 3,8cm a 4,2cm?				
4.35	13.994/00	5.2.12	 O espaço livre entre o painel da cabina e o corrimão é de 3,8cm a 4,2cm?				
4.36	13.994/00	5.2.11	 O revestimento do piso da cabina possui superfície dura e antiderrapante?				
4.37	9.050/04	6.1.7.1	 Na existência de capacho, está embutido no piso de maneira que qualquer saliência não exceda 5mm?				
4.38	9.050/04	6.1.7.2	 Os capachos, quando existentes, estão firmemente fixados?				
4.39	4.909/94	397	 Há iluminação de emergência no elevador?				
4.40	13.994/00	5.2.19	 Se um ou mais elevadores do edifício atendem integralmente a todas as exigências acima, estes possuem o símbolo internacional de acesso?				



**PORTAS**

4.41	9.050.04	6.9.2.1	 Todos os vãos (espaço livre de passagem pela abertura) das portas têm no mínimo 80cm?				
4.42	9.050.04	6.9.2.3	 As maçanetas das portas estão entre 90cm a 1,10 m de altura em relação ao piso?				
4.43	9.050.04	6.9.2.3	 As maçanetas das portas são do tipo alavanca?				
4.44	9.050/04	6.1.4	 O desnível máximo nas soleiras das portas é de 0,5cm de altura?				
4.45	9.050/04	6.1.7.2	 Os capachos, quando existentes, estão firmemente fixados?				
4.46	9.050/04	6.1.7.1	 Os capachos estão nivelados de maneira que se houver saliência esta não exceda 0,5cm?				



4.47	9.050/04	6.9.2.5	 Na existência de porta tipo vaivém, há visor com largura mínima de 0,20m tendo sua face inferior situada entre 0,40m e 0,90m do piso, e a face superior no mínimo a 1,50m do piso?				
<b>ESCADAS</b>							
4.48	9.050/04	6.6.4.3	 A largura mínima das escadas fixas é de 1,20m?				
4.49	4.909/94	219	 O piso da escada é de material incombustível (não queima e não produz fumaça) e antiderrapante (confirmado através de laudo do fabricante)?				
4.50	0060/00	134	 Os degraus estão todos dispostos paralelos entre si (proibido degraus em leque)?				
4.51	9.050/04	6.6.1	 Os espelhos dos degraus são fechados (não podem ser vazados)?				
4.52	9.050/04	6.6.3	 Os degraus da escada possuem espelho entre 16cm e 18cm?				
4.53	9.050/04	6.6.3	 A profundidade do degrau (piso) é maior que 28cm e menor que 32cm?				
4.54	9.050/04	6.6.5.1	 Existe patamar sempre que houver mudança de direção na escada?				
4.55	9.050/04	6.6.5.2	 Na existência, possui dimensões iguais a largura da escada?				
4.56	9.050/04	6.6.5.2	 Os patamares possuem dimensão longitudinal mínima de 1,20m?				
4.57	4.909/94	209	 Os patamares estão isentos de obstáculos que ocupem sua superfície útil (tal como abertura de portas)?				
4.58	9.050/04	6.6.4.4	 O primeiro e o último degraus de um lance de escada estão a uma distancia de no mínimo 30 cm da área de circulação?				
4.59	4.909/94	226	 As escadas têm lance máximo de 19 degraus?				
4.60	9.050/04	6.7.1	 Os corrimãos estão instalados em ambos os lados da escada?				

4.61	9.050/04	6.7.1.6	 Os corrimãos estão instalados na altura de 92cm do piso medido de sua geratriz superior?				
4.62	9.050/04	6.7.1.6	 Na existência de corrimãos laterais instalados em duas alturas, estas são 70cm e 92cm do piso, medidos da geratriz superior?				
4.63	9.050/04	6.7.1.2	 Existe espaço livre entre a parede e o corrimão de no mínimo 4cm?				
4.64	9.050/04	6.7.1.2	 Os corrimãos possuem largura (seção ou diâmetro) entre 3 à 4,5cm?				
4.65	9.050/04	6.7.1.4	 Os corrimãos possuem prolongamento mínimo de 30cm antes do início e após o término da escada?				
4.66	9.050/04	6.7.1.5	 As arestas dos corrimãos são seguras, sem oferecer riscos de acidentes (cuidar arestas vivas)?				
4.67	9.050/04	6.7.1.5	 Os corrimãos são contínuos e possuem extremidades recurvadas fixadas à parede ou piso?				
4.68	9.050/04	6.7.2	 O guarda corpo possui altura mínima de 1,05m?				
4.69	4.909/94	227	 O guarda corpo possui longarinas ou balaústres com afastamentos máximos de 15cm entre eles?				
4.70	4.909/94	219	 Existe sinalização indicando o número do pavimento na escada ou no patamar?				
4.71	9.050/04	5.13	 Existe sinalização visual localizada na borda do piso, em cor contrastante com a do acabamento, medindo entre 2cm e 3cm de largura?				
4.72	9.050/04	5.14.1.2c	 Existe, no início e término da escada, sinalização tátil de alerta em cor contrastante com a do piso, afastada no máximo 32cm do degrau?				
4.73	4.909/94	235	 Existe sistema de iluminação de emergência instalado no corpo da escada, patamares e hall?				
4.74	4.909/94	397	 Existe sistema de sinalização para abandono do local (placas indicando saídas autônomas) instalado no corpo da escada, patamares e saguões?				
<b>RAMPAS</b>							
4.75	9.050.04	6.5.1.6	 A largura mínima da rampa é de 1,20m?				
4.76	9.050.04	6.1.6	 O piso da rampa e dos patamares é revestido com material antiderrapante, firme, regular e estável?				

4.77	9.050/04	6.5.2.1		No início e no término da rampa existem patamares com dimensão mínima longitudinal de 1,20m além da área de circulação adjacente?				
4.78	9.050/04	6.6.5.1		Existe patamar sempre que houver mudança de direção na rampa?				
4.79	9.050/04	6.6.5.2		Na existência de patamares, estes possuem dimensões iguais a largura da rampa?				
4.80	9.077/01	4.6.2.5		Os patamares estão isentos de obstáculos que ocupem sua superfície útil (tal como abertura de portas)?				
4.81	9.077/01	4.6.27		Os corrimãos estão instalados em ambos os lados da rampa?				
4.82	9.050/04	6.7.1.6		Os corrimãos laterais estão instalados a duas alturas: 92cm e 70cm do piso, medido da geratriz superior?				
4.83	9.050/04	6.7.1.2		Existe espaço livre entre a parede e o corrimão de no mínimo 4cm?				
4.84	9.050/04	6.7.1.2		Os corrimãos possuem largura entre 3 à 4,5cm?				
4.85	9.050/04	6.7.1.4		Os corrimãos possuem prolongamento mínimo de 30cm antes do início e após o término da escada?				
4.86	9.077/01	4.6.27		As arestas dos corrimãos são seguras, sem oferecer riscos de acidentes (cuidar arestas vivas)?				
4.87	9.050/04	6.7.1.5		Os corrimãos são contínuos e com extremidades recurvadas fixadas ou justapostas à parede ou piso?				
4.88	9.050/04	6.7.2		O guarda corpo possui altura mínima de 1,05m?				
4.89	9.077/01	4.6.27		O guarda corpo possui longarinas ou balaústres com afastamento mínimo de 15cm entre eles?				
4.90	9.050/04	6.5.1.2 6.5.1.3		A inclinação da rampa está conforme a tabela 5 e/ou 6 da NBR 9050/04? Tabelas em anexo.				
4.91	9.050/04	6.5.1.9		Em rampas curvas a inclinação máxima é de 8,33% e o raio mínimo é de 3,0 m?				
4.92	9.077/01	4.6.2.8		Existe sistema de iluminação de emergência instalado?				
4.93	9.050/04	5.14.1.2c		Existe sinalização tátil de alerta no início e término da rampa?				
4.94	9.077/01	4.6.2.8		Existe sistema de sinalização para abandono de local (placas indicando saídas autônomas) instalado?				

**LEGISLAÇÃO**

ABNT NBR 9.050/2004: Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

ABNT NBR 9.077/01: Norma Brasileira de Saídas de Emergência em Edifícios.  
Decreto Federal nº. 5.296/04: Acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

**COMPONENTES DE ACESSIBILIDADE:**



Orientação Espacial



Comunicação



Deslocamento











Uso

EDIFÍCIO  
LOCALAVALIADOR  
DATA


## PLANILHA 5

## SANITÁRIOS PARA DEFICIENTES FÍSICOS

Nº	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA		NA/I	OBSERVAÇÕES
	LEI/NBR	ARTIGO			SIM	NÃO		
5.1	9.050/04	7.2.2		Há, ao menos, um conjunto de sanitários feminino e masculino acessíveis as pessoas com restrições no edifício?				
5.2	-	-		Na existência de 1 (um) conjunto, este se encontra no pavimento de maior utilização?				
5.3	Dec. 5.296/04	Art. 22		Os sanitários acessíveis existentes possuem entradas independentes dos sanitários coletivos?				
5.4	Dec. 5.296/04	Art. 22		Os sanitários adaptados existentes estão localizados nos pavimentos acessíveis?				
5.5	-	-		Há sinalização identificando a localização dos sanitários no edifício?				
5.6	9.050/04	5.5.2		A sinalização visual é em cores contrastantes (texto ou figura e fundo; e a superfície sobre a qual está afixada)?				
5.7	9.050/04	5.5.5.2		A sinalização visual interna tem dimensão mínima de 15cm?				
5.8	9050/04	5.4.4.1		Há símbolo internacional de sanitários identificando o tipo de sanitário (feminino, masculino, familiar, unissex)?				

5.9	-	-		Esta sinalização é acessível as pessoas com restrição visual (tátil e ao alcance das mãos)?				
5.10	9.050/04	5.4.1.3		Há o símbolo internacional de acesso afixado em local visível ao público?				
5.11	9.050/04	7.2.1		O sanitário ou vestiário está localizado em rota acessível, próximo à circulação principal?				
5.12	9.050/04	7.2.1		Há sinalização de emergência ao lado da bacia e do box do chuveiro (se houver) a uma altura de 40cm, para acionamento em caso de queda?				
5.13	9.050/04	7.3.1.1 7.3.3.1		A distribuição de aparelhos e peças nos banheiros permite a utilização por um usuário em cadeira de rodas (80 cm para circulação e área de manobra no eixo de 180º de 1,50 x 1,20m)?				
5.14	9.050/04	7.3.3.1		Os boxes para bacia sanitária têm dimensões mínimas de 150x170cm?				
5.15	9.050/04	7.3.1.1		Há área livre de 80x120cm lateral ao vaso sanitário para transferência da pessoa da cadeira de rodas para o vaso?				
5.16	9.050/04	7.3.1.3		Os assentos das bacias sanitárias estão a uma altura de no máximo 46cm em relação ao piso?				
5.17	9.050/04	7.3.1.4		Se há plataforma (sóculo) para compor a altura de 46cm do assento da bacia sanitária, a projeção horizontal da plataforma ultrapassa no máximo 5cm o contorno da base da bacia?				
5.18	9.050/04	7.3.1.2		No caso de bacia sanitária com caixa acoplada há barra de apoio na parede do fundo, a uma distância mínima entre a face inferior da barra e a tampa da caixa acoplada de 15cm?				
5.19	9.050/04	7.2.4 7.3.1.2		Há barras de apoio nas laterais e no fundo da bacia sanitária?				
5.20	9.050/04	7.3.1.2		As barras de apoio da bacia sanitária estão afixadas a uma altura de 75cm em relação ao piso?				
5.21	9.050/04	7.3.1.2		As barras de apoio da bacia sanitária têm comprimento mínimo de 80cm?				
5.22	9.050/04	6.9.2.1		A porta do sanitário ou do box para bacia sanitária tem vão livre mínimo de 80cm				
5.23	9.050/04	7.3.3.4		A porta do box para bacia sanitária abre para fora?				
5.24	9.050/04	7.3.3.4		Na existência de sanitário adaptado individual a porta abre para fora?				

5.25	-	-		A porta do sanitário está disposta de maneira a permitir sua completa abertura e não interferir com a área de manobra externa?				
5.26	9.050/04	6.9.2.4		A porta do sanitário, ou do boxe para bacia sanitária, tem puxador horizontal para facilitar seu fechamento (mínimo de 40cm de comprimento e com altura de 90cm)?				
5.27	9.050/04	6.9.2.3		A maçaneta da porta do sanitário está entre 90cm e 1,10m de altura em relação ao piso?				
5.28	9.050/04	6.9.2.3		A maçaneta ou trinco da porta do sanitário é do tipo alavanca?				
5.29	9.050/04	6.1.4		O desnível máximo nas soleiras das portas é de 0,5cm de altura?				
5.30	9.050/04	7.3.6.1	 	Há uma área livre de aproximação com dimensões de 1,20mx80cm frontal ao lavatório?				
5.31	9.050/04	7.3.6.2		Os lavatórios são suspensos (sem coluna)?				
5.32	9.050/04	7.3.6.2		O lavatório é fixado à altura entre 78cm a 80 cm em relação ao piso?				
5.33	9.050/04	7.3.6.2		Há uma altura livre sob o lavatório de 73cm?				
5.33	9.050/04	7.3.6.3		As torneiras do lavatório são do tipo alavanca, com sensor eletrônico ou dispositivo equivalente?				
5.34	9.050/04	6.1.1		O piso dos banheiros tem revestimento antiderrapante, regular e estável?				
5.35	9.050/04	6.1.4		O piso dos banheiros é nivelado?				
5.36	9.050/04	7.3.7.1	 	Há uma área livre de aproximação com dimensões de 120x80cm frontal ao mictório?				
5.37	9.050/04	7.3.7.4		No mictório, há duas barras de apoio fixadas na vertical, paralelas, com distância entre elas de 60cm, com o mictório no centro?				
5.38	9.050/04	7.3.7.4		As barras do mictório têm comprimento de 70cm?				
5.39	9.050/04	7.3.7.4		As barras do mictório estão a 75cm da altura em relação ao piso?				

5.40	9.050/04	7.3.8		Os acessórios do sanitário (toalheiro, descarga, cesto de lixo, espelho, saboneteira, etc) estão localizados dentro da faixa de alcance confortável, a uma altura de 80cm a 1,20m do piso?				
------	----------	-------	---	--	--	--	--	--

**LEGISLAÇÃO**

ABNT NBR 9.050/2004: Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

ABNT NBR 9.077/01: Norma Brasileira de Saídas de Emergência em Edifícios.

Decreto Federal nº. 5.296/04: Acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

**COMPONENTES DE ACESSIBILIDADE:**

Orientação Espacial



Comunicação



Deslocamento



Uso












EDIFÍCIO LOCAL \_\_\_\_\_ AVALIADOR DATA \_\_\_\_\_

COMPONENTES	
	Orientação
	Deslocamento
	Uso
	Comunicação

PLANILHA 6

MUSEU E GALERIA DE ARTE

Nº	LEGISLAÇÃO		C	ITENS A CONFERIR	RESPOSTA			OBSERVAÇÕES
	LEI/NBR	ARTIGO			SIM	NÃO	NAI	
<b>ACESSO</b>								
11.1	-	-		Há possibilidade de identificar as diferentes atividades a partir de suporte informativo visual e tátil?				
11.2	-	-		O acesso ambiente é efetuado por uma rota acessível?				
11.3	-	-		Nos ambientes complexos, com mais de uma atividade, os diferentes setores estão devidamente identificados?				
11.4	-	-		Quando o acesso ao ambiente é feito através de videofones e/ou interfones a botoeira é acessível aos cadeirantes e às pessoas com baixa estatura?				
11.5	-	-		Quando o acesso ao ambiente é feito através de videofones e/ou interfones, existe algum tipo de tecnologia assistiva para comunicação do surdo e/ou mudo para acesso ao edifício?				
11.6	9.050/04	6.2.4 6.2.5		Na existência de catracas ou portas giratórias de controle aos ambientes, há acesso alternativo a cadeirantes, obesos ou pessoas com mobilidade reduzida?				
11.7	-	-		Na existência de acesso alternativo, há campanha ou outro meio (visor) para solicitar abertura da porta?				
11.8				Existem sites na WEB acessíveis às pessoas com restrição auditiva e visual, com informações sobre a localização, as atividades e a programação do ambiente?				
<b>BILHETERIA</b>								
11.9	9.050/04	9.5.1		Na existência de bilheteria, a mesma está localizada em rotas acessíveis?				
11.10	9.050/04	9.5.6.1		O guichê da bilheteria tem altura máxima de 1,05m a partir do piso?				
11.11	9.050/04	9.5.6.2		Existe área de aproximação adequada para garantir acessibilidade em frente ao guichê (com largura mínima de 80cm e altura livre inferior mínima de 73cm)?				
11.12	9.050/04	9.5.6.2		Existe área de manobra com rotação de 180° (1,50m x1,20m)?				
11.13	-	-		A bilheteria pode ser identificada visualmente ou por informação adicional (placas indicativas)?				
11.14	-	-		Há suporte informativo tátil que permita a identificação do local da bilheteria para pessoas com restrição visual?				
11.15	-	-		Existem ingressos que possuam informações táteis para pessoa com restrição visual?				
11.16	-	-		Existe algum tipo de equipamento de tecnologia assistiva (terminal de computador) que permita a comunicação de pessoas surdas e/ou mudas com os funcionários?				
11.17	-	-		Existem placas informativas visuais com os nomes dos filmes, espetáculos em exibição, horários e preços?				
11.18	-	-		Existem placas informativas em Braille com os nomes dos filmes, espetáculos em exibição, horários e preços?				
<b>MUSEU</b>								
11.19	9.050/04	6.9.1.1		Os corredores e passagens têm largura mínima de 120cm?				
11.20	9.050/04	6.9.2.1		Há uma largura mínima de 80cm para a transposição de uma cadeira de rodas por portas e obstáculos fixos?				
11.21	9.050/04	6.1.1		O piso dos corredores e passagens é revestido com material antiderrapante?				
11.22	9.050/04	6.1.1		Os pisos dos corredores e passagens têm nivelamento contínuo e sem degraus?				
11.23	9.050/04	6.1.1		Há, em circulações muito amplas, faixas de piso em cor e textura diferenciadas guiando os usuários?				
11.24	9.050/04	6.1.4		Na existência de desníveis maiores que 1,5cm há rampas?				
11.25	9.050/04	8.2.1.8		Existem dispositivos de tecnologia assistiva para atender as pessoas com restrição visual e auditiva?				
11.26	9.050/04	6.7.5		Existe sistema de áudio descrição sobre as exposições, que permita a informação e orientação de pessoas com restrição visual?				
11.27	9.050/04	6.7.5		Na existência destes equipamentos, possuem controle de volume individual?				
11.28	-	-		Existem títulos, textos explicativos ou similares em todas as obras expostas?				
11.29	9.050/04	8.2.2.1		Os títulos, textos explicativos ou similares são legíveis e estão dentro do alcance visual de pessoas com baixa estatura e de usuários de cadeira de rodas?				
11.30	9.050/04	6.5.2		Há contraste entre o texto e fundo e a superfície sobre o qual está afixado?				

11.31	9.050/04	8.2.2.1		Existem textos explicativos em Braille de cada objeto exposto, para a compreensão da pessoa com restrição visual?				
11.32	9.050/04	8.2.2		Os objetos expostos para visitação pública estão em locais acessíveis?				
11.33	-	-		Os objetos expostos estão a uma altura que abranja o campo visual de uma pessoa com baixa estatura e pessoas com cadeira de rodas?				
11.34	-	-		Existe sinalização tátil no piso indicando a localização das obras em exposição?				
11.35	-	-		Existe sinalização visual no piso indicando desníveis (degraus)?				
11.36	5.296/04	Art. 6		Existe um serviço de atendimento para pessoas com restrição auditiva, prestado por pessoas capacitadas (intérpretes de LIBRAS)?				
11.37	9.077/01	4.6.2.8		Existe sistema de sinalização de emergência instalado no ambiente?				
11.38	9.050/04	5.2.3		Há sistema de alarme simultaneamente sonoro e luminoso instalado no ambiente?				
11.39	-	-		As portas de acesso ao ambiente possuem vão mínimo de 1,50m e abrem no sentido da saída proporcionando escoamento?				

### **Entrevista com técnicos responsáveis pelo Programa Monumenta em Pelotas**

1 – Como é a atuação do Programa Monumenta na cidade de Pelotas? Exige contrapartida? De que forma? Quais os resultados esperados?

2 – Qual a área de abrangência do Programa?

3 – Quais os critérios adotados na escolha dos edifícios que serão recuperados/restaurados?

4 – Quais os edifícios que já foram restaurados? Houve alguma preocupação em relação a acessibilidade de pessoas com deficiências ou restrições na elaboração dos projetos? Se positivo, em que aspectos?

5 – A Prefeitura ou o Programa estabelece algo a respeito da acessibilidade espacial aos edifícios históricos? Se positivo, baseados em alguma norma ou decreto? Qual(is)?

## **Entrevista sobre a Evolução Urbana de Pelotas, com o Historiador Mário Osório Magalhães**

1 – O que representa a cidade de Pelotas?

2 – Qual a importância de Pelotas no contexto nacional?

3 – Como ocorreu a evolução urbana de Pelotas?

4 – Os edifícios históricos de Pelotas devem ser preservados? Por que?

5 – Qual a configuração do Centro Histórico de Pelotas?

6 – Quais os estilos arquitetônicos presentes em Pelotas? Existe um estilo predominante?

## Entrevista aplicada com os funcionários dos estudos de caso, Secretaria de Cultura e Prefeitura Municipal

**DATA:** ...../...../..... **HORA:** .....:..... **TEMPO DE ENTREVISTA:** ... : ... às ... : ...

### 1. Sexo

masculino  feminino

### 2. Idade

menos de 18 anos  de 18 a 25 anos  
 de 26 a 35 anos  de 36 a 45 anos  
 de 46 a 50 anos  acima de 56 anos

### 3. Escolaridade

analfabeto  ensino fundamental incompleto  
 ensino fundamental completo  ensino médio incompleto  
 ensino médio completo  ensino superior incompleto  
 ensino superior completo  pós-graduado

### 4. Função do entrevistado

porteiro(a)  secretário(a)  
 segurança  limpeza  
 outro. Qual? .....

### 5. Há quanto tempo trabalha no local?

menos de 6 meses  de 6 meses a 1 ano  
 de 1 a 3 anos  de 3 a 5 anos  
 de 5 a 10 anos  mais de 10 anos

### 6. Como você entra no edifício?

acesso principal  
 acesso secundário  
 acesso para pessoas com deficiências

### 7. Você sabe onde são as saídas de emergência?

sim  não

### 8. Qual o público-alvo que frequenta o edifício?

adultos  mãe com carrinho de bebê  
 idosos  cegos  
 crianças  surdos  
 deficiente físico  deficiente mental  
 obesos  outro. Qual? .....

**9. Você já ouviu reclamações de pessoas que tiveram dificuldades para entrarem, usarem e se deslocarem no edifício? Quais? Que pessoas eram?**

.....  
.....  
.....

**10. Como as pessoas com deficiências entram no edifício?**

.....  
.....  
.....

**11. Pode ser observado algum constrangimento ou dificuldade ao entrar no edifício, no uso e ao deslocar-se pelo espaço? De que tipo?**



- dificuldade para achar o edifício
- dificuldade para entrar
- dificuldade para subir as escadas
- dificuldade para sentar
- dificuldade para falar
- não tem placas informativas e de sinalização
- pouca luz no interior do edifício
- outra(s). Qual(is)? .....

**12. Que procedimentos são adotados para tratar pessoas com deficiências?**

- presença de intérprete de libras
- existem informações em Braille
- existem sinais luminosos
- existem sinais sonoros
- não existe nenhum tratamento específico
- outro. Qual? .....

**13. O que você sugere para melhorar a entrada do edifício e o espaço interno para pessoas com deficiências e as outras dificuldades citadas?**

### Exemplo de roteiro de atividades que deveriam ser realizadas durante os passeios acompanhados

<b>PASSEIO ACOMPANHADO - CASARÃO 2</b>	
	<b>Muletante, idoso e pessoa sem conhecimento do local</b>
	
<b>Ambiente</b>	<b>Roteiro de Atividades</b>
1. Acesso ao Edifício	a. Encontrar a Secretaria de Cultura do Município b. Entrar no hall do edifício
2. Recepção	a. Encontrar recepção b. Fazer contato com o atendente c. Perguntar sobre a mostra de arte que está ocorrendo
3. Sala de Exposição	a. Encontrar sala de exposição b. Visualizar as obras expostas c. Assinar livro de visitação
4. Circulação Horizontal	a. Encontrar o banheiro social do 1º pavimento
5. Banheiro social do 1º pavimento	a. Abrir a porta do banheiro social b. Entrar no banheiro c. Acender a luz d. Acessar o boxe da bacia sanitária e. Lavar e enxugar as mãos f. Apagar a luz g. Sair do banheiro
6. Circulação Horizontal	a. Localizar o acesso ao 2º pavimento
7. Circulação Vertical	a. Chegar ao 2º pavimento
8. Circulação Horizontal	a. Localizar a sala do Setor de Projetos de imóveis protegidos pelo Patrimônio
9. Sala do setor Projetos ligados ao Patrimônio	a. Abrir a porta do setor b. Entrar e deslocar-se pelo setor c. Sentar para falar com um funcionário d. Pedir informações sobre pintura em casas protegidas e. Levantar e sair do setor
10. Circulação Horizontal	a. Encontrar o banheiro social do 2º pavimento
11. Circulação Horizontal	c. Localizar o acesso ao 1º pavimento
12. Circulação Vertical	a. Chegar ao 1º pavimento
13. Acesso à rua	a. Encontrar a porta de entrada/saída b. Sair do edifício



## Discussão – Resultados da Pesquisa

Arg. Isabela Fernandes Andrade



Não é possível identificar o edifício (nome e função) desde o passeio

### Como solucionar?

ÁREAS DE ACESSO ÀS EDIFICAÇÕES

01



## Possível Solução 1

- Inserir totens ou placas de sinalização nas calçadas, que identifiquem as edificações históricas e seus novos usos



ÁREAS DE ACESSO ÀS EDIFICAÇÕES

## Possível Solução 2

- Inserir nome da edificação na fachada, identificando seu novo uso



ÁREAS DE ACESSO ÀS EDIFICAÇÕES

## Possível Solução 3

- Inserir piso tátil na calçada, orientando pessoas cegas até a porta de acesso



ÁREAS DE ACESSO ÀS EDIFICAÇÕES

## Possível Solução 4



- Maquete, perceptível à vista e ao tato, do sítio histórico de Lübeck (Alemanha)

Foto: J.A. Juncà Ubierna

[http://www.cedd.net/docs/febems/200810070002\\_74\\_0.pdf](http://www.cedd.net/docs/febems/200810070002_74_0.pdf)

## Possível Solução 5



- Maquete, perceptível à vista e ao tato, do plano piloto de Brasília (Brasília-DF)

Foto: L.F. Andrade



Não existe sinalização de acesso alternativo para pessoas com deficiências ou dificuldade de locomoção

## Como solucionar?

ÁREAS DE ACESSO ÀS EDIFICAÇÕES

02

## Possível Solução

- No acesso alternativo deve haver informação visual para sua fácil identificação



ÁREAS DE ACESSO ÀS EDIFICAÇÕES



Não existe rampa ou equipamento eletromecânico no acesso principal à edificação para vencer os degraus

## Como solucionar?

ÁREAS DE ACESSO ÀS EDIFICAÇÕES

03

## Possível Solução 1

- Inserir, junto ao acesso principal, uma rampa ou equipamento eletromecânico que atinja o mesmo patamar das escadas



ÁREAS DE ACESSO ÀS EDIFICAÇÕES

## Possível Solução 2

- Inserir, junto ao acesso principal, uma rampa ou equipamento eletromecânico que atinja o mesmo patamar das escadas



ÁREAS DE ACESSO ÀS EDIFICAÇÕES

## Possível Solução 3

- Inserir, junto ao acesso principal, uma rampa ou equipamento eletromecânico que atinja o mesmo patamar das escadas



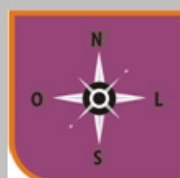
ÁREAS DE ACESSO ÀS EDIFICAÇÕES

## Possível Solução 4

- Criar acesso alternativo quando não for possível intervir no acesso principal, priorizando que este seja instalado na fachada principal ou lateral, de fácil identificação



ÁREAS DE ACESSO ÀS EDIFICAÇÕES



Não há piso tátil direcional que conduza o deficiente visual até o balcão de atendimento /informação ou até um mapa (visual/ tátil)

## Como solucionar?

SAGUÕES, SALAS DE RECEPÇÃO E ESPERA

04

## Possível Solução

- Inserir piso tátil emborrachado, colado sobre o piso existente, de forma a não danificá-lo, fazendo uma adição que possa ser reversível



SAGUÕES, SALAS DE RECEPÇÃO E ESPERA



Não existe suporte informativo (mapas, quadros) visual e tátil que possibilite ao usuário localizar-se, identificar o local das diferentes atividades (compreendendo a disposição dos ambientes na edificação), das circulações verticais e das saídas de emergência, bem como definir rota para uso do edifício de forma independente

## Como solucionar?

SAGUÕES, SALAS DE RECEPÇÃO E ESPERA

05

## Possível Solução

- Inserir mapa visual e tátil no saguão do edifício no saguão do edifício e em pontos estratégicos dos demais pavimentos, com informações relevantes e de fácil compreensão, num suporte móvel (não fixado na parede/ piso), em altura que permita a leitura tátil e a aproximação de cadeira de rodas, sem intervir no patrimônio



SAGUÕES, SALAS DE RECEPÇÃO E ESPERA





Os balcões de atendimento não permitem aproximação frontal por cadeiras de rodas nem de pessoas com baixa estatura

## Como solucionar?

SAGUÕES, SALAS DE RECEPÇÃO E ESPERA

06

## Possível Solução

- Na implantação de um balcão contemporâneo, procurar atender as indicações da norma, possibilitando a aproximação de qualquer pessoa em todos os pontos



SAGUÕES, SALAS DE RECEPÇÃO E ESPERA



Não existe suporte informativo (quadros) visual e tátil que possibilite ao usuário identificar a disposição dos ambientes, das circulações verticais e das saídas de emergência, bem como definir rotas de fuga

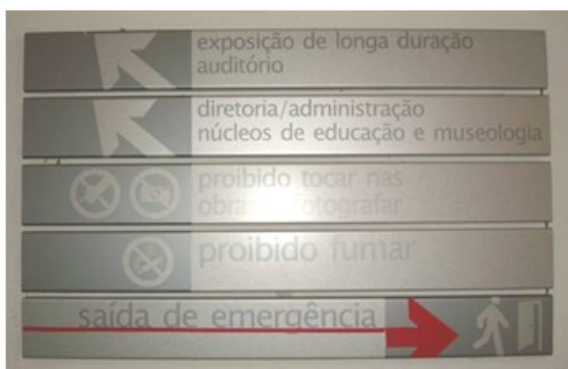
## Como solucionar?

CIRCULAÇÕES HORIZONTAIS

07

## Possível Solução 1

- Inserir quadros em paredes ou suspensos pelo teto ou móveis, sobre o piso, com indicação da localização dos diferentes ambientes indicados ao longo das circulações horizontais



CIRCULAÇÕES HORIZONTAIS

## Possível Solução 2

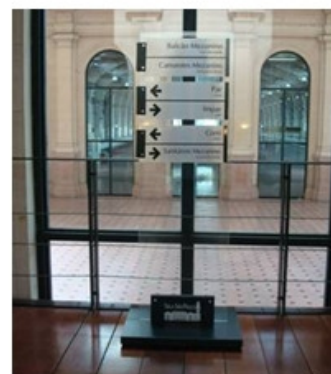
- Inserir quadros em paredes ou suspensos pelo teto ou móveis, sobre o piso, com indicação da localização dos diferentes ambientes indicados ao longo das circulações horizontais



CIRCULAÇÕES HORIZONTAIS

## Possível Solução 3

- Inserir quadros em paredes ou suspensos pelo teto ou móveis, sobre o piso, com indicação da localização dos diferentes ambientes indicados ao longo das circulações horizontais



CIRCULAÇÕES HORIZONTAIS



Não há sistema de alarme de incêndio simultaneamente sonoro e luminoso

## Como solucionar?

CIRCULAÇÕES HORIZONTAIS

08

## Possível Solução

- Instalar sistema sonoro e luminoso de emergência, simultaneamente, para atender pessoas com problemas de audição e visão, em paredes construídas recentemente e/ou sem valor histórico, ou pendente do teto, quando necessário



CIRCULAÇÕES HORIZONTAIS



Não existe sinalização para abandono do local (placas indicando saídas) nas escadas e rampas

## Como solucionar?

CIRCULAÇÕES VERTICAIS

09

## Possível Solução 1

- Para os videntes, as placas podem ser afixadas em paredes sem valor histórico ou pendentes do teto



CIRCULAÇÕES VERTICAIS

## Possível Solução 2

- Para os cegos, a indicação de abandono de local pode estar em Braille no corrimão, sem alterar a visualização dos aspectos históricos da edificação



<http://www.setop.com.br/aceu/produtos/mca/A455.jpg>

### CIRCULAÇÕES VERTICAIS



Não há equipamento eletromecânico de circulação vertical (plataforma, elevadores) na edificação

## Como solucionar?

### CIRCULAÇÕES VERTICAIS

10

## Possível Solução 1

- Quando existirem elementos históricos importantes no contexto que forma as circulações verticais (ex.: paredes em estuque), estudar o local para instalação de equipamento eletromecânico que não interfira nas características do prédio, identificando e sinalizando o percurso para que qualquer pessoa chegue até ele de forma independente



<http://www.cndetran.com.br/arquivos/Accessibilidade.JPG>

CIRCULAÇÕES VERTICAIS

## Possível Solução 2

- Instalação de equipamento eletromecânico junto ao corrimão da escada



CIRCULAÇÕES VERTICAIS



Os corrimãos da escada principal estão instalados somente em uma altura, que é aceitável em relação à altura ideal, porém são inexistentes na escada de serviço

## Como solucionar?

11

CIRCULAÇÕES VERTICAIS

## Possível Solução 1

- Em escadas principais, onde os corrimãos são originais e de preservação histórica, mesmo que instalados em somente um dos lados, devem ser preservados

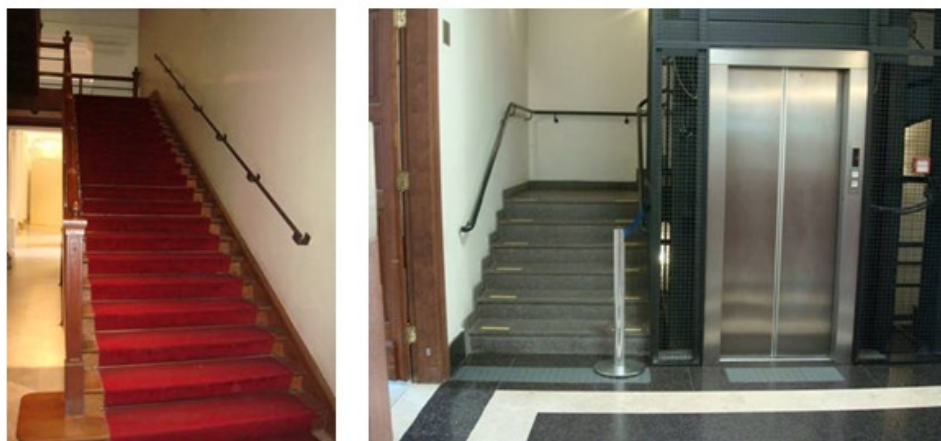


CIRCULAÇÕES VERTICAIS



## Possível Solução 2

- Inserir corrimãos em escadas principais que não os apresentam, identificando a intervenção em relação ao contexto



CIRCULAÇÕES VERTICAIS

## Possível Solução 3

- Instalar corrimãos em escadas de serviço sem representatividade histórica, atendendo as recomendações da ABNT NBR 9050/2004



CIRCULAÇÕES VERTICAIS



O sanitário não está localizado em rota acessível, próximo à circulação principal

## Como solucionar?

SANITÁRIOS

12

## Possível Solução 1

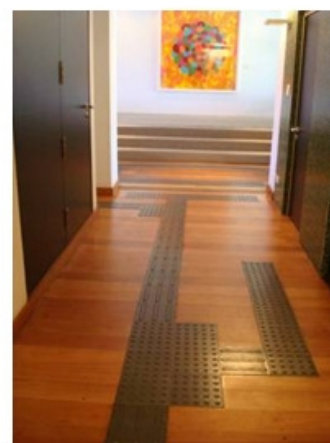
- Inserir placas de sinalização, indicando o percurso para que se chegue até o banheiro



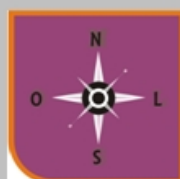
SANITÁRIOS

## Possível Solução 2

- Inserir pisos táteis que orientem pessoas com deficiência visual até o banheiro



SANITÁRIOS



Não existe sinalização tátil no piso indicando a localização das obras em exposição

### Como solucionar?

MUSEU E GALERIA DE ARTE

13

## Possível Solução

- Inserir piso tátil emborrachado, colado sobre o piso existente, de forma a não danificá-lo, identificando o percurso (piso guia) e a localização das obras expostas (piso alerta)



MUSEU E GALERIA DE ARTE



## Programa Monumenta<sup>32</sup>

### 1. O que é?

O Monumenta é um programa estratégico do Ministério da Cultura. Seu conceito é inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Ele atua em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Sua proposta é de agir de forma integrada em cada um desses locais, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto. Além de atividades de capacitação de mão-de-obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos.

O Monumenta, que conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e o apoio da Unesco, procura garantir condições de sustentabilidade do Patrimônio. Objetivo a ser alcançado com a geração de recursos para o equilíbrio financeiro das atividades desenvolvidas e que mantenham conservados os imóveis da área do projeto. Com isto, facilita a manutenção das características originais dos bens, sem que sejam necessários futuros aportes de recursos públicos. Uma das estratégias para atingir essa meta é estabelecer novos usos para os imóveis e monumentos recuperados.

O Programa Monumenta já tem proporcionado uma série de resultados que contribuem para o cumprimento do programa de Governo, ativando a economia das cidades pela ocupação e geração de renda da população e pela capacitação de mão de obra específica. Um dos objetivos é o de permitir que o patrimônio histórico e artístico com proteção federal tenha suas características restauradas e que, cada vez menos, dependa de recursos federais para sua conservação.

A descoberta do patrimônio cultural como fonte de conhecimento e de rentabilidade financeira vem transformando essas áreas em pólos culturais, incentivando a economia por meio do incremento do turismo cultural e geração de empregos. O Programa conta com apoio dos estados e municípios, de forma que suas intervenções afetem, direta e indiretamente, a economia, a educação e a cultura local, e facilitem, assim, a inclusão cultural, social e econômica da população.

---

<sup>32</sup> Disponível em: <

> - acesso em 07.09.2009.

## **2. Como atua o Monumenta?**

O Monumenta é implementado nas cidades a partir da assinatura de convênios firmados entre o Ministério da Cultura, prefeituras e/ou estados, mediante o qual se estabelecem as atribuições de cada uma das partes, os valores a serem repassados e os prazos de execução das obras. Para acompanhar e conduzir as ações do Programa são formadas equipes compostas por técnicos do município ou do estado em conjunto com o Iphan. As equipes compõem a Unidade Executora de Projeto – UEP que recebe orientações da Unidade Central de Gerenciamento, com sede no Ministério da Cultura.

## **3. As cidades do Monumenta**

Atualmente, 26 cidades participam do Programa Monumenta. Todas elas foram escolhidas de acordo com a representatividade histórica e artística, levando em consideração a urgência das obras de recuperação. São elas: Alcântara (MA), Belém (PA), Cachoeira (BA), Congonhas (MG), Corumbá (MS), Diamantina (MG), Goiás (GO), Icó (CE), Laranjeiras (SE), Lençóis (BA), Manaus (AM), Mariana (MG), Natividade (TO), Oeiras (PI), Olinda (PE), Ouro Preto (MG), Pelotas (RS), Penedo (AL), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Cristovão (SE), São Francisco do Sul (SC), São Paulo (SP), Serro (MG).

Entre o acervo selecionado estão centenas de monumentos como museus, igrejas, fortificações, casas de câmara e cadeia, palacetes, conjuntos escultóricos, conventos, fortes, ruas, logradouros, espaços públicos e edificações privadas em todas as áreas tombadas pela União.

## **4. O Fundo de Preservação**

Uma das prerrogativas do Monumenta é estimular ações compartilhadas entre governo, comunidade e iniciativa privada. Para isso, foi criado o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, mais uma estratégia para garantir a sustentabilidade do Programa.

O objetivo do Fundo Municipal é o de financiar ações de preservação e conservação das áreas submetidas à intervenção do Programa. Os recursos financeiros gerados pelas iniciativas do Monumenta em cada cidade são direcionados para o Fundo Municipal e usados para cobrir os custos de conservação do Patrimônio Histórico de cada município. Além disso, o Fundo pode receber recursos orçamentários do

município, contrapartidas de convênios, aluguéis e arrendamentos dos imóveis e doações.

## 5. Histórico

Em 1995, o Ministério da Cultura (Minc) e a direção do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, iniciam as tratativas para viabilizar um programa de preservação do patrimônio cultural do país. No ano seguinte, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan elabora a Carta-Consulta ao BID, que é aprovada em agosto. Em seguida, são discutidos os fundamentos do Programa e fixados os locais de intervenção prioritária: Olinda, Recife, Salvador, Ouro Preto, Rio de Janeiro e São Paulo. Também é criada a equipe técnica no Iphan e com-tratados os primeiros consultores em cooperação com a UNESCO.

Em 1997, é criada a UCG - Unidade Central de Gerenciamento - no Minc e redefinida a participação do Iphan. O Acordo de Cooperação Técnica para a execução do Programa entre o Ministério da Cultura e a UNESCO é firmado em 1998. Já o Grupo de Trabalho - GT/Iphan para coordenar as ações do órgão no âmbito do Programa é criado em 1999. No mesmo ano em que a Missão de Negociação reúne técnicos brasileiros para a formatação definitiva do contrato de Empréstimo com o BID, em Washington (EUA).

Em 04 de dezembro de 1999, nas comemorações dos 50 anos do BID, em Petrópolis (RJ), é assinado o Contrato de Empréstimo com Governo Brasileiro. Em 2000, é o início efetivo do Programa. O Minc institui um Comitê de Especialistas para a elaboração da Lista de Prioridades do Monumenta, organizando um ranking dos 101 sítios e conjuntos urbanos sob proteção federal.

O ano de 2001 marca a ampliação territorial do Programa e é aprovado o novo Regulamento Operativo. Em 2003, com a posse do novo Governo Federal, o Monumenta se aproxima dos programas nacionais de desenvolvimento para estimular a contrapartida de estados e municípios para aumentar sua sustentabilidade e capacidade de replicação.

O Grupo de Trabalho do Iphan é incorporado à Unidade Central de Gerenciamento, que assume as funções de Coordenação Técnica do Programa. Um Termo de Cooperação Técnica é firmado entre o Iphan e os ministérios da Cultura, das Cidades e do Meio Ambiente, visando implementar os Planos Diretores das cidades.







Em Olinda tem início a 1ª obra do Programa: a Contenção da Rua Saldanha Marinho.

Em Ouro Preto as obras começam pela restauração da Capela Nossa Senhora das Dores.

Em Salvador, promove-se a Oficina de Azulejos.

O Ministério da Cultura institui Comitê de Especialistas para elaboração da Lista de Prioridades do Programa, organizando um ranking dos 101 sítios e conjuntos urbanos sob proteção federal.

O Ministério da Cultura decide ampliar o Monumenta para as 27 primeiras cidades do ranking. Inicia-se, portanto, o processo de admissão no Programa de 20 novas cidades, além das sete da Amostra Representativa.

Em Ouro Preto, acontece a 1ª Oficina de Telhados para mestres-artesãos na Igreja de Nossa Senhora das Dores.

### **2001 – A ampliação territorial do Programa**

Oficinas utilizando o método ZOPP são realizadas nas vinte novas cidades do Programa, para definir o Perfil dos Projetos locais.

O Inventário Nacional de Bens Imóveis começa a ser realizado em São Luís, Recife, Olinda, Belém, Ouro Preto, Mariana, Petrópolis, Parati e na Praça XV, por meio de contrato da UNESCO com diversas universidades, que capacitaram alunos seus para a execução do trabalho.

Missão de Arranque do BID aprova novo Regulamento Operativo e as Cartas-Consultas de oito cidades.

34 mestres-artífices em restauração, selecionados nas diversas regiões do país, recebem treinamento no Centro Europeu de Veneza, na Itália.

### **2002 – Adesão de novas cidades**

São pré-lançados quatro Cadernos Técnicos e mais o Manual de Arqueologia Histórica, o de Procedimentos para Avaliação de Riscos e o de Elaboração de Projetos e Procedimentos para Fiscalização, com o objetivo de receber críticas e colaborações.

A 1ª Missão de Administração analisa os projetos das cidades de Corumbá, Congonhas, Goiás, Lençóis, Cachoeira, Pelotas, Porto Alegre e São Francisco do Sul.

Assinados convênios com 13 novas cidades: Cachoeira, Congonhas, Corumbá, Diamantina, Goiás, Icó, Lençóis, Pelotas, Penedo, Porto Alegre, São Francisco do Sul, Salvador e São Paulo.

Seis cidades são excluídas — Antônio Prado, Belém, Carapicuíba, São Luís, João Pessoa e Tiradentes —, e outras cinco são convidadas a substituí-las no Programa: Manaus, Laranjeiras, Parati, Mariana e Porto Seguro.

A 1ª Missão de Administração faz uma avaliação geral dos projetos do Programa.

Iniciadas as Missões de Arranque do BID em todas as cidades conveniadas.

Oficina ZOPP são promovidas nas cinco novas cidades.

### **2003 – A ampliação do diálogo – novas sinergias**

Empossado o novo governo federal, o Monumenta busca aproximar-se dos programas nacionais de desenvolvimento para evitar a pulverização de esforços, bem como estimular a contrapartida de Estados e Municípios para aumentar sua sustentabilidade e capacidade de replicação.

O GT/IPHAN é incorporado à UCG, que assume as funções de Coordenação Técnica do Programa.

A 2ª Missão de Administração do BID promove a avaliação de desempenho do Programa e propõe a exclusão de Parati, Brasília e Porto Seguro.

Realizado o 1º Seminário de Treinamento das Unidades Executoras do Projeto UEPs em Brasília.

Nova versão do Regulamento Operativo é aprovada.

Termo de Cooperação Técnica é firmado entre o Ministério da Cultura, IPHAN, Ministério das Cidades e Ministério do Meio Ambiente visando implementar os Planos Diretores das cidades.

### **2004 – O salto no nível de execução**

O Ministério da Cultura e a Caixa Econômica Federal assinam contrato de financiamento para a recuperação de imóveis privados no âmbito do Programa.

Seis novos convênios são assinados: Belém, Manaus, Natividade, Laranjeiras, São Cristóvão e Mariana.

Autorizada pelo BID a prorrogação do Programa até 4 de dezembro de 2006.

### **2005 – As ações de preservação sustentada**

O II Seminário de Integração das UEPs acontece em São Francisco do Sul.

Os Cadernos Técnicos — Manual de Elaboração de Projetos, Caderno de Encargos, Sítios e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais — são publicados.

Assinado o último convênio com a cidade do Serro.

Selecionados, por meio de Edital Público, 77 projetos de promoção de atividades econômicas, de qualificação profissional em restauro e conservação e de criação de núcleos de educação profissional em 46 cidades históricas brasileiras.

A 3ª Missão de Administração avalia as atividades em curso, bem como sua efetiva viabilidade, face ao prazo de execução do Programa.

O IPHAN realiza concurso nacional para a recomposição de seus quadros, ação essencial à incorporação das diretrizes do Monumenta às práticas da instituição.

### **2006 – As perspectivas de consolidação institucional**

O Coordenador Nacional do Monumenta é nomeado Presidente do IPHAN e a estrutura administrativa do Programa se incorpora ao Instituto.

Conclusão de seleção pública de imóveis privados, realizada nas 26 cidades do Programa, com a classificação de 892 imóveis.

Iniciam-se as discussões sobre a absorção definitiva dos aportes conceituais e gerenciais trazidos pelo Monumenta à estrutura permanente do governo.

### **2007 - Debates de ampliação**

O Programa foi renovado até 2009.

Prefeitos de 87 cidades históricas brasileiras participaram de um seminário em Mariana (MG), com o objetivo de ampliar a área de atuação do Monumenta e promover sua continuidade a longo prazo.

## **7. Objetivos**

Fazem parte dos objetivos do Programa preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano e estimular ações que aumentem a consciência da população sobre a importância de se preservar o acervo existente. Critérios de conservação e o estímulo a projetos que viabilizem as utilizações econômicas, culturais e sociais das áreas em recuperação no âmbito do projeto também são objeto do Monumenta.

